

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (DOUTORADO)

MAÍRA LEWTCHUK ESPINDOLA

**AS EXPERIÊNCIAS DOS INTELECTUAIS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO
PRIMÁRIA NA PARAÍBA (1824-1922)**

Orientador: Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa

João Pessoa

2017

Maíra Lewtchuk Espindola

**AS EXPERIÊNCIAS DOS INTELECTUAIS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO
PRIMÁRIA NA PARAÍBA (1824-1922)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de história da educação, da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Educação.

Orientador: Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa

João Pessoa

2017

E77e Espindola, Maíra Lewtchuk.
As experiências dos intelectuais no processo de
escolarização primária na Parahyba (1824-1922) / Maíra
Lewtchuk Espindola. - João Pessoa, 2017.
266 f.: il. -

Orientador: Jean Carlo de Carvalho Costa.
Tese (Doutorado) - UFPB/ CE

1. Educação. 2. Ensino – História - Paraíba.
3. Professores primários – Formação – Paraíba. 4. Intelectuais
– Prosopografia. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

Maíra Lewtchuk Espindola

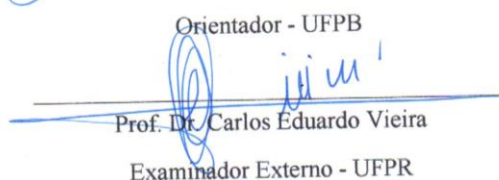
**AS EXPERIÊNCIAS DOS INTELLECTUAIS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO
PRIMÁRIA NA PARAÍBA (1824-1922)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de história da educação, da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA

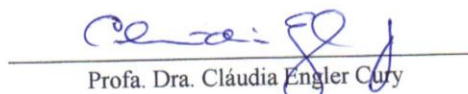

Prof. Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa

Orientador - UFPB

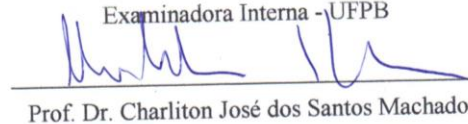

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira
Examinador Externo - UFPR

Profª. Dra. Alessandra Frota Schueler

Examinadora Externa - UFF


Profª. Dra. Cláudia Engler Cury

Examinadora Interna - UFPB


Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado

Examinador Interno - UFPB

Aprovado em 05 de junho de 2017

Dedico esta tese às mulheres da minha vida: minha *баба* Eudokia Lewtchuk, minha mãe Maria Lewtchuk e minha filha Ila Lewtchuk. Em vocês reconheci a força do meu feminino. E como não pode faltar o outro ponto: dedico também ao meu filho Igor Lewtchuk e a sua sensibilidade permeada pela força feminina da nossa família.

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos celebrando o nascimento do nosso Bem, que no final do ano passado se juntou a nossa família: à Amanda, à Larissa, à Juliana, ao Daniel, à Marina, à Ariela e ao Iure - “Vamos pra avenida/Desfilar a vida, carnavalizar”. À Vira e à Isadora por integrarmos nossas famílias desde que eu me reconheço enquanto pessoa.

Ao professor Jean Carlo de Carvalho Costa, depois de tantos anos de convivência, de tantas experiências em comum, finalizamos mais uma etapa da minha profissionalização (a terceira ao seu lado), agradeço a você por todo apoio que me deu, agradeço a formação, mas agradeço principalmente a amizade que construímos nesses anos passados. Obrigada por compor meu caminhar.

Ao Ramon, ao Leonardo e à Evelyn que compartilharam esse caminho comigo com conversas, trocas acadêmicas e muita amizade.

Aos professores Cláudia Cury, Antônio Carlos Ferreira Pinheiro, Mauricéia Ananias, Barroso, Charliton Machado e Maria Adailza Martins (Dadá) que pelas bibliografias emprestadas, pelos debates e pelas aulas que muito me ajudaram nesse trajeto na história da educação. Agradeço a paciência, as correções, as indicações de leitura e os empréstimos de livros.

Neste momento de finalização, agradeço aos professores doutores Carlos Eduardo Vieira, Alessandra Frota Schueler, Cláudia Engler Cury e Charliton José dos Santos Machado, por se disponibilizarem a participar da banca final deste trabalho.

Aos colegas da linha de história da educação e dos grupos de pesquisa GHENO e HISTEDBR/PB.

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

O argumento principal desta tese parte do suposto que, durante o *longo século XIX*, alguns intelectuais participaram do processo de escolarização no Brasil, além de atuarem nas escolas como professores e depuseram diversos escritos direcionados à educação. Possui como objetivo principal realizar uma interpretação sobre as experiências desses indivíduos no processo de escolarização primária no Império e na Primeira República na Parahyba. Para tanto, foram selecionados alguns sujeitos - professores de primeiras letras - para entender suas experiências em relação à educação; apreender as mudanças propostas no processo de escolarização do *longo século XIX*; reconhecer os argumentos sobre educação realizados por essas pessoas e divulgados em diversos meios como jornais, livros, cartas, relatórios, etc.; delimitar e analisar algumas questões contidas nos discursos dos indivíduos selecionados. O recorte histórico é de 1824 a 1922. A prosopografia norteia a análise das fontes e com base nela foram escolhidos dez personagens que compõem esta tese, a saber: Borges da Fonseca; Joaquim da Silva; Francisco Xavier Junior; Francisca Moura; Francisco Coutinho de Lima e Moura; Coriolano de Medeiros; Catharina Moura; Olivina Olívia Carneiro da Cunha; José Gomes Coelho; e Eudesia Vieira. As fontes utilizadas são: impressos; (auto)biografias e verbetes biográficos; livros destinados à escola; legislação educacional; mensagens dos presidentes da província/do estado; relatórios da instrução pública; cartas, ofícios, circulares, despachos. Com base nas compreensões foi identificado um *longo século XIX* para o processo de escolarização na Parahyba, no qual houve diversas disputas sobre: os métodos de ensino, a educação da mulher ou a ausência dessa educação, os materiais pedagógicos, a abolição da escravatura, a fundação de sociedades e de institutos. As análises levam à forma como essas questões foram postas e elaboradas por essas figuras na província/no estado. Existem seis características derivadas da experiência intelectual: trataram de temas relevantes no período que viveram tanto em relação à instrução quanto a abolição da escravatura, a escrita de uma história nacional, a reformulação de processos educativos; utilizaram suas condições - sejam elas como professores, mulheres ou negros - para fundamentar a sua fala e intervirem na sociedade; empregarem a escrita e a imprensa para divulgarem seus ideais, fossem eles voltados para a educação, como a produção de livros para as escolas, ou para outras questões sociais; agruparam-se em torno de associações e instituições, as quais se tornaram comunidades de experiência e de partilha de ideais e de objetivos em comum; detinham ligações entre si, mesmo quando partícipes de gerações diferentes, formaram redes de sociabilidade, as quais encaminharam os integrantes mais novos para a ação na sociedade; acreditaram que as suas exposições apresentaram vínculos educadores e civilizadores para a construção da nação brasileira. Por fim, os debates do período revelam um movimento de ideias que passaram por diversos proponentes e a instrução pública foi percebida como um importante instrumento de civilização do povo.

Palavras-chave: Professores de primeiras letras. Educação. Profissão docente. Intelectuais. Nação.

ABSTRACT

The main argument of this thesis started from the supposition that during *the long nineteenth century* some intellectuals take part in the schooling process in Brazil, in addition to acting in schools as teachers and owning several writings aimed at education. Its major aim is to perform a reading about the experiences of these individuals in the process of primary schooling in the Empire and in the First Republic in Parahyba. Therefore, some individuals were selected - first letters teachers – to understand their experiences about the educational process; apprehend the changes proposed in the *long nineteenth century* schooling process; understand the discourses on education carried out by these subjects and disseminated in various media such as newspapers, books, letters, reports, etc.; range and analyze some questions contained in the speeches of the selected subjects. The historical cut is from 1824 to 1922. Prosopography guides the analysis of the sources and based on it were chosen ten persons that make up this thesis, namely: Borges da Fonseca; Joaquim da Silva; Francisco Xavier Júnior; Francisca Moura; Francisco Coutinho de Lima e Moura; Coriolano de Medeiros; Catharina Moura; Olivina Olívia Carneiro da Cunha; José Gomes Coelho and Eudesia Vieira. The sources used are: printed matter; (self)biographies and biographical entries; books designed for schools; educational legislation; messages from the presidents of the province/state; public education reports; letters, crafts, circulars, offices. Based on the interpretations it was identified a *long nineteenth century* for the process of schooling in Parahyba, in which there were several discussions about: teaching methods, the education of women or the absence of such education, pedagogical materials, the slavery abolishment, the founding of societies and institutes. Through the analysis it was identified how these matter were posed and developed by these individuals in the state. There are six features derived from the intellectual experience of these subjects: dealt with relevant issues in the period they lived both in relation to instruction and the abolition of slavery, the writing of a national history, the reformulation of educational processes; used their conditions - be they teachers, women or blacks - to found their speech and act in society; they employed writing and the press to spread their ideals, whether they were for education, such as producing books for schools, or for other social issues; grouped around associations and institutions, which became communities of experience and shared common ideals and goals; they had connections with each other, even when they were participants of different generations, they formed networks of sociability, which guided the younger members how to proceed in society; believed that their speeches possessed educating and civilizing ties for the construction of the Brazilian nation. Finally, discussions about the period reveal a movement of ideas that passed through several proponents and public education was perceived as an important instrument of civilization of the people.

Keywords: First letters teachers. Education. Teaching profession. Intellectuals. Nation.

RESUMEN

El argumento principal de esta tesis se plantea desde el supuesto de que, al *largo siglo XIX*, algunos intelectuales participaron en el proceso de escolarización en Brasil, además de actuar en las escuelas como maestros y tener diversos escritos dirigidos a la educación. Tiene el objetivo principal de realizar una interpretación de las experiencias de estos individuos en el proceso de escolarización primaria en el Imperio y la Primera República en Parahyba. Por lo tanto, serán seleccionados algunos temas - maestros de primeras letras - para entender sus experiencias en relación con la educación; captar los cambios propuestos en el proceso de escolarización del *largo siglo XIX*; entender los discursos sobre la educación hechos por estos sujetos y divulgados en diversos medios de comunicación como periódicos, libros, cartas, informes, etc.; definir y analizar una serie de cuestiones contenidas en los discursos de los sujetos seleccionados. El período histórico es 1824-1922. La prosopografía guía el análisis de las fuentes y en base a ella se eligieron diez sujetos que componen esta tesis, a saber: Borges da Fonseca; Joaquim da Silva; Francis Xavier Júnior; Francisca Moura; Francisco Coutinho de Lima e Moura; Coriolano de Medeiros; Catharina Moura; Olivina Olivia Carneiro da Cunha; José Gomes Coelho; y Eudesia Vieira. Las fuentes utilizadas incluyen: impresos; (auto)biografías y verbetes biográficos; libros para la escuela; legislación educacional; mensajes de los presidentes de la provincia/estado; informes de Instrucción Pública; cartas y órdenes circulares. Con base en las interpretaciones fue identificado un *largo siglo XIX* para el proceso de escolarización en Parahyba, en el que hubo varias discusiones sobre: los métodos de enseñanza, la educación de la mujer o la ausencia de este tipo de educación, los materiales de enseñanza, la abolición de la esclavitud, la fundación de sociedades y institutos. Los análisis identifican la forma cómo estas cuestiones fueron puestas y elaboradas por estos sujetos en el estado. Hay seis características derivadas de la experiencia intelectual de estos sujetos: trataron de temas relevantes en el período que vivieran tanto en relación a la instrucción como la abolición de la esclavitud, la escritura de una historia nacional, la reformulación de los procesos educativos; utilizaron sus condiciones - sea como maestros, mujeres o negros - para apoyar su discurso y actuar en la sociedad; emplearon la escritura y de la prensa para difundir sus ideales que se centraron en la educación, como en la producción de libros para escuelas u otras cuestiones sociales; agruparse en torno a asociaciones e instituciones, las cuales se convirtieron en comunidades de experiencia y de partición de ideales y objetivos comunes; tener vínculos entre sí, incluso bajo la condición de participantes de diferentes generaciones, formaron redes de sociabilidad que orientaban miembros más jóvenes a la acción en la sociedad; creían que sus discursos tenían lazos educadores y civilizadores a la construcción de la nación brasileña. Por último, las discusiones de este período revelan un movimiento de ideas que han pasado por varios proponentes y la educación pública fue percibida como un importante instrumento de la civilización del pueblo.

Palabras clave: Maestros de primeras letras. Educación. Profesión docente. Intelectuales. Nación.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dados biográficos	43
Figura 2 - Estudos secundários	46
Figura 3 - Profissões exercidas	48
Figura 4 - Atuação como professores	50
Figura 5 - Quadro de atuação dos professores no ensino secundário	50
Figura 6 - Impressos	52
Figura 7 - Instituições	54
Figura 8 - Livros publicados	55
Figura 9 - Livros produzidos	56
Figura 10 - Mapa da Parahyba	94
Figura 11 - Quadro da distribuição dos professores no estado	131
Figura 12 - Planta baixa	140
Figura 13 - Ocupações dos membros fundadores do IHGP	158
Figura 14 - Lições da língua materna (XAVIER JUNIOR, 1946)	185
Figura 15 - Pontos de historia do Brasil (VIEIRA, 1930)	196
Figura 16 - Pontos de história do Brasil (VIEIRA, 1950)	196
Figura 17 - Joaquim da Silva	237
Figura 18 - Francisco Coutinho de Lima e Moura	242
Figura 19 - Francisca Moura	246
Figura 20 - Coriolano de Medeiros	248
Figura 21 - Olivina Olívia Carneiro da Cunha	257
Figura 22 - Eudesia Vieira	263

SUMÁRIO

<u>1 HORIZONTE DA TESE: RECONSTRUINDO A TRAJETÓRIA DA PESQUISA....</u>	<u>13</u>
1.1 PROBLEMATIZAÇÕES, OBJETIVOS, RECORTE HISTÓRICO, JUSTIFICATIVA E FONTES.....	18
1.2 OS INTELECTUAIS E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.....	25
1.2.1 INTELECTUAIS QUE ATUARAM COMO PROFESSORES DE PRIMEIRAS LETRAS	31
1.3 A PROSOPOGRAFIA: MÉTODO BASILAR PARA A INTERPRETAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS INTELECTUAIS.....	34
<u>2 ENTRE A NASCENÇA E A MORTE: DADOS BIOGRÁFICOS, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ATUAÇÃO</u>	<u>40</u>
2.1 “SOU FÁCIL DE DEFINIR”: DADOS DA PESQUISA	41
2.1.1 “DUAS DATAS - A DA MINHA NASCENÇA E A DA MINHA MORTE”	42
2.1.2 “ENTRE UMA E OUTRA COISA”: DADOS DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL	45
2.1.3 “ENTRE UMA E OUTRA COISA”: DADOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	47
<u>3 A EDUCAÇÃO COMO CONSTRUTORA DA NAÇÃO.....</u>	<u>59</u>
3.1 A INDEPENDÊNCIA E A INSTRUÇÃO NA PARAHYBA.....	60
3.2 BORGES DA FONSECA: “UM HOMEM CONTRA O IMPÉRIO” OU UM MONARQUISTA CONSTITUCIONAL?.....	66
3.2.1 O JORNAL ABELHA PERNAMBUCANA	71
3.2.2 “A EDUCASÃO, A EDUCASÃO EIS O UNICO MEIO DE REJENERAR UM POVO”	76
<u>4 AREIA: PALCO DAS LUTAS ABOLICIONISTAS NA PARAHYBA.....</u>	<u>94</u>
4.1 “UM LATINISTA RESPEITÁVEL” E “UM ILUSTRE PEDAGOGO”: NOTAS SOBRE JOAQUIM DA SILVA (1820-1889) E FRANCISCO XAVIER JUNIOR (1853-1935).....	98

4.2 A SOCIEDADE EMANCIPADORA AREIENSE	102
4.2.1 VERDADE: “ÓRGÃO ABOLICIONISTA E NOTICIOSO”	111
<u>5 A EDUCAÇÃO COMO REGENERAÇÃO DA NAÇÃO</u>	<u>117</u>
5.1 UM “NOVO SÉCULO” PARA A EDUCAÇÃO NA PARAHYBA?	119
5.2 OS RELATÓRIOS SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA DE “UM ILUSTRE PEDAGOGO”: XAVIER JUNIOR.....	138
<u>6 INSTITUIÇÕES, ASSOCIAÇÕES E LIVROS PARA A ESCOLA NO LONGO SÉCULO XIX</u>	<u>153</u>
6.1 “A PARAHYBA INSTRUÍ-SE”: O IHGP, A UNIVERSIDADE POPULAR E A SOCIEDADE DOS PROFESSORES PRIMARIOS DA PARAHIBA.....	156
6.2 A LÍNGUA MATERNA E A HISTÓRIA DA PÁTRIA NA PARAHYBA: OS LIVROS DIDÁTICOS DE XAVIER JUNIOR E EUDESIA VIEIRA	184
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>203</u>
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>208</u>
<u>FONTES.....</u>	<u>220</u>
FONTES CATALOGADAS	220
ALMANAQUES, BOLETINS E REVISTAS.....	220
DOCUMENTOS OFICIAIS: LEIS, REGULAMENTOS, ESTATUTOS, CARTAS, OFÍCIOS E ANAES	224
JORNAIS.....	225
LIVROS, OPÚSCULOS, CONFERÊNCIAS.....	230
RELATÓRIOS, FALLAS E EXPOSIÇÕES DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA/ESTADO E DOS DIRETORES/INSPETORES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA	232

APÊNDICES	234
APÊNDICE A: BORGES DA FONSECA (1808-1872).....	235
APÊNDICE B: JOAQUIM DA SILVA (1820-1889).....	237
APÊNDICE C: FRANCISCO XAVIER JUNIOR (1853-1935)	240
APÊNDICE D: FRANCISCO COUTINHO DE LIMA MOURA (18??-1957).....	242
APÊNDICE E: FRANCISCA MOURA (1860-1942)	246
APÊNDICE F: CORIOLANO DE MEDEIROS (1875-1974).....	248
APÊNDICE G: CATHARINA MOURA (1882-19??)	253
APÊNDICE H: OLIVINA OLÍVIA CARNEIRO DA CUNHA (1892-1977).....	257
APÊNDICE I: JOSÉ COELHO (1898-1954).....	260
APÊNDICE J: EUDESIA VIEIRA (1894-1981).....	263

1 HORIZONTE DA TESE: RECONSTRUINDO A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

[...]

O professor não morre. Dilui-se em cada aluno para avultar depois.

Para se reproduzir indefinidamente.

[...]

Eudesia Vieira

No poema, intitulado “Cônego João de Deus”¹, Eudesia Vieira homenageou o poeta, professor e padre João de Deus recém falecido. Destacamos o trecho relativo ao seu desempenho como docente, na qual Vieira inferiu que os alunos carregaram com si uma parte do professor e, por isso, sua vida não findara, pois se refletiria nas gerações seguintes. Esse trecho trouxe para nós, pesquisadoras em história da educação, perguntas sobre quem eram esses sujeitos e como podemos articular suas produções com o contexto educacional do período.

Assim, começamos a construção do nosso projeto doutoral. Durante as pesquisas da nossa dissertação - intitulada **Primeira república, intelectuais e educação: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1886-1915)** - percebemos que vários intelectuais, atuantes no Império e na Primeira República, foram professores de primeiras letras e de escolas normais². Essa nossa percepção acabou sendo ratificada ao realizamos uma rápida pesquisa em biografias e verbetes biográficos. Logo, resolvemos interpretar as experiências dos intelectuais que foram professores de primeiras letras na Parahyba³.

Compreender o exercício desses intelectuais enquanto professores foi um processo para pensar a nossa própria memória enquanto pedagoga e a memória da nossa profissão, a qual por causa de diversos esquecimentos acabou relegando ao profissional docente um local secundarizado, principalmente o das séries iniciais do ensino fundamental, apenas como um

¹ Publicado no livro **Cerne Contorcido** (VIEIRA, s/d).

² Como foi o caso de Manoel Bomfim estudado por nós na nossa dissertação, ver Espindola (2012).

³ O atual estado da Paraíba possuiu diversas nomenclaturas durante o século XIX e XX que se alternaram diversas vezes, a saber: Parahyba do Norte, Parahyba, Parahiba etc. Como há uma constância maior nos documentos pesquisados da nomenclatura Parahyba, optamos por essa escrita na tese.

reprodutor de regras, leis e livros didáticos. Acreditamos que apreender a atuação dessas pessoas e dos seus escritos, ou seja, o lugar social no *longo século XIX* é uma forma de restituir a nossa identidade docente atual. Nos interessamos em entender as experiências desses e as mudanças propostas para educação do período em que viveram, modificações essas que foram construídas por esses personagens e ao mesmo tempo foram produtoras de identidades para esses.

Nossa tese é que, durante o *longo século XIX*, muitos intelectuais participaram do processo de escolarização no Brasil, além de terem exercido a profissão docente nas escolas de primeiras letras e terem diversos escritos direcionados a educação. Essas atuações como professores nas escolas de primeiras letras podem ter sido de longa duração - como o caso da Francisca Moura – ou de curta duração - Borges da Fonseca e Catharina Moura - impactando os seus escritos, principalmente quando se referiam à questão da educação no país.

Nosso percurso em história da educação iniciou em 2009, ainda na graduação de Pedagogia, quando tivemos contato com a temática sobre os intelectuais por meio da nossa inserção no grupo de pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil - seção Paraíba (HISTEDBR-PB⁴) na linha **História intelectual e dos intelectuais, (auto)biografias e estudos de gênero**, sob a coordenação do Professor Dr. Charliton José dos Santos Machado. Em 2010, somamos a entrada no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nossa dissertação teve como objetivo analisar as ações, voltadas para a instrução, de Castro Pinto - presidente do estado da Parahyba (1912-1915)⁵, foi defendida em julho de 2012 e orientada pelo Professor Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa. Em 2013, entramos no doutorado na mesma instituição e programa, além de inserimo-nos no Grupo de História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO)⁶. Para nós,

⁴ O HISTEDBR-PB conta com a coordenação do Professor Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa e da Professora Dra. Mauricéia Ananias. Está vinculado ao grupo nacional do HISTEDBR, coordenado pelo Prof. Dr. Dermeval Saviani da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O grupo local tem como foco desenvolver pesquisas em história da educação na Paraíba e realizar levantamentos e catalogações de fontes para pesquisas nesse campo do conhecimento no estado.

⁵ Durante o mestrado, ao acompanharmos um intelectual apreendemos as mudanças implementadas tanto no estado quanto na instrução pública no período, apesar disso estudar um curto período suscitou para nós diversas questões que não poderiam ser respondidas naquele momento. Percebemos que, tal como Castro Pinto, os intelectuais do período possuíam diversas identidades profissionais como professores, escritores, inspetores de ensino, políticos, etc.

⁶ O GHENO tem a coordenação da Professora Dra. Cláudia Engler Cury e da Professora Dra. Mauricéia Ananias. O objetivo do grupo de pesquisa é coletar, organizar e publicar livros de fontes documentais

pesquisadoras em história da educação, a participação nesses locais de estudo e pesquisa é fundamental para construção da nossa narrativa.

A narrativa histórica só é significativa se estiver permeada da experiência temporal que foi e é sempre partilhada pelos membros de uma comunidade. Realizamos a construção da nossa pesquisa com idas aos arquivos, leituras de teorias e outras pesquisas sobre o assunto. E nos debates com os nossos pares, ressignificando nossas fontes, nossa teoria e nossa própria narrativa profissional e pessoal.

Iniciamos o nosso trabalho de escrita com um levantamento das teses e dissertações do PPGE/UFPB. Listamos 33 dissertações e 11 teses defendidas na linha de história da educação entre os anos de 2011⁷ e 2015. Quanto ao recorte histórico⁸ utilizado, localizamos: a) Império - duas dissertações e duas teses; b) Transição Império para República - três dissertações; c) Primeira República - seis dissertações e uma tese; d) 1930-1960 - 11 dissertações e seis teses; e) Pós-1960 - oito dissertações e uma tese; f) Sem datação⁹: três dissertações e uma tese.

Dessas cinco dissertações possuem como temática os intelectuais, a saber: **A trajetória intelectual de Silvino Olavo: uma análise histórica, cultural e educacional** de Simone Vieira Batista defendida em 2011; a nossa, de 2012; **Atuação educacional de Carlos Dias Fernandes na Parahyba do Norte (1913-1925): jornalismo, literatura e conferências** de Amanda Sousa Galvínio de 2013; **Um projeto reformista no Brasil dos Oitocentos: a questão educacional na agenda política de Joaquim Nabuco (1879-1888)** de Dalva Regina Araújo da Silva de 2013; e **Educação na Primeira República parahybana: legislação, imprensa e sujeitos no governo de Camillo de Hollanda (1916-1920)** de Ingrid Karla Cruz Biserra de 2015.¹⁰ Porém, apesar de constarmos que o conceito de intelectual foi utilizado e referenciado nessas

sobre a instrução no período oitocentista, bem como publicar coletâneas de artigos dos membros do grupo.

⁷ Esse recorte foi realizado por duas questões, a saber: a linha de história da educação é recente no PPGE, a primeira turma data da reorganização do programa ocorrida em 2007; as informações disponibilizadas no *site* do PPGE (<http://sistemas.ufpb.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=1906>) só são completas a partir do ano de 2011.

⁸ Conferimos os resumos para fazer a datação e tomamos como base o ano inicial do recorte.

⁹ O recorte histórico dessas pesquisas não consta nem no título do trabalho nem no seu respectivo resumo.

¹⁰ Todas essas dissertações dispuseram como orientador o professor Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa.

dissertações, não existe nelas uma discussão sobre a laboração desses sujeitos como professores de primeiras letras.¹¹

Após esse levantamento das produções internas ao programa que cursamos, realizamos outro no **Banco de Teses e Dissertações** da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹². Escolhemos fazer a busca por teses na área de concentração de educação e com as seguintes palavras: Intelectuais; Império; República; XIX; XX.¹³ Após essa primeira seleção, procuramos os resumos desses trabalhos para a leitura¹⁴. Caso houvesse no resumo e nas palavras-chave da tese a menção ao termo *intelectual* e o período delimitado entre o Império e a Primeira República, buscamos a referida para consultarmos o primeiro capítulo.

Encontramos 34 teses defendidas entre os anos de 2013 a 2016. Dessas duas não estavam disponíveis para a consulta. Outras 12 teses utilizam o termo *intelectual*, porém, não trazem nenhuma definição do conceito, quatro trabalham com indivíduos que foram denominados por seus autores como intelectuais. Dez teses citam definições para o termo, todavia não apresentam preocupações teórico-metodológicas em relação ao estudo dos intelectuais. Os termos foram definidos com bases nos estudos de: Bakunin; Cambi; José Murilo de Carvalho; Fausto; Freitas e Kuhlmann Jr.; Gramsci; Kuhlmann Jr.; Nunes; e Maria Inês Zanelli,

Nove teses trabalham com o referencial teórico-metodológico para o estudo dos intelectuais. Dos autores citados: Sirinelli (sete teses); Gramsci (três teses); Bourdieu (duas teses); Schueler (duas teses); Chamon (uma tese); Angela de Castro Gomes (uma tese); Mingnot (uma tese); Jussara Pimenta (uma tese); Portelli (uma tese); Vieira (uma tese); e Wardi (uma tese). Em uma das teses existe a consideração da atuação dos intelectuais no magistério de primeiras letras, a saber: **A urdidura do magistério primário na Corte imperial: um professor na trama de relações e agências** de Angélica Borges de 2014. Oito dessas pesquisas

¹¹ Ressaltamos que na dissertação de Ingrid Karla Cruz Biserra, a relação aparece contudo ela foi embasada no nosso projeto para esta tese.

¹² Disponível em: < <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>.

¹³ Com essa seleção o banco de dados da CAPES gerou 3211 registros de teses e dissertações. Consultamos apenas as teses.

¹⁴ No banco de dados da CAPES está disponível um *link* para a consulta dos resumos dos trabalhos realizados entre os anos de 2013 a 2016 e que constam na Plataforma Sucupira.

foram realizadas em universidades públicas e apenas uma era em universidade particular; cinco teses foram defendidas na região Sudeste do Brasil, três na região Sul e uma no Nordeste.

Os dados recolhidos do banco de dados da CAPES mostram que as pesquisas com intelectuais no Brasil ainda precisam de um maior aprofundamento teórico-metodológico. Vieira (2008, 2011), Maximo (2000) e Xavier (2016) ressaltam a indispensabilidade de se repensar o conceito, a teoria e a metodologia que envolvem os intelectuais nas pesquisas. De acordo com Xavier (2016) ocorre uma *naturalização* do conceito de intelectual em várias teses e dissertações na história da educação do Brasil. Nessas a aplicação do conceito é realizada de forma universalista, sem preocupações com as matrizes ou com as especificidades “[...] que permeiam as posições, as funções e as contribuições particulares dos indivíduos que, por terem atuado na organização das instituições de ensino ou por terem publicado estudos sobre a educação, são, automaticamente, classificados como intelectuais.” (XAVIER, 2016, cap. 18).¹⁵

Em um segundo momento, partimos para recolher as fontes nos arquivos. Coletamos os documentos nos arquivos públicos de João Pessoa, a saber: no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP); no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba (Fundação Espaço Cultural-FUNESC); na Biblioteca Álvaro de Carvalho da Academia Paraibana de Letras (APL); na Hemeroteca do Arquivo Judiciário¹⁶; no Núcleo de documentação e Informação Histórica e Regional (UFPB). Pesquisamos nos dois acervos da Fundação Biblioteca Nacional localizada na cidade do Rio de Janeiro, a saber: dos manuscritos e das obras raras.

Além da visita a esses arquivos, utilizamos os documentos digitais tanto os que foram recolhidos por grupos de pesquisa como o caso do GHENO (CURY; ANANIAS; PINHEIRO, 2015) e do DVD **Fontes para o estudo da história da escola primária no Brasil (1889-1930)** (SOUZA, 2011), quanto os que estão disponíveis na internet. Os sites pesquisados foram: a Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional < <http://bndigital.bn.br/>>; Jornais e folhetins literários da Paraíba no século XIX < <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>>; *Brazilian Government Document Digitization Project - Center For Research Libraries*

¹⁵ Esse livro possui o formato de e-book, edição da Kindle, e não há paginação (o número de páginas não aparecem, pois variam de tamanho da letra e de suporte utilizados). Como a ABNT ainda não regulamentou esse tipo de citação, optamos por colocar o número do capítulo correspondente ao texto citado.

¹⁶ Visitamos esse arquivo no período do nosso mestrado, quando ele ainda estava localizado na cidade de João Pessoa, atualmente ele foi transferido para a cidade de Bayeux.

<<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>; *Brazilian Libraries*
 <<https://archive.org/details/brasiliansa?and%5B%5D=parahyba&sort=-publicdate&page=3>>;
 Câmara dos Deputados < http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>.

O processo de digitalização eletrônica conta com vantagens e desvantagens para os arquivos em relação ao microfilme¹⁷, pois: facilita o acesso à informação em computadores pessoais de qualquer localidade; pode gerar cópias de alta qualidade, nas quais imperfeições como manchas podem ser removidas; auxilia a recuperação e a preservação dos originais. Por outro lado, com a rapidez do desenvolvimento das tecnologias, temos o risco desses arquivos digitais tornarem-se obsoletos¹⁸. Existe uma pré-seleção do que será ou não digitalizado, gerando para o pesquisador um acesso limitado e recortado dos documentos existentes no acervo físico do arquivo (AMORIM, 2000).

Na próxima seção, realizamos uma apresentação dos objetivos, do recorte histórico e das questões da nossa pesquisa. Além de mostrar a forma com que construímos a nossa tese, referenciando alguns conceitos pertinentes para tal.

1.1 PROBLEMATIZAÇÕES, OBJETIVOS, RECORTE HISTÓRICO, JUSTIFICATIVA E FONTES

Esta pesquisa tem como tema as experiências dos intelectuais que atuaram no processo de escolarização primária no Império e na Primeira República na Parahyba. Interpretamos o processo de escolarização na Parahyba com base em um enfoque que privilegia a ação de alguns sujeitos, os quais foram selecionados por nós tomando-se como perspectiva o entendimento sobre o que era ser um intelectual no período estudado. Dessa forma, partimos do questionamento: será que essas pessoas tiveram uma participação no processo de escolarização,

¹⁷ Amorim (2001) defende uma abordagem híbrida para preservação dos documentos nos arquivos. Ou seja, a utilização da microfilmagem para a preservação e da digitalização eletrônica para o acesso das informações.

¹⁸ Esse é o caso do arquivo da Câmara dos Deputados, o qual necessita de uma extensão que não é mais executada pelo *Google*.

produzindo, adaptando, remodelando e divulgando as ideias educacionais/pedagógicas presentes no Brasil?

Por conseguinte, formulamos outras questões para a construção do nosso objeto. Como selecionar esses indivíduos? Como eles pensaram a educação/a instrução no período? Será que participaram da elaboração de leis e reformas para a instrução? Como essas pessoas agiram na sociedade em que viveram?

Com base nesses questionamentos elaboramos o nosso objetivo principal que é realizar uma interpretação sobre as experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária no *longo século XIX* na Parahyba. Além de:

- ✚ Selecionar alguns sujeitos - professores de primeiras letras - para compor suas experiências em relação à educação. Vale ressaltar que os escolhemos com base nas fontes catalogadas e que não pretendemos pensar neles como tipos-ideais, ou seja, como representantes do restante dos indivíduos. Seguimos por outro caminho que foi o de entender as ações desses frente às mudanças recomendadas para a educação e as mobilizações dos mesmos para as alterações no campo educacional;

- ✚ Apreender as modificações sugeridas no processo de escolarização no Império e na Primeira República. Para tal, investigamos essas transformações com base nas produções discursivas dos personagens selecionados.

- ✚ Compreender os argumentos sobre educação realizados por essas pessoas e divulgados em diversos meios como jornais, livros, cartas, relatórios, etc.

- ✚ Delimitar e analisar algumas questões contidas nas vozes das figuras selecionadas, como: os métodos adotados nas escolas, a educação da mulher ou a ausência dessa educação, os materiais pedagógicos, a abolição da escravidão, a fundação de sociedades etc.;

O marco inicial proposto para a nossa tese é 1824, pois esse foi o ano que Antônio Borges da Fonseca assumiu a função de professor de primeiras letras, na Cidade Alta, bairro da capital parahybana. E a data final é 1922, ano em que o livro de Eudesia Vieira, **Pontos de História do Brasil**, foi adotado nas escolas de primeiras letras do estado (NÓBREGA, 1955). Outro motivo para termos escolhido essa data como a final da nossa pesquisa foi o fato do estado da Parahyba já possuir no período três grupos escolares (dois na capital e um na cidade Umbuzeiro), a progressão da construção dessas escolas passou a se acelerar pós-década de 1920. Com a instalação dos grupos escolares, houve alterações expressivas no trabalho docente,

isso posto decidimos selecionar apenas os sujeitos que deram aula em cadeiras de primeiras letras ou escolas reunidas.

Consoante Pinheiro (2001), a passagem de um modelo escolar para o outro - escolas de primeiras letras para grupos escolares - se deu de forma lenta e gradual, só em meados da década de 1920 que os grupos escolares passaram a reunir a maioria dos alunos no estado. A criação dos grupos escolares denotou o fechamento de um ciclo de transformações para a instrução de primeiras letras, ou seja, “a forma escolar destinada à grande obra de difusão da escolarização em massa consolidou a estrutura da escola graduada na educação brasileira cujos vestígios permanecem até o presente.” (SOUZA, 2007, p. 59).

Carvalho (1993) chama-nos atenção para a periodização da educação brasileira embasada na matriz azevediana, a qual se constituiu como um programa político em que a enunciação do presente era realizada com base na carência do passado. Percebemos, diante disso, que a periodização da história da educação gerou uma espécie de esquecimento dos modelos escolares no Brasil anteriores aos grupos escolares. Em razão disso, para pensarmos uma periodização na área, o conceito de *forma escolar*¹⁹ (VICENT; LARHINE; THIN, 2001) deve vir à tona, diante disso, Carvalho (1993) questiona a ideia de *vazio educacional* no período colonial e indica que - mediante uma analogia com o ensino secundário colonial de aulas avulsas - seja pensado, nas pesquisas, a escola primária tomando-se por base as reformas pombalinas. Pois, com a sua instituição percebemos as rupturas no processo de escolarização brasileiro, as quais atribuíram um modelo de organização do ensino nas escolas de primeiras letras nos oitocentos.

Levantamos aqui uma hipótese que averiguamos durante o curso desta pesquisa. Conforme Saviani (2006a), para a história da educação brasileira existiu um *longo século XX*, o qual iniciou em 1890 com o surgimento dos grupos escolares em São Paulo. Esse modelo educacional trouxe uma série de modificações como: a construção de prédios escolares; a seriação das turmas, novos sujeitos escolares etc. Porém, Pinheiro (2001) ressalta que essa

¹⁹ Para Vicent, Larhine e Thin (2001), as formas escriturais-escolares de relações sociais surgiram na França urbana do fim do século XVII. Entre elas a *forma escolar* moderna, a qual “[...] constitui-se e se constrói nas lutas e transformações” das sociedades (VICENT; LARHINE; THIN, 2001, p. 46). O processo de constituição instituiu algumas características, a saber: a escola como espaço específico (saberes objetivados); a pedagogização das relações sociais de aprendizagem (saberes formalizados); a codificação dos saberes e das práticas escolares (sistematização do ensino); a escola como lugar de aprendizagem de formas de poderes e como o domínio do escrito.

quebra com a forma escolar anterior, escolas isoladas, só ocorreu efetivamente na Parahyba a partir do final da década de 1920. Em São Paulo, em consonância com os dados apresentados por Saviani (2006a), no início do século XX, os grupos escolares já tinham mais da metade das matrículas. Logo, como pensar o processo de escolarização na Parahyba? Existe uma diferença entre o contexto paulista e o parahybano. Então, inferimos que diferentemente de São Paulo, as escolas isoladas na Parahyba conservaram centralidade no processo de escolarização até o final da década de 1920. Sendo essa uma forma escolar advinda do século XIX, temos, à vista disso, um *longo século XIX*. Essa questão guiou a nossa pesquisa.

Nossa segunda hipótese foi que no período denominado de *era das cadeiras isoladas* por Pinheiro (2001), percebemos que vários intelectuais exerceram o magistério nas primeiras letras, contudo com a transição para a *era dos grupos escolares*, esses sujeitos afastaram-se do magistério de primeiras letras e passaram a assumir outros cargos nas instituições de ensino como os de: diretor, inspetor de ensino, professor do Liceu²⁰ e Escola Normal da Parahyba. Sabemos que há uma grande diferença nas atribuições dos professores para essas duas *eras*, na primeira “[...] as instituições de ensino eram isoladas e funcionavam sob precário controle do Estado, além de ter seu funcionamento pedagógico quase sempre subordinado única e exclusivamente ao arbítrio do próprio professor, detentor da *cadeira*.” (PINHEIRO, 2001, p. 08, grifo do autor). Nos grupos escolares, o professor perdeu a centralidade em relação às decisões pedagógicas e administrativas da escola, *novos* personagens foram incorporados a escola como o diretor, o porteiro, etc. Será que essa descentralização de tarefas para o professor tornou a profissão menos interessante para alguns grupos sociais como os intelectuais? Ou foi apenas uma questão financeira, baixos salários, que afastou esses grupos da profissão?

Esta pesquisa tem relevância porque a atuação desses indivíduos pode trazer um conjunto de elementos pertinentes para entendermos o processo de escolarização numa determinada sociedade e para a construção da nossa identidade docente. A identidade profissional é construída a partir da sua significação social, da revisão constante dos seus sentidos, da revisão das tradições e da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem expressivas (PIMENTA, 2007). Consequentemente, para construirmos uma identidade docente precisamos saber como ela foi representada e o que ela simbolizou nos

²⁰ Do mesmo modo que a nomenclatura da Parahyba, o Liceu possuía diversos nomes, a saber: nos oitocentos era denominado de Lyceo Provincial e na Primeira República de Lyceo ou Lyceu Parahybano. Procuramos grafá-lo como Liceu.

períodos passados, essa história construída deve ser tomada como base para a resignificação da nossa profissão atualmente.

Para assimilarmos o processo de escolarização²¹, faz-se necessário a apreensão desse termo em dois sentidos: o primeiro, ligado ao estabelecimento dos processos e políticas que levaram a organização “[...] de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião [...]” (FARIA FILHO, 2010, p. 150); e no segundo, a “[...] escolarização é entendida como a produção de representações sociais que têm na escola o *locus* fundamental de articulação e divulgação de seus sentidos e significados.” (FARIA FILHO, 2010, p. 150, grifo do autor). Essa segunda acepção liga-se não apenas com os aspectos intramuros da escola, mas principalmente com a forma como ocorreu a configuração da difusão escolar no mundo moderno.

Pesquisas já realizadas em Minas Gerais, nos mostram que a legislação educacional, as reformas da instrução de primeiras letras e seus propositores - intelectuais, professores e políticos -, durante os séculos XIX e XX, “[...] buscaram apreender e dar legitimidade à escolarização, tomando como base as noções de civilidade ordem e progresso [...]” (FARIA FILHO, 2008, p. 83). Durante nossa pesquisa dissertativa, esses fatores foram identificados na Parahyba - a visão da educação como redenção nacional - seria com a difusão da instrução elementar que o Brasil teria a possibilidade de se modernizar e de solucionar os seus problemas. As escolas, nesse contexto, tinham um papel central, porque seria com base nelas que o Estado poderia criar um ideário de povo e de nação (HOBSBAWM, 2015). Porém, não nos esquecemos o alerta que Pinheiro (2001) faz em relação à instrução pública no país, e especificamente na Parahyba, sobre a forma que a expansão escolar ocorreu: pouco estruturada e oscilatória.

O que realizamos com esta pesquisa, não foi apenas a análise da circulação e apropriação do pensamento pedagógico/educacional na Parahyba e no Brasil, não obstante entendemos como os sujeitos selecionados posicionaram-se frente ao processo de escolarização da sociedade parahybana da época. Verificamos a forma com que esses intelectuais utilizaram em suas exposições o fato de terem sido docentes de primeiras letras e qual a importância dessa

²¹ Para entendermos a escolarização de uma sociedade devemos pensar em longos períodos. Para o Brasil, por exemplo, os dois últimos séculos. Porém, isso não exclui a imprescindibilidade de pesquisas que articulem outras escalas de tempo com o processo de escolarização em diversas localidades (FARIA FILHO, 2008).

experiência para a escrita sobre o processo de escolarização. Como resultado, desnaturalizamos a instituição escolar como a-histórica e a inserimos em um processo mais amplo, no qual a própria institucionalização da educação escolar é entendida como um processo sociocultural e histórico (FARIA FILHO, 2008).

Para tal, articulamos diversas questões - como os espaços, os conhecimentos, os métodos escolares, entre outros - com a análise das fontes e com a experiência de diversos indivíduos, para compormos o processo de escolarização na província/no estado. Experiência aqui toma o sentido thompsoniano, a qual seria uma mediação entre a determinação e apropriação, entre a generalização e a singularidade. Consoante Bertucci, Faria Filho e Oliveira (2010, p. 49): “A noção de experiência [para Thompson] implica, necessariamente, o reconhecimento dos sujeitos como reflexivos que, em suas ações, repõem continuamente o movimento da história.”.

Trabalhar com o conceito de escolarização tem uma função relevante. Tomando-se por base esse conceito, saímos do esquema explicativo de objetos de análises para a história da educação centrados apenas na organização escolar ou nas ideias pedagógicas/educacionais (VEIGA, 2008). Desse modo, para pensarmos o processo de escolarização da sociedade parahybana não excluimos as duas análises citadas acima e sim acrescentamos a experiência de diversos sujeitos nessa construção (BERTUCCI; FARIA FILHO; OLIVEIRA, 2010). Esse processo deve ser percebido dentro dos conflitos e embates políticos de uma determinada época, para que possamos reconhecer a educação como uma prática política e social que se articula com outras práticas (VEIGA, 2008).

Como ressaltam Carvalho (1993) e Faria Filho (2008), o processo de escolarização e de mudança e/ou consolidação de uma *forma escolar* são processos longos e precisam ser pensados com base em um recorte temporal maior. Além disso, faz-se necessário pesquisar algumas outras questões que se tornaram pano de fundo desses processos, como: a produção, circulação e pertinência de modelos escolares, os métodos para serem adotados nas escolas, os livros didáticos indicados, os materiais pedagógicos, a questão da docência e para quem era destinado esse ensino. Por essa razão, percebemos a necessidade de trabalharmos com as cadeiras de primeiras letras, anteriores aos grupos escolares e de importância para o estabelecimento das redes educacionais não só no Brasil, mas também no exterior.

A pesquisadora em história utiliza-se das representações coletivas e sociais para

investigar os documentos, por isso, destacamos as fontes utilizadas no nosso trabalho doutoral:

✚ Impressos: há uma crescente produção de pesquisas na história que trabalham com a imprensa “[...] como fonte documental, integra-se a outros materiais que dão suporte a pesquisas e reflexões em áreas diferentes; como objeto, transforma-se ela mesma no foco dos trabalhos” (MOREL; BARROS 2003, p. 08);

✚ (Auto)biografias e verbetes biográficos: o historiador ao se utilizar de biografias não pode realizar uma redução do comportamento dos sujeitos a tipos-ideais, é necessário apreciar a trajetória individual dos personagens e o sistema social que ele está inserido, em vista disso “[...] qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente por meio de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica.” (LEVI, 2006, p. 176). Seria a falta de *novos* documentos que alimentou na pesquisa o uso de (auto)biografias, havendo uma renovação da história. Porém Levi (2006) alerta que devemos reconhecer a diferença entre o fazer histórico e a literatura para podermos utilizar esse recurso como fonte.

✚ Livros destinados à escola: Hansen (2007, p. 41), ao analisar os livros para as escolas primárias da Primeira República, entende que muitos foram escritos por intelectuais renomados do período, reforçando “[...] a importância atribuída pelos intelectuais a este setor de ensino no processo de formação nacional”.

✚ Legislação educacional: tomamos como pressuposto o fato de que as “[...] leis constituem-se em invulgares registros de valores e ideais característicos de um determinado período histórico.” (INÁCIO FILHO; SILVA, 2010, p. 217);

✚ Mensagens dos presidentes da província/do estado: “As mensagens dos presidentes do estado contribuem para a explicação da trama que esteve implicada no processo de produção da escola [...]” (GONÇALVES NETO, 2009, p. 111);

✚ Relatórios da instrução pública: podem trazer importantes representações sobre a instrução de primeiras letras da época, porque neles constatamos uma leitura que balizou as providências necessárias para a instrumentalização da educação, melhoria da instrução, da cidade e do estado (SOUZA, 1998; FARIA FILHO, 2000);

✚ Cartas, ofícios, circulares, despachos etc.: trazem solicitações de diversos sujeitos com os professores e os inspetores escolares. Versam sobre diversos assuntos como pedidos de licença, materiais para as cadeiras isoladas, remoção de professores, tal como sua renomeação. Faria Filho (2000), tomando como base a sua pesquisa em Minas Gerais, coloca

que esses documentos são fundamentais para a escrita da história da educação, pois possibilitam o nosso acesso a outros personagens da educação pública que tiveram uma participação efetiva na construção da escolaridade das províncias/dos estados;

Nós, pesquisadoras de história da educação, selecionamos os testemunhos guardados nos arquivos, para torná-los documentos para nossas pesquisas, com base em questionamentos. Essa escolha passa por uma subjetividade implicada, em que nós imersas em questionamentos, trabalhamos com alguns documentos e não com outros. Essa subjetividade não está presente só no trabalho de pesquisa, todavia existe no momento da guarda desses documentos nos arquivos e no momento de escolha de qual serão os documentos partilhados em sites da internet.

A seguir, realizamos uma revisão bibliográfica do conceito de intelectual e suas possíveis aplicações na área da história da educação.

1.2 OS INTELECTUAIS E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Uma das primeiras questões que nos colocamos para a realização desta tese foi de como pensar os professores e os intelectuais na Parahyba no período? Durante nossa pesquisa de mestrado nos deparamos com uma questão parecida: Castro Pinto poderia ser considerado um intelectual parahybano? Partimos das discussões propostas por Alonso (2002), Rocha (2004) e Vieira (2008, 2011) e procuramos na trajetória e na atuação desse homem - sua formação e sua ação no campo político e educacional - as marcas para responder afirmativamente essa pergunta.

Para nosso trabalho atual de escrita, sentimos a primordialidade de aprofundamento do conceito de intelectual para podermos pensar os sujeitos como tal. Por isso, realizamos uma revisão bibliográfica do termo, a exigência de realizarmos essa breve revisão foi percebida por nós, pois corroboramos Vieira (2008, 2011), Maximo (2000) e Gil, Zica e Faria Filho (2012) ao colocarem a inevitabilidade de se (re)interpretar esse conceito baseado em pesquisas empíricas, pois o conceito possui diversas definições geradas por contextos específicos. No final desta tese, formulamos uma caracterização dos intelectuais no *longos século XIX*, embasadas nas experiências dos indivíduos estudados.

Atualmente, existem diversos estudos sobre os intelectuais brasileiros do período do Império e da Primeira República, citamos, entre tantos, as teses de: Lilia Schwarcz defendida em 1993; Angela Alonso de 2000; Marlos da Rocha de 2002; André Botelho, também, de 2002; Jean Costa de 2003²². Esses autores trabalharam com os intelectuais com diferentes referenciais: Schwarcz (2010) e Costa (2003), a raça; Alonso (2002), o movimento intelectual da *geração 1870* e Rocha (2004), o pensamento educacional no Brasil.

A apreensão da participação dos intelectuais para a constituição do processo de escolarização é pertinente para a história da educação no Brasil. De algumas décadas para cá, ocorreu uma intensificação desses estudos na historiografia da educação brasileira, esses relacionam os intelectuais e a educação como eixo principal para o entendimento do papel da instrução na sociedade brasileira em diversas épocas históricas (FARIA FILHO; CHAMON; INÁCIO, 2009; ROCHA, 2008; VIEIRA, 2008, 2011). Porém, Vieira (2011) expõe que apesar dessas pesquisas, poucas são as reflexões sistemáticas sobre a problematização do conceito de intelectual na história da educação brasileira. Surgindo para nós, dois questionamentos, a saber: O que seria ser um intelectual no período que estudamos? E como pensamos o intelectual no âmbito do conhecimento histórico e especificamente no contexto da produção do campo da história da educação?

Para Le Goff (2003)²³, os intelectuais já podem ser percebidos durante o medievo no renascimento das cidades no Ocidente Europeu. O autor relaciona a revolução urbana, a evolução escolar e o surgimento de novas profissões ligadas a leitura e a escrita entre os séculos X e XIII. Dessa maneira, os intelectuais eram partícipes de diversos grupos urbanos que tinham como fulcro da sua atividade a leitura e a escrita para o exercício de seus ofícios ou profissões, como por exemplo: os homens da Igreja, os professores, os notários, os escribas entre outros.

Maximo (2000)²⁴ discorre que tornou-se consensual para os pesquisadores do conceito de intelectual tomarem como referência para o surgimento desse conceito o caso *Dreyfus* e, por conseguinte, o “Manifesto dos intelectuais” de Paris em 1898. “A partir daí, a ‘Intelligenzia’, enfim, se transforma em sujeito na história e passa a usar, explicitamente, de seu prestígio de

²² As quatro primeiras teses já foram transformadas em livros, pelos quais nos guiamos (SCHWARCZ, 2010; ALONSO, 2002; ROCHA, 2004; BOTELHO, 2005).

²³ Esse livro foi escrito no final da década de 1950.

²⁴ Livro publicado na década de 1970.

homens da cultura para inferir no poder político.” (MAXIMO, 2000, p. 18). O conceito, portanto, teve sua origem no século XIX e sua delimitação mais nítida no século XX. Porém, o autor salienta que esse pensamento é restritivo, pois ele encontrou vários autores que reconheciam a presença de intelectuais na idade média, os contornos do conceito de intelectual já podiam ser percebidos nos séculos XII, XIII e XIV. Maximo (2000) explica que o nascimento da *intelectualidade* se sobrepõe ao surgimento da classe política da burguesia nesses séculos.

Bauman (2010)²⁵ segue esse mesmo direcionamento, ao realçar que a palavra *intelectual* foi cunhada definitivamente no início do século XX e que procurou abranger e reafirmar a centralidade de um grupo de pessoas heterogêneo - como romancistas, jornalistas, cientistas, filósofos etc. Porém, articula que seria pouco frutífera a pergunta “quem são os intelectuais?”, sem fazer uma relação entre o tempo vivido desses indivíduos e suas relações. Por esse motivo, Bauman (2010) coloca que há uma linha tênue entre ser ou não intelectual em um determinado período, essa seria definida não por pelas atividades pré-estabelecidas, mas sim pela forma que diversas profissões se colocaram e se mobilizaram em relação às questões globais - como a produção e disseminação de um conhecimento, a centralidade do Estado (no caso da modernidade), etc. Em suma as questões centrais seriam: qual o papel de intelectual em uma determinada época? E quais as estratégias desenvolvidas pelas suas práticas?

Para Sirinelli (1993), o termo intelectual engloba um carácter polissêmico e polimorfo e seus significados dependem da sociedade que viveram. O que legitimaria uma pessoa como intelectual seria a sua participação e seus instrumentos de intervenção social. Sirinelli (1993, p. 256-257) ainda distingue “[...] duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. [...]”. O autor enfatiza que estudar esse grupo é um processo complexo e:

[...] a história política dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa longa e ingrata, e pela exegese dos textos, e particularmente, dos textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo; e sua história

²⁵ Publicação do início da década de 1980.

social exige a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopográficas. (SIRINELLI, 1993, p. 244-245).

Burke (2003) ao se referir a um *grupo de homens de letras* que começou a se formar na segunda metade do século XVII em algumas partes da Europa - em grandes centros como Paris, Londres, Amsterdã e Berlim - explana a distinção desses intelectuais pelo fato de possuírem uma certa independência dos governos. O autor acentua que esse grupo tinha como características principais: ideias políticas próprias ou diversas do governo, um contato entre si, a escrita em periódicos e ainda a publicação de obras²⁶.

Entender os espaços sociais que os intelectuais eram partícipes torna-se o fulcro de algumas pesquisas em histórias e em história da educação. Destarte, faz-se necessário o conhecimento das produções desses sujeitos no contexto de um campo macrossocial, seus tempos históricos, partilhados por outros tantos da sua esfera local, quanto da nacional e da internacional. Investigamos os pensamentos de um grupo dentro de um horizonte de tradições, no qual entendemos algumas questões relativas a um contexto microssocial - formação e atuação, por exemplo - e na esfera macrossocial - o pensamento educacional da época.

Bauman (2010)²⁷ e Vieira (2011) delimitam algumas estratégias para o entendimento do conceito de intelectual, resumidamente seriam: sentimento de pertença a um estrato social, o qual acaba por produzir a própria identidade social, o que Bauman (2010) chama de *autodefinições*; e o sentimento de missão ou dever social que proporciona um engajamento político, que para Bauman (2010) deriva da própria tendência iluminista e racionalista de assunção de projetos globais por esse grupo e para Vieira (2011, p. 02) resulta em mais duas proposições: a relação entre a vinculação discursiva da modernidade e da educação; e a centralidade do Estado “como agente político para a efetivação do projeto moderno de reforma social”. Porém, os autores ressaltam que essas estratégias não podem ser pensadas como fixas e devem ser remodeladas nas pesquisas de acordo com os intelectuais estudados.

Alonso (2002) sublinha três conceitos que nos parecem notórios para o estudo com

²⁶ A imprensa, na Europa do início do século XVIII, gerou o aparecimento de novas profissões como jornalistas e *gazetiers* (GASPARELLO; VILLELA, 2009).

²⁷ Para esse autor há uma distinção entre os intelectuais modernos e pós-modernos: o divórcio entre o Estado e a fala dos intelectuais. Os primeiros, modernos, são sintetizados na figura dos legisladores e os segundos na figura dos intérpretes (BAUMAN, 2010).

intelectuais. O primeiro deles é o de *repertório* como um conjunto de recursos utilizados pelos intelectuais em um determinado período histórico, ou seja, o repertório é “[...] composto de padrões analíticos; noções; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem; metáforas.” (ALONSO, 2002, p. 39). Desse modo, nas pesquisas devemos realizar uma reflexão sobre os argumentos políticos-educacionais do período, os repertórios não são apenas formas de pensar, mas também formas de agir.

E aqui chegamos ao segundo conceito: o de *ação política*, pois os repertórios eram empregados como uma *caixa de ferramenta* (ALONSO, 2002). Ou seja, por meio de uma triagem eram utilizados para “[...] compreender certas situações e definir linhas de ação [...]” (ALONSO, 2002, p. 40).

O terceiro é o conceito de *comunidade de experiência*²⁸. Para Alonso (2002) seria bastante difícil, no Brasil oitocentista, configurar os intelectuais como um grupo homogêneo ou pertencente a uma elite social e econômica ou, ainda, a uma mesma origem. Assim sendo, para estudar os intelectuais, a autora propõe que pensamos uma comunidade de experiência, na qual eles partilham ideias, conceitos, experiências, sentimentos e ações. Essa comunidade é vivenciada com base em algumas instituições, na pesquisa anterior de mestrado, identificamos o IHGP e a Universidade Popular. Gonçalves (2013) utiliza dessa construção de Alonso (2002) para mostrar a importância de espaços - como cafés, livrarias, associações e sociedades - para os intelectuais durante a Primeira República, especificamente os que compuseram o quadro editorial da revista **Tico-Tico**.

Gomes (2009) sublinha uma fluidez entre as fronteiras de intelectual e de político no Império e na Primeira República, pois ainda não existiam instituições acadêmicas que agrupassem e oferecesse uma legitimidade profissional aos intelectuais. Esses incorporaram-se em torno de outros agrupamentos - como os institutos históricos geográficos, as academias de letras, os clubes abolicionistas, os jornais, etc.

Vieira (2008) recupera a escrita da história da educação brasileira para entender o enfoque dado aos intelectuais. O autor percebe que nas décadas de 1950, 1960 e 1970 nos manuais de educação o foco dado era a história das ideias pedagógicas e que as pesquisas brasileiras em história da educação trabalharam com os intelectuais e a educação relacionando-

²⁸ Esse conceito de Alonso (2002) de *comunidade de experiência* é bastante similar ao de Sirinelli (1998) de *redes de sociabilidades*.

os com o meio social. A partir do milênio, 2000, Vieira (2008) apreende que as pesquisas em história da educação que tomam o intelectual como seu objeto continuam sendo realizadas, no entanto o autor notabiliza uma diferença com as anteriores:

Intelectuais e tradições intelectuais antes desconhecidas vieram à tona, retirando das sombras personagens e cenários antes eclipsados pelo volume significativo de pesquisas sobre alguns líderes do Movimento pela Escola Nova no país, entre os quais destacamos Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. (VIEIRA, 2008, p. 67).

Do mesmo modo que Vieira (2008), Leite e Alves (2011) apontam as mudanças ocorridas nas pesquisas em história da educação que almejam enfatizar a categoria intelectual. Esses estudos enfocam diversos aspectos do tema como: os itinerários de formação, as redes de sociabilidade, a ligação entre intelectuais e a formulação de políticas educacionais, as iniciativas de escolarização, a constituição dos professores como intelectuais e as representações e práticas culturais em diferentes contextos históricos.

Schueler e Pinto (2013, p. 22) embasam-se em Sirinelli para investigarem a atuação do intelectual negro André de Rebouças e afirmam que “[...] o que define o enquadramento de um indivíduo como intelectual é a função ou lugar social exercido em diversos níveis, constituindo-se, então uma categoria social distinta, que tem modelos de formação e apropriação.” À vista disso, o intelectual teria uma postura ativa na época em que viveu e seria responsável por uma “construção de sua representação social”.

Gasparello e Villela (2009) analisam os professores secundários - do Colégio Pedro II e da Escola Normal - do Rio de Janeiro que foram intelectuais no século XIX. As autoras ressaltam que apesar de não haver a definição do termo intelectual no período estudado:

[...] era visível a existência de um grupo com atividades diversificadas, mas próprias aos homens de letras – escritores, críticos, historiadores, jornalistas, bibliotecários, professores – que formavam redes de sociabilidade em bibliotecas, livrarias, associações científicas, culturais e literárias, além do intercâmbio de ideias na imprensa e por correspondências – construía, em comum, certas características intrinsecamente ligadas à *identidade do grupo* e que serviram para reforçar as solidariedades e vínculos sociais. (GASPARELLO; VILLELA, 2009, p. 50, grifo das autoras).

Freitas e Kuhlmann Jr. (2002, p. 06) nos questionam sobre a importância de se escrever a respeito desses sujeitos influentes na educação e respondem que esse seria o papel do historiador: “[...] ler o passado e interpretar os diferentes registros deixados pelos homens. [...]”. Corroboramos essa perspectiva, acrescentamos a importância de se compor olhares sobre esses intelectuais nas diversas localidades do Brasil.

E aqui incluímos a produção do nosso grupo de pesquisa, o qual almeja estudar a participação de intelectuais parahybanos ou que viveram na Parahyba dentro do contexto educacional²⁹. Ao revisar a história da educação brasileira identificamos diversos livros que abordam o assunto: intelectuais e história. Esses possuem as mais diversas abordagens teórico-metodológicas e recortes temporais.

Em nossa pesquisa anterior de mestrado, percebemos que a figura do intelectual no final do século XIX e início do século XX, ainda não estaria associada às instituições acadêmicas - como as universidades que os agrupariam e os conceberiam títulos pela sua formação. Esses estariam ligados ao seu engajamento político em algumas áreas como a educação. Logo, nesse período, seriam as suas ações que definiam sua vinculação, ou não, à intelectualidade brasileira. No Brasil, havia uma interseção entre os campos políticos e intelectuais. Isso não quer dizer que não existiam instituições no Brasil que agrupassem esses intelectuais, Gomes (2009) mostra como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e os seus correspondentes regionais - por exemplo, o IHGP do qual Castro Pinto foi fundador e partícipe - eram formas de aglomeração e produziram acepções sobre a história do país.

1.2.1 Intelectuais que atuaram como professores de primeiras letras

²⁹ Apontamos as dissertações defendidas no PPGE/UFPB sob a orientação do professor Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa: **A trajetória intelectual de Silvino Olavo: uma análise histórica, cultural e educacional** (Simone Vieira Batista, 2011); **Primeira república, Intelectuais e Educação: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1886-1915)** (Maíra Lewtchuk Espindola, 2012); **Atuação educacional de Carlos Dias Fernandes na Parahyba do Norte (1913-1925): jornalismo, literatura e conferências** (Amanda Souza Galvêncio, 2013). **Educação na primeira república parahybana: legislação, imprensa e sujeitos no governo de Camillo de Hollanda (1916-1920)** (Ingrid Karla Cruz Biserra, 2015).

Dois questionamentos delimitaram a questão da inserção dos professores como intelectuais no período por nós estudado: Como selecionar esses sujeitos? E como é possível, com base nas trajetórias dos indivíduos, entendê-los como intelectuais? Para a primeira questão começamos esse processo de seleção pelas pesquisas realizadas no contexto local, buscamos trabalhos que abordam a instrução de primeiras letras na Parahyba e selecionamos os professores citados para localizar os documentos sobre eles e a futura pertinência de pensá-los, ou não, como intelectuais. Em um segundo momento, fomos aos arquivos públicos procurar as fontes desses personagens e ainda selecionamos outros que apareciam com mais proeminência nos arquivos.

Ainda no processo de seleção procuramos, como nos indicam Teixeira e Schueler (2006), os dicionários bibliográficos que apresentam informações sobre os professores no período por nós proposto. A primeira obra que nos detivemos foi o **Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand** (BARBOSA, 2009). Em um primeiro momento selecionamos apenas as figuras, nesse dicionário, que estavam descritos como professores de primeiras letras ou da Escola Normal.

Quanto à segunda questão buscamos a literatura concerne aos intelectuais, os professores de primeiras letras nos oitocentos foram responsáveis pela publicação de diversas obras pedagógicas como livros de leitura, livros didáticos e artigos nos jornais, da mesma forma como foram partícipes de atividades sociais e políticas como sua inserção na imprensa, nas conferências, nas associações, etc. (TEIXEIRA; SCHUELER, 2006). Outro trabalho que nos ajudou a embasar tal afirmação foi o de Boto (2003) sobre os professores primários portugueses. Para a autora, torna-se necessário estudos que pensem a atuação desses profissionais como intelectuais. No Império - aqui a autora refere-se ao contexto português - o professor primário era percebido como o formador de indivíduos para a civilidade e civismo, foram eles que lidaram diretamente com a transmissão e a produção de valores, saberes e normas de condutas prescritas pelas leis.

A argumentação defendida por Boto (2003) é que os professores primários portugueses da segunda metade do século XIX até a primeira década do século XX (período imperial português) foram veículos de propagação intelectual de valores civilizatórios do Ocidente. Essa mesma questão é redirecionada para o Brasil do período imperial por Teixeira e Schueler (2006). E aqui articulamos nossa proposta embasada na nossa percepção de que tivemos um

longo século XIX na Parahyba em relação ao processo de escolarização.

Apreender os professores como intelectuais nos exigiu dois movimentos, o primeiro pensar o próprio conceito de intelectual e o segundo a premência de uma retomada da história da escolarização na Parahyba, bem como o lugar social que esses ocuparam. Destarte, partilhamos da hipótese gestada por Teixeira e Schueler (2006) e por Boto (2003), a qual procura alargar o conceito de intelectual para abranger os professores primários, portugueses e cariocas nos oitocentos.

Os professores de primeiras letras, como integrantes de um determinado grupo de intelectuais, guardaram no processo de formação integração da “[...] própria constituição da cultura escolar e abarcava não apenas os saberes e as práticas de ensino, mas, sobretudo, os gestos e as feições, as formas de agir e de comportar-se no cotidiano da educação escolar. (TEIXEIRA; SCHULER, 2006, p. 6123-6124). O intelectual seria aquele que, coletivamente ou sozinho, agia na sociedade como portador de alguns valores específicos, Teixeira e Schueler (2006) e Boto (2003) verificaram em suas pesquisas que os professores de primeiras letras no período estudado reconheciam o lugar de guardião de valores, específicos da docência, como envolviam a educação dos valores, da formação de virtudes, da moral, do civismo e da civilidade. Diante disso, as autoras percebem a possibilidade de reconhecê-los como intelectuais, pois esses professores ao produzirem obras, livros artigos em jornais e revistas e até mesmo ao assumirem cargos públicos, procuraram disseminar os valores da ideologia de nação³⁰.

Quando selecionamos alguns professores que podiam ser percebidos como intelectuais, passamos a apreendê-los como atores sociais e detentores de uma *ação política* (ALONSO, 2002). Esses personagens estariam imersos na vida das cidades, tal como nos debates públicos sobre a educação, formando redes de sociabilidades, nas quais desenvolviam suas experiências

³⁰ É interessante salientar que no final da década de 1980, Giroux (1997), com base na pedagogia crítica da aprendizagem, defende a necessidade de os professores serem intelectuais. A escola, para o autor, seria uma forma de difusão da cultura dominante, porém os professores poderiam transformá-la em “[...] um veículo para ajudar cada estudante a desenvolver todo o seu potencial como pensador crítico e participante responsável no processo democrático simplesmente alterando-se a metodologia e o currículo oficial nos estudos sociais.” (GIROUX, 1997, p. 56). Por essa razão, ao pensar os professores como intelectuais transformadores, Giroux (1997) ventila a possibilidade de se ter uma nova ótica sobre a escola, o ensino, a teoria, e principalmente, sobre os alunos e os professores, pois esses últimos seriam responsáveis por uma pedagogia embasada em um pensamento crítico voltado para a reflexão e para a libertação. Dessa forma, o autor inclui uma atitude política no papel dos professores, a qual deve ser transformadora do papel da escola na sociedade.

intelectuais. Esse tornou-se, portanto, um objetivo da nossa tese: entender esses indivíduos como partícipes da constituição da escolaridade parahybana.

Em relação aos sujeitos pesquisados selecionamos dez, a saber: Borges da Fonseca (1808-1872); Joaquim da Silva (1820-1889); Francisco Xavier Junior (1853-1935); Francisca Moura (1860-1942); Francisco Coutinho de Lima e Moura (18??-1957); Coriolano de Medeiros (1875-1974); Catharina Moura (1882-19??); Olivina Olívia Carneiro da Cunha (1892-1977); José Gomes Coelho (1898-1954); e Eudesia Vieira (1894-1981). No tópico seguinte apresentamos o nosso embasamento teórico-metodológico que permeia a escrita desta tese.

1.3 A PROSOPOGRAFIA: MÉTODO BASILAR PARA A INTERPRETAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS INTELECTUAIS

Após selecionarmos as pessoas para esta pesquisa, um questionamento tornou-se evidente: como trabalhar com esses elementos de forma a identificarmos suas características em comum ou divergentes? Isso posto, delimitamos uma forma de ação para a nossa pesquisa, ou melhor um método a seguirmos: a prosopografia. Segundo Heinz (2006, p. 09):

A prosopografia, ou método das biografias coletivas, pode ser considerada um método que utiliza o enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico. As biografias coletivas ajudam a elaborar perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou coletividades históricas, dando destaque aos mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e de reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos.

A identificação e a construção dos dados biográficos dos professores que foram intelectuais constituíram um elemento indispensável para a nossa pesquisa. Por consequência, nos próximos capítulos desta tese, estudamos o processo de escolarização da Parahyba tomando como base as suas experiências. O método prosopográfico permitiu-nos agrupar as informações biográficas dos sujeitos e entender suas similaridades e suas diferenças durante o período estudado.

Stone (2011, p. 115) define a prosopografia como uma “[...] investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. [...]”. Esse método teria como objetivo dar “[...] sentido a ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social, descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu interior” (STONE, 2011, p.116).

Entender coletivamente uma *corporação intelectual*, pode nos ajudar a ir contra uma visão individualista e idealista comum nas biografias tradicionais (CHARLE, 2006) ou o que Bourdieu (2006) chama de *ilusão bibliográfica*. Ao trabalharmos com - ou elaborarmos as - biografias ou história de vidas temos que tomar cuidado com o relato linear, cronológico unidirecional e identitário - no sentido de uma identidade una e singular. Por isso, nos alerta Bourdieu (2006, p. 189-190, grifo do autor):

[...] Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações e deslocamentos* no espaço social [...]

Confirmando essa perspectiva, Levi (2006) ressalta que há uma problemática inserida na narrativa histórica: o fato de nós, pesquisadoras, tentarmos descrever a vida dos personagens como modelos de racionalidade anacrônicos e limitados. O autor ainda evidencia que temos uma tendência a associarmos uma cronologia ordenada e uma personalidade coerente e estável, na qual suas ações são lógicas, sem inércia e de decisões sem incertezas. Vilas-Boas (2014) enumera seis questões que devemos nos questionar ao compor uma narrativa biográfica, a saber: a descendência; o fatalismo; a extraordinariedade; a verdade; a transparência; e o tempo.

Em relação à primeira questão, a descendência, Vilas-Boas (2014) parte do exemplo das biografias de Juscelino Kubitschek (JK) e de Garrincha e procura questionar o fato de haver uma influência direta da cultura dos pais e a formação da personalidade dos seus filhos. Em função disso, questões como “ser recatado pela sua descendência mineira” para JK e “ter temperamento indomável pela sua ascendência indígena” para Garrincha devem ser percebidas

como problemáticas para os biógrafos. Temos que tomar cuidado com “[...] afirmativas deterministas/reducionistas cujas as explicações conduzam, necessariamente, a pais, avós, bisavós, parentes [...]” (VILAS-BOAS, 2014, p. 49).

Sobre o fatalismo, o autor define como “[...] uma ‘doutrina’ segundo a qual os acontecimentos são fixados com antecedência pelo destino. Tudo acontece porque tem que acontecer, sem que nada possa modificar o rumo dos acontecimentos.” (VILAS-BOAS, 2014, p. 85). Essa característica do fatalismo está intimamente ligada à carreira e à obra do biografado nas pesquisas atuais, em vista disso ocorre uma *teologia banal*, na qual o trabalho exercido pelo ser humano pesquisado ou a sua obra editada seria apenas um *êxito inexorável* de acontecimentos do passado.

A terceira questão abordada é sobre a extraordinariedade do biografado, aqui o pesquisador trata a figura como alguém única, a frente ou descolado do tempo histórico, da sociedade e da cultura. Para tal, o biógrafo só frisa os grandes feitos do sujeito, ou seja, apenas suas ações exitosas são tomadas como referência.

Da mesma forma que Levi (2006), Vilas-Boas (2014) questiona a composição de uma personalidade coerente e estável do biografado. Para tal, o autor realiza duas questões, a saber: “[...] O biógrafo pode atingir a verdade sobre o biografado? Pode-se recompor, filosoficamente falando a totalidade da vida de um indivíduo pela escrita?” (VILAS-BOAS, 2014, p. 153). Respondendo negativamente a essas duas questões. Vilas-Boas (2014) questiona a possibilidade de se atingir uma verdade única, linear e absoluta da vida do biografado e conclui a sua impossibilidade, pois a pesquisa histórica - e especificamente a biografia - é uma *resposta provisória* ao passado, na qual o pesquisador é partícipe da escrita e acaba por (re)interpretar as ações do biografado de acordo com as suas questões e suas impressões.

Vilas-Boas (2014) elenca a transparência como uma instância da pesquisa biográfica, o pesquisador deve assumir, compartilhar e permitir que seus processos de pesquisa sejam perceptivos para os futuros leitores. Porém, o autor aponta que são poucas as pesquisas que tornam essa questão explícita. E que algumas biografias confundem a transparência com julgamentos valorativos - sejam esses positivos ou negativos -, os quais deveriam ser evitados nas pesquisas.

A última questão abordada por Vilas-Boas (2014) é o tempo. Aqui o autor questiona a linearidade adotada pelas pesquisas que são embasadas no *calendário gregoriano*.

Consequentemente, o trabalho segue uma ordem cronológica que não pode ser mudada que se inicia - no primeiro capítulo - com o nascimento do biografado e termina - no último - com a sua morte. Para sair desse esquema o autor propõe que o pesquisador pense o tempo de forma espiralada, na qual as questões são colocadas inicialmente e devem ser aprofundadas durante as narrativas. Os tempos podem ir e vir na pesquisa desde que entrelaçados por uma trama narrativa.

Segovia (2014) realiza uma crítica a construção das biografias feitas pelas pesquisas acadêmicas: muitas vezes os dados biográficos são levantados pelo pesquisador, porém esses não aparecem nos trabalhos finais. Inicialmente, pensamos em fazer um capítulo com todas as biografias construídas por nós. Porém, essa pretensão tornou-se impraticável, pois os textos eram compridos e com muitas referências. Decidimos deixar as biografias completas nos apêndices desta tese e construir um capítulo específico com o nosso entendimento desses intelectuais enquanto um grupo, distinguindo os pontos em comum e os divergentes.

Charle (2006, p. 31) levanta algumas questões do método prosopográfico que devem ser levadas em consideração para a sua utilização, a saber: a) deve-se coletar os dados e cruzar as fontes para “[...] a informação final que será tratada [...]”; b) a “[...] população-alvo deve ser precisa [...]”; c) o recorte histórico não pode ser fixamente pré-definido, ele sofrerá mudanças com o decorrer da pesquisa. O autor realiza uma crítica às pesquisas que buscam uma amostra de seres humanos muito grande com poucas variáveis, as quais correm o risco de se tornarem uma pesquisa puramente estatística. Dessa forma seria preferível a utilização de pequenas amostras com uma multiplicidade de informações para a aplicação desse método na pesquisa histórica.

Para trabalharmos com o método prosopográfico, seguimos alguns passos (HEINZ, 2006; CHARLE, 2006). O ponto inicial foi definir o critério para seleção dos sujeitos: como já explicitamos no nosso trabalho levamos em consideração o fato de terem sido docentes de primeiras letras durante o século XIX e início do XX na Parahyba.

O segundo momento foi consultar as fontes bibliográficas de cada um desses indivíduos para definição de quais se encaixam nos critérios da pesquisa, ou seja, terem desempenhado o papel de intelectuais no período estudado. Seguindo esse critério selecionamos e escrevemos pequenas biografias desses personagens, evidenciando o período que foram professores e sua escrita sobre a instrução/educação na Parahyba.

Segovia (2014) argumenta que para a realização das biografias de professores necessitamos da construção de dois cronogramas, a saber: um *oficial* da formação, ação e produção dos sujeitos; e outro *social*, no qual os macrocenários - históricos, políticos e socioeconômicos - são entrelaçados com as reflexões e as estratégias utilizadas pelos professores. O capítulo dois desta tese contempla o *cronograma oficial* e os seguintes possuem a composição do *cronograma social* sugerido por Segovia (2014).

Para a realização do *cronograma oficial*, construímos uma planilha no *Excel* com as seguintes informações: Ano e local de nascimento e morte, filiação, local onde realizou seus estudos primários, secundários ou superiores (quando havia), profissões exercidas, ano e local em que trabalhou como professor de primeiras letras, ano que foi professor da Escola Normal Oficial, disciplinas que ministrou, ano que praticou a docência no Liceu, disciplinas que ministrou, cargos políticos³¹ (quando havia), escrita em periódicos, participação em academias/institutos/sociedade/associações e obras publicadas.

Trazer à baila os dados biográficos não foi uma tarefa simples, pois além de trabalharmos com uma grande quantidade de fontes - as quais muitas vezes são imprecisas ou contraditória - tivemos que compor uma trajetória dos mesmos correndo o risco de cairmos no que Bourdieu (2006) chamou de *ilusão biográfica*. A biografia pode ser entendida como uma trama que integra e ordena diferentes relatos sobre uma vida pessoal e profissional dos atores estudados (SEGOVIA, 2014).

Simões Junior, Rapucci e Cairo (2009) frisam o papel da imprensa para os grupos de intelectuais do século XIX e início do século XX, os periódicos eram um espaço de divulgação de ideias e de embates políticos e sociais. Morel (2005) percebe que a utilização dos jornais como fontes de pesquisas pode contribuir para o pesquisador entender a movimentação de ideias do período, além do cotidiano dos projetos políticos e educacionais, os quais eram alvo de disputa na sociedade.

Apresentamos, agora, a estrutura narrativa que propomos para a nossa tese. Esta foi dividida em sete capítulos³². Este primeiro capítulo, “Horizonte da tese: reconstruindo a

³¹ Aqui subdividimos em: deputados, senadores, presidentes de estado e diretores/inspetores da instrução pública.

³² O formato seguido nesta tese (disposição em capítulos, sem uma introdução) é o padrão exigido pelo PPGE/UFPB.

trajetória da pesquisa”, no qual apresentamos nossos objetivos, problemáticas de pesquisa e fundamentação teórico-metodológica. Um segundo, “*Entre a nascerça e a morte: dados biográficos, formação profissional e atuação*”, em que apresentamos os dados dos dez sujeitos.

No capítulo terceiro, “A educação como construtora da nação”, explicamos, tomando com base os intelectuais que atuaram até a primeira metade dos oitocentos, a instrução na Parahyba. Os conceitos de educação/instrução e nação são o eixo da nossa argumentação. A imprensa e o jornal **Abelha Pernambucana** foram de fundamental importância na construção desse capítulo.

“Areia: palco das lutas abolicionistas na Parahyba” é o nosso quarto capítulo. Nele trabalhamos a cidade de Areia, importante pelas lutas abolicionistas que ocorreram nela e por ser a moradia de alguns dos nossos indivíduos estudados, a saber: Borges da Fonseca, Joaquim da Silva e Xavier Junior. A Sociedade Emancipadora Areiense e o seu jornal **Verdade** nos conduziram no entendimento das ações desses.

O quinto capítulo denominamos de “A educação como regeneração da nação” e nele exploramos as transformações ocorridas, durante a transição do Império para República, nas vozes dos professores que agiram nesse período e nas reformas protagonizadas por eles.

No capítulo de número seis, intitulado “Instituições, associações e livros para a escola no *longo século XIX*”, entendemos como esses intelectuais interagiram nessas instituições e quais foram as suas contribuições. Além de compormos um olhar sobre algumas partes de dois livros produzidos para as escolas. Destacamos, nesse período, a abertura da Sociedade dos Professores Primários da Parahyba e a produção de dois livros didáticos.

E, finalmente, apresentamos as reflexões finais advindas deste percurso nossas considerações finais. Esse é um momento relevante do trabalho, pois refletimos sobre nossas ideias iniciais e retomamos os pontos mais marcantes da nossa interpretação dos professores de primeiras letras. Assim constituímos a parte narrativa da nossa tese de doutoramento, esperamos contribuir para o questionamento da atual representação dos pedagogos como apenas técnicos de um processo educativo e para a construção de uma identidade docente para a qual a história desses sujeitos pode ser tomada como aspecto constitutivo de uma tradição que foi inscrita no processo de escolarização.

2 ENTRE A NASCENÇA E A MORTE: DADOS BIOGRÁFICOS, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ATUAÇÃO

Se depois de eu morrer, quiserem escrever a minha biografia,

Não há nada mais simples

Tem só duas datas - a da minha nascença e a da minha morte

Entre uma e outra coisa todos os dias são meus.

Sou fácil de definir...

Fernando Pessoa

Fernando Pessoa, nesse poema, sintetiza de forma irônica o trabalho de compor uma biografia. Resumindo a escrita biográfica aos dados de nascimento e morte, o autor argumenta que haveria nesse meio apenas os seus dias. Ou seja, entre uma data e a outra temos todas as experiências vividas, todas as contradições e o percurso do biografado.

Neste capítulo, realizamos uma explicação de como selecionamos os dez sujeitos para compor esta tese e os dados biográficos construídos para pensarmos o conjunto desses intelectuais. Para tal, utilizamos o referencial da prosopografia que nos guiou para entendermos quais características podem ser tomadas como semelhantes e quais como diversas e relativas a experiência de cada um.

Como relatamos no capítulo anterior, iniciamos procurando nos verbetes biográficos a sua inserção como professores de primeiras letras. Essa procura, no entanto, nos rendeu poucos nomes, pois percebemos que ou havia um esquecimento em relação ao trabalho docente desses indivíduos ou eram mencionadas de forma muito superficial. Essa primeira pesquisa nos rendeu um quadro com 15 nomes de intelectuais, entretanto ainda não tínhamos a confirmação se todos haviam atuado como professores de primeiras letras.

Partimos para os relatórios, os discursos, as fallas de presidente da província e do estado da Parahyba. Pesquisamos nos 119 documentos que estão disponíveis na Fundação da Biblioteca Nacional, no site *Brazilian Government Document Digitization Project - Center For Research Libraries* e no livro **A instrução pública na Parahyba do Norte discursos, falas e relatórios de presidentes da província (1837-1889)** (FERRONATO, 2015).

Nesses documentos selecionamos as partes direcionadas à instrução pública (quando existia) e os mapas dos professores de latim e das primeiras letras. Selecionamos 63 nomes de professores de primeiras letras. Em seguida, começamos uma procura *on-line* de informações sobre eles, paralelamente a isso fomos nos arquivos públicos de João Pessoa para procurar informações, livros, biografias.

Dado isso, excluímos muitos nomes da nossa lista, pois apesar de termos desconfiança da posição deles como intelectuais, não reunimos dados suficientes sobre eles. De muitos professores sobraram para nós apenas o nome nos relatórios, nas falas e nos discursos dos presidentes de província/estado. De modo consequente, reduzimos nosso grupo para 15 nomes, os quais copilamos dados biográficos e/ou materiais produzidos pelo indivíduo. Desse grupo ainda tivemos de excluir cinco nomes por não conseguirmos fontes que atestem sua passagem pela escola de primeiras letras. Foi nessa busca que começamos a pensar como compreender a experiência desses personagens e delimitamos a prosopografia como método de pesquisa.

Com base nessas fontes catalogadas, elaboramos uma análise comparativa desses dados, a qual tem como propósito evidenciar as características comuns ou dissonantes desse grupo. Essas informações são elucidadas nos próximos subitens desta tese.

2.1 “SOU FÁCIL DE DEFINIR”: DADOS DA PESQUISA

Para selecionarmos esses sujeitos tivemos que levar em consideração alguns critérios, além do fato de terem atuado como professores primários e serem intelectuais. Aqui retiramos alguns indivíduos como Toscano de Brito, Tavares Cavalcante e Thomas de Aquino Mindello, apesar da sua inserção na educação do período, não encontramos dados que os ligariam ao magistério de primeiras letras.

Em relação aos outros professores, em primeiro lugar, procuramos se havia dados biográficos disponíveis, nesse processo excluímos vários, como por exemplo: Rosalina Tertuliana de Almeida (1824-1929), professora de primeiras letras de Campina Grande e a primeira diretora do Colégio Nossa senhora das Neves (RIBEIRO, 1995); e o Padre Joaquim Victor Pereira, professor de primeiras letras na Cidade Alta (bairro da cidade da Parahyba) nas décadas de 1840 e 1850 e o primeiro diretor do Colégio de Educandos e Artífices da Paraíba,

inaugurado em 26 de outubro de 1866 (CANDEIA, 2013). A intervenção dessas duas pessoas na sociedade da época permitiram-nos classificá-los como intelectuais, todavia as informações existentes sobre eles são escassas.

Outro ponto que levamos em consideração para selecionarmos esse grupo foi o fato de terem agido no estado da Parahyba e a disponibilidade de fontes para examinarmos seu trabalho docente no período. No caso de Borges da Fonseca optamos pelo jornal **Abelha Republicana**, pois apesar de ser de um período posterior à da sua prática de professor, nesse impresso que ele se referiu diversas vezes à época de sua docência, além de trazer dados sobre a instrução na Parahyba. Esse critério fez com que excluíssemos alguns indivíduos, um exemplo Augusto dos Anjos, professor de primeiras letras no estado da Parahyba e diretor do Grupo escolar Leopoldina no Rio de Janeiro (KULESZA, 1998a). Apesar de ter sido um intelectual com uma produção conhecida e com vários dados biográficos, não reunimos referências substanciais da sua experiência docente na Parahyba.

Em vista disso, conseguimos selecionar dez intelectuais que foram professores de primeiras letras na província/estado da Parahyba: Borges da Fonseca (1808-1872); Joaquim da Silva (1820-1889); Francisco Xavier Junior (1853-1935); Francisca Moura (1860-1942); Francisco Coutinho de Lima e Moura (18??-1957); Coriolano de Medeiros (1875-1974); Catharina Moura (1882-19??); Olivina Olívia Carneiro da Cunha (1892-1977); José Gomes Coelho (1898-1954); e Eudesia Vieira (1894-1981).

2.1.1 “Duas datas - a da minha nascença e a da minha morte”

Dos dez sujeitos selecionados, seis nasceram durante o período imperial e oito faleceram durante o período republicano brasileiro. Esse dado deu-se em virtude do nosso recorte final ser 1922. Interessante notar que a metade era natural da capital Parahybana e os outros estão distribuídos no interior do estado: Villa do Brejo de Areia, Pilar, Patos, Esperança e Livramento. Um dos pesquisados não possui dados da cidade de seu nascimento. Do local de falecimento não achamos informações sobre dois, mas em relação aos outros dez, dois faleceram em outros estados e seis na capital da Parahyba. Na tabela a seguir temos a especificação de cada indivíduo com o local de nascimento e a data, filiação e o local e a data de falecimento.

Figura 1 - Dados biográficos

Nome	Data de Nascimento	Local de Nascimento	Filiação	Data de Falecimento	Local de Falecimento
Antônio Borges da Fonseca	Sete de abril de 1808	Capital da Parahyba	Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca	Ano de 1872	Nazaré da Mata / Pernambuco
Joaquim Henriques da Silva	Três de julho de 1820	Villa do Brejo d'Areia ³³	Manoel José da Silva	18 de julho de 1889	Recife/ Pernambuco
Francisco Xavier Junior	31 de julho de 1853	Pilar	Sem informações	Primeiro de maio de 1935	Rio de Janeiro
Francisca Rodrigues Chaves Moura	Dois de agosto de 1860	Capital parahybana	Francisco José Rodrigues Chaves e Catarina Umbelina de Almeida e Albuquerque	Dois de fevereiro de 1942	Capital parahybana
Francisco Coutinho de Lima Moura	Incerta	Sem informações	Joaquim Ignacio de Lima e Moura	1957	Sem informações
João Rodrigues Coriolano de Medeiros	30 de novembro de 1875	Patos ³⁴	Aquilino Coriolano de Medeiros e Joana Maria da Conceição	15 de abril de 1974	Capital parahybana

³³ Atual cidade de Areia.

³⁴ Patos é uma cidade localizada no centro do estado da Paraíba, na mesorregião do Sertão e fica distante 307 km de João Pessoa.

Catharina Moura	20 de dezembro de 1882	Capital da Parahyba	Misael do Rêgo Moura e Francisca Rodrigues Chaves Moura	Sem informações	Sem informações
Olivina Olívia Carneiro da Cunha	26 de maio de 1892	Capital da Parahyba	Silvino Carneiro da Cunha e de Maria Leonarda Merandolina Bezerra Cavalcanti	12 de março de 1977	Capital parahybana
José Gomes Coelho	13 de abril de 1898	Esperança	Eusébio Joaquim da Silva Coelho e de Débora Clotilde Gomes Coelho	18 de dezembro de 1954	Capital parahybana
Eudesia de Carvalho Vieira	Oito de abril de 1894	Povoado de Livramento	Pedro Celestino Vieira e Rita Filomena de Carvalho Vieira	16 de julho de 1981	Capital parahybana

Fonte: Elaborada pela autora.

Em relação às possíveis origens étnicas do grupo localizamos as informações apenas de quatro, a saber: Borges da Fonseca que era filho de um português com uma índia³⁵; Catharina Moura que Joffily a identifica como “mulata” (MACHADO; NUNES; MENDES, 2013);

³⁵ Infelizmente não identificamos o nome da mãe de Borges da Fonseca, sempre que há referências a ela é apenas a tratando como uma índia.

Olivina Olívia Cunha que era branca de olhos azuis (SILVA, V. F., 2012); e Eudesia Vieira que era negra³⁶ (CAVALCANTE, 2012).

Sobre a origem social dos pais dos personagens, apesar das poucas informações obtidas, sublinhamos que dois foram filhos de professores (de primeiras letras, da Escola Normal e do Liceu) e um foi neto de professor de primeiras letras. Há no nosso recorte duas parentes: Francisca Moura e Catharina Moura - mãe e filha. Ressaltamos o fato de três terem sido filhos de figuras influentes da sociedade no período.

2.1.2 “Entre uma e outra coisa”: dados de formação educacional

Sobre a educação primária, listamos as informações de seis pessoas: uma realizou seus estudos na cidade de Areia, Joaquim Henriques da Silva, e cinco na capital, a saber:

 Francisca Moura fez seus estudos de primeiras letras e os secundários com professores particulares (NUNES; SILVA; VILAR, 2011);

 Francisco Coutinho de Lima Moura realizou seus estudos primários com o professor João Hamilton na Rua da Areia na capital parahybana, depois estudou com o professor particular João Licínio Vellozo que o incentivou a realizar o exame de português no Liceu (GUIMARÃES, 2002);

 Coriolano de Medeiros estudou, inicialmente, em uma aula particular ministrada pela professora Cecília Cordeiro, localizada na Praça de Nossa Senhora Mãe dos Homens, e depois foi aluno dos professores Antônio Ribeiro Guimarães e Manoel Fortunato (MARTINS, 1975);

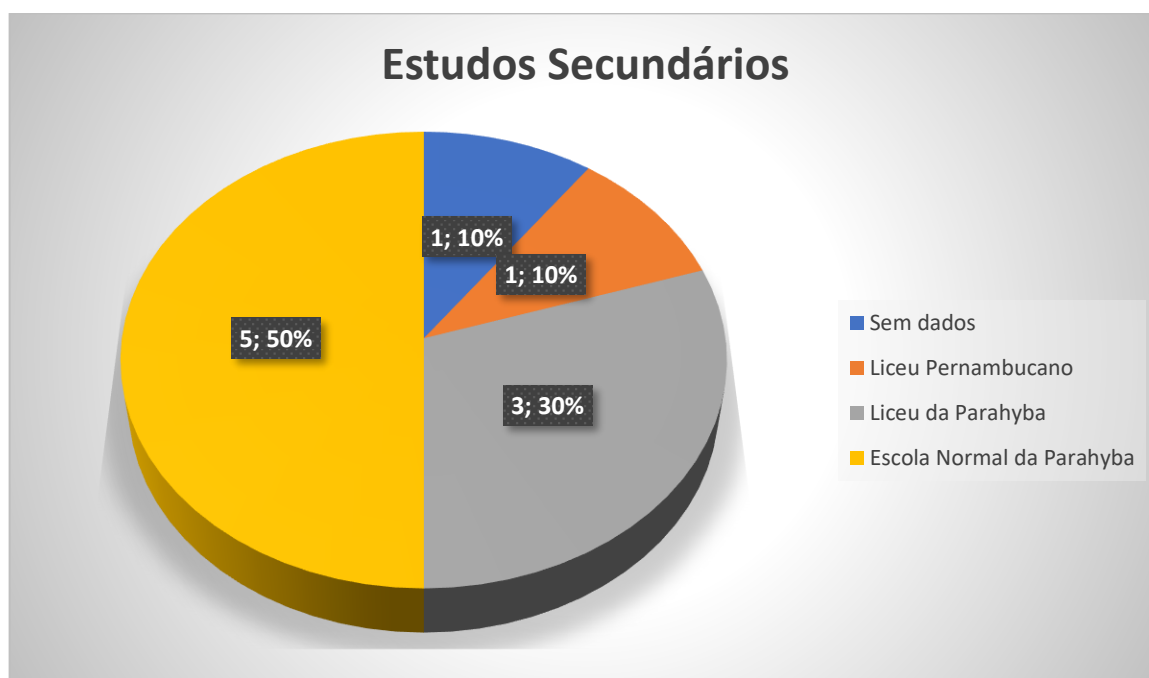
 Olivina Olívia Carneiro da Cunha foi educada pela mãe;

 Eudésia Vieira estudou na escola particular de primeiras letras de Isabel Cavalcanti Monteiro na capital da Parahyba.

Para a instrução secundária, vejamos o gráfico a seguir:

³⁶ Ver Apêndice J nesta tese.

Figura 2 - Estudos secundários



Fonte: Elaborada pela autora

Em conformidade com os dados percebemos que a grande maioria dos sujeitos se formou na Escola Normal e no Liceu. Ressaltamos que todas as mulheres selecionadas estudaram na Escola Normal, já que no período imperial era proibido o ingresso de mulheres no Lyceo Provincial (FERRONATO, 2012). Apenas Catharina Moura, na Primeira República, estudou no curso preparatório dessa instituição - depois de cursar a Escola Normal - para entrar na Faculdade de Direito. Outra informação interessante é o fato de um dos indivíduos, do sexo masculino, ter se formado na Escola Normal (durante a Primeira República), esse é um dado expressivo, pois ao contrário de outras escolas normais no país (ALMEIDA, 2006a), a da Parahyba só as mulheres estudaram durante o período imperial (ARAÚJO, 2010). O ingresso de homens ocorreu, na Parahyba, apenas no período republicano apesar de ser permitido por lei anterior.

Sobre os estudos superiores, seis iniciaram a Faculdade de Direito de Recife. Desses, quatro não concluíram o curso e uma terminou com distinção: Catharina Moura. Interessante notar que dos intelectuais que não concluíram o curso, a maioria alegou falta de recursos financeiros. Não identificamos as informações sobre os estudos superiores de três. Desses duas, Francisca Moura e Olivina Olívia da Cunha, achamos que não realizaram estudos superiores.

Uma mulher, Eudesia Vieira, fez o curso de medicina na Faculdade de Recife. Além disso, identificamos uma pessoa que se declarou autodidata, a saber: Joaquim da Silva.

O fato da maioria dos pesquisados terem estudado na Faculdade de Direito de Recife, foi um dado esperado por nós, durante nossa pesquisa de mestrado já havíamos percebido essa tendência dos intelectuais parahybanos (ESPINDOLA, 2012). Alonso (2002) e Schwarcz (2010) acentuam a importância desse centro na formação superior do Nordeste. Instituição consagrada que alguns autores chegam a denominar seus formandos da década de 1870 como partícipes de uma escola de pensamento, a *Escola de Recife* (SCHWARCZ, 2010). Todavia, concordamos com Alonso (2002), quando essa estabelece que a *Escola de Recife* consistiu uma *tradição inventada*, marcando, ainda, que o termo foi cunhado por Sílvia Romero em 1879. Alonso (2002) afirma que muitos dos intelectuais que realizaram o curso de direito da Faculdade de Recife tinham como pretensão ocupar a carreira docente e que essa era conseguida mediante relações de apadrinhamento político - comum no período imperial e início do republicano.

2.1.3 “Entre uma e outra coisa”: dados de atuação profissional

As profissões exercidas pelo grupo foram bastante variadas, esse era um dado esperado por nós já que na nossa dissertação de mestrado os quatro sujeitos estudados - Rui Barbosa, Manoel Bomfim, José Verissimo e Castro Pinto - havia tido diversas profissões. Para compormos esse quadro, buscamos nas (auto)biografias, logo foi a maneira de se auto intitular ou as profissões citadas pelos seus biógrafos que levamos em conta para que pudéssemos classificá-los. O quadro a seguir é composto pelas profissões exercidas:

Figura 3 - Profissões exercidas



Fonte: Elaborada pela autora

Em parte, afirmamos que essa heterogeneidade pode ser explicada pela falta de instituições acadêmicas que legitimassem um campo de trabalho profissional específico, como ressaltam Alonso (2002) e Gomes (2009). Alguns dos indivíduos estudados por nós, apesar de não terem terminado o curso de advocacia, exerceram a profissão de advogado, comum no período. Ressaltamos que na biografia de Francisco Xavier Junior consta a profissão de pedagogo, apesar do intelectual não ter realizado seus estudos em uma escola normal.

Sublinhamos o fato de ao tratarem da profissão de professores, muitos biógrafos os descrevem como: “um educador por índole”, “o mais notável educador”, “sua vocação era o magistério”, “desde cedo mostrava interesse pelo magistério” e “exerceu a profissão por amor”. Essas expressões revelam um *campo de disputa* (VICENTINI; LUGLI, 2009) da formação da profissão docente no Brasil, no qual a questão da *vocação para ser professor* permaneceu por muito tempo inscrita nessa profissão e foi utilizada para desqualificá-la tal como para justificar baixos salários³⁷. Revelam uma tendência biográfica ao *fatalismo*, consequentemente os

³⁷ Essa questão ainda é atual, no final de agosto de 2011 durante uma greve da rede estadual de ensino, o governador do Ceará - Cid Gomes (PSB) - deu uma declaração à imprensa expressando que professor deve dar aula por amor e não pelo salário.

biógrafos traçam “[...] uma reta fatal e ascendente rumo ao sucesso profissional inevitável [...]” (VILAS-BOAS, 2014, p. 100), o qual já havia sido determinado por acontecimentos anteriores, como por exemplo o precoce interesse por alfabetizar alguém.

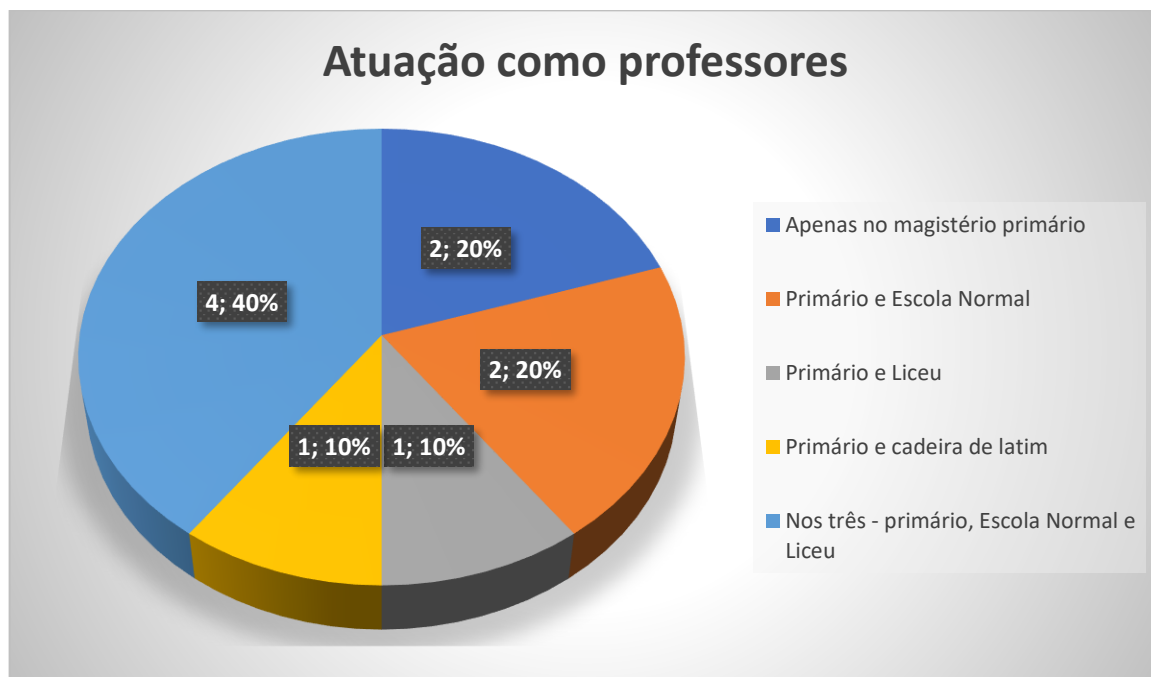
Dos dez que exerceram o magistério em escolas de primeiras letras, apenas quatro realizaram a docência durante o período imperial, um no Império e na Primeira República e cinco somente no período republicano. Em relação à localidade, sete foram professores na capital da Parahyba, dois apenas no interior do estado e um no interior e na capital. Quatro trabalharam o magistério particular. Dos quatro que deram aulas particulares, duas foram no mesmo curso, a saber: Francisca Moura e Catharina Moura no Curso Francisca Moura, escola da capital parahybana fundada e dirigida pela primeira. Com exceção de Olivina Olívia, professora da Escola Modelo, todos os outros exerceram o magistério público em cadeiras isoladas.

Para o magistério na Escola Normal, no grupo estudado existiam seis professores de diversas cadeiras como por exemplo: aritmética, caligrafia, desenho, francês, geografia, história da civilização, pedagogia, português e trabalhos manuais. E um, José Gomes Coelho, não sabemos a disciplina que proveu na instituição.

Para o magistério no Liceu, encontramos cinco professores, apenas uma era mulher, a saber: Olivina Carneiro da Cunha. As disciplinas ministradas pelo grupo foram bastante variadas: geografia, geometria, história nacional, latim, literatura nacional, matemática e português.

A maioria dos sujeitos estudados iniciou a docência no magistério primário e a exerceu em períodos anteriores às aulas na Escola Normal ou no Liceu, com a ressalva de Joaquim da Silva que começou como professor público da cadeira de latim da villa de Areia e concomitantemente foi professor de primeiras letras. A maioria desempenhou a profissão nos dois níveis - primário e secundário, aqui com exceção de Eudesia Vieira e de Coriolano de Medeiros, apenas professores de primeiras letras. No gráfico abaixo percebemos as porcentagens de cada atuação:

Figura 4 - Atuação como professores



Fonte: Elaborada pela autora

Além disso, um intelectual foi também diretor da instrução pública do período republicano, Xavier Junior. E um foi inspetor do ensino na Primeira República: José Gomes Coelho. No período republicano, dois foram diretores do Liceu e da Escola Normal, a saber: Xavier Junior e José Gomes Coelho. Coriolano de Medeiros foi diretor da Escola de Aprendizes e Artífices da Parahyba. O magistério na Escola Normal e no Liceu, dos cinco professores que trabalharam nessas duas instituições, ocorreu de forma concomitante.

Figura 5 - Quadro de atuação dos professores no ensino secundário

Nome	Instituição	Matérias lecionadas
Borges da Fonseca	Lyceo Parahybano	Sem informações
Joaquim da Silva	Cadeira pública do Brejo d'Areia	Latim
	Colégio de Areia	Francês; Latim
Francisco Xavier Junior	Lyceo Parahybano	Latim; Português
	Escola Normal	Latim; Português

Francisca Moura	Escola Normal	Desenho e Caligrafia para o sexo feminino
Francisco Coutinho de Lima Moura	Lyceo Parahybano	Português; Matemática; Literatura nacional; História natural
	Escola Normal	Aritmética
	Clube Benjamin Constant	Geometria
Coriolano de Medeiros	Não lecionou no ensino secundário	-
Catharina Moura	Escola Normal parahybana	Português; Desenho; Francês; História da civilização; Desenho linear e caligrafia
Olivina Olívia	Escola Normal	Trabalhos manuais
José Gomes Coelho	Lyceo Parahybano	Sem informações
Eudesia Vieira	Não lecionou no ensino secundário	-

Fonte: Elaborado pela autora.

Para os cargos públicos exercidos, listamos uma grande diversidade de empregos que os personagens selecionados exerceram: inspetor do tesouro provincial, secretário do gabinete oficial da presidência do estado, secretário da fazenda, juiz do tribunal regional eleitoral, promotor público e assistente social da penitenciária modelo.

Dentre esses cargos, damos destaque ao de deputado provincial exercido por José da Silva, ao de deputado estadual e ao de prefeito da cidade da Parahyba por Xavier Junior. Alonso (2002), trabalhando com o movimento de intelectuais pós-década de 1870, argumenta que a maioria exerceu cargos públicos variados desde o magistério até a presidência dos estados.

Dos dez apenas quatro não exerceram cargos públicos, desses três eram mulheres. Das mulheres apenas Eudesia Vieira teve um cargo público, pós-década de 1940. A projeção das mulheres em cargos públicos - fora o magistério - foi pequena no Brasil imperial e da Primeira República. Soihet (2000, p. 97) relata que a segunda mulher a exercer um cargo público no Brasil foi Bertha Lutz em 1919 na secretaria do Museu Nacional do Rio de Janeiro, mas que a reflexão sobre a participação feminina na sociedade brasileira foi anterior ao século XX: “[...] De qualquer forma, no Brasil, desde o protesto de Nísia Floresta, na década de 1830, manifestaram-se com mais força insatisfações femininas”.

Em relação aos impressos, constatamos uma grande lista de publicações em jornais e revistas parahybanos e de outras localidades, mais de 100 periódicos. Interessante ressaltar que não nos deparamos com a referência sobre escrita em periódicos de apenas uma pessoa: Francisca Moura.

Figura 6 - Impressos

Nome	Nome dos Periódicos
Borges da Fonseca	Gazeta Paraibana, Abelha Pernambucana, O Repúblico, A Paraibana, O Nazareno, O Tribuno, Compatriotas, entre outros.
Joaquim da Silva	O Areiense e Verdade
Xavier Junior	Verdade e Revista do Instituto Historico e Geographico Parahyano (RIHGP)
Francisca Moura	Sem informações
Francisco Coutinho de Lima Moura	A União, O Jornal e revista Manaíra
Coriolano de Medeiros	Verdade, O Comércio, Almanak do Estado da Parahyba, revista Era Nova, A Imprensa, A União, revista A Philipéia, Diário do Estado, RIHGP, entre outros
Catharina Moura	A União
Olivina Olívia	A União, A Imprensa, revista Era Nova, revista Manaíra, RIHGP, entre outros
José Gomes Coelho	Correio de Campina Grande, O Norte, A União, A Notícia e Diário da Paraíba
Eudesia Vieira	O Norte, A União, A Imprensa, A Gazeta do Recife, jornal da Festa das Neves e na revista Era Nova

Fonte: Elaborado pela autora.

Como havia modificações entre o significado social de se escrever nesses impressos a depender do período estudado - início do Império, final do Império, Primeira República, etc. - e da finalidade do periódico - abolição da escravatura, memória histórica -, trabalhamos com eles separadamente de acordo com a sua aparição no nosso texto.

Outra forma de participação social - bastante intensa do grupo estudado - era por meio de institutos, sociedades e associações. Aqui realizamos uma ressalva, antes da segunda metade do século XIX, encontramos a participação de apenas um: Borges da Fonseca na Sociedade Secreta Jardineira. A intensificação da participação em sociedades ocorreu de forma mais expressiva a partir do movimento abolicionista.

A abolição da escravatura fazia parte da agenda política dos oitocentos e foi pauta das exposições de diversos intelectuais. E desde a década de 1870 até a mudança de regime, ocorreram várias manifestações públicas de protesto por reformas: “[...] associações de proprietários, manifestações populares, associações abolicionistas, militares, republicanas, literárias, e outras congêneres. O movimento intelectual foi uma dimensão desta mobilização coletiva”. (ALONSO, 2002, p. 98).

São exemplos: Sociedade Emancipadora Areiense, IHGP, Universidade Popular, Centro Literário Paraibano, Instituto de Proteção à Infância, Associação dos Homens de Letras, Gabinete de Estudos de Geografia e História, Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, Sociedade dos Professores Primarios da Paraiba e APL.

Igualmente aos impressos, essas sociedades possuíam significados e finalidades diversas. Mais da metade, seis, fizeram parte do IHGP e desses três homens foram seus membros fundadores. Outro ponto é relativo a Universidade Popular, apesar de ter sido uma experiência efêmera na capital parahybana (ESPINDOLA, 2012), foi imprescindível o envolvimento dos intelectuais na sua participação, logo a selecionamos para compor nossa tese.

Estudamos a Sociedade dos Professores Primarios da Paraiba por ser a primeira associação que temos notícia dessa natureza no estado. Essa Sociedade, juntamente com a diretoria do ensino primário do período, apoiou as duas semanas pedagógicas que ocorreram no Grupo Escolar Thomas Mindello e na Escola Normal, a primeira em outubro de 1933 e a segunda em novembro de 1934.

Sobre a APL, dois tornaram-se patronos de cadeiras nessa instituição, sendo que um, Coriolano de Medeiros um dos seus fundadores. No histórico da APL consta: “ Em poucas palavras, Coriolano de Medeiros assumiu a direção dos trabalhos, disse da finalidade daquele encontro, declarou que estava fundada a Academia Paraibana de Letras, destinada a ‘perpetuar as tradições literárias da Paraíba’”. (BREVE HISTÓRICO..., s/d, s/p). A fundação da Academia ocorreu em agosto de 1941 e apesar de ter sido um importante centro de trocas intelectuais não está presente na nossa tese por ser posterior a data do nosso recorte final.

Figura 7 - Instituições

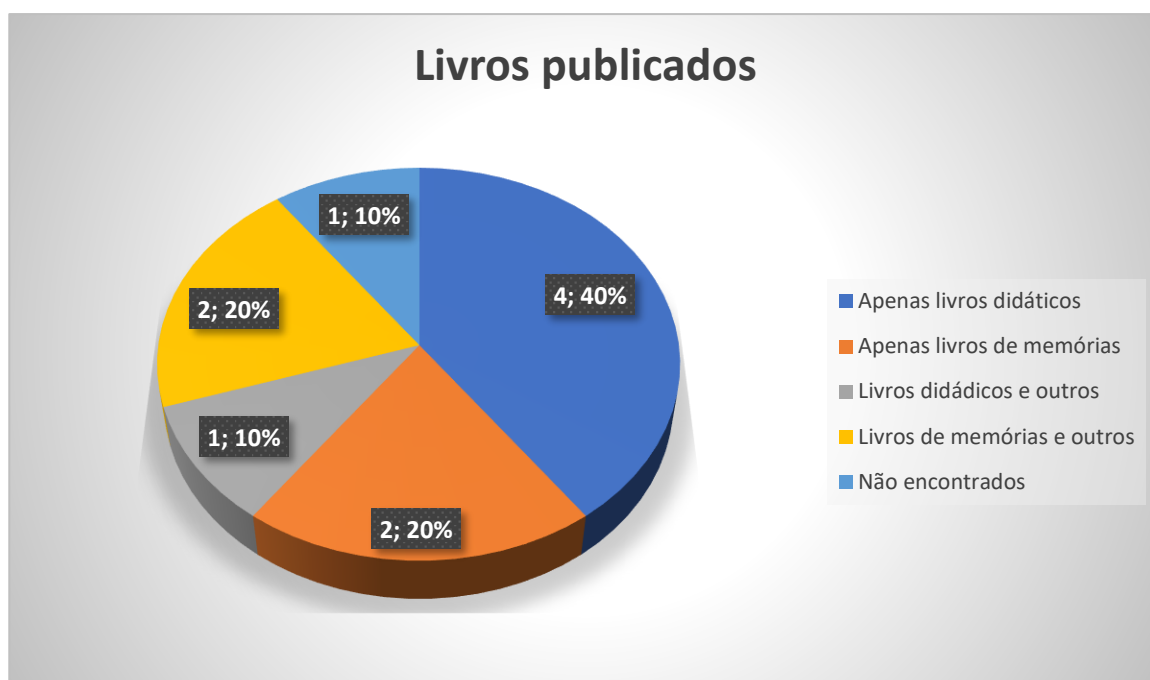
Nome	Sociedades, Institutos, Academias, entre outros
Borges da Fonseca	Sociedade Secreta Jardineira ou Carpinteiros de São José; Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional
Joaquim da Silva	Sociedade Emancipadora Areense; Sociedade Emancipadora Parahybana; APL
Xavier Junior	Sociedade Emancipadora Areense; IHGP; Universidade Popular
Francisca Moura	Instituto de Proteção à Infância; Sociedade Protetora dos Animais
Francisco Coutinho de Lima Moura	IHGP
Coriolano de Medeiros	Club Symphonico da Parahyba; Club Musical Guarany; IHGP; Instituto de Proteção e Assistência à Infância; Universidade Popular; Associação dos Homens de Letras; Gabinete de Estudinhos de Geografia e História da Paraíba (GEGHP); APL; Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Centro Polimático de Natal; Centro de Ciências e Letras de Campinas (SP); Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano
Catharina Moura	Universidade Popular; Associação paraibana pelo progresso feminino
Olivina Olívia	Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba; Associação paraibana pelo progresso feminino; IHGP; Academia Feminina de Letras; Artes da Paraíba

José Gomes Coelho	Gabinete de Leitura 7 de Setembro; IHGP; Sociedade dos Professores Primários da Parahiba; Associação dos Homens de Letras; GEGHP; Club Astréia
Eudesia Vieira	Associação parahybana pelo progresso feminino

Fonte: Elaborado pela autora.

Nossos dados revelam que nove escreveram livros. Para realizar uma catalogação das obras utilizamos os termos livro didático e livro de memórias e outros. No primeiro caso incluímos livros de leitura destinados a escola e livros que foram adaptados para uso nas escolas. No segundo caso incluímos autobiografias. Colocamos na categoria outros: livros de poemas, romances, livros científicos, históricos, etc.

Figura 8 - Livros publicados



Fonte: Elaborado pela autora.

Com exceção do livro **Manual do estudante de Latim** de Joaquim da Silva em 1855 - destinado aos estudantes do secundário - todos os outros livros didáticos foram escritos durante

a Primeira República. Botelho (2002), trabalhando com o livro de leitura **Através do Brasil** (1910) de Manoel Bomfim e Olavo Bilac, salienta que na Primeira República houve um debate intenso da questão educacional. Esse debate perpassou a sociedade da época em diferentes atividades de produção do “campo cultural brasileiro” e diversos intelectuais escreveram livros para as escolas como parte de um “[...] projeto de *modernização* baseado na idéia de *nação*, então em expansão.” (BOTELHO, 2002, p. 24, grifo do autor).

Localizamos os quatro que escreveram livros de memórias. Moraes e Cury (2010) - em uma pesquisa sobre os livros memorialistas que tratam do período imperial - enfatizam a importância de se utilizar esses livros como fonte para a história da educação. “[...] A importância da análise dessa produção é trazer à tona as características que perpassam sobre esses sujeitos históricos que desenvolveram a história dessas cidades, observando essas visões do oitocentos no universo da cultura histórica.” (MORAIS; CURY 2010, p. 126). Esses livros, quando localizados por nós, foram utilizados como fonte desta tese, tanto na composição dos dados biográficos quanto para a realização do nosso texto doutoral. Não nos deparamos com menções a escrita de obras por Catharina Moura³⁸.

Figura 9 - Livros produzidos

Nome	Livros para a educação	Outros livros
Borges da Fonseca	-	Manifesto Político. Apontamentos de minha vida política e da vida política do Dr. Urbano Sabino Pessoa de Melo (1867).
Joaquim da Silva	Manual do estudante de Latim (1855)	-
Francisco Xavier Junior	Lições da Língua Materna (1906)	-
Francisca Moura	Pontos de Português (1906) ³⁹	-
Francisco Coutinho de Lima Moura	-	Reminiscencias: figuras e factos da Parahyba - volume 1 (1938); Reminiscencias: figuras e factos da Parahyba - volume 2 (1939); Reminiscencias:

³⁸ Com exceção da sua tese de doutoramento na Faculdade de Direito de Recife que não estava disponível para consulta nos arquivos da Faculdade de Direito de Recife.

³⁹ Francisca Moura escreveu um compêndio para o ensino primário de geografia, Nunes, Silva e Vilar (2011) realçam que em 1919 ele já estava em sua segunda edição, porém não possuem mais dados sobre a obra.

		figuras e factos da Parahyba de 1940-1946 - volume 3 (1946)
Coriolano de Medeiros	-	Diccionario chorográfico do estado da Parahyba (1914); Do litoral ao sertão (1917); Resenha histórica da Escola de Aprendizizes Artífices do estado da Paraíba do Norte (1922); O tesouro da cega (1922); Mestres que se foram (1925); Folclore Paraibano (1925); O Barracão (1930); Manaíra ou nas trilhas da conquista do sertão (1936); A evolução social e histórica de Patos (1938); O Tambiá da minha infância (1942); Sampaio (1958)
Catharina Moura	Sem informações	-
Olivina Olívia	-	Pérolas esparsas, migalhas de inspiração (s/d); Paisagem de minha terra (s/d); Barão do Abiaí (1940)
José Gomes Coelho	Escorço de Corografia da Parahiba (1919)	-
Eudesia Vieira	Pontos de História do Brasil (1921); Terra dos Tabajaras (1955)	Cirus e Nimbos (s/d); A Minha Conversão(s/d); Dom Ulrico Sonntag(s/d); Dois Episódios de uma Vida(s/d); Conferência (1948); O Torpedeamento do Afonso Pena (1951); Mistério de Fátima (1952)

Fonte: Elaborado pela autora.

Apresentamos agora algumas conclusões iniciais da escrita deste capítulo. Como descrevemos a maior parte tiveram sua formação secundária no Liceu e na Escola Normal e em relação ao curso superior, seis ingressaram na Faculdade de Direito de Recife.

As profissões e os cargos públicos exercidos foram variados. Do magistério primário, excluindo-se Olivina Olívia Carneiro da Cunha, todos os outros trabalharam nas cadeiras isoladas de primeiras letras, dado esse fundamental para a nossa tese. A Escola Normal e o Liceu foram *locus* de atuação do grupo e essas duas instituições, a nosso ver, podem ser pensadas como *comunidades de experiência* na Parahyba dos séculos XIX e XX.

Outro ponto relevante foi a grande produção escrita do grupo selecionado. Encontramos a referência a mais de 100 periódicos e a produção de diversos livros, entre eles sete livros didáticos. A participação em academias, institutos, sociedades e associações revela a importância delas para o grupo.

Esses dados comprovam nossa hipótese que os professores de primeiras letras podem ser considerados partícipes de um grupo de intelectuais do período e corroboram as pesquisas de Boto (2003) em Portugal e de Teixeira e Schueler (2006) no Rio de Janeiro.

Neste capítulo interpretamos, com base no método prosopográfico, os dados gerais dos intelectuais estudados nesta tese. Esse exercício foi significativo para entendermos esse grupo de forma a pensarmos as suas singularidades e as suas igualdades. Nos capítulos seguintes percorremos o processo de escolarização na província/no estado da Parahyba no *longo século XIX*. Nosso olhar traz à baila a escrita do grupo sobre a educação nos períodos que viveram na Parahyba ou na sua redondeza.

3 A EDUCAÇÃO COMO CONSTRUTORA DA NAÇÃO

Neste capítulo, procuramos entender a instrução na província da Parahyba do Norte na primeira metade do século XIX. Para tal, trabalhamos com dois professores, a saber: Borges da Fonseca e Joaquim da Silva. Apesar desses indivíduos terem atuado como professores de primeiras letras em momentos diferentes do período abordado, possuem um entrelaçamento na sua vida: a moradia/passagem pela cidade de Areia.

Para a construção deste capítulo, revisitamos as apreciações sobre os intelectuais citados inscritas na história. Trazer à tona essas perspectivas passadas não seria uma forma de *resgate histórico*. Pelo contrário, a partir de narrativas já produzidas, construímos uma outra narrativa histórica embasada no conhecimento que foi mediado pela dimensão testemunhal dos rastros que encontramos na organização do material, os quais foram pensados por nós como documento com base nos nossos questionamentos. Por ser infinito, esse ciclo que iniciamos estará aberto para elaboração de outros ciclos após a escrita desta narrativa e a interpretação dada a ela pelos leitores.

Antonio Borges da Fonseca (1808-1872) ficou conhecido na historiografia brasileira pela sua intervenção na imprensa e como homem público dos oitocentos, editou mais de 25 periódicos, como por exemplo: **Gazeta Paraibana, Abelha Pernambucana, O Repúblico, A Paraibana, O Nazareno, O Tribuno e Compatriotas.**

Joaquim José da Silva (1820-1889) teve sua inserção na história como um *latinista respeitável* na Parahyba, fundou e foi professor em uma escola de primeiras letras noturna na Villa do Brejo d'Areia. Foi autor de um livro para o ensino de latim, fundou a Sociedade Emancipadora Areiense e um periódico: **Verdade.**

A ideia da instrução/educação como formadora da recente nação brasileira foi discutida por diversos grupos nesse período, educação não era apenas ensinar a ler e escrever, mas sim civilizar a sociedade. Para a difusão da instrução, os periódicos tiveram importância. A concepção da imprensa como educadora, além de já ter sido trabalhada por diversos autores, pode ser percebida em diversas fontes do período. Por isso, a utilizamos como fonte nesta tese.

Em um ofício encaminhado à Parahyba do Norte e datado de cinco de agosto de 1822 - um pouco antes da oficialização da independência brasileira - José Bonifácio de Andrade e

Silva focou na importância dos periódicos para a difusão da instrução:

Sua alteza Real o Príncipe regente [D. Pedro I] tomando em consideração a utilidade, que resultará a este Reino do Brasil da **circulação dos periódicos**, e outros escritos, nos quais não só de ofereçam ao público elementos de instrução, **e armas para se destruírem os abusos conhecidos até aqui na Educação pública**, mas também se consultem com argumentos enérgicos e patrióticos os princípios desorganizadores, e opostos aos verdadeiros interesses da grande causa do Brasil [...]. (CURY; ANANIAS; PINHEIRO, 2015, p. 27, grifo nosso).

Sabemos que os periódicos, as tipografias e os responsáveis pelas suas publicações sofriam com a censura tanto do governo imperial quanto o do local, porém, a fala de José Bonifácio de Andrade e Silva foi bastante relevante para o período. Essa evidenciou a importância da circulação dos periódicos e mostrou sua importância para a fiscalização da educação pública.

Portanto com base nos intelectuais estudados, captamos a forma que estava sendo posta a ideia de instrução e de educação na primeira metade do século XIX na Parahyba. A experiência dos sujeitos revelou-nos uma circulação de ideias, na qual a educação teve um destaque como sustentáculo da formação da nascente nação brasileira.

3.1 A INDEPENDÊNCIA E A INSTRUÇÃO NA PARAHYBA

Nos primeiros anos do século XIX, o Brasil era uma colônia de Portugal. As lutas pela independência intensificaram-se na colônia portuguesa, a infraestrutura de produção era baseada no século anterior que tinha como centro a propriedade de terra e o trabalho escravo. A produção era voltada para o comércio de exportação e o sistema escravista agruparia a riqueza e o poder político em torno de algumas famílias (MARIANO, 2005).

Foi nesse cenário que nasceu Antônio Borges da Fonseca na capital da Parahyba no dia sete de abril de 1808. Era filho do Tenente Coronel Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca e de uma índia. Não localizamos, nem mesmo na biografia de Borges da Fonseca, o nome da

sua mãe apenas sabemos que ela tinha descendência indígena e que foi escravizada no século XVIII⁴⁰. Essa informação, ou melhor o fato de não termos achado o registro do nome da mãe, nos revelou a profunda desigualdade, na qual era imersa a sociedade da época, nos tópicos seguintes voltamos a essa questão pela importância da sua repercussão na vida dele.

Borges da Fonseca viveu em um período turbulento durante a sua infância, morando ora com a mãe na Parahyba ora com o pai em Pernambuco (SANTOS, 1994). Para Barbosa (2009, p. 63), ele era:

O mais conhecido jornalista paraibano do início do século XIX, era descendente de antigos militares portugueses, que governaram as províncias da Paraíba e do Ceará no século XVIII. Sua relação com os revolucionários de 1817, quando ouvia em sua casa as reuniões caracterizadas por segredos e conspirações.

O pai de Borges da Fonseca participou da revolta pernambucana de 1817⁴¹ e foi membro do governo em 1821 (FONSECA, 2011), dado esse que corrobora a tese de Mariano (2005). A autora relata que mesmo quando essas famílias se envolviam nos movimentos insurrecionais, elas permaneciam no poder político local pós-independência. Borges da Fonseca escreveu no seu **Manifesto político** que ainda bem jovem foi ligado aos *patriotas* (FONSECA, 1867). “Na casa paterna, funcionários da administração provincial, padres do Seminário de Olinda e frades, reuniam-se à noite para discutir as reformas que a nação reclamava, denunciar violências, esmerilhar velhos rancores.” (SANTOS, 1994, p. 22). Mariano (2005) menciona a participação desses grupos citados por Fonseca (1867) - militares e padres - nos movimentos políticos liberais que lutaram contra o domínio da metrópole na época. Os movimentos insurrecionais como o de 1817 foram liderados por grupos dominantes - proprietários rurais e comerciais em

⁴⁰ A escravidão indígena foi abolida oficialmente com as Reformas Pombalinas na América Portuguesa no final do século XVII. Anteriormente os índios escravizados eram utilizados como mão de obra na agricultura, na mineração e em trabalhos domésticos.

⁴¹ A revolta pernambucana teve seu ápice em seis de março de 1817 na Capitania de Pernambuco e foi um movimento separatista que conseguiu se manter no poder durante três meses. Para mais informações consultar: Cabral, Eurico Jorge Campelo. **O Liberalismo em Pernambuco: as metamorfoses políticas de uma época (1800 – 1825)**. 140 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

ascensão - e por uma parcela letrada da elite, na qual se destacaram os militares, profissionais liberais (médicos, professores etc.) e padres.

Ferronato (2008) aponta a participação paraibana na Revolução de 1817, a exemplo da família Carneiro da Cunha e ressalta a violenta repressão da Coroa ao movimento que resultou na condenação de morte de alguns envolvidos e na prisão de outros como o tenente coronel Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca.

Revoluções, movimentos e conflitos marcaram o período que antecedeu a independência política do Brasil assim como os primeiros anos que a sucederam. O segundo personagem que trabalhamos nesta tese, Joaquim Henriques da Silva nasceu um pouco antes do processo de independência em três de julho de 1820 na villa do Brejo d'Areia, filho de Manuel José da Silva⁴².

Na véspera da independência, em 1821, a Parahyba do Norte dispunha de 12 escolas de primeiras letras, duas na capital e o resto distribuída pelo interior (MELLO, 1996). Os vencimentos dos professores de primeiras letras eram de 200 mil reis na gestão do presidente Estevão Carneiro da Cunha (FERRONATO, 2008).

A sociedade passou a se organizar e exigir dos governantes, escolas de primeiras letras nas mais diversas localidades do país. Mesmo antes da Independência, com instalação da Junta Provisória do Governo na Parahyba em outubro de 1821, listamos nos documentos catalogados pelo GHENO cinco ofícios com pedido de implantação de escolas de primeiras letras em diversas vilas ou comarcas⁴³ dos nove documentos inventariados no período.

A educação e a instrução foram percebidas, nesses documentos, como uma valorosa forma de constituição de um povo mais *civilizado*, a instrução seria a maneira pela qual a mocidade poderia sair da ignorância e conseguir um emprego e/ou tornarem-se *úteis* para a sociedade. No primeiro documento, essas questões foram abordadas de forma bastante clara. Tratava-se de um ofício de 11 de setembro de 1821, no qual João Jacinto Moniz de Souza - escrivão da comarca Villa do Pilar - solicitou a criação de uma cadeira de primeiras letras para meninos na Villa e justificou:

⁴² Não descobrimos nos registros quem foi a mãe de Joaquim da Silva (GAUDÊNCIO, 2007).

⁴³ Um da Comanda de Pilar, dois da Comanda de Campina, um da Villa do Conde e um sem identificação de localidade.

Rogamos pois a V. Excs. Que atendendo, **ao estado da ignorância em que faz a mocidade** e o estado digo a mocidade e a necessidade de que há de ser ilustrado provam uma cadeira ao menos de primeiras letras nesta Villa, com ordenado suficiente o que convencendo um homem bom a empregar-se com toda a força no exercício de ensinar de bom grado os meninos, e fazer-lhes ver os benefícios que se colhem da instrução das primeiras letras, **por meio dos quais se tornem habis para o emprego publico da Província para os anos futuros:** são o nossos sentimentos que os expomos a V. Exc. na certeza de que serão olhados benignamente. (CURY; ANANIAS; PINHEIRO, 2015, p. 22, grifo nosso).

Seguindo nessa mesma direção, Manuel Batista de Miranda, escrivão da Villa do Conde, requereu, em 19 de janeiro de 1822, a implementação de uma escola pública de primeiras letras, pois não havia nenhuma e essa seria “[...] negócio tão **útil** e necessário ao bem público desta mesma Vila.[...]” (CURY; ANANIAS; PINHEIRO, 2015, p. 23, grifo nosso).

O escrivão pediu que fosse ministrada instrução para os meninos índios, para que eles não pudessem ser *seduzidos* pelos males da degeneração social. A população indígena no início do século XIX foi exposta ao isolamento dos grupos nas florestas, à submissão a política de aldeamento, à exploração do trabalho e a problemas relacionados ao baixo índice demográfico das comunidades (GONDRA; SCHUELER, 2008). Os projetos educacionais voltados para os índios procuraram incluir as etnias no processo de escolarização, não obstante os debates existentes no período mostraram as tensões sociais envoltas na construção do Estado nacional de uma sociedade desigual, hierárquica, escravagista e multiétnica.⁴⁴

No ofício de 19 de abril de 1922, a comarca de Campina denunciou que apesar de contar com 40 meninos que poderiam frequentar a escola, a localidade não tinha escolas de primeiras letras. A justificativa, como nos outros ofícios, se baseou na necessidade de vencer a ignorância e na possibilidade de emprego:

Os habitantes desta Villa, e de toda a compreensão do seu termo altamente **persuadidos de que a ignorancia é o maior dos entraves, que há na vida humana**, não só para **em habituar os cidadãos nos empregos públicos**,

⁴⁴ Um exemplo desses debates citados pelos autores foram os projetos de lei apresentados por José Bonifácio de Andrada e Silva em 1823. Para mais informações consultar Gondra e Schueler (2008, p. 256-270).

como para estorvar qualquer duração feliz, que alguns **indivíduos iluminados** queiram dar a sua Pátria se não menos convencido de que Vossas Excelências, como administradores dos governos civil e político desta Província, podem, querem, e devem querer fazer-lhes todo o bem possível, não hesitarão em recorrer a nós para fazermos a seguinte representação, como órgão que somos dos seus sentimentos. (CURY; ANANIAS; PINHEIRO, 2015, p. 24, grifo nosso).

Inferimos que há uma clara propensão de uma concepção educacional nesses ofícios. *Civilizar, tirar da ignorância e iluminar* foram ideais difundidos nos preceitos do movimento iluminista europeu. Boto (1999) argumenta que a escola moderna procurou forjar esse ideal de *novo homem*, seria por meio da educação, totalizadora e profética que se alcançariam as reformas sociais. Pinheiro (2008, p. 15) ressalta que esses ideais iluministas e suas práticas político-pedagógicas chegaram em todo o Brasil e povoaram “o ideário instrucional de gestores públicos”.

Com a independência brasileira em 1822, as questões sobre a instrução foram debatidas como um tema importante para a consolidação da nascente nação. Gondra e Schueler (2008) realçam que as tensões e os conflitos vivenciados no processo de independência do Brasil colocaram em disputa as questões da construção nacional e do *ser brasileiro*. A educação passou a ser vista como uma forma de construção do povo brasileiro, da sua identidade e da nação.

Mas que nação? A construção e a consolidação da nação não podem ser percebidas como formas naturais de um desenvolvimento ou mesmo como decorrente de fatores externos, no caso do Brasil a colonização portuguesa. A nação brasileira não foi consolidada após o período colonial, ela foi discutida em todos os períodos e nos oitocentos percebemos a busca de um projeto centralizador para o Brasil, o qual procurou diversas formas para intervir diante da sociedade. A difusão da educação, a língua pátria e a construção da história e da geografia foram exemplos dessa atuação. Dessa forma, percebemos que a construção da nação é um processo contínuo, no qual existem diversos conflitos e está sempre aberto a interpretações (ESPINDOLA, 2012). Conforme Pinheiro (2008, p. 15),

[...] o cotidiano da vida administrativa dos gestores públicos foi marcado por reivindicações e representações oriundas tanto das elites locais quanto dos grupos sociais subalternos. Assim, mesmo distante dos maiores centros

urbanos do império, como o Rio de Janeiro, Recife ou Salvador, a questão instrucional esteve na pauta das várias representações formuladas pela ainda incipiente sociedade civil.

A instrução como uma das bases para a construção/consolidação do nascente Estado-nacional passou a ser percebida pelos dirigentes do Brasil como uma das questões mais relevantes para o ordenamento político-administrativo. Sob forte influência das ideias iluministas, principalmente de Jean Jaques Rousseau e da Revolução Francesa, em 1823, a instrução fez parte de muitos argumentos da Assembleia Geral Constituinte e da Legislativa do Império. O processo de formação da nação envolveu um conjunto da sociedade - políticos, gestores, professores, entre outros - e atingiu diversos setores como o político, o social e o econômico (FERRONATO, 2008).

Em 1828, Borges da Fonseca com 20 anos vinculou-se à Sociedade Secreta Jardineira ou Carpinteiros de São José (SANTOS, 1994; SODRÉ, 1999; FONSECA, 2011) e fundou o segundo jornal parahybano⁴⁵, o **Gazeta Paraibana**. Alcides Bezerra (1922, p. 51), no final da Primeira República, escreveu um texto sobre a imprensa parahybana e registrou que em 1828 “[...] surgia a ‘Gazeta Parahybana’, cujo o redactor-chefe era o liberal de grande renome Antonio Borges da Fonsêca. ‘Gazeta’ deu lugar ao primeiro processo contra o crime de abuso de liberdade de imprensa havido aqui.” Foi no início do século XIX que “[...] surgem tipografias, editando os primeiros jornais paraibanos, entre os quais o de Borges da Fonseca, que chegou a ir ao Tribunal do Júri por crime de opinião.” (SILVEIRA, s/d, paginação irregular)

Borges da Fonseca ocupou, também no mesmo ano, o cargo de professor lente de primeiras letras na Cidade Alta, bairro da capital da Parahyba. Nos deparamos com menção à sua atuação como professor em diversos livros, inclusive na sua biografia, todavia não achamos o ofício da sua nomeação nos documentos oficiais da província da Parahyba. Silveira (s/d, paginação irregular) frisa que “[...] Borges da Fonseca é demitido do cargo de professor de primeiras letras e muitas vezes mais processado e condenado por crime de imprensa.” Ele foi

⁴⁵ Bezerra (1922) explicou que dois anos antes do jornal de Borges da Fonseca, surgiu o primeiro jornal parahybano. Chamava-se **Gazeta do Governo da Parahyba do Norte**, o primeiro exemplar circulou no dia 16 de fevereiro de 1826 e era impresso pela Typographia Nacional da Parahyba, a qual tinha a administração do inglês Walter S. Boarman.

preso por *abusos de liberdade* e encaminhado para a Fortaleza de Cinco Pontas em Recife, onde permaneceu por pouco tempo até ser julgado inocente (SANTOS, 1994).

Ao ser liberto em 1829, fundou o jornal **Abelha Pernambucana** em Recife. Selecionamos esse periódico para explorarmos nos próximos tópicos da tese por alguns motivos, a saber: inicialmente por termos poucas fontes que nos remete à educação/instrução na Parahyba nas primeiras décadas pós-independência e por não conseguirmos acesso à cópias legíveis do jornal **Gazeta Paraibana** de Borges da Fonseca; no **Abelha Pernambucana** constatamos diversas referências ao estado tanto em relação à política quanto à educação/instrução - tema constante e em evidência; por fim, pela disponibilidade desse jornal, arquivado em série e com quase todos os exemplares disponíveis.

3.2 BORGES DA FONSECA: “UM HOMEM CONTRA O IMPÉRIO” OU UM MONARQUISTA CONSTITUCIONAL?

A simpatia de Borges da Fonseca pela forma de governo republicano foi relatada por quase todos os que se dedicaram ao estudo dos seus escritos (BEZERRA, 1922; SOUSA, 1957f; SANTOS, 1994; SODRÉ, 1999; FONSECA, 2011). O próprio intelectual, em tom irônico, acusou o presidente da Província da Parahyba de ter fechado sua tipografia na cidade em virtude de ele não ser vinculado à monarquia:

Embora isto se diga, o fato é que calçou aos pés todas as Leis da Fazenda a respeito de Contratos, que se nos declarou formal perseguição, *não sendo nós absolutistas nem criminosos*, e que se prestou da cooperação aos trabalhos da Fazenda inimiga do Sistema atual do Governo que nos reje, em virtude da Cosntituição Política jurada pelo Brazil. (ABELHA..., 1929, p. 01, grifo nosso).

Para Bezerra (1922) foi após a absorção do júri na Parahyba que Borges da Fonseca “[...] redobrou nos seus ataques às instituições, pregando francamente a Republica.” (BEZERRA, 1922, p. 51). Na obra de Octavio Tarquinio de Sousa, o parahybano foi citado em seis de seus nove tomos, a saber:

No primeiro volume, intitulado **História dos Fundadores do Império do Brasil - volume I - José Bonifácio**, Souza escreveu sobre a participação de Borges da Fonseca na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. O autor relatou que existia empenhos diferentes e conflituosos entre os membros da diretoria, a exemplo de José Bonifácio que estaria interessado em manter a unidade nacional, o Império e seu imperador de cinco anos do qual era o tutor. Porém, havia na Sociedade um interesse comum que seria “[...] influir na direção política e no governo do Brasil.” (SOUSA, 1957a, p. 325-326). Essa sociedade fundada em 1831, tinha como primeiro conselho diretor⁴⁶:

[...] homens como Borges da Fonseca, jornalista exaltado, redator do *Repúblico*, Odorico Mendes, jovem político liberal, Henrique Resende, antigo revolucionário pernambucano de 1817, José Joaquim de Lima e Silva e Manuel da Fonseca Lima e Silva, militares com parte destacada na revolução vitoriosa, o padre Antônio João Lessa, perseguido em 1822, O próprio Evaristo [da Veiga], o jornalista mais ativo da campanha liberal e... José Bonifácio. (SOUSA, 1957a, p. 325, grifo do autor)

No terceiro volume, Sousa (1957b, p. 723) referiu-se a Borges da Fonseca como o *panfletário*, frisando o comentário dele sobre D. Pedro II em 1830. Ele teria chamado ironicamente o imperador de *caro* e fez críticas à doação realizada ao Tesouro Público e ao empréstimo, sem juros, para as despesas com a guerra do Sul.

No volume seguinte, Sousa (1957c, p. 883) marcou a sua ação no jornal como apenas uma forma de almejar a “[...] agitação popular e subversão da ordem pública.” O autor fez uma constatação que no Rio de Janeiro havia no final do primeiro reinado 19 jornais, em sua maioria, liberais como **A Aurora Fluminense** e **Astréa** que realizaram duras críticas à coroa, no entanto com “decência e polidez”. Porém, dois jornais **Nova Luz Brasileira** (fundado nos fins de 1829) de João Batista de Queirós e **O Repúblico** do “jovem Borges da Fonseca” possuíram um tom “jacobino, nativista e lusóphobo”. O segundo jornal teria conseguido implantar no nordeste brasileiro um ódio contra os colonizadores mais pungente do que em outras regiões,

⁴⁶ Salientamos que no dia 18 de novembro de 1831, seis meses após a fundação da Sociedade, o jornal **O Homem e a America** noticiara a eleição para o terceiro Conselho de dirigentes (O HOMEM, 1831a, p. 04). O conselho de dirigentes deveria mudar de três e três meses (SOUSA, 1957e). E no dia 25 de novembro do mesmo ano, o jornal trouxe a lista do novo Conselho do qual Borges da Fonseca não era partícipe (O HOMEM..., 1831b, p. 01).

impulsionando “o ressentimento dos brasileiros contra os portugueses” inclusive contra o Imperador. Mais uma vez percebemos a referência a Borges da Fonseca como panfletário e seu jornal como dotado de uma linguagem de “incrível violência”.

Ainda nesse volume, há uma longa descrição dos acontecimentos que levaram a renúncia de D. Pedro. No final de 1831 outros nomes - como o de Vergueiro, Evaristo da Veiga e Odorico Mendes - se juntaram a Borges da Fonseca, “um dos mais audaciosos líderes populares do momento. Porque o então jovem paraibano não se limitava aos artigos de jornal: ia para a rua chefiar grupos e penetrava nas casernas para angariar adesões.” (SOUSA, 1957c, p. 907). E foi nesse mesmo tom que Sousa (1957d) continuou a tratar de Fonseca e do **Repúblico** no volume V.

No volume VI, Sousa (1957e, p. 79) relatou a ligação de Borges da Fonseca com Evaristo e mais uma vez atribuiu ao primeiro o “[...] papel mais ativo no desencadeamento da crise.” Essa frase foi praticamente repetida por Sousa (1957e, p. 109) em uma nota de rodapé sobre a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional algumas páginas seguintes.

Chegando ao Rio em fins de 1830, com 22 anos apenas, mas já tendo redigido dois jornais, um na sua terra natal, a Paraíba, e outro em Recife, e sofrido demissão de **cargo público e prisão**, empenhou-se para logo em cheio no combate ao governo e ao próprio imperador. Como nas províncias do Norte, serviu-se da mesma arma - a imprensa. (SOUSA, 1957f, p. 214, grifo nosso).

Após essa informação, Sousa (1957f) repetiu alguns fatos já elencados sobre Borges da Fonseca, como a sua participação na fundação da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e sobre a posição do seu jornal **O Repúblico**, por fim o autor ressaltou que apesar de ser um “homem corajoso, probo, inteligente, propenso à conciliação nos primeiros tempos que se seguiram à vitória liberal de 7 de abril [...]” (SOUSA, 1957f, p. 219), ele não apresentou alguns *dons* como o da *flexibilidade* e o da *paciência* que seriam exigidos na *arte política*. O professor preferia ser o *mandante* e o *ensor*, fato esse que em última instância justificaria a sua não ocupação de postos no parlamento entre os anos de 1830 e 1870, nas palavras de Sousa (1957f, p. 220): “Antônio Borges da Fonseca foi um político falho que se compensou na crítica negativa e na ação demolidora.”

No último volume, IX, Sousa (1957f) realizou uma pequena biografia de Antônio Borges da Fonseca. Sob o título de “Um jornalista Liberal”, o autor escreveu que o jornalista parahybano era um panfletário republicano. Joaquim Nabuco frisou sua “envergadura revolucionária”, a qual “guardou intata já sexagenário” (SOUSA, 1957f, p. 215). Sobre as atividades de Fonseca anteriores à sua chegada ao Rio em 1830, havia pouca informação e nenhuma menção ao fato dele ter sido professor de primeiras letras.

Sodré (1999, p. 112) aponta que desde a fundação da Sociedade Secreta Jardineira na Parahyba em 1828, Borges da Fonseca já era “[...] conhecido ali pelos seus pendores republicanos [...]”, fato esse que o levou a ser preso. Para Santos (1994, p. 15, grifo do autor), o intelectual “[...] até quando defende programas irreais e acredita em entidades salvadoras como *República* e *Federalismo*, exprime uma comovedora fé nos homens e na razão.”

Para Fonseca (2011), ele sofreu a influência da teoria de Thomas Paine e de John Locke na formulação dos seus princípios básicos sobre um governo republicano nos escritos do **Abelha Pernambucana**. A autora salienta a publicação das notícias sobre a Confederação do Equador e a Constituição Americana, para explicar a posição de Borges da Fonseca como um republicano federalista.

Silva (C. P. B., 2010), ao analisar a atuação de Borges da Fonseca durante as três fases do jornal **O Repúblico**, discorda das visões que sugerem a vinculação do jornalista ao republicanismo. Nas palavras da autora:

Diferentemente da idéia de que Borges da Fonseca era “um homem contra o Império”, defendemos a premissa de que ele, nas três primeiras fases d’O Repúblico, postulava certa igualdade entre os “cidadãos”, que tinha por base o respeito à autonomia na forma de federação, preservando a monarquia constitucional. Na perspectiva do redator, federalismo e autonomia provincial não se confundiam necessariamente com projetos de república. (SILVA, C. P. B., 2010, p. 13).

Afirmamos que no jornal **Abelha Pernambucana**, Borges da Fonseca deixou transparecer suas propensões não monárquicas e sua aversão ao governo brasileiro da época. Diversas vezes, ele procurou na teoria do contrato social rousseauiana (SANTOS, 1994; FONSECA, 2011) fundamentos para apoiar um governo republicano e federalista. A afirmação de Silva (C. P. B., 2010) pode ter sido causada, em partes, pela declaração do próprio Borges

da Fonseca nos primeiros números do jornal **O Repúblico**, no qual ele afirmara ser monarquista e que o *repúblico* teria o significado de *bem público*. Porém, concordamos com Sodré (1999), Morel (2005) e Fonseca (2011) quando asseguram que essa declaração foi apenas uma forma que ele conseguiu para se estabelecer na sede do governo central, a cidade do Rio de Janeiro.

Morel (2005) investiga o comportamento de grupos de intelectuais no início dos oitocentos no Brasil e registra que houve uma violenta coerção da administração pública a alguns *homens da imprensa*, os quais deveriam se enquadrar no *jogo político predominante*.

Para alguns, as admoestações serviram para marcar um afastamento, temporário ou definitivo, do poder imperial: Luís Augusto Mau, Luís Inácio Abreu e Lima, **Borges da Fonseca**, Domingos Alves Branco e Cipriano Barata. [...] Tais exemplos servem para mostrar que a estabilidade alcançada pelo Estado Monárquico, bem como a unidade nacional, não foram obra de convivialidade harmoniosa entre elites homogêneas, **mas resultado de construções e operações políticas, muitas vezes feitas com instrumentos cortantes**. (MOREL, 2005, p. 198-199, grifo nosso).

Apesar de termos visto olhares dualistas sobre Borges da Fonseca ora o descrevendo como um agitador antimonárquico ora como um monarquista constitucional, percebemos que a representação dele não pode ser vista de forma linear. Aliás, essa é uma das críticas que Bourdieu (2006), Levi (2006) e Vilas-Boas (2014) fazem às construções biográficas: a tentativa de se construir uma personalidade do biografado como sendo estável e coerente. Essas críticas dos autores supracitados ficam bastante clara quando nos deparamos com Borges da Fonseca, seu longo exercício na imprensa e sua forma de escrita, nos mostram rupturas e continuidades na vida do indivíduo. Para além de ser apenas *um homem contra o Império* ou ser um *monarquista constitucional*, Borges da Fonseca foi uma pessoa inserida no seu contexto histórico, o qual passou por diversas modificações - início do Império, reinados, período abolicionista, etc.

Entender o comportamento de Borges da Fonseca no **Abelha Pernambucana** diante da instrução/educação no Brasil, de alguns assuntos como o governo na Parahyba, dos impressos femininos etc. foi a base dos nossos próximos subitens desta tese.

3.2.1 O jornal **Abelha Pernambucana**

Nossa decisão de escolher esse periódico como base para compormos a experiência de Borges da Fonseca na Parahyba foi tomada pelo fato de termos poucos documentos sobre a instrução na província parahybana depois da independência brasileira. Nos documentos oficiais recolhidos pelo GHENO, há apenas 23 que datam entre 1822 (pós-independência) e 1834. O acesso aos jornais parahybano no período é bastante restrito, no *site Jornais e folhetins literários da Paraíba no século XIX*⁴⁷ foram catalogados 86 exemplares de diversos jornais entre os anos de 1841 a 1867, entretanto não temos exemplares disponíveis entre as décadas de 1820-1830. Temos uma situação análoga no *site* da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional não há periódicos da província da Parahyba digitalizados para a consulta.

Essa escassa documentação acabou gerando poucas pesquisas que incluíssem esse período⁴⁸, fato esse que foi percebido por outras pesquisadoras da área: “[...] a instrução promovida entre os anos de 1822 a 1834 era de responsabilidade do Governo Imperial, portanto os estudos desenvolvidos acerca das províncias pouco se detiveram sobre esse período. [...]” (ANANIAS; SILVA 2011, p. 116). O marco para o início das atividades legais na província citado pelas autoras seria o de 1835.

Borges da Fonseca utilizou o jornal **Abelha Pernambucana** para debater algumas questões presentes no período. Apesar de ser editado na cidade de Recife, o jornalista referenciou a cidade e/ou a província da Parahyba em diversas ocasiões. A leitura dessa fonte nos proporcionou a compreensão de um período ainda pouco estudado na história da educação.

Fonseca (2011) relata que, entre os anos de 1829 a 1831, existiam cerca de 15 periódicos que circularam e eram impressos em Recife, a maioria dos seus redatores eram padres, à vista disso “[...] a alcunha de ‘abatinada’ emprestada por Borges da Fonseca à imprensa de

⁴⁷ Disponível em: < http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/acervo_de_microfilmes.pdf>.

⁴⁸ Listamos três monografias que abordam o tema instrução na Parahyba antes da década de 1830 no banco de dados do GHENO, a saber: “Saber e Medo: métodos disciplinares e punitivos na Província da Parahyba do Norte (1822-1864)” de Itacyara Viana Miranda (2009); “Um olhar sobre a configuração da profissão docente na Parahyba Oitocentista (1822-1864)” de Mariana Marques Teixeira (2009); e “Circulação de livros, compêndios e artefatos escolares pelos espaços de venda e leitura na Cidade da Parahyba (1822-1889)” de Thayná Cavalcanti Peixoto (2013). Todas essas monografias foram realizadas no curso de História e possuem a orientação da professora doutora Cláudia Engler Cury.

Pernambuco. [...]” (FONSECA, 2011, p. 01). Para pensarmos o jornal de Borges da Fonseca resolvemos trabalhar com outros dois jornais de oposição ao **Abelha: O Cruzeiro** e o **Amigo do Povo**.

No Arquivo Digital da Biblioteca Nacional, os jornais estão arquivados em séries - importante de acordo Luca (2010) - selecionamos 141 edições do **Abelha Pernambucana** dos anos de 1829 e 1830 (apenas a edição número 119 não está disponível). Dos outros dois jornais - **O Cruzeiro** e **Amigo do Povo** - restringimo-nos a consulta das edições publicadas nos mesmos anos, para o primeiro localizamos 465 edições e o segundo 82 edições. A maior parte das edições desses três jornais continham duas folhas e raros números foram compostos por três folhas⁴⁹.

O jornal **Abelha Republicana** foi fundado em seguida ao estabelecimento de Borges da Fonseca em Recife aos 21 anos com ajuda financeira da Sociedade Secreta Carpinteiros de São José ou Jardineira (FONSECA, 2011). Seu primeiro número circulou no dia 24 de abril de 1829 e o último no dia 31 de agosto de 1930. **O Cruzeiro** (1829-1831) teve seu primeiro número editado no dia quatro de maio de 1829 pelo padre Francisco Ferreira Barreto e seu último exemplar data de seis de maio de 1831 e o **Amigo do Povo** (1829-1830) foi fundado no dia 30 de maio pelo padre Jose Marinho Falcão Padilha e fechado no dia 18 de dezembro de 1830. O primeiro jornal era impresso e vendido na Tipografia Fidedigna e os dois últimos na Tipografia do Cruzeiro. Em relação à periodicidade, o **Abelha** era publicado duas vezes por semana, às terças-feiras e às sextas-feiras. **O Cruzeiro** só não circulou aos Domingos e o **Amigo do Povo** era distribuído aos sábados. E aqui ressaltamos uma informação divergente com Santos (1994, p. 36, grifo do autor):

Solto, tratou de fundar outro jornal oposicionista, *A Abelha Pernambucana*, para atacar as idéias absolutistas do diário *O Cruzeiro* e do periódico *O Amigo do Povo*. Por certo recebeu apoio financeiro dos *Carpinteiros de São José*, porquanto os dois jornais defendiam as idéias da sociedade secreta, da monarquia conservadora *Coluna do Trono e do Altar*.

⁴⁹ Nos exemplares disponíveis do **Abelha pernambucana** apenas a edição 22 apresentava três folhas e versava sobre o Banco do Brasil.

De acordo com as datas de fundação dos três jornais ocorre uma inversão na colocação de Santos (1994), os impressos que **O Cruzeiro** e **Amigo do Povo** foram fundados para combater as ideias do **Abelha** e não o contrário. No final do século XVIII e início do XIX, emergiu no contexto nacional uma figura distinta de homem público, a saber: o jornalista ou panfletário (MOREL; BARROS 2003). A imprensa de opinião foi o *locus* encontrado por esses atores difundir ideias e concretizar embates públicos.

Para Morel e Barros (2003, p. 15), essa imprensa era “[...] ao mesmo tempo política e pedagógica [...]”, pois vinculou as diversas concepções sobre o que seria a nação, o seu governo, a forma que o povo deveria agir e como se daria a sua instrução, etc. Foi nesse intenso debate entre a imprensa do período que se criou um espaço público de crítica, no qual as opiniões políticas eram publicizadas sem tanta dependência dos governos, espaço esse denominado pelos autores de *opinião pública*⁵⁰. As características comuns aos impressos da primeira metade do século XIX era o fato de em sua maioria serem um “[...] jornal de um homem só, artesanal, mais doutrinário que factual, impresso e vendido em tipografia, de linguagem veemente (por vezes agressiva e ofensiva) [...]” (MOREL; BARROS, 2003, p. 49). Além disso, a maioria dos impressos eram compostos por duas folhas e possuíam periodicidade irregular e muitas vezes efêmera, ou seja, duraram poucas edições.

Na primeira edição do Jornal **Abelha Pernambucana**, existe um pequeno editorial para explicar a importância do novo impresso. Borges da Fonseca iniciou escrevendo: “Os Periodicos são no sistema Constitucional uma das primeiras necessidades dos Povos da qual não se pode prescindir sem graves inconvenientes.” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829a, p. 01). Por essa razão, independentemente da qualidade dos periódicos e das ideias divulgadas:

[...] E’ pois inegavel que quanto maior for o n. °. dos em uma Provinsia, tanto mais se divulgaraõ idéas uteis, e se consolidará a **opiniaõ publica**: prinsipalmente se alingujem por ele impregad(?) for a linguajem da razaõ, e da desensia, acomodando-se as imperiozas sircunstansias em que se axar o Povo para quem se escreve. (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829a, p. 01, grifo nosso).

⁵⁰ A “[...] expressão ‘opinião pública’ é polissêmica - e também polêmica” (MOREL; BARROS, 2003, p. 21), em função disso interessa aos autores entender a gênese desse conceito no contexto brasileiro. Em vista disso, *opinião pública* remetia a uma opinião que ultrapassa o julgamento do privado e se torna um instrumento de debate com diversas acepções políticas.

O objetivo do **Abelha** seria *animar* o debate público sobre diversos assuntos de interesse ao povo como a economia, o comércio, a medicina, as artes, etc. Ao fim desse primeiro editorial, Borges da Fonseca escreveu que esperaria o *acolhimento de juízo* das matérias pelo *Tribunal da Opinião Publica*. Foi no final do Primeiro Reinado e início da Regência que houve um crescimento da *palavra pública* (MOREL; BARROS, 2003) não só por meio da imprensa, mas também de associações e agrupamentos. Quando os periódicos se referiam ao *Tribunal da opinião pública* era uma maneira de manifestarem a simpatia pelo regime republicano, já existente em alguns países vizinhos ao Brasil. Essa simpatia acabara acarretando para esses periódicos uma curta duração, pois eles eram repreendidos pela força monárquica brasileira (MOREL; BARROS, 2003).

E aqui já inferimos uma diferença entre os três periódicos, para **O Cruzeiro** e **Amigo do Povo**, a imprensa deveria servir para consolidar o regime monárquico e, conseqüentemente, a sua liberdade deveria ser vista com cautela. A imprensa serviria à nação e à sua consolidação, em consonância com **O Cruzeiro** (PROSPECTO, 1829, p. 01):

Nada mais capaz de dirigir com acerto a opinião dos Póvos, e de consolidar o Governo estabelecido, do que os Periodicos, quando os seus Escriptores, despidos de prevenções, não tem por objecto, se não a prosperidade da Nação, que procuraõ instruir.

Seguindo nessa mesma argumentação o editorial do primeiro número do **Amigo do Povo** (1829, p. 02) proclamou que:

O amigo do povo he aquelle, que lhe ensina a gozar da felicidade, que se pode achar em hum Governo moderado, a paz, a liberdade, o descanso. Nós lho ensinaremos em hum estillo tenue, e accomodado á sua esfera. Quanto aos republicanos, nós refutaremos no estillo do seu Governo, no estillo das Filippicas, e catilinarias, no estillo, que elles tem adoptado para atacarem tudo quanto ha de sagrado, e profona em nome da sua liberdade licenciosa; sem com tudo seguir mos a sua immoralidade.

He necessário portanto rebatte-los para salvar o povo de seos eternos inimigos.

Diferentemente do **Abelha** que se propunha a animar o debate público, os dois últimos jornais tinham como objetivo a defesa do regime monárquico, a partir da educação do povo. Interessante notar que para os editores dos três periódicos, havia uma necessidade de se levar a instrução para o povo brasileiro, mesmo que de formas diferentes. Para Morel e Barros (2003, p. 41): “O que se formulava na perspectiva desses homens de letras era sobretudo a crença de que estariam imbuídos de uma missão pedagógica, esclarecedora, civilizadora.” Portanto, seria a educação, a cultura e o trabalho meios de civilizar o povo brasileiro e a imprensa uma forma de se divulgar essas ideias na sociedade.

O **Abelha Pernambucana** teve seu último número, o 142, vinculado na terça-feira, 31 de agosto de 1830. Após passar os últimos cinco números praticamente só transcrevendo as atas da Câmara dos Deputados. Não existiam grandes explicações apenas o redator volta a falar dos princípios divulgados pelo periódico e da importância desse na sociedade e na luta contra o absolutismo.

O jornal **O Cruzeiro** nada noticiou sobre o ocorrido, já o **Amigo do Povo** anunciou com o título de “Necrologia” a morte do jornal **Abelha Pernambucana**. Acusando o jornal de Borges da Fonseca de só ter divulgado mentiras. Declarou que o jornal nada havia de elogiável, que nunca divulgou nada de geografia, que de “História, só aprendeu a dos negros, de quem era intimo amigo, de modo que muitos pensão, que só o parentesco a faria dizer delles tão bas cousas.” (NECROLOGIA, 1830, p. 01). Sobre a língua portuguesa declara a falta de conhecimento do editor com a ortografia. A nota terminou falando que “[...] finou a pobre Abelha na flor dos seus annos no dia sexta feira 31 de Agosto do corrente anno de 1830; mas a sua alma se passou a’animar outro corpo no Rio de Janeiro (segundo dizem) de cujas transmigração se agourão muitos males.” (NECROLOGIA, 1830, p. 01).

Ao acusar o **Abelha Pernambucana** de só falar da história dos negros, o **Amigo do povo** fez referência a um suposto parentesco de Borges da Fonseca com os escravizados. Não localizamos registro de parentesco dele com os negros, o que sabemos era que sua mãe foi índia e havia sido escrava no século anterior e provavelmente o **Amigo do Povo** fez referência a ela nessa matéria. No **Abelha**, existiam poucas referências aos negros, escravizados ou não. A primeira notícia foi na seção de anúncios, na qual Borges da Fonseca esclareceu:

Rogamos a todos os Senhores que nos tem enviado bilhêtes com anunsios de venda, e compra de nêgros, canôas, barris, etc., e de negros fujidos; que tenham a bondade de os vir reseber para os fazer publicar, pelo *cruzeiro* que se propõe a iso. (ANUNSIO, 1829, p. 04, grifo nosso).

No número 59, o **Abelha Pernambucana** reproduziu uma matéria do jornal **Astréa** do Rio de Janeiro, intitulada “O inimigo das diferenças de côr” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829h). A matéria denunciou a prática de se internar negros e *mulatos* libertos no hospital da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro juntamente com os negros escravizados e não na ala destinada aos homens livres (nessa só eram recepcionados os homens brancos). Devido a escassa referência aos negros no jornal, acreditamos que Borges da Fonseca optou por não se envolver nos conflitos relacionados aos negros da época.

Apesar da curta duração do jornal **Abelha Pernambucana**, percebemos a sua importância na circulação de ideias do período⁵¹. O fato de que para *combater* as ideias desse periódico foram criados outros dois na cidade de Recife, já nos mostra que as colocações de Borges da Fonseca tinham inserção no debate público travado na sociedade. A forma combativa, irônica e pessoal dos três periódicos analisados foi uma construção recorrente no período. A percepção da interligação a imprensa e a instrução no jornal **Abelha Pernambucana** foi a base do nosso próximo tópico.

3.2.2 “A educação, a educação eis o unico meio de rejenerar um povo”⁵²

A imprensa tinha um papel central para os grupos de intelectuais do século XIX e início do século XX, os periódicos eram um espaço de divulgação de ideias e de embates políticos e sociais. A utilização dos jornais como fontes de pesquisas pode contribuir para que os pesquisadores percebam a movimentação de ideias do período, além do cotidiano dos projetos

⁵¹ Além da circulação nas províncias de Pernambuco e da Parahyba, sabemos que esse periódico esteve presente em Minas Gerais. Havia uma nota no jornal **Astro de Minas** de 29 de outubro de 1829, a qual enumerava alguns periódicos disponíveis na biblioteca da Villa de Santa Maria de Baependi (AVISOS, 1829, p. 04).

⁵² Citação retirada do jornal **Abelha Pernambucana** em que Borges da Fonseca questionou a real importância das importações para o crescimento da nação. O editor fechou seu argumento com essa frase. (MASIMAS,..., 1829, p. 04).

políticos e educacionais, os quais eram alvo de disputa na sociedade. Havia uma consciência da importância da imprensa pelo grupo, essa era pensada como um local de desenvolvimento tanto da cultura quanto da educação e, por isso, uma instituição indispensável para a nação.

Ao falar da sua tipografia fechada na Parahyba, Borges da Fonseca (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829l, p. 01, grifo nosso) equiparou sua atuação de professor de primeiras letras com a de jornalista.

Recordando-nos de todos os pasos dados pelo Sr. Gabriel Jetulio como Prezidente da Paraiba contra nós, ja na qualidade de Professor Publico de Primeiras Letras, ja na de Redator da Gazeta Paraibana, **razão de sobra temos para atribuir a sua eiselentissima influensia a toda a marxa tida com nosco nesta anulação do contrato em questão:** embora S. Eisel ande agora a querer pôr panos quentes dizendo que não era sua tensão embarasar-nos de escrever, que pelo contrário iso dezejava ele, porem que nós é que fomos presipitados na diliberasão que tomamos &c.

E argumentou que as duas funções que exercia - de professor e de jornalista - conservariam como base a construção da recente nação. Os professores de primeiras letras nos oitocentos foram responsáveis pela publicação de diversas obras como livros de leitura, livros didáticos e artigos nos jornais, do mesmo modo que foram partícipes de atividades sociais e políticas como sua inserção na imprensa, nas conferências, nas associações, etc. (TEIXEIRA; SCHUELER, 2006). Percebemos essa inserção dos professores na sociedade como uma forma de divulgação e circulação das ideias educacionais visando a mudança ou a melhoria da instrução.

Borges da Fonseca defendeu a imprensa e a instrução como fulcrais para a formação do cidadão. Consequentemente, a imprensa seria uma forma de ilustrar o povo: “Mas qual será o remedio para os males que tem rezultado da inoransia do pôvo? A sua ilustração. Eis o por que a Abêlha cometeu a onroza empreza de contribuir com o seu contijente para este grande fim [...]” (PUBLICOLA, 1829, p. 01). Morel e Barros (2003, p. 43) apontam que esses primeiros jornalistas “[...] se apresentavam como cidadãos e escritores ativos, como construtores da opinião que almejavam conduzir a sociedade a algum tipo de progresso e de ordem nacional”.

Para tanto, o jornalista explicou nos números iniciais do seu jornal que escreveria foneticamente em seu jornal. De tal forma que o **Abelha Pernambucana** e ele - na qualidade

de seu redator - seguiriam a “Ortografia Filozotica, ou a da pronunciação”. Borges da Fonseca explicou que o primeiro divulgador dessa seria João de Barros, “*Luiz Antonio Vernei* também a seguiu, posto que se limitase a supressão das letras dobradas, se dís, e do H. Dom *Joze Joaquim de Azerêdo Coutinho* reduziu-a a compendio, e ordenou que por ela se escrevese no Seminario d’Olinda. (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829d, p. 01, grifo do autor).

Elucidou que essa forma de escrita facilitaria o entendimento do leitor, fazendo com que o seu jornal atingisse um público maior, fato esse que seria fundamental para elevar o nível de conhecimento do povo. Para tal, ele trouxe uma citação de Barboza:

Ja se vê que as Ortografias *Etimolojica* e a *Uzual* estão totalmente fora do alcance do Pôvo iliterado. Porque nem ãa regra segura se lhe pode dar, ou de perseber para deixar de errar a cada paso, que não seja a de largar a pena a qualquer palavra, que queira escrever, para consultar o vocabulario da Lingua. Porem a Ortografia da *Pronunsiasão* não é a sim. Retificada que seja esta; não tem ela mais do que distinguir os sons, quer simples, quer compostos, de que consta qualquer palavra, e figural-os com os carateres próprios, que os Alfabetos Nasionaes para iso lhe dão. (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829d, p. 01, grifo do autor).

Destarte, a ortografia de pronunciação era uma forma de alcançar o povo iletrado. Atingimos aqui a função educacional que Borges da Fonseca atribuíra ao seu jornal, para ele era imprescindível que houvesse um alargamento dos seus leitores. Barbosa (2009) ressalta que o público dos impressos no século XIX era formado por pessoas não letradas, “[...] o jornal funcionava como uma ‘linguagem’ que, por si só, oferecia aos seus contemporâneos protocolos que regravam e definiam os modos de ler e de escrever daquela época.” (BARBOSA, 2009, p. 89).

No final dessa matéria, Borges da Fonseca explicou que tentaria seguir com essa escrita: “Nós faremos o que podemos por seguir eizatamente a Ortografia da Pronunsiasão, se no entanto falirem nosas fôrsas, **contentar-nos emos em que os dezejzos da instrusão Publica** procurem corrigir nosas faltas [...]” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829d, p. 01, grifo nosso). A escrita *de pronunciação* retinha como característica uma ortografia fonética marcada por caracteres regionais, ou seja, incorporaria expressões oral e escrita da região norte⁵³. Para

⁵³ A região norte abrangia o nordeste no período.

Fonseca (2011), o redator do **Abelha** não fez uma conexão direta entre sua forma de escrever e o federalismo, porém a autora localiza esse periódico em um projeto político amplo a favor do dele.

Contudo, ressaltamos que a escrita de pronúnciação de Borges da Fonseca foi criticada diversas vezes pelos seus opositores. O editor do jornal **O Cruzeiro** (1829, p. 02, grifo do autor), padre Barreto manifestou na segunda edição:

Depois de huma semelhante Folha, tal como a quella de que acabamos de falar, estava ainda reservada para esta Provincia a *injuria atróz* de possuir Abelha! Que lastima, e que vergonha! Seu Redactor escaldado por huma imaginação visionaria, alem de se tornar o Campião, e o Antesignado dos que podem todo o seu merito no insulto, e na desordem, vive na privação absoluta de todos os conhecimentos, e de todas as luzes. Não se acha na Abelha, nem Gramatica, e nem Orthographia. E que se poderá achar n'hum Periodico, que nem ao menos tem isto? Os erros mais crassos formigaõ n'quelle papeluxo immundo, de baixo de huma *Orthographia castrada*, ou mesmo sem nemhuma. Sim, sem nenhuma.

[...] e o Redactor da Abelha escreve com sigo mesmo: isto he, sem Verney, sem nem hum Aucthor, sem nem huma Orthographia; com os seus erros, com sua profunda, e total ignorancia, e na sua *lingoagem bastarda*. Que lastima, e que vergonha!

Percebemos que apesar dos argumentos defendidos por Borges da Fonseca (essa escrita daria acesso a um público maior de leitores) seus opositores a classificaram como um *desserviço* à educação. A *orthographia castrada* contida no jornal **Abelha Pernambucana** para esses opositores só revelaria a ignorância do redator. O fato do padre Barreto utilizar a expressão *lingoagem bastarda* e ainda colocar em destaque, não foi apenas uma referência a forma de escrita de Borges da Fonseca, mas também pode ser percebida como uma menção ao seu pai.

A imprensa imperial deve ser percebida como uma “complexa teia de circulação, recepção e retransmissão de conteúdos” (MOREL; BARROS 2003, p. 103), na qual se ultrapassa a dicotomia leitores e não leitores, alfabetizados e não alfabetizados. Para os autores, as marcas nos impressos - como a escrita fonética de Borges da Fonseca - indicaram que esses intelectuais não escreviam apenas para serem lidos entre si, ou seja, havia interações sociais e as “elites letradas [...] se relacionavam com diferentes setores da população, socialmente abaixo ou acima delas.” (MOREL; BARROS, 2003, p. 104).

Faria Filho, Chamon e Rosa (2006) seguem esse mesmo argumento apresentado pelos autores acima: existiam fortes indícios de impactos da imprensa nas camadas das sociedades que não sabiam ler na primeira metade do século XIX. Esses impactos eram produzidos pelo fato da leitura em voz alta e da leitura pública serem um costume da época muito valorizado.

Para Borges da Fonseca a escrita no jornal seria, de certo modo, uma forma de continuar exercendo sua função de professor. Essa era uma visão difundida no período, nas primeiras décadas do século XIX, tanto a instrução quanto a imprensa eram instituições incipientes e que buscaram se consolidar no Brasil. Para Faria Filho, Chamon e Rosa (2006), havia uma *aliança* entre essas duas esferas, as quais eram meios legítimos de disseminação da educação para população.

Morel e Barros (2003) defendem que os intelectuais no período imperial possuíram uma missão *pedagógica, esclarecedora e civilizadora*. Em razão, eles procuraram contribuir para incorporar as camadas mais baixas da sociedade - considerada como perigosas por muitos - à sociedade. Essa incorporação seria realizada por meio da educação, da cultura, do trabalho e de *um determinado grau de cidadania*.

O redator do **Abelha Pernambucana** não percebeu como perigo as camadas mais baixas da sociedade, assim como outros intelectuais, pensou como uma forma de missão a difusão da educação por meio do seu jornal. “Mas qual será o remedio para os males que tem rezultado da inoransia do Povo? A sua illustração. Eis o por que a Abêlha cometeu a onroza empreza de contribuir com o seu contijente para este grande fim [...]” (PUBLICOLA, 1829, p. 01).

No jornal **Abelha Pernambucana**, das 141 edições que acessamos 43 traziam notícias, transcrições de documentos oficiais, cartas, entre outros sobre a Parahyba, ou seja, 30,5% das edições dos jornais tinham conteúdos relacionados à província. No dia 19 de junho de 1829, localizamos uma carta assinada com o pseudônimo de “O verdadeiro Petiguaré”, essa iniciou tratando da liberdade da imprensa:

Sr. Redactor - A liberdade de Imprensa é o baluarte inexpugnável da Liberdade Social. Por via della, delatão-se as malversações dos Empregos publico, corrompidos, e fazem-se justos elogios aos benemeritos, melhoraõ-se os Costumes das Nações, derramão-se Conhecimentos uteis pela maioria da População; felizmente. (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829c, p. 03).

Borges da Fonseca já havia sido processado e perdido seu cargo de professor de primeiras letras com base na lei de abusos da liberdade de imprensa. E esse assunto sempre retornara no seu periódico **Abelha**, seja de forma irônica como no número 15 (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829b), no qual ele indicara alguns jornais que abusariam da liberdade de imprensa - como o **Amigo do Povo** e **O Cruzeiro** - seja para defender a liberdade de imprensa, pois a imprensa seria necessária para difundir o conhecimento pela sociedade e para fazer denúncias sobre os governantes. Faria Filho, Chamon e Rosa (2006) identificaram no jornal **O Universal**⁵⁴ de Minas Gerais essa mesma preocupação com a liberdade de imprensa, a qual permeou os editoriais, as matérias e as cartas enviadas ao jornal. E concluem que a liberdade de imprensa era imprescindível para que os jornais cumprissem o papel de que se propunham na sociedade da época.

A carta continuou denunciando a falta de edições de jornais na província da Parahyba: “[...] É nessa época, Sr. Redactor, em que nada pôde obstar o desenvolvimento do Espirito Publico, que se vê privada a Provincia da Paraiba da única Imprensa” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829c, p. 04). Pedindo para que o jornal **Abelha Pernambucana** publicasse a carta para que se pudesse conseguir uma “Constitucional Imprensa” e dessa forma se:

[...] derrame pôr toda a precioza porção da Associação Brasileira Paraibana os conhecimentos uteis, e necessarios ao desenvolvimento de que ela é susceptivel [...]; desenvolvendo e aperfeiçoando a Cauza da felicidade das Nações, e Virtude Politica, de que trata Montesquieu, o Amor a Patria em fim. (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829c, p. 04).

Percebemos com essa carta que o **Abelha Pernambucana** tinha leitores na província da Parahyba, o próprio autor da carta realçou a importância do jornal. Apesar de escrever na

⁵⁴ **O Universal** foi um jornal de destaque em Minas Gerais, circulou entre os anos de 1825 a 1842 e era editado em Ouro Preto, capital da província (FARIA FILHO, CHAMON, ROSA, 2006). Esse jornal mineiro trouxe quatro notícias sobre o **Abelha Pernambucana**: a primeira citando a oposição ao governo (em 15 de julho de 1829); a segunda uma transcrição de um artigo do jornal intitulado “Influencia do despotismo sobre os costumes” (em 28 de maio de 1830); a terceira sobre uma ameaça de morte à Borges da Fonseca (31 de maio de 1830); e a última sobre o fechamento do jornal e a abertura de outro no Rio de Janeiro pelo intelectual (em 27 de outubro de 1830).

província de Pernambuco, Borges da Fonseca referenciara-se e dirigia sua folha para a província da Parahyba, havia, portanto, uma circulação desse periódico entre as duas províncias. A expulsão do jornalista do seu local de origem não o impediu de continuar a tratar dos assuntos da província da Parahyba em forma de denúncias ou transcrevendo notícias oficiais e comentando em seguida.

Nessa carta nos deparamos ainda uma parte que consideramos expressiva. “O verdadeiro Petiguaré” realizou um questionamento em seu texto: “[...] Quando a instalação das Aulas de Ensino Mutuo Lancasteriano oferece meio seguro de formar o germen do espirito Social da Mocidade Brasileira?” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829c, p. 04). Essa questão apareceu solta no texto da carta e deixou a entender que ele esperaria uma resposta ou um posicionamento de Borges da Fonseca sobre esse método de ensino.

Apesar de na carta ter apenas essa referência ao ensino mútuo, nos parece relevante tratarmos dessa questão. A adoção do método mútuo ou lancasteriano foi uma maneira de se pensar a modernização das escolas de primeiras letras no início do século XIX (SOUZA, 2011). Bastos (1999) frisa que o método mútuo foi uma etapa da história da instrução no Brasil e fez parte do processo de incorporação *das modernidades dos países centrais*, nos quais a disseminação da instrução elementar para o povo esteve ligada aos processos de industrialização, ou seja, a formação de cidadãos competentes para serem trabalhadores nessa realidade.

O método detinha como base a seguinte estrutura: os professores escolhiam monitores entre os melhores alunos e esses transmitiam a um determinado grupo de alunos o conhecimento passado pelo professor. Esse era um aspecto inovador para a pedagogia da época, pois havia “[...] a dissociação da autoridade pedagógica no plano disciplinar e moral da presença exclusiva do adulto” (SOUZA, 2011, p. 342). A disciplina era bastante rígida, baseada na hierarquização dos estudantes e na adoção de prêmios e castigos. Além disso, o método mútuo foi criado para atender muitos alunos, havia a possibilidade de se ensinar a mais de 500 alunos em uma só sala. Porém, isso exigia novos materiais escolares como o relógio, quadros-negros, ardósias e material administrativo para as escolas.

Alguns anos antes, em 18 de setembro de 1825, constatamos uma carta remetida ao governo provincial da Parahyba, na qual “[...] Sua Majestade o Imperador, reconhecendo a grande utilidade que resulta aos seus fiéis súditos, do estabelecimento de Escola Públicas de

Primeiras Letras pelo methodo Lancasteriano; [...]” (CURY; ANANIAS; PINHEIRO, 2015, p. 29). Para justificar a prescrição do método mútuo no Brasil, o remetente citou a adoção desse pelas *nações civilizadas* e ressaltou “[...] serem muito próprias para imprimir na Mocidade os primeiros conhecimentos [...]” (CURY; ANANIAS; PINHEIRO, 2015, p. 29). Por fim, “[...] Manda pela Secretaria de Estado dos negócios do Império que o Presidente da Província da Parahyba promova quando for possível a introdução e estabellecimento das referidas Escolas, de cujos benefícios hajam de aproveitar os habitantes da dita Província.” (CURY; ANANIAS; PINHEIRO, 2015, p. 29).

A partir de cartas de professores remetidas ao governo da Parahyba, Miranda (2009) indica que em 1829 foram implantadas cadeiras de primeiras letras na província com esse método. E provavelmente foi esse processo de implementação do método lancasteriano na Parahyba que gerou o questionamento de “O verdadeiro Petiguaré” no jornal **Abelha Pernambucana**.⁵⁵

Souza (2011) sublinha que a disseminação do método mútuo no Ocidente deve ser pensada a partir de diversos fatores como a constituição dos Estados nacionais e a inevitabilidade de se integrar as camadas populares nos processos políticos e sociais dos países. Porém, a autora ressalta que o método era uma alternativa pedagógica de baixo custo para a universalização da educação pública e para a formação de um tipo específico de cidadão, pois ancorava-se em pressupostos de *controle, eficácia e disciplina*, ou seja, existiam “[...] as expectativas de moralização das camadas populares, de construção de lealdades e de promoção de valores nacionais. ” (SOUZA, 2011, p. 343).

A busca por uma nação brasileira mais *civilizada* e tendo como parâmetros outras nações, a exemplo das europeias, esteve presente na escrita de Borges da Fonseca:

Um Povo sivilizado não necessita para ser feliz, sinão de não ser roubado, e de ser entregue a si mesmo: neste cazo o instinto do Povo pela sua conservasão, e prosperidade, e a unica fôrsa da instrusão, dos costumes, e do izemplo das Nasões sivilizadas, produziriam mais bens, e prosperidades do

⁵⁵ Borges da Fonseca só se referiu ao ensino mútuo duas vezes em seu jornal, na primeira para citar a sua atuação de professor na cadeira de primeiras letras da Parahyba e a segunda para comentar uma decisão da província de Pernambuco sobre as finanças, na qual ele argumentou sobre a falta de recursos para a instrução primária em Olinda, concluindo que “[...] um barracão era por ora suficiente para as Aulas de Ensino mutuo ou Lancasteriano; [...]”. (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829i, p. 01).

que a influencia dos Politicos com os seus inumeraveis *Eizersitos, e Jesuitas, e Espiões*. (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829e, p. 04, grifo do autor).

Inicialmente, ele fez menção ao recente passado colonial e à monarquia do Brasil que ainda estariam comandando e *usurpando* o povo. Ao sugerir que o povo fosse entregue a si mesmo, Borges da Fonseca referiu-se a três condições básicas, a saber: a instrução, os costumes e o exemplo das nações *civilizadas*. Para Faria Filho, Chamon e Rosa (2006), a imprensa brasileira no início do século XIX estaria preocupada com a civilização da sociedade, para tal disseminaram ideais iluministas sobre a instrução e sobre a sociedade. O parâmetro utilizado por esses jornais era, na maioria das vezes, o europeu. A Europa aqui aparecia como referência de educação, de cultura e de disseminação da instrução. Para que essa *missão educativa* da imprensa fosse concretizada seria necessária à sua difusão pelo país por meio de tipografias.

Em 11 de setembro de 1829, o **Abelha Pernambucana** transcreveu a *Sessão Extraordinária da Câmara de vereadores da Paraíba do Norte*⁵⁶ do dia 18 de agosto de 1829, a qual autorizou o recolhimento de fundos para a criação de uma imprensa *puramente Nacional e Paraibana*. Para justificar a criação dessa tipografia explicou: “[...] como de eizistencia da Imprensa rezulte utilidade conhesida, **naõ so por ser nesesaria a Instrusão Publica** [...].” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829f, p.03, grifo nosso). Após a transcrição da ata, Borges da Fonseca realizou um comentário sobre a nova tipografia:

Quando dizemos, que breve o Brazil será ditôzo estamos bem fundado. Vemos que quase todas as Provinsias do Brazil, inda as mais sentraes. Com estabelesimentos Tipograficos, e as que naõ tem como a Paraíba trabalharem por os ter. Agora como se vê da Ata asima, acabam os Paraibanos de dar mais deseziwa prova da sua Constitucionalidade, e sertos de que a *Imprensa livre na Paraíba* lhes pode garantir dos abuzos dos baxas, e mesmo dos mandões, que inda querem apresentar biforme manto, se apresam por voluntariamente subscrêvela, com tanto que breve a posuam. Mil glorias so por este deito vão adquerir os Paraibanos. E nem menos era da quela disna porsão da Nasão Brasileira. Quando o Espirito Publico procura uteis reformas, e **a difusão das luzes por todas as clases da sosiedade**, não era crível que a Paraíba se deixasse ficar no **abismo das trevas**. Continúem os Paraibanos n’ese desenvolvimento tão louvavel. (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829f, p.03, grifo nosso).

⁵⁶ Parahyba do Norte era a capital da província, atual cidade de João Pessoa.

Para o editor, a imprensa livre seria uma forma de *difusão das luzes* pela sociedade e onde não existissem as tipografias, haveria, por conseguinte, as *trevas*. Esses termos - *imprensa livre*, *luzes* e *trevas* - foram bastante discutidos nos periódicos da época. Foi no século XIX que a imprensa começou a fazer parte do *agir social*, ou seja, os periódicos procuraram disseminar hábitos e posturas para que houvesse uma padronização do comportamento dos indivíduos por meio da universalização de *valores éticos e sociais*, os quais, na maioria das vezes, estiveram pautados nas ideias iluministas.

Porém, essa imprensa apesar de ser livre passaria por censuras e uma das principais delas seria a questão política. O questionamento do sistema monárquico levaria ao fechamento das tipografias, como o caso das duas tipografias de Borges da Fonseca. Na edição número 43, do **Abelha Pernambucana**, essa questão ficou bastante clara na transcrição das “Condições com as quaes deverá ser comprada a Tipografia Nasional-Constitucional-Paraibana”. No Artigo segundo subscreveu-se: “Os Trabalhos da Tipografia N. C. Paraibana serão votados à propagação das luzes; a sustentação e defêza da Const. Politica do Imperio do Brazil, e do Sistema de Governo Constitucional-Monarquico-Representativo, e à bem da Propriedade Nasional.” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829g, p. 01).

A imprensa disseminaria um determinado olhar sobre a sociedade, nossa leitura revelou as estratégias políticas presentes naquele momento. Apesar de existir no período a divulgação de uma liberdade da imprensa, essa esteve subjugada a questões maiores como a defesa do sistema político vigente. Não foi por acaso que o debate da liberdade de imprensa foi presente em muitos jornais e era tratado não apenas na disponibilidade de se publicar ideias ou opiniões divergentes, mas também em que bases seriam sustentadas essas questões.

Nas condições de efetivação da tipografia parahybana, por exemplo, havia uma clara determinação de que perspectiva deveria ser divulgada. Além da propagação das luzes, ou seja, da disseminação de um ideal iluminista, a imprensa deveria dar sustentação ao governo monárquico. Os que não obedecessem essas determinações estariam sujeitos a serem julgados, como o próprio Borges da Fonseca, pela lei da liberdade da imprensa.

Em outras duas edições do jornal **Abelha**, de números 70 e 71, ele realizou comentários sobre a fala do presidente da província da Parahyba - Gabriel Jetulio Monteiro de Mendonsa⁵⁷

⁵⁷ Gabriel Jetulio Monteiro de Mendonsa nasceu no Mato Grosso e faleceu no Rio de Janeiro em 1850. Exerceu diversos cargos políticos no país e foi presidente da província da Parahyba de 12 de fevereiro

para o Conselho Geral que ocorreu no dia primeiro de dezembro de 1829. Essas matérias são valorosas porque não as encontramos nos repositórios e nos arquivos da Parahyba. A fala transcrita foi dívida em: “Instrução Publica, Fazenda Publica, Catequeze de Indios; Agricultura; Comersio; Caes; Pontes; Estradas; Canaes; População, da Provinsia; Instituissão Vasinica; Iluminação; Fontes Publicas; Cadêas; e Estabelecimento de Caridade” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829j, p. 01). A parte sobre instrução foi bastante breve. De acordo com Borges da Fonseca, o presidente da província da Parahyba não teria desprezado esse assunto e havia empregado esforços para a sua efetivação⁵⁸. Ressaltando o compromisso assumido por diversos pais de alunos com a instrução dos seus filhos.

Em seguida, Borges da Fonseca realizou uma ponderação “[...] atentas as circunstancias da Provincia a este respeito por que se no tottal da população fizermos o abatimento do numero de pesôas que segundo as suas idades, condissões, pobreza, &c., não podem entrar na clase que fornese alunos a estas aulas [...]” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829j, p. 03). A lei geral do ensino - promulgada em 15 de outubro de 1827 - não fazia menção a exclusão de alunos(as) por idade ou condição social. Contudo, sabemos que esses indivíduos não participaram de forma efetiva das escolas de primeiras letras do período.

Continuando a matéria informou que tinham “[...] nove aulas publicas, com Professores pagos pelo Tezoro Provinsial, e onde a instrusão é gratuita, se contam 406 alunos, ao mesmo tempo que nas 40 aulas particulares onde os pais pagam aos Professores mensalmente o insino que dão a seus filhos, frequentam 486 alunos.” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829j, p. 02). A quantidade de aulas públicas diminuiu em relação ao período pós-independência, fato esse que corrobora a tese de Pinheiro (2001) sobre a oscilação e irregularidade das cadeiras de primeiras letras nos oitocentos. E em consequência, a abertura e o fechamento das escolas estariam sujeitos às condições econômicas da província. A quantidade de alunos, 406, nos

de 1828 a 21 de março de 1830. Para mais informações ver: PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a história da Paraíba**. Ed. fac-similar 1908. João Pessoa: UFPB, 1977.

⁵⁸ Interessante notar que o comentário sobre a mensagem do presidente de província da Parahyba continuou na edição seguinte do **Abelha**, agora tratando da *Fazenda publica*, Borges da Fonseca mudou de tom o criticando. Para tal, ele comparou o discurso do presidente de província de Pernambuco e da Parahyba para concluir que: “Ambos se fizeram cargo espontaneamente de justificar o partido Absolutista, oje tão notorio a Brasileiros e a eistranjeiros, na Provinsia, fóra d’ela, e pelo resto do Orbe, que nimguem á que inore. V.m. justificou esa Facção, com o mal que dise e a injusta imputa-ão lansada por ele contra os escritores e impresore que falaram da Colunada infernal.” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829k, p. 01).

indica que provavelmente muitas dessas cadeiras apresentariam como base de ensino o método mútuo.

Pelos dados exibidos no jornal, existiam 892 alunos de aulas públicas e particulares. A população da província da Parahyba em 1813 era de 77.179 habitantes, já em 1825, esse número teria caído para 10.744. Estimara-se que a população teria aumentado, no entanto não foi apresentado cálculos. Não achamos informações na matéria se esses habitantes eram apenas compostos por pessoas livres ou incluiria os escravizados⁵⁹. A imprecisão desses dados torna impossível para nós fazer um levantamento da porcentagem de alunos da província.

Nos números seguintes do jornal **Abelha Pernambucana**, nos deparamos com uma questão importante: a imprensa como forma de educação/instrução da mulher. A Lei Geral de Ensino de 15 de outubro de 1827 regulamentara a criação das escolas de primeiras letras no Brasil imperial e estabelecia:

Art. 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6.º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7.º (BRAZIL, 1827, p. 71).

Na província da Parahyba, o primeiro projeto para a criação de uma escola de primeiras letras voltada para o sexo feminino foi feito pelo conselheiro e padre Joaquim Antônio Leitão e aprovado no dia 18 de abril de 1828 (MELLO, 1996). Em 18 de novembro de 1828, em um ofício da Corte enviado à província houve a confirmação da contratação da mestra de meninas Maria da Conceição Cabral com o ordenado de trezentos mil réis para uma cadeira de primeiras letras localizada na cidade da Parahyba do Norte (CURY; ANANIAS; PINHEIRO, 2015).

A instrução feminina, nesse período, era realizada para a maioria das mulheres de classe mais ricas e intermediárias da sociedade no âmbito doméstico e familiar, sendo ministrada pelas

⁵⁹ Segundo Cavalcante (2015) o número de habitantes na Parahyba do início do século XIX (1823) era de 102.407 libertos e de 20.000 escravizados.

próprias mães, pelas *criadas*, por outras mulheres da família ou por preceptoras (GONDRA; SCHUELER, 2008). A inserção das mulheres nos espaços públicos, destinados aos homens, ainda era muito pequena e restrita⁶⁰. Percebemos pela lei de 1827 que a própria instrução pública quando destinada a esse sexo possuía limites como a restrição do ensino de geometria e a inclusão de prendas para economia doméstica. À vista disso, o conhecimento para essas mulheres era direcionado à administração familiar e à aquisição de *normas de condutas e hábitos de civilidade e sociabilidade*, havendo a valorização da aprendizagem de uma língua estrangeira - francês -, da música, do canto e da dança de salão (GONDRA; SCHUELER, 2008).

Carula (2013) explana como o padrão familiar burguês gerou uma *nova mentalidade* no Brasil do século XIX. O ideal de família burguesa atribuiu às mulheres o papel de gestora da casa e de cuidadora do marido e dos filhos. Tendo a maternidade como central e naturalizada, esperou-se das mulheres o zelo pela saúde física e mental dos futuros cidadãos do país e esse papel extrapolou o âmbito doméstico *adentrando na esfera pública*.

Para a instrução do público feminino, a imprensa era imprescindível: “[...] Além de promover a educação por meio de seus artigos mais informativos, as publicações discutiam a importância da mesma [mulher] para a sociedade e progresso da nação (CARULA, 2013, p. 87). Foi nesse contexto que Borges da Fonseca publicou uma lista com os periódicos voltados para a educação das mulheres. No **Abelha** (1830a, p. 03) número 82, o jornal trouxe uma nota sobre um novo periódico que circula no Brasil, o **Mentor das Brasileiras**. Esse era um jornal mineiro que circulou entre os anos de 1829 a 1832, sendo escrito por homens e que valorizava a educação da mulher considerando-a como basilar para *a construção da nação* (CARULA, 2013). Borges da Fonseca iniciou esse artigo no jornal tratando a imprensa como difusora das luzes:

Si os amigos da ventura da Patria se enxem de contentamento, quando aparese à campo um Escritos, que se propões a derijir a opinião publica, transmitindo por meio dos seus escritos as luzes que fasam conheser aos Sidadãos os verdadeiros inteseses do omem Social. (ABELHA PERNAMBUCANA, 1830a, p. 03).

⁶⁰ Essa afirmativa é válida para as mulheres de classes mais altas da sociedade, pois sabemos que as mulheres escravizadas e de classes menos abastadas estariam inseridas nesses espaços por meio do trabalho.

Continuando o jornalista passou a escrever sobre a importância da educação das mulheres: “[...] mui benevolo acolhimento deve igualmente encontrar aquele Escritor que se destina a instrução do belo sexo, por que presta um dos mais relevantes servicos a Sociedadade.” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1830a, p. 03). Aqui percebemos que a escrita do jornal era realizada por homens, mas destinada às mulheres. Trazendo a educação como central para o desenvolvimento da nação, redigiu que:

O principal movel da felisidade de um Povo é a bôa educação: e como obtel-a sinão pela instrusão do belo sexo? Só por este meio veremos nós plantada a virtude nos corações de todos os Sidadãos; só assim teremos bons Pais, bons filhos, bons esposos, bons amigos &c. &c. (ABELHA PERNAMBUCANA, 1830a, p. 03).

A instrução feminina era valorosa, pois seriam as mulheres que dariam a educação inicial dos homens no âmbito doméstico e, de modo consequente, seriam elas que formariam cidadãos. Esse trecho corrobora os argumentos levantados por Carula (2013) sobre os periódicos destinados às mulheres.

Sim, Brizos Americanas, de vós depende o principio fundamental da nosa ventura = a bôa educação = Si quereis ver vossos nomes immortalizados na istoria; se quereis mereser puro amor ao presente seculo e a posteridade, infundi em os peitos de vossos filhos os principios da moral e de todas as virtudes; fazei crescer com a sua idade o seu patriotismo; acostumai-os d’esde a mais tenra idade = Respeitar as Leis, e Amar a Liberdade. (ABELHA PERNAMBUCANA, 1830a, p. 03).

A mulher, para Borges da Fonseca, poderia ser ativa na sociedade, pois seria ela que desempenharia o papel de primeira educadora dos filhos. E por meio dessa educação que se desenvolveria o patriotismo nas crianças e, à visto disso, haveria o progresso da nação. Essa relação entre a imprensa e a educação das mulheres retornou nos números 92, 103 e 104 do jornal **Abelha Pernambucana**. Na seção sobre as notícias das províncias, foi publicada uma lista de periódicos que circulam no país - em 14 províncias - ressaltando os destinados para as mulheres.

A lista iniciou com a província de Minas Gerais, os periódicos seriam a *alma das instituições liberais* e nessa província, conforme Borges da Fonseca, não tinham empecilhos. Os jornais citados foram: **Astro, Universal, Eco do Serrado e Mentor das Brasileiras**. Concluindo que “[...] Assim os Mineiros nada poupam para ilustra-se, visto que o Governo do Brazil contra seu proprio interese não tem coidado de o fazer.” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1830b, p. 03).

Após algumas edições tratando de outros assuntos, a lista de periódicos foi retomada no número 103. A primeira província citada foi de Goiás, todavia não houve menção aos periódicos e sim *fabricas uteis*. A província estaria se encaminhando para a civilização da mesma forma que Minas Gerais. Sobre Mato Grosso, o jornal afirmou não dispor de notícias.

Sobre o Rio Grande do Sul, listou-se os jornais: **Constitucional Rio Grandense, Amigo do homem, Patria, Vijilante e Sentinela da Liberdade**. E concluiu que “[...] A educação ali tem sido retardada: resta somente que algũ Sidadão Rio Grandense se ocupe em redijir um periodico voltado a ilustração das Senhoras [...]” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1830c, p. 01). Em conformidade com Borges da Fonseca: “S. Paulo axa-se mui adiantado. As siensias e as artes ali prosperam com grande dezenvolvimento. [...]” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1830c, p. 01). Os jornais citados foram: **Farol Paulistano, Observador Constitusional e Manual das Brasileiras**.

Passando para o Rio de Janeiro, Borges da Fonseca relatou a grande quantidade de periódicos impressos na capital como por exemplo: **Astréa, Aurora, Luz Brasileira, Voz Fluminense**, entre outros. Concluindo que o “Rio de Janeiro é oje a provinsia mais ilustrada do Brazil [...]” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1830c, p. 01). O jornalista realizou uma crítica à falta de periódicos destinados às mulheres na localidade: “Afirmamos, que se trata de educar as Senhoras fazendo-as apartar dos visios que ordinariamente tem as jentes de Côrte. Seria util que a eizemplo de Minas e S. Paulo redijisem um periodico só votado a ilustração das Fluminense, que se dizem dotadas grande vivêza. [...]” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1830c, p. 01).

Para a província da Bahia, foi seguido o mesmo esquema: inicialmente listou-se os periódicos existentes - como o **Escudo da Constituição Brasileira** - para em seguida relatar os impressos voltados para as mulheres, “Jeralmente são bem educadas as Baianas, é mister que algũ Sidadão Baiano se dê ao trabalho de redijir um periodico dedicado e todo votado a

ilustração das Senhoras, que como as de mais Brasileiras, são desididamente votadas a Cauza da Liberdade.” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1830c, p. 01). Notamos, que mais uma vez, aqui ficou claro que a redação desses jornais era realizada por homens com fins de educação para as mulheres. No final dessa matéria, havia a referência à nova tipografia que iria ser aberta em Alagoas, apesar disso enfatizou o editor que “[...] nada sabemos da educação de ambos os sexos.” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1830c, p. 02).

As notícias sobre as províncias continuaram na edição seguinte do jornal, número 104, de terça-feira, 20 de abril de 1830. Começando pela província de Pernambuco, a qual consoante o jornal teve sua *civilização retardada* devido as perseguições da Corte imperial e que conservaria ainda alguns jornais como o próprio **Abelha** e o **Diário de Pernambuco** que forneciam instrução e informação para o povo, ao contrário dos jornais **O Cruzeiro** e **Amigo do Povo**, preocupados apenas em defender a monarquia. Sobre a educação feminina, escreveu:

[...] Inda pouco se cuida aqui na educação das Ilustres Pernambucanas dotadas de talentos e de mil graças. Será conveniente que alguns dos nossos Cidadãos se dêem ao trabalho de redigir um periodico em estilo corrente e claro, dedicado a ilustração do belo sexo Pernambucano. (ABELHA PERNAMBUCANA, 1830d, p. 01).

Sobre a Paraíba, Borges da Fonseca argumentou que a província estaria atrasada em tudo, pois ainda não havia sido instalada a tipografia e por consequência não existia um *periodico constitucional*. Sobre a educação feminina “[...] está atrasadissima e principia agora.” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1830d, p. 01). Provavelmente, ele referia-se a cadeira de primeiras letras para o sexo feminino, implantada em 1828, pois não localizamos as indicações da instalação de outras no período.

Para a província do Rio Grande do Norte só foi realizada uma observação sobre o atraso, pois não haveria esforços para a criação de uma imprensa na localidade. Sobre o Ceará, Borges da Fonseca relatou o descaso com a instrução e a existência de apenas um jornal - o **Gazeta Searence** -, o qual só circulava duas vezes ao mês. A província do Piauí só foi mencionada para argumentar que estaria *indo sofrivelmente*.

No Maranhão, relatou que os jornais **Farol**, **Sigarra** e **Brasileiro** eram os *defensores da pátria*, enquanto o **Poraque** e a **Estrêla** *nada valem*. Afirmou a falta de periódicos para as

mulheres: “[...] Bem merece ter um periodico que se dedique a illustração das Senhoras Maranhenses, que nos afirmam serem dotadas de um espirito vivo e Americano, como todas as mais Brasileiras.” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1830d, p. 01). Finalizando, Borges da Fonseca citou a província do Pará que esteve em vias de abrir uma tipografia que guardaria como objetivo divulgar as leis, as falas na Câmara e a divulgação de correspondências sobre a instrução pública.

Concluindo a matéria sobre os periódicos no país, Borges da Fonseca afirmou: “Vão indo bem, pois, as Provinsias do Imperio do Brazil: a Imprensa periodica tem muito prosperado, e os seus progresos ja fazem pasmar; muito mais si se-atender a perseguição jeral que se á feito, em todas as Provinsias, as ideias liberaes.” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1830d, p. 01).

Notamos que o jornalista procurou realizar uma pesquisa nas diversas províncias do Brasil a fim de mostrar como estaria a imprensa e a instrução em cada localidade. Falando dos periódicos e da instrução no geral, ou particularmente referindo-se às mulheres, ele buscou mostrar a ligação dessas duas instituições para o progresso da nação e, conseqüentemente, a formação dos cidadãos.

A educação foi percebida por Borges da Fonseca como uma maneira de se *regenerar* o povo brasileiro e para tal os periódicos detinham centralidade, pois seria por meio desses que poder-se-ia *espalhar as luzes* por uma variedade de pessoas. Tanto as escolas quanto os jornais nesse período buscaram se legitimar na sociedade brasileira. A função educativa e disseminadora de hábitos e posturas civilizadas das duas instituições marcaram a influência das ideias iluministas e burguesas no país.

Nas páginas do jornal **Abelha Pernambucana** apreendemos o debate da sociedade no período: a liberdade de imprensa, a instrução pública, a educação/instrução voltada para o sexo feminino, entre outros. Trazer à tona esses registros nos revelou como a imprensa guardou um cunho educativo no início do século XIX e esteve submersa em uma cadeia de *circulação, recepção e retransmissão* de conteúdos em uma sociedade com poucos alfabetizados, todavia com um *público de leitores* variados e de diferentes setores da população (MOREL; BARROS, 2003). Por fim, enfatizamos que Borges da Fonseca procurou agir na sociedade, divulgando ideais e valores que considerou necessário para a formação da nação, fato esse nos permite classificá-lo como um intelectual.

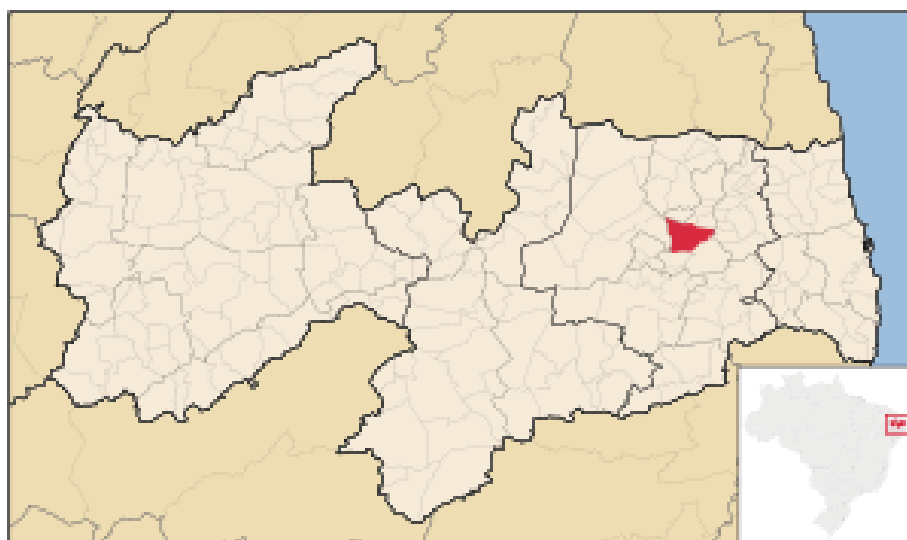
Neste capítulo, percorremos a trajetória de Borges da Fonseca e a sua atividade no jornal **Abelha Pernambucana**. Percebemos como ele colocou-se frente a assuntos abordados na primeira metade do século XIX como a imprensa, a instrução, a educação, inclusive a feminina. Encontrar esse jornal e utilizá-lo como fonte, foi significativo para nós conseguirmos interpretar um período da história da educação, ainda pouco estudado na Paraíba, devido ao pouco acesso a fontes. Iniciamos o percurso de Joaquim da Silva, no próximo capítulo ele retorna às nossas análises com a sua atuação frente as lutas abolicionistas do período.

4 AREIA: PALCO DAS LUTAS ABOLICIONISTAS NA PARAHYBA

Neste capítulo, trabalhamos a cidade de Areia, importante pelas lutas abolicionistas que ocorreram nela e por ser a moradia de alguns dos sujeitos estudados, a saber: Borges da Fonseca, Joaquim da Silva e Xavier Junior. Xavier Junior foi professor, jornalista, deputado estadual e prefeito da capital parahybana.

A Villa do Brejo d'Areia estava localizada a 122,5km da capital da província. Sua economia era baseada em culturas de subsistência, como o cultivo de algodão, de café e de cana-de-açúcar. A população no final da década de 1840 era de 17.863 habitantes (MORAES, 2008). Em maio de 1818, passou a ser chamada de cidade de Areia.

Figura 10 - Mapa da Parahyba



Fonte: Wikipédia⁶¹

A área destacada em vermelho no mapa maior é a localização de Areia, conhecida como brejo, um espaço de transição entre o litoral e o sertão. No Império, Areia era uma relevante rota entre comerciantes, mascates, tropeiros, refugiados da seca, criadores de gado, etc. Essa

⁶¹ Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Areia_\(Para%C3%ADba\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Areia_(Para%C3%ADba))>. Acesso em: 25 ago. 2014.

caraterística de passagem fez com que a cidade possuísse uma das maiores feiras do Norte e do Nordeste no século XIX (GAUDÊNCIO, 2007). Areia foi uma rota entre o sertão e Recife, esses caminhos “[...] devem ter contribuído para o intercâmbio material e cultural, tornando Areia palco de acontecimentos relevantes como a Revolução Praieira, o Quebra-Quilos e o Ronco da Abelha [...]” (GAUDÊNCIO, 2007, p. 228).

Em 1834, sabemos que havia uma cadeira de primeiras letras do sexo masculino em Areia ministrada pelo professor José Francisco Marinho Falcão⁶². Em 1836, foi contratada a professora Joaquina de Fojos Correia para a escola primária para o sexo feminino. Em 1841, uma cadeira de primeiras letras do sexo feminino foi extinta provisoriamente. Não encontramos referências para assegurar que era a mesma cadeira criada em 1836, no entanto afirmamos apenas que era ministrada pela professora Ana Umbelina Cavalcante Chaves e que foi encerrada por falta de alunas, retornando o funcionamento em 1847. (CURY; ANANIAS, PINHEIRO, 2008).

No final da década de 1840, a Villa de Areia foi palco da Revolução Praieira⁶³ por três dias. Tendo como um dos principais líderes no momento Antônio Borges da Fonseca⁶⁴. Na cidade de Areia, os praiheiros receberam armas, munição e novos voluntários:

O apoio dessas lideranças a Borges da Fonseca e aos praiheiros demonstra o quanto era forte, no Nordeste, a oposição ao centralismo tentacular da política imperial e comprova uma forte simpatia às idéias republicanas entre certos representantes do estamento burocrático, como foi o caso de Maximiano Lopes Machado, por exemplo. (SANTOS, 1994, p. 217).

⁶² Em um ofício para a Câmara no dia 11 de junho de 1834, houve a denúncia das práticas desse professor, “[...] que deixando de se empregar nas obrigações de que se acha encarregado para o ensino de seus alunos, entretém-se em passeios ilícitos, de sorte que tem com este procedimento feito ausentar os alunos que concorreram para o estudo, entrando-se proximamente um número muito diminuto.” (CURY; ANANIAS, PINHEIRO, 2008, p. 39).

⁶³ Essa revolução possuía como características “[...] oposição à centralização política e, nessa medida, a defesa do federalismo descentralizador; forte lusofobíssimo herdado de movimentos que remontam aos tempos coloniais, assumindo, naquele movimento, características nacionalistas.” (GAUDÊNCIO, 2007, p. 130).

⁶⁴ Para um detalhamento da adesão desse intelectual à Revolução Praieira consultar Santos (1994).

Tiveram além da adesão do juiz municipal Maximiano Lopes Machado, apoio do tenente-coronel Joaquim dos Santos Leal, do major Joaquim Gomes da Silva, do tenente-coronel Antonio José de Lima, do advogado Luis Vicente de Borges e do padre José Genuíno de Holanda Chacon. Em 21 de fevereiro de 1849, ocorreu a última batalha. Algumas das tropas rebeldes conseguiram fugir e foram para Campina Grande e Pocinhos. Borges da Fonseca foi preso tentando reorganizar a rebelião. Não constatamos registros da participação ativa de Joaquim da Silva nessa revolução, conquanto o intelectual era filiado ao partido liberal e sabemos que apoiou o movimento republicano no final do Império.

Joaquim da Silva foi professor público de Latim na Villa de Areia durante as décadas de 1840, 1850 e início de 1860. Teve provisão vitalícia em 27 de julho de 1842. No início das suas atividades de professor, sua cadeira contaria com oito alunos e nos anos seguintes houve uma variação entre 15 e 30 alunos. Em maio de 1845, recebia o ordenado de 400000 réis como professor efetivo da cadeira de latim.

Na década de 1840, Silva fundou - e exerceu o cargo de professor - uma aula noturna de primeiras letras para operários e um internato para o ensino secundário, no último lecionou francês, português e latim.

Em 1855, foi editado na Bahia - na tipografia de Camillo Lellis Masson, Largo de Santa Barbara n. 2 - o livro **Manual do estudante de Latim** de Joaquim da Silva. Carlos Dias Fernandes⁶⁵ escreveu sobre o livro no centenário de nascimento do professor no jornal d'**A União** em três de julho de 1920: “Não sei se os philologos, bibliophilos e eruditos do meu paiz conhecem um livro classico e veneravel da nossa litteratura escolar, livro que será em todos os tempos um indelevel padrão da nossa cultura e que é ainda hoje o maior compendio nacional de grammatica latina”. (FERNANDES apud ESDRAS, 1922, p. 127). Ele traduziu **Arte poética** de Horácio e escreveu uma Gramática grega que nunca foi publicada (BARBOSA, 2009; GAUDÊNCIO, 2007).

Joaquim da Silva foi um personagem significativo na cidade de Areia e desempenhou diversos papéis em diferentes áreas, inclusive a cultural, a política e a educacional. Em 1856, juntamente com José Evaristo, fundou a Sociedade Recreio Dramático para a construção e

⁶⁵ Sobre a atuação desse intelectual na Parahyba ver: GALVÍNCIO, 2013.

administração do Teatro Recreio⁶⁶ (1859) e para financiar artistas amadores para apresentações locais. De acordo com Almeida (1958, p.188): “[...] Do Recife chegavam a Areia conjuntos teatrais, que deixavam de exhibir-se na capital da província pelo desestímulo do meio. [...] Até companhias de opereta, como a de Helena Balsemão, representaram no Recreio Dramático [...]”.

Duas décadas mais tarde, em 1871, foi responsável pela criação de uma biblioteca e um gabinete de leitura na cidade. Esses ficariam localizados no sobrado que pertencia ao pai do professor na Praça do Consumo:

Manteve-se a biblioteca até o fim do século, administrada por uma sociedade, organizada com esse objetivo. Tendo Joaquim da Silva deixado Areia em 1882, assumiu a administração da biblioteca seu irmão Manuel da Silva, substituído mais tarde por Rodolfo Pires, seu último bibliotecário. (ALMEIDA, 1958, p. 196).

As bibliotecas e os gabinetes de leitura foram, na segunda metade do século XIX, lugares de sociabilidade. Eles eram responsáveis pela divulgação de valores culturais, posturas e conhecimentos que se queria implantar na sociedade e por outro promoveriam a circulação das ideias entre a população, gerando novos conhecimentos, novas práticas e novos hábitos nas cidades. Representadas principalmente como fator de progresso (ALMEIDA, 1958). Hobsbawm (2015) mostra como essa ideia de *progresso* dividiu o mundo em dois na segunda metade do século XIX: de um lado havia as nações europeias, exemplo de progresso e de cultura; de outro estariam as ex-colônias, que perseguiam esse modelo europeu pautadas em ideias de acesso à essa cultura de elite europeia difundidas nas cidades por homens cultos. Para tal, “[...] O museu e a biblioteca foram suas conquistas características [...]” (HOBSBAWM, 2015 p. 38).

Gaudêncio (2007) afirma que esses empreendimentos voltados para a cultura e incentivados por Joaquim da Silva, tornaram a cidade de Areia um local distinto das outras cidades do interior parahybano. Pois, em que se pese o tamanho muito menor dessa cidade,

⁶⁶ A historiografia registra esse teatro como o primeiro da Parahyba (GAUDÊNCIO, 2007).

havia um espaço cultural mais parecido com as principais capitais da província como Recife e Rio de Janeiro.

No tópico seguinte, apresentamos algumas notas sobre os professores Joaquim da Silva e Xavier Junior. Entender como foram formadas as imagens desses personagens foi indispensável para escrevermos as trajetórias deles frente a abolição da escravatura e a instrução no período.

4.1 “UM *LATINISTA RESPEITÁVEL*” E “UM ILUSTRE PEDAGOGO”: NOTAS SOBRE JOAQUIM DA SILVA (1820-1889) E FRANCISCO XAVIER JUNIOR (1853-1935)

Joaquim José Henrique da Silva⁶⁷ ficou conhecido na historiografia tradicional da Parahyba como professor, dedicou-se ao ensino de latim, escreveu um livro para tal cadeira, criou uma escola noturna, um internato e um colégio particular, participou das lutas abolicionistas e do movimento republicano. Foi casado duas vezes, a primeira com Joaquina Nunes Pinto e a segunda com Raquel Augusta Gouveia e teve 26 filhos. Uma das suas filhas casou-se com Xavier Junior, professor e sócio de Joaquim da Silva.

O intelectual parahybano do início do século XX, Carlos Dias Fernandes escreveu uma pequena biografia em três de julho de 1920, no jornal d’**A União** - centenário de nascimento do professor: “Joaquim Silva não foi um mestre-escola estreito e caturra, que exerceu o magistério por um desvio de formação”. (FERNANDES apud ESDRAS, 1922, p. 128). Joaquim da Silva “[...] era um educador por indole e tinha um dos seus maiores idéaes a diffusão do ensino das classes pobres.” (ESDRAS, 1922, p. 126).

Marója (1922, p. 167), após relatar seu encontro com Silva para a abertura de uma sociedade literária em 1882, declarou: “É por isso que as homenagens prestadas no dia 3 á imperecível memoria do prof. Joaquim José Enrique da Silva, subiram de valor e tiveram o cunho de uma verdadeira sagração, embora tardia, mas realizada em ocasião propicia.” Para

⁶⁷ Achamos diversas grafias do seu nome, a saber: Joaquim José Henriques da Silva, Joaquim José Henrique da Silva, Joaquim Henrique da Silva, Joaquim Enrique da Silva e Joaquim da Silva.

Castro (1955, p. 15): “Joaquim da Silva foi emérito latinista de Areia. Ensinar o Latim com tremenda e onimoda competência é o grande título dêsse areiense.”.

Gaudêncio (2007) escreveu uma tese sobre Joaquim da Silva, na qual concluiu: “A imagem que podemos recompor de Joaquim da Silva, olhando-o do presente em meio aos registros de suas ações, nos fazem pensa-lo como um ilustrado do Império bastante peculiar. [...]”. Sobre sua atuação de professor, “[...] preocupando-se com a formação da juventude e com os estudantes pobres, mediante a criação de uma escola noturna gratuita”. E ainda “[...] tornou-se um agente cultural operoso em sua cidade, dotando-a de serviços que alargaram as formas de sociabilidade urbana.” (GAUDÊNCIO, 2007, p. 241).

Barbosa (2009, p. 133) salienta que ele: “[...] Tornou-se um latinista respeitável, capaz de concorrer com o famoso Tobias Barreto a uma vaga de professor de Latim na Faculdade de Olinda [...]”. Nos olhares sobre Joaquim da Silva, percebemos o destaque a sua carreira de professor de latim, não obstante localizamos diversas passagens que registraram a sua carreira no magistério primário.

Francisco Xavier Junior foi professor, jornalista, deputado estadual e prefeito da capital parahybana. Em 1906, publicou o livro **Lições da Língua Materna** - gramática da língua portuguesa para crianças nas escolas das primeiras letras - pela Imprensa Oficial na Parahyba.

Em 1906, ano do lançamento do seu livro, Seráfico Nóbrega no “Parecer do Conselho superior de instrução pública da Paraíba” escreveu: “Outra coisa não era de se esperar da proficiência científica e longa prática do magistério que possui o ilustre educador”. (PARECER apud XAVIER JUNIOR, 1949, p. 08).

Em 1935, a **RIHGP** publicou a necrologia de Xavier Junior denominando-o de pedagogo: “Fóra do setor adstrito ao pensamento do Instituto Historico e Geografico Paraíbano, o professor F. Xavier Junior foi um ilustre *pedagogo* e um dos maiores e mais notaveis educadôres entre os seus contemporaneos.” (NECROLOGIA, 1935, p. 196, grifo nosso).

No livro **História do Lyceu Parahybano**, Menezes (1983)⁶⁸ aborda alguns fatos marcantes sobre a biografia do professor, entre eles: a sua ação em conjunto com o sogro Joaquim da Silva e o reconhecimento obtido no Liceu.

Xavier Junior é o modelo, no *histórico lyceano*, seu amor ao ensino foi tão grande que interrompeu a carreira política, o curso jurídico, o jornalismo e as letras para ser um *mestre-escola*. Tropeçou no interior em seus colégios, desde sua condição de sócio do sogro Joaquim da Silva; em aulas privadas, nunca obteve o suficiente. Mas, no *Lyceu*, foi um mestre reconhecido e selecionado. Diretor por mais de uma vez, empenhou-se com sua devoção heroica, para salvar o instituto famoso no começo do século XX. Se faltavam meio técnicos, Xavier Junior colocava sua alma – seu *eros pedagógico* – na causa direcional. (MENEZES, 1983, p. 218, grifo do autor).

Xavier Junior foi diretor do Collegio Parahybano fundado por Joaquim da Silva na capital do estado. Possuímos poucas informações dessa escola, localizamos no artigo de e Senna (2015) a fotografia de uma propaganda vinculada pelo jornal **O Estado da Parahyba** de 1892. Como resultado, sabemos que a instituição funcionaria na rua São Bento nos números um e três, compreendia os cursos de instrução primária e secundária para ambos os sexos com alunos interinos, externos e meio-pensionistas e no período era dirigido por Xavier Junior, sua esposa Maria da Silva Xavier e Abel H. da Silva, os dois últimos eram filhos de Joaquim da Silva. Havia ainda nessa notícia uma descrição do ensino primário:

A educação primaria, pela qual se empenham cuidadosamente seus diretores, é praticada de harmonia com os modernos processos de ensino, seguindo-se quanto possível, o methodo intuitivo indicado por Calkins em sua excellete obra *PRIMEIRAS LICÇÕES DE COISAS*. (COLLEGIO..., 1892, grifo do autor apud SENNA, 2015, p. 26).

Evidenciamos esse anúncio, pois existe nele a citação ao manual de Calkins. Esse livro serviu de inspiração para Xavier Junior escrever o livro **Lições da língua materna**. No último capítulo desta tese, trazemos uma compreensão desse livro.

⁶⁸ A forma de escrita nesse livro remota à uma historiografia clássica (FERRONATO, 2012), em razão disso a quantidade de referências elogiosas por parte do autor.

José Baptista Mello (1996, p. 79) cita Xavier Junior ao escrever sobre o governo de João Machado: “Nome bastante conhecido nos meios pedagógicos, o novo diretor tratou, o quanto antes, de imprimir uma outra orientação às coisas do ensino, de modo que muito melhoraram as suas condições técnicas e profissionais.”

No site do IHGP, existem breves notas sobre os sócios fundadores, a descrição de Xavier Junior vem com o título “Pedagogo e escritor”⁶⁹. Por fim, no **Brejo de Areia - Informativo da Academia de Letras de Areia** de maio de 2013 tem um artigo sobre ele, já no título lemos a referência a sua atuação como educador e no texto seu trabalho docente foi acentuado como “[...] uma das grandes figuras de educador, inclusive com dimensões nacionais. [...]” (PINTO, 2013, p. 14).

As narrativas escritas sobre Xavier Junior são permeadas de elogios, entretanto corroboramos a Alonso (2002) quando nos chama atenção para tomar cuidado com alguns termos como *um dos maiores, mais notável, a frente de seu tempo, pensamento único*. As passagens acima não foram sublinhadas pelas palavras *ilustre, um dos maiores e mais notáveis*, pois esses termos fazem parte de uma forma de escrita da história protagonizada pelos institutos históricos no Brasil e por uma história tradicional. Porém nessas passagens reconhecemos a referência a experiência docente do intelectual. Ainda salientamos que não apuramos fontes que indicam que ele tenha cursado a escola normal, logo o destaque ao título de pedagogo deu-se pela sua obra e seus escritos sobre a instrução e educação da época.

No tópico seguinte, examinamos a ação desses dois personagens na Sociedade Emancipadora Areiense. Alonso (2014) ressalta a importância dessas associações durante o período da abolição da escravatura. Diversos intelectuais participaram dessas manifestações nos oitocentos, havendo uma maior abertura de participação de *novos* sujeitos, divididos em grupos, eles passaram a ter uma atuação política diante de algumas configurações sociais.

⁶⁹ Disponível em: <[http://www.ihgp.net/socios_fundadores2.htm#FRANCISCO XAVIER JÚNIOR](http://www.ihgp.net/socios_fundadores2.htm#FRANCISCO_XAVIER_JÚNIOR)>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

4.2 A SOCIEDADE EMANCIPADORA AREIENSE

O Segundo Reinado foi marcado pelo surgimento de diversas associações abolicionistas no Brasil. Esse registro foi realizado tardiamente na historiografia, pois inicialmente as pesquisas estariam focadas em registros oficiais (ALONSO, 2014). Porém, ao mudar as fontes de pesquisas para panfletos e jornais, localizou-se inúmeras notícias sobre a fundação de associações abolicionistas no Brasil desde da década de 1840 até 1888, fim da escravidão.

No *site* da Fundação Joaquim Nabuco, existe uma lista de associações antiescravistas nordestinas:

-  1859: Sociedade de Socorros Mútuos e Lenta Emancipação dos Cativos, Pernambuco;
-  1860: Associação Academia Promotora da Remissão dos Cativos, Pernambuco;
-  1869: Sociedade Humanitária e Emancipadora Nazarena e Sociedade Emancipadora, Pernambuco;
-  1870-1879: Clube Democrata, Sociedade Jovem América e Sociedade Libertadora, Pernambuco; Sociedade Emancipadora Areiense, Parahyba; Alforrias de São Benedito, Maranhão;
-  1880: Sociedades Perseverança e Porvir e o Reforma Clube, Ceará;
-  1881-1888: Clube Literário Recreativo, Emancipadora Paraibana, Paraíba; e Clube Abolicionista, Sociedade Musical Vinte e Oito de Setembro, Emancipadora Pernambucana, Libertadora Goianense, Ave Libertas, Clube do Cupim, Emancipadora Acadêmica, Associação Mista Redentora dos Cativos e Protetora da Educação dos Ingênuos, Pernambuco; Libertadora Norte Rio-Grandense, Libertadora Natalense, Auxiliadora da Redenção, Rio Grande do Norte.⁷⁰

Alonso (2014, p. 191) documenta 207 associações abolicionistas brasileiras, nas quais havia uma *heterogeneidade social* dos partícipes, “[...] o caso aqui exposto mostra antes a exuberância de uma longa rede associativa, com capacidade de pressão sobre o sistema político.” Nessas associações existiam as participações de políticos, advogados, comerciantes

⁷⁰ Disponível em:

< http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2860&Itemid=866>.

e professores primários, muitos com tendências liberais. Carvalho (2007) enfatiza que foram os liberais radicais que abriram um espaço público para a divulgação de ideais, entre elas as abolicionistas. Ao sair do espaço parlamentar, esses indivíduos atuaram na sociedade com manifestos, fundação de jornais, clubes, associações e conferências *proselitistas de protesto e de reformas*. No Manifesto Liberal de 1869, por exemplo, constou a necessidade de se realizar uma abolição gradual da escravidão no país (CARVALHO, 2007).

A partir da década de 1870, essas associações proliferaram-se em todo Império e com elas as ideias abolicionistas. Alonso (2002) elucida que essa questão - a abolição dos escravizados - fazia parte da agenda política dos oitocentos e foi pauta das discussões de diversos intelectuais. “O movimento intelectual foi uma dimensão desta mobilização coletiva.” (ALONSO, 2002, p. 98). A partir dessa década até o final do regime monarquista surgiram diversas manifestações públicas de protesto como as literárias, republicanas, de militares e de abolicionistas.

Em 1871, Nabuco de Araújo defendeu uma emenda para a lei orçamentária com a destinação de mil contos de réis para a alforria dos escravizados, no entanto essa não foi aprovada no Senado e a questão permaneceu no limbo das contestações da época (HOLANDA, 2008). Foi dessa mesma data a promulgação - depois de muita fala na Câmara e no Senado - da Lei do Ventre Livre que aprofundou a cisão do governo em oposicionistas e ministerialistas, gerando uma instabilidade do governo imperial.

A escravidão era percebida, para diversos intelectuais, como um entrave para a modernidade brasileira. Outros personagens, antes excluídos, se juntaram a esse movimento, Silva e Rocha (2013) citam a participação de mulheres, escravizados e libertos. Alonso (2014, p. 177) ressalta que esse aumento no número de associações ocorreu porque:

O Ventre Livre criou caminhos para que a mobilização abolicionista ganhasse escala, em dois sentidos. De um lado, o Fundo de Emancipação gerido pelo Estado, que a lei instituía, estabeleceu o direito do escravo se libertar formando um “pecúlio”. A possibilidade de autocompra legalizou e estimulou a multiplicação do que os abolicionistas até então já praticavam: a auto-organização da sociedade, formando associações para batalhar donativos e assim comprar alforrias. Isto é, o que antes se fazia em pequena escala a despeito do Estado, poderia agora se multiplicar, sob amparo da lei e, eventualmente, de recursos públicos.

A Parahyba também participou desse movimento de criação de associações. Na província foram criadas três associações abolicionistas, a saber: a Emancipadora Areiense de 1873; a Emancipadora Parahybana em 1883 na capital; e a Emancipadora 25 de Março, em 1885 em Mamanguape⁷¹ (SILVA; ROCHA 2013).

Em sete de setembro de 1873, quase dois anos após a Lei do Ventre Livre, foi fundada a Sociedade Emancipadora Areiense pelo líder abolicionista de Areia - Manuel da Silva⁷², o seu irmão Joaquim da Silva, Xavier Junior, Rodolpho Pires, Coêlho Lisboa, entre outros⁷³. A “[...] principal ação política era a libertação de cativos, via carta de alforria e se inseria no movimento emancipacionista que respeitava o ‘direito de propriedade’ e pregava a extinção do cativeiro de forma ‘gradual, através de cartas de alforria’.” (SILVA; ROCHA, 2013, p. 07). Gaudêncio (2007) registra outras formas de ação dessa Sociedade, entre elas: promoção de fuga dos escravizados e coerção dos senhores de engenho.

O primeiro estatuto da sociedade foi aprovado e autorizado pelo governo provincial em 18 de dezembro de 1873. O artigo segundo do Estatuto da Associação Emancipadora da Cidade d’Areia enunciou que: “[...] O fim da associação é única e, exclusivamente, proteger os escravos em tudo quanto disser respeito ao seu bem-estar, promovendo ao mesmo tempo os meios de sua emancipação” (ESTATUTO... apud SILVA, E. F., 2010, p. 164).

Silva (2014) ressalta a participação feminina na Sociedade, enfatizando algumas mulheres que foram membros honorários dessa associação como Julia Christina de Gouveia e Joaquina Augustas de Gouveia Neiva. As mulheres entraram no movimento abolicionista de três formas distintas: pela caridade e filantropia; sendo levadas pelo marido, pelo pai ou pelo irmão; e pela via artística (ALONSO, 2014). A autora ainda lista 26 sociedades abolicionistas femininas, das quais 18 eram frequentadas exclusivamente por mulheres⁷⁴.

⁷¹ Essa sociedade foi fundada por Castro Pinto, Francisco Joaquim Pereira Barroso, Luiz Aprígio e Rodrigues de Carvalho. (ESPINDOLA, 2012).

⁷² Temos poucas informações sobre Manuel da Silva. Sabemos que ele era o irmão mais novo de Joaquim da Silva e se formou em farmácia na Bahia, única vez que saiu da cidade de Areia (ALMEIDA, 1958).

⁷³ Participaram da carta inaugural da Sociedade diversos comerciantes, professores, advogados e tabeliões (ALMEIDA, 1958).

⁷⁴ Consoante Silva (2010), a participação de escravizados e libertos era comum nessas sociedades. Porém, a autora relata a dificuldade de se localizar a ação dessas pessoas na Sociedade Emancipadora Areiense, já que a historiografia tradicional acabou centrando o protagonismo nos homens atuantes do período: “Observamos que a população negra escravizada não teve espaço nesta narrativa, cabendo a alguns indivíduos a ação redentora dos cativos, como se estes não tivessem integrado a história de Areia

Em 1873, a população escravizada do Brejo de Areia era de 1.680 pessoas. Dez anos após a fundação da Sociedade existiam ainda 1.105 escravizados. Galizza (1979) registra que, entre os anos de 1872 a 1880, ocorreram 92 alforrias (51 gratuitas, 30 compradas e 11 condicionais). Gaudêncio (2007) ressalta o fato do Joaquim da Silva ter sido advogado provisionado em Areia, ficando conhecido por assumir a defesa de pessoas pobres e de escravizados.

O autor realiza uma pequena demonstração de algumas ações defendidas gratuitamente por Silva, entre elas duas datam de 1874: uma envolvendo a defesa de um escravizado, José Piacer, e outra para a nulidade de títulos e de escravidão de Ursula e Maria. Para nós, essas ações eram constituintes da atividade do professor na Sociedade Emancipadora Areiense.

Como apreendemos, poucos escravizados foram libertos nesses dez anos de funcionamento e, à vista disso, a Sociedade passou por uma reorganização, aprovando um segundo estatuto e elegendo a primeira diretoria que foi composta por: Manuel José da Silva, João Coelho Gonçalves Lisboa, padre Sebastião Bastos de Almeida Pessoa, Marcolino Borges da Fonseca, Francisco Xavier Junior e Firmino Alves da Gosta. (ALMEIDA, 1958).

Essas associações abrangiam o educacional e havia a participação de diversos professores nelas. A educação era percebida como um elemento fundante da nação e da civilização. Esses indivíduos procuraram disseminar a educação a partir de diversos meios. As associações abolicionistas - tal como os seus jornais - eram percebidas como um caminho para essa vulgarização do conhecimento. Ações educativas incluíram a tentativa de mudança de postura frente a escravidão e a divulgação dos preceitos republicanos entre os seus membros, especificamente, e a população de forma geral. Os jornais serviam para difundir essas ideias pela população e instaurar formas de agir mais adequadas com o ideário defendido.

Nesse período (1882), Joaquim da Silva mudou-se para a cidade da Parahyba, onde exerceu o cargo de inspetor do Thesouro Provincial. Fundou o Collegio Parahybano, “[...] o qual após a sua morte, passou á direção dos seus filhos professores Horacio e Abel e do seu genro dr. Xavier Junior [...]” (ESDRAS, 1922, p. 125). Em 1883, o professor, juntamente com Daniel de Figueiredo, fundou a Emancipadora Parahybana na capital da província: “[...] No dia de sua instalação alforriava dez escravos, solenizando o ato com a presença do governador,

nem tivessem agido dentro do próprio sistema e se posicionado contra o cativoiro.” (SILVA, 2010, p. 44).

muitos discursos e foguetório, mas não parece que tenha correspondido aos promissores auspícios”. (ALMEIDA, 1980, p. 211).

Conseguimos a transcrição da fala proferida em 25 de março de 1883 por Joaquim da Silva na reunião de instalação da Sociedade Emancipadora Parahybana no jornal **O Emancipador**⁷⁵ de 22 de junho. Esse discurso ocupou praticamente todas as páginas dois e três do jornal⁷⁶. Silva iniciou falando que estaria perto de acontecer no país *uma grande evolução*, pois se caminharia para um *grandioso futuro*. E que: “É, meus senhores, a lei providencial do progresso, que impelle continuamente o homem e o mundo a senda da perfectabilidade.” (SILVA, 1883, p. 02).

Interessante frisar as palavras escolhidas pelo professor - *evolução*, *futuro* e *progresso* - revelam um posicionamento diante do momento vivido pelo país que seriam *tempos de obscurantismo*. Há aqui uma clara utilização de um vocabulário republicano, no qual o uso de palavras como *liberdade*, *progresso*, *democracia*, *evolução*, entre outros eram utilizados para apontar um futuro desejado. Esses termos repercutiam uma vertente evolucionista comum no pensamento ocidental oitocentista e que mobilizaram os sujeitos em prol de um movimento de mudanças sociais políticas e educacionais (HOBSBAWM, 2015).

Machado (2015) observa essa mesma linguagem utilizada nos jornais cariocas do período. A exaltação do *progresso* que levaria a uma *civilização* foi recorrente nesses periódicos e nos escritos dos intelectuais partícipes do movimento. Essa linguagem foi amplamente utilizada na década de 1880 e fez parte da ação propagandista das ideias republicanas que instauraram uma dicotomia entre o que era ser um Império (*velho*, *atrasado*, *escravista* e *obsuro*) e o que era ser uma república (*progresso*, *ciência*, *evolução* e *futuro*) (MELLO, 2009).

Discordamos com Machado (2015, p. 459) quando ele afirma que foi nesse período que “[...] ‘progresso’, ‘civilização’ e ‘ciência’, palavras até então desconhecidas, começaram a penetrar no círculo restrito das elites intelectuais brasileiras, como também a frequentar as páginas dos jornais. [...]”. Na nossa explanação anterior sobre a atuação de Borges da Fonseca

⁷⁵ **O Emancipador** foi fundado em 1883, contou com uma tiragem semanal e era vinculado a Sociedade Emancipadora Parahybana. Souza (2010, p. 32), em sua monografia de conclusão de curso em História, narra que: “[...] Os jornalistas que compõem o corpo redacional desse jornal, além de abolicionistas, advogam que mesmo estando o Brasil livre da chaga da escravidão ainda não constitui um país livre.”

⁷⁶ Infelizmente ele não está completamente legível, tendo duas colunas (as do meio da matéria) quase que inteiramente faltando (foram rasgadas do jornal).

no **Abelha Pernambucana**, percebemos que esse vocabulário já havia sido divulgado no país. Apesar de serem escritas com uma conotação diferente - devido ao período histórico: primeira metade do século XIX - havia a formulação da imprescindibilidade do *progresso* vinculado a *difusão da ciência e da instrução* como forma de se alcançar um país mais *civilizado* espelhado nos moldes europeus.

O protagonismo da imprensa foi enfatizado na parte inicial do discurso transcrito, desse modo justificou Silva (1883, p. 02, grifo nosso) que a sociedade vinha se desenvolvendo em um caminhar lento e quando apareceu “[...] a imprensa e com ela a *luz* para os povos.”. A palavra *luz* não foi escolhida por ele ao acaso. O próprio autor após um pequeno histórico da escravidão no mundo (Grécia, Roma, Velho Testamento, Ásia, África e Europa) apontou para a Revolução Francesa em 1789 como um grande marco para os *direitos do homem*. O ideário iluminista era utilizado com muita frequência pelos intelectuais do final do Império e início da Primeira República. Tanto Bauman (2010) quanto Vieira (2011), ao analisarem o conceito de intelectual, ressaltam a tendência iluminista e racionalista que esses personagens possuíram na formulação das suas atuações.

A continuação da mensagem foi cortada e só conseguimos fazer uma leitura inteligível do jornal, no momento que Joaquim da Silva (1883, p. 03) já tratava da lei de 1871: “[...] dia que assignalou uma grande era, um grande facto: - ninguém mais nasceu escravo no Brazil!”. Mais uma vez, o entendimento do texto torna-se lacunoso devido ao seu estado de conservação.

Percebemos, em seguida, que Silva passou a comentar sobre os escravizados que ainda existiam no Segundo Reinado. Invocando o sofrimento dos negros, o professor passou a proferir algumas frases típicas de discursos para chamar a atenção dos seus ouvintes como “Basta de sofrimento! basta de agonias”. (SILVA, 1883, p. 03)

Descrevendo o momento histórico em que vivia, Silva (1883, p. 03) falou que: “A escravidão, estado desgraçado e aviltante, faz a vergonha e concorre para a corrupção dos povos que a admitem.” E aqui constatamos a forma como ele pensava que deveria agir o movimento abolicionista no Brasil: “Prosigamos com tino, constancia e moderação, condições indispensaveis para que se possa medrar qualquer empresa” (SILVA, 1883, p. 03). A ideia que a abolição da escravatura deveria acontecer de forma gradual foi uma constante no período. Muitos abolicionistas defendiam a alforria dos escravizados a partir de meios legais, ou seja, angariando fundos para que essas pessoas fossem libertas pela compra de seus senhores.

Machado (2015) demonstra esse pensamento nos círculos intelectuais da Corte, centrado principalmente na análise do pensamento de José do Patrocínio. Essa posição não invalidaria a condenação às práticas dos senhores de escravizados, o tom ameaçador era constante nos jornais e nas falas dos abolicionistas no período.

Silva (1883) expôs a sua ação na Sociedade Emancipadora Areiense e afirmou que havia libertado quatro escravizados na cidade de Areia. Propondo continuar com esse trabalho na capital. Para finalizar, chamou os presentes de *obreiros do futuro*, convocando a todos a participação na Emancipadora Parahybana.

[...] tenhamos o olhar fito na tela de horisonte americano, onde se destaca o perfil do captivo agradecido, sobraçado e protegido sob a ampla égide da Liberdade, que, proclamada pela primeira vez em fim do seculo passado lá do outro lado do Atlantico, tem andado e progredido, fazendo seu longo itinerario de quase um seculo, peregrinando por todos os continentes. E após a realização desse grande acontecimento esperemos se não para nós, ao menos para nossos filhos as doçuras e affeições do mais intimo tracto, que ha de reinar entre os homens. (SILVA, 1883, p. 03).

Esse discurso de Joaquim da Silva transcrito n' **O Emancipador**, nos auxiliou a entender a posição desse intelectual frente ao movimento abolicionista na Parahyba. Apesar de não trazermos a análise desse jornal, entender como o professor pensou esse movimento foi fundante na nossa escrita. Pois, compreendemos como suas ações foram similares às de outros abolicionistas do período. A percepção da obrigação de libertação dos escravizados de forma gradual e respeitando o título de posse dos seus senhores foi amplamente divulgada nesse movimento. O próprio Joaquim Nabuco apresentou, em 1880, um “projeto de abolição gradual” da escravatura, revelando uma aliança entre as instituições políticas e o associativismo abolicionista no período (ALONSO, 2014).

Retomando o movimento na cidade de Areia, foco deste nosso capítulo, a reorganização da Sociedade Emancipadora Areiense realizada no ano de 1882, rendeu um novo fôlego a essa sociedade. Em sete de julho de 1883, no jornal **O Emancipador** contemplou duas matérias sobre a Emancipadora. A primeira trazia a notícia que ocorreu uma conferência abolicionista na cidade. Mais uma vez, a materialidade do jornal nos deixou inteligível o nome do orador e

o mês que ocorreu a conferência. Sabemos que ela aconteceu no dia 17, no Theatro Recreio. (CONFERENCIA..., 1883). A segunda notícia tratou de:

Trinta e cinco cartas de liberdade – Os amigos da emancipação na Cidade d'Areia obtiveram por iniciativa sua *trinta e cinco libertações* do 1º de janeiro até 13 de junho do corrente anno, segundo consta das certidões juntas.

Possa essa publicação servir de incentivo ás demais localidades, afim de vermos em breve extirpado esse cancro servil, causa primaria do nosso atraso. (GAZETINHA, 1883, p. 02, grifo do autor).

Essa foi uma estratégia comum nas sociedades abolicionistas: citar em seus jornais ou nas exposições proferidas os ganhos ocorridos em diversas localidades. Destarte, a escravidão vinha sempre retratada como algo a ser ultrapassado, marca do *atraso* do país em relação aos outros e os partícipes do movimento eram exaltados como os grandes responsáveis pelo processo abolicionista no período (SILVA, 2014).

Em 10 de julho de 1887, ocorreu uma reunião convocada pelo padre Sebastião Bastos de Almeida Pessoa - vigário interino do município e sócio da Emancipadora Areiense - na Igreja Matriz da cidade de Areia. Nessa reunião foram pronunciados diversos discursos e houve a leitura de uma carta do Bispo Diocesano, na qual ele afirmou que a escravidão era um entrave econômico e ia contra os preceitos da religião católica. Xavier Junior foi um dos que falaram na ocasião (ALMEIDA, 1946). O professor fez um histórico da escravidão e notabilizou as vantagens do trabalho livre perante o escravo, tendo como exemplo a província do Ceará. Não tivemos acesso a essa mensagem pelas fontes e a única citação que localizamos sobre ela foi no opúsculo de Almeida (1946), impossibilitando-nos outros comentários sobre esse acontecimento.

Ainda no ano de 1887, sob pressão dos abolicionistas, a Câmara Municipal de Areia criou um imposto sobre a posse de escravizados (ALMEIDA, 1958). A maioria deles já estariam livres, o que tornou Areia um local de refúgio para escravizados da região em busca da liberdade. Almeida (1958, p. 208) avulta a atuação de Manuel da Silva nesse período:

Desenvolvia a propaganda inclusive pelas colunas do Âreiense, periódico que circulava na cidade e que vinha pugnando pela vitória do abolicionismo. No

intuito de ativar a caminhada, fundou outro periódico — Verdade — que desde o primeiro número passou a divulgar a relação dos escravos e respectivos senhores, que ainda restavam ao município.

No dia 22 de abril de 1888, foram alforriados os três últimos escravizados do município. A Câmara Municipal reuniu-se no dia 25 do mesmo mês para declarar a extinção da escravatura e marcou a comemoração para o dia 03 de maio.

Outrossim, espera e pede esta Municipalidade que todos os habitantes desta cidade iluminem as suas casas no referido dia, bem como nos dias seguintes. Confiada esta Municipalidade nos corações leais de seus munícipes, está certa de não serem poupados esforços no sentido de ser abrilhantada tão grande quanto justa festa, digna de um povo brioso como tem sabido ser o povo areiense. (CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE D'AREIA apud ALMEIDA, 1958, p. 209).

A festa na cidade durou quatro dias e foi marcada por uma sessão magna da Câmara, na qual Xavier Junior realizou uma comunicação em nome da Emancipadora Areiense. Joaquim da Silva esteve ausente na comemoração já que se encontrava na capital da província (ALMEIDA, 1958).

O movimento abolicionista em Areia foi frutífero e acabou libertando os escravizados duas semanas antes da promulgação da Lei Áurea (BARBOSA, 2009). Silva e Rocha (2013) evidenciam que essas sociedades, apesar de terem contribuído para a desconstrução do sistema escravista, pouco fizeram para a introdução dos libertos no “mundo dos brancos livres”.

Uma outra questão que levantamos é o fato das fontes terem nos dado acesso apenas a alguns personagens dessa história. Pouco sabemos da participação negra nessa sociedade. Apesar de termos os indicativos da participação de outros sujeitos, não obtivemos fontes para investigarmos as ações dos negros e das mulheres no movimento abolicionista da cidade de Areia. A fonte mais consistente que trabalhamos foi o livro **Brejo de Areia: memórias de um município** de Almeida (1958), característico de uma forma de escrita da história, esse livro evoca mais as grandes participações de homens brancos à frente da luta abolicionista. Escondendo conflitos e tensões sociais vividos no período por outros grupos como os de mulheres e os de negros.

Uma característica relevante dessas associações abolicionistas nos oitocentos era a divulgação de ideias e o arrecadamento de dinheiro a partir da criação de periódicos. No próximo tópico abordamos a criação de um jornal na cidade de Areia

4.2.1 **Verdade:** “Órgão abolicionista e noticioso”

Em um levantamento da quantidade de jornais na Parahyba, Araújo (1983) informa que existiam mais de 50 periódicos que circularam na província na segunda metade dos oitocentos. A grande maioria assumia posicionamentos políticos defendendo os liberais ou os conservadores. Dentre esses, a autora cita dez jornais editados no interior: **O Mamanguape** (1863), **O Commercial** (1863), **O Voluntário do Norte** (1868), **Gazeta do Sertão** (1888), **O Alfinete** (1889); **A Gazetinha** (1889), **Areiense** (1877), **O Século** (1883), **A Educação** (1888) e **Verdade** (1888). Acreditamos que esse número deva ser maior, devido ao fato dessa pesquisa ter sido realizada na década de 1980.

No Brejo de Areia, Manuel da Silva fundou o periódico **Verdade** que circulou entre os anos de 1888 e 1896 (BARBOSA, 2009). Xavier Junior assumiu a direção desse jornal após Manuel Silva. Havia três jornais no período na cidade de Areia: **O Areiense**, fundado por Joaquim da Silva e dois de seus filhos - Júlio e Tito Silva em 1877 e reformulado na década de 1880; **A Educação**; e **Verdade**. **O Areiense** e **Verdade** divulgaram o movimento abolicionista e trabalharam junto da Sociedade Emancipadora Areiense, trazendo notícias sobre as alforrias na Parahyba e em outros estados, anunciando a relação de escravizados com o nome dos senhores que o possuíam, entre outros. Após a abolição da escravidão, o jornal **Verdade** desempenhou um papel importante na promulgação das ideias republicanas na cidade. (ALMEIDA, 1958).

Havia no período dois tipos de jornais a favor do fim da escravidão: o primeiro abertamente abolicionista, o qual trazia já no subtítulo a referência a esse movimento, como no caso do **Verdade**: “Órgão abolicionista e noticioso”; e o segundo tipo era composto por jornais que “[...] embora divulgassem debates sobre o escravismo, eram predominantemente conservadores do ponto de vista social” (MOREL; BARROS, 2003, p. 89). Esses autores

ressaltam que apesar da existência de uma arena de debates a favor do fim da escravidão no período seria errado concluir que havia um consenso sobre essa questão no Brasil.

Os jornais abolicionistas eram minoria diante daqueles defensores da escravidão ou “indiferentes” à questão. O que queremos destacar é que “tais meios de comunicação expressavam os embates da sociedade, agindo como reprodutores e criadores desses movimentos” (MOREL; BARROS, 2003, p. 89).

Reconhecemos uma atuação pedagógica, ou melhor, educacional da imprensa no período, pois ela procurou imprimir formas de se comportar, de agir e de se posicionar frente aos acontecimentos da época para os seus leitores (MACHADO, 2015). Por meio das matérias divulgadas, existia uma pretensão de se educar com exemplos a serem seguidos ou rejeitados. Esses poderiam ser exemplificados de forma positiva (como uma sociedade poderia se tornar *civilizada*) ou de forma negativa com a coerção de posturas indesejadas (como a exposição de pessoas que ainda detinham escravizados). Ao trabalharmos com esse tipo de fonte, jornais abolicionistas, temos de procurar em suas páginas as contradições e os paradoxos frutos da sociedade escravista (MOREL; BARROS, 2003).

A primeira edição do jornal **Verdade** foi vinculada no sábado, 31 de março de 1888. Essa edição dispunha de duas folhas, era editado na Typografia Areiense e tinha tiragem semanal. O subtítulo do jornal era “Órgão abolicionista e noticioso”.

O primeiro número foi dividido em sete seções, a saber: *Expediente* (sobre a assinatura do jornal); *Verdade* (editorial da primeira edição); *Collaboração* (artigos de outros jornais); *Estatística do elemento servil deste município, segundo os dados colhidos pela Sociedade Emancipadora Areiense*; *Ceguêira*; *Gazetinha* (informações e comunicados sobre a cidade de Areia); produções artísticas locais como poesias, pequenos contos, etc.

O editorial da primeira edição, provavelmente redigido por Manuel da Silva, iniciou tratando da primordialidade da cidade deter uma imprensa livre: “Sem preâmbulos entramos na lida jornalística, dispostos a arcar com todos os preconceitos sociaes tão inveterados nesta boa terra, onde há alguns annos se observem os *beneficos effeitos da imprensa*, raras vezes livres dos terrores do obscurantismo.” (VERDADE, 1888, p. 01, grifo nosso). Interessante notar a permanência desse assunto nos periódicos. Borges da Fonseca como vimos tratou desse

assunto, liberdade da imprensa, diversas vezes. A continuação da matéria no jornal **Verdade** era uma denúncia sobre a coerção que a imprensa sofria no período. Concluímos que apesar de ser uma exigência aclamada desde o início dos oitocentos, ela não foi implementada ou foi praticada apenas parcialmente.

A intenção da imprensa abolicionista era divulgar notícias positivas sobre o movimento, havia uma seleção de conteúdo pelo editor, responsável por criar uma atmosfera favorável à luta (MOREL; BARROS, 2003). A luta abolicionista seria retratada de forma positiva nos jornais e as ações contrárias a essa seriam sinônimos de *atraso*, *obscurantismo*, *incivilidade*, etc.

Em seguida, justificando o nome do jornal, o editor colocou que o caminho seguido seria o da verdade. Em tom ameaçador, o editorial terminou com um aviso: “Temos sempre palavras animadoras para todo aquele que praticar o bem, assim como não pouparemos os que dele se afastarem seguindo o caminho errado.” (VERDADE, 1888, p. 01). O jornal pretendia moldar *novos hábitos* na sociedade areiense. A ameaça às atitudes e aos comportamentos dos escravocratas era comum nas páginas desses periódicos. Esse tom retornou na matéria seguinte do jornal denominada “Açoites”, nessa seção existia uma denúncia sobre a prática de se açoitar pessoas libertas. O porquê dessa prática ser ilegal foi justificado com citações a leis que deveriam ser seguidas na cidade de forma efetiva.

O cunho educacional dessa última matéria foi muito claro. Inicialmente, apresentou-se o problema (açoitar libertos), descrevendo a prática minuciosamente. Em seguida, explicou-se o porquê o açoite era considerado errado, moralmente e legalmente. Por fim, ameaçou quem praticasse tal ato, retratado como um retrocesso e uma forma ilegal de agir na sociedade.

Na matéria seguinte, “Estatística do elemento servil deste município, segundo os dados colhidos pela Sociedade Emancipadora Areiense”, constaram os dados da quantidade de escravizados na região. Em 1887, existiriam 414 escravizados e esse número haveria caído para 49 em 31 de março de 1888 (data da primeira edição). Entre os anos de 1884 e 1888, ocorreram 214 alforrias (149 gratuitas, 10 compradas e 55 condicionais) (GALIZZA, 1979, p. 189). E aqui a lista dos homens e das mulheres que ainda assenhorariam escravizados na região:

[...] Elysyo Madeira Barros	1
Francisco A. Casullo & Irmão	3
Belmine Cavalcante Souto	6
Manoel Marques da Silva Reis	1
Paulina E. Bizerra do Valle	1
Possidonio Barros Correia	1
Herdeiros de Francisco C. Lima	5
Francisco Silvino C. Souto	5
Herdeiros de Francisco S. Coêlho	11
Ditos de José Francisco Borges	2
Remigio Verissimo d'Ávila Lins	1
José Cabral O. V. e sua filha	10
José Cabral de Vasconcellos Junior	1
João Manuel de Mello	1 (ESTATISTICA..., 1888, p. 02).

Ao nomear os senhores de escravizados, o jornal pretendia coagir os mesmos, fato esse que ficou bem claro no aviso para esses senhores no final dessa matéria:

Destes senhores, aquelles que não tornarem effectiva a liberdade prometida seus escravizados, entregando as respectivas cartas de liberdade para serem lançadas em notas, ou averbando-os como livres na collectoria, serão seus nomes lançados no – QUADRO NEGRO – que publicaremos na ultima pagina deste periódico e em avulsos que **perpetuarão a sua vergonha e de seus descendentes**. (ESTATISTICA..., 1888, p. 02, grifo nosso).

Os abolicionistas da Corte também utilizaram uma estratégia parecida, denominada de *limpeza das ruas*, que consistiria em ameaçar em locais públicos os proprietários de escravizados, deixando claro a intensão de divulgar os seus nomes nos jornais abolicionistas. Machado (2015) não comenta se realmente essas intimidações tornaram-se matérias nos jornais. Sabemos que era mais comum no período a divulgação dos nomes dos senhores que já havia libertados seus escravizados. Essa nomeação muitas vezes fazia-se de forma a enaltecer a conduta dos ex-proprietários de escravizados (SILVA, 2015).

Os nomes exaltados no jornal **Verdade** eram dos partícipes do próprio movimento abolicionista. Essa questão revelou-se problemática, pois os escravizados apareciam sempre como passivos das ações desses homens e dessas mulheres abolicionistas. A voz da população negra, seja ela escravizada ou liberta, não aparecia nesses periódicos, apesar de Morel e Bastos (2003, p. 97) ressaltarem que: “Pode-se sugerir que os escravos, ainda que não aparecessem como sujeitos com voz própria nas páginas impressas, podiam ser leitores, diretos ou indiretos, da imprensa, fazendo releituras próprias, recebendo, elaborando e retransmitindo as notícias e os informes.”.

A leitura dos periódicos no Brasil oitocentista era realizada de forma diferente da nossa contemporânea, silenciosa e solitária. Para Barbosa (2010), a partir da pesquisa sobre leitores no século XIX na Parahyba, a leitura no período podia ser comunitária, pois se retinha o hábito de se *ler para o outro*, hábito esse retratado em alguns periódicos locais. Outro fato comum era a circulação dos jornais por meio de empréstimos, os periódicos possuíam a função de *instruir e deleitar* (BARBOSA, 2010). Por mais que se pese a grande quantidade de pessoas analfabetas no período, esses jornais abrangeram a função educacional de levar ideias e pensamentos abolicionistas para diversas regiões do país.

Uma estratégia comum, nos periódicos dos oitocentos, era a citação dos jornais que tivessem a mesma linha editorial. Listamos as referências ao **Verdade** em outros jornais, tanto local, **O Areiense**, quanto fora da cidade como o jornal **Gazeta do sertão** que em 14 de dezembro de 1888 divulgou o apoio ao jornal.

Os grupos abolicionistas da Parahyba conseguiram antecipar em um curto período a liberação dos escravizados tanto na cidade de Areia quanto na cidade de Mamanguape (ULYSSÉIA, 1982). Uma das contradições mais marcantes do Brasil foi a perduração do sistema escravocrata com as ideias liberais. O problema da escravidão brasileira arrastou-se durante muito tempo na história do país. Apenas com o aumento das críticas para o governo e com a iminente revolução republicana que o Império - tendo que escolher entre *a reforma ou a revolução* (HOLANDA, 2008) - começou a dar a devida atenção à escravidão. Por isso, nem mesmo os conservadores mais radicais eram capazes de admitir publicamente que eram a favor da continuação do trabalho escravo no Brasil para sempre (HOLANDA, 2008). A abolição da escravatura foi declarada por lei em 13 de maio de 1888, em termos de lei, pois a situação da população de ex-escravizados no Brasil não contou com assistência pós-abolição.

Interessante notar a participação de Joaquim da Silva na fundação de duas das três associações abolicionistas na província. Sua atuação fez-se notar tanto como advogado, quanto como orador nas sociedades. Gaudêncio (2007) ressalta a importância desse professor na modificação do espaço social, político e cultural da cidade de Areia. Suas ações reverberaram na cidade de forma a imprimir na história do local o seu nome. E aqui ressaltamos a nossa escolha de que pensar Joaquim da Silva como um intelectual imerso nas questões do seu tempo - sejam elas de cunho educacional (escrita de um livro para a instrução); cultural (fundação de um teatro e uma biblioteca); e social (participação na fundação das sociedades abolicionistas).

Diferentemente de Joaquim da Silva, não nos deparamos com fontes que mostrem a ação mais efetiva de Xavier Junior no período. Apesar de seu nome ter sido citado em diversos documentos como partícipe da Emancipadora Areiense, inclusive como orador em 1887 e como representante no festejo da abolição da cidade de Areia, não nos deparamos fontes que mostrem o que esse professor pensou a respeito do movimento abolicionista no período. No capítulo seguinte, interpretamos as transformações ocorridas, durante a transição do Império para República, nos argumentos dos professores que viveram nesse período e as reformas propostas por eles.

5 A EDUCAÇÃO COMO REGENERAÇÃO DA NAÇÃO

Reconhece-se que a perseverança, aliada a uma vontade enérgica, é capaz de superar as maiores dificuldades. É firmado nesta verdade gerada pela experiência que eu não desanimo de conseguir uma melhor situação para a educação popular do meu Estado. Essa esperança é tanto mais viva quando se sente amparada pela mão forte de um governo animado das mesmas aspirações. (XAVIER JUNIOR, 1910, p. 12).

Na citação acima, Xavier Junior expôs, em 1910, suas esperanças de mudanças para a instrução pública na Parahyba. *Difficuldades, verdade gerada pela experiência, educação popular, esperança e governo animado das mesmas aspirações* não foram palavras escolhidas aleatoriamente. Com essas, o professor procurou definir a atual situação do estado e propor alterações para a instrução. Por esse motivo, voltamos a trabalhar com Xavier Junior. Apresentamos outros três sujeitos da nossa pesquisa, a saber: Francisca Moura - professora durante 60 anos de duas escolas fundadas por ela e da Escola Normal; Francisco Coutinho de Lima Moura - professor de primeiras letras, tenente-coronel, jornalista e historiador; Catharina Moura - professora, diretora do Curso Francisca Moura e advogada; Olivina Carneiro da Cunha - professora da Escola Modelo e poetisa; e José Coelho – professor e inspetor do ensino.

Neste capítulo trabalhamos, prioritariamente, com as fontes normativas. Faria Filho (1998) ressalta que apesar da importância do estudo dos documentos oficiais para a história da educação devemos ter uma reflexão inicial sobre as análises das fontes normativas para não se cairmos em aproximações mecânicas e acríticas. Consequentemente, a legislação educacional deve ser pensada como um corpus documental que detém quatro dimensões: ordenamento jurídico; dimensão da linguagem; prática ordenadora das relações sociais; e, por fim, campo de expressão e construção das relações.

As leis no Império e na Primeira República eram percebidas como forma de ordenamento da sociedade e como uma garantia de progresso. Para explicitar essa afirmação, Faria Filho (2008) trabalha com Thompson, o qual: “[...] chama a atenção, particularmente, para a cultura e os costumes com os quais a legislação, seja ela qual for, está em íntimo e constante diálogo.” (FARIA FILHO, 1998, p. 99). Com base na proficuidade do argumento de Thompson, nós somos levadas a não esquecermos as particularidades das leis brasileiras e do

contexto no qual foram gestadas. Essa relação - entre fontes normativas e diversos aspectos socioculturais e econômicos - é complexa e deve ser pensada dentro do campo pedagógico e educacional. Apreciamos duas normativas para a instrução:

 Decreto n. 665 de 29 de agosto de 1913 que “organiza o ensino nocturno primario da capital” (PARAHYBA, 1913, p. 130). Francisco Coutinho de Lima Moura fez parte da comissão que estabeleceu esse decreto no governo Castro Pinto.

 Reforma n. 873 de 21 de dezembro de 1917, a qual instituiu os grupos escolares na Parahyba (PARAHYBA DO NORTE, 1917). A comissão de elaboração teve como partícipes José Coelho, José Francisco de Moura, Tavares Cavalcanti, Odilon Coutinho, Alcides Bezerra, Celso Affonso Pereira e José Fructuoso Dantas.

Os relatórios sobre a instrução pública podem trazer significantes representações da educação de primeiras letras da época, porque neles temos uma leitura que balizou as providências necessárias para a instrumentalização da educação, melhoria da instrução, da cidade e do estado. Segundo Souza (1998, p. 20), “[...] o relatório compreendia um meio de justificativa das ações implementadas e um instrumento de denúncias, queixas e reclamações”, um meio de comunicação entre seus relatores e os governos estaduais. A autora analisa a importância do trabalho do pesquisador em história da educação com os relatórios oficiais, no geral, e da instrução pública, especificamente, destacando que apesar de serem documentos com uma destinação específica, contendo lacunas, são fontes notáveis para a história da educação no Brasil. Seleccionamos quatro relatórios oficiais, a saber:

 Da Directoria Geral da Instrução Publica apresentado pelo diretor da instrução Francisco Xavier Junior em 21 de julho de 1908. Esse documento consta no arquivo da FUNESC apenas a partir da página 31 até a página 50 (final) e foi dividido em: *Escola Normal; Instrucção Primaria; Escolas Publicas; Estatística Escolar; Instrucção Secundaria; Fundo Escolar e Conclusão*.

 Da Directoria Geral da Instrução Publica apresentado pelo mesmo personagem em 18 de julho de 1910. Esse possui 54 páginas e foi dividido em: *Escola Normal; Instrucção Primaria; Estatística; Ensino Publico Primário; Professores e Conclusão*.

 Da Instrução Pública (Escola Normal e Instrução Primária) também redigido por Francisco Xavier Junior em 1913. Ele é composto por 30 páginas⁷⁷ com as seguintes seções: *Escola Normal; Instrução Primária; Estatística e Inspeção de Ensino*.

Outros documentos foram fundamentais na escrita deste capítulo. São eles: atos, atestado, comunicados e cartas oficiais. Redigidos pelos indivíduos que estudamos ou dirigidos a esses. Esses são apresentados ao longo da narrativa de acordo com o tema exposto.

Sabemos que muitos dos argumentos, atribuídos apenas ao período republicano, foram elaborados nos oitocentos e como resultado muitos dos presentes no Manifesto dos Pioneiros (1932) tiveram suas bases no pensamento de intelectuais do Império e da Primeira República (SCHULER; MAGALDI, 2009).

A ligação entre escola e nação continuou sendo uma das bases do pensamento educacional na Parahyba nas primeiras décadas republicanas. A educação foi debatida nesse período de forma bastante entusiasmada e marcado por contradições, por lutas e por ideais conflitantes. Os intelectuais colocaram-se como promotores da difusão da educação nacional, seja com a produção dos impressos - livros, jornais e revistas -, seja com as propostas de reformas para a educação nacional.

Dessa forma, para a historiografia da educação brasileira faz mais sentido perceber os momentos históricos não apenas como fonte de rupturas, mas também, de continuidades. Marcamos as (des)continuidades da função da educação no período anterior (Império). Em razão disso, se refletirmos sobre o processo de escolarização na Parahyba, não seria adequado pensarmos em *longo século XIX*?

5.1 UM “NOVO SÉCULO” PARA A EDUCAÇÃO NA PARAHYBA?

Uma das primeiras questões que levantamos aqui é sobre a periodização da história da educação no Brasil que foi enfrentada de maneira distinta ao longo do seu tempo de construção. Inicialmente, a datação dessa foi concebida dentro de um modelo da história política, ou seja,

⁷⁷ Esse documento inclui o Relatório da Inspectoria Geral da Instrução Pública do Estado da Parahyba de 27 de junho de 1913, confeccionado pelo professor José Fructuoso Dantas Junior.

os marcos da história da educação estavam condicionados às mudanças de regimes políticos no Brasil. Em seguida, a história da educação foi construída tendo como marco o Manifesto dos Pioneiros de 1932 e embasada em um modelo azevediano para a educação. Esse modelo foi caracterizado com o pensamento que só haveria uma organização de fato da instrução no Brasil após a República *Nova* e o Estado *Novo*. *Nova(o)* não foram adjetivos escolhidos ao acaso, esses representariam uma *nova* maneira de se perceber a república e estavam contrapostos a representação da Primeira República, que por sua vez seria a República *Velha*, sinônimos de caos e desorganização, bem como o Império (GOMES, 2009; GOMES; ABREU, 2009). Logo foi a constituição de um pensamento autoritário no Brasil que consolidou a percepção do Império e da Primeira República como ineficaz e fracassada. O período posterior a Revolução de 1930 era, com case nessa visão, caracterizado como “um novo e grande ponto de partida na história do Brasil, rompendo definitivamente com o ‘passado’[...]” (GOMES, 2009, p. 22).

Essa periodização da história da educação em grandes marcos da história política e econômica foi percebida como ineficaz, desse modo diversos autores passaram a sugerir novas temporalidades para a educação. Pinheiro (2001), em sua tese de doutoramento, trabalhou o conceito de *eras* e Saviani (2006a, 2006b) convida a pensar no conceito de *curto século XIX* e *longo século XX*. Expomos, a seguir, esses dois pensamentos para embasarmos o nosso de *longo século XIX* para a história da educação na Parahyba.

Saviani (2006a; 2006b) e Almeida (2006b) explicam a adoção da categoria século para a organização da narrativa histórica. Século como categoria pode não indicar 100 anos, isso posto, justifica a adoção dos adjetivos *breve* e *longo*. Saviani (2006a, 2006b) periodiza a história da educação em quatro séculos, os dois últimos, que nos interessa nesta tese, foram: o “breve século XIX” (1827-1890) - das leis das escolas das primeiras letras aos grupos escolares; e o “longo século XX” (1890-2001) - dos grupos escolares ao PNE⁷⁸.

Para afirmar que existiu um *longo século XX*, Saviani (2006b) utiliza a periodização preconizada por Arrighi (1995) que estuda a história econômica ao longo de cinco séculos, a dividindo em quatro grandes ciclos de acumulação de capital⁷⁹. O *longo século XX* – “Quarto Ciclo Sistêmico de Acumulação Norte-Americana” - teria início no último quartel do século

⁷⁸ Para Saviani (2006b), o foco do legado do século XIX é o produto e não o processo. Já o século XX acabou de findar, o que nos leva a não ter uma clareza do seu legado, logo se evidencia o processo.

⁷⁹ São eles: o *genovês* (XV- início de XVII); o *holandês* (fim do XVI-XVIII); o *britânico* (segunda metade do XVIII- início do XX); e o *norte-americano* (de 1870 em diante).

XIX e possuía como centro organizador os Estados Unidos. Para o autor, a época dourada desse longo século ocorreu entre as décadas de 1950 a 1970 com uma grande expansão material⁸⁰.

Em linhas gerais, o *breve século XIX* teria como base os ideais políticos herdados do século XVIII, ou seja, a partir das ideias iluministas (europeias) de liberdade e de igualdade que se desenvolveram no Brasil (e também na Europa e Estados Unidos da América - EUA) a indispensabilidade de uma instrução pública, obrigatória e gratuita. À vista disso, a educação foi construída como uma condição para o progresso e regeneração da nação em uma sociedade de capitalismo nascente. No fim do século XIX, o Brasil enfrentou diversas transformações como o fim da escravatura e a mudança de regime da monarquia para o republicano, o que levou a uma consolidação da necessidade de educação para todos. No centro do projeto republicano estaria a educação como signo de democracia e como solução para os problemas sociais. O século XX foi herdeiro dessa crença da educação como fonte de progresso (SAVIANI, 2006b).

Para a história da educação escolar primária na Parahyba, temos outra periodização proposta por Pinheiro (2001) em sua tese de doutoramento. O autor identifica dois períodos na Parahyba, a saber: *Era das Cadeiras Isoladas* e *Era dos Grupos Escolares*. A primeira *Era* iniciou-se em 1783 com a fundação da primeira aula régia. Esse modelo escolar durou até 1822, quando se tornaram cadeiras isoladas, porém ressalta Pinheiro (2001, p. 06) que “[...] guardavam, todavia, semelhanças com o modelo de organização escolar implantado com as aulas régias e mantido até meados dos anos 10 do século XX.”. Depois dessa data, ocorreu a substituição dessas cadeiras isoladas para outra forma de organização escolar, a qual dura até os dias de hoje: os grupos escolares. Portanto, houve o início do segundo período denominado por Pinheiro (2001) de *Era dos Grupos Escolares* (1920-1949).

Pinheiro (2001) ressalta que essa quebra com a forma escolar anterior, escolas isoladas, só ocorreu efetivamente na Parahyba a partir do final da década de 1920. Antes desse período o autor indica a existência de um período de transição (1917-1929), no qual:

⁸⁰ Arrighi (1995) termina o livro com uma descrição da dinâmica da crise mundial na década de 1990 e com questionamentos sobre o início de um novo ciclo, já que as medidas de substituição do câmbio fixo por taxas flexíveis, não havia beneficiado nem os Estados Unidos nem as empresas norte-americanas.

Apesar de as cadeiras isoladas passarem a ser prioritariamente denominadas escolas rudimentares ou elementares, o número de instituições cujo funcionamento se pautava pelo modelo tradicional era muito mais elevado do que o dos grupos escolares [...] Em meio ao lento processo de substituição de um modelo pelo outro surgiram, também, as “escolas reunidas ou agrupadas”. (PINHEIRO, 2001, p. 111).

Nesse período, a instrução tinha um papel central porque seria por meio dela que se poderia criar um ideário de povo, de cidadania e de nação, ou seja, “do ponto de vista do Estado, a escola tinha ainda outra vantagem essencial: poderia ensinar todas as crianças a serem bons súditos e cidadãos.” (HOBBSAWM, 2015, p. 234).

Se tomarmos como referência, a periodização concebida por Eric Hobsbawm (2015), com base em um olhar mais amplo sobre o processo de consolidação dos Estados-nação no ocidente, o século XIX apenas findaria em 1914. Pinheiro (2001) apropria-se do conceito de *eras* hobsbawmiano para a periodização da sua tese de doutorado. Para tal, o autor define, embasado em Hobsbawm, o sentido de *era* como sendo um período de tempo, na maioria das vezes longo, que inicia com um fato relevante ou que produz uma nova ordem. Ou seja:

Hobsbawm, em sua vasta obra, elaborou periodizações baseadas em aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos, particularmente marcantes, a ponto de caracterizar determinados períodos da história, por ele denominados *eras*. É interessante ressaltar que tais periodizações nem sempre correspondem a longos espaços de tempo. (PINEIRO, 2001, p. 05, grifo do autor).

Em consequência, adotamos nesta tese a periodização de *longo século XIX*, o qual se iniciou em 1783 com a criação da primeira cadeira de primeiras letras embasada nas reformas pombalinas (PINHEIRO, 2001) e foi até a década de 1920. Desse modo, inferimos que diferentemente de São Paulo, as cadeiras de primeiras letras na Parahyba conservaram a centralidade no processo de escolarização até a década de 1920.

Saviani (2006a) elege alguns legados educacionais do *curto século XIX*. Enumeramos os principais para entendermos a permanência, ou mesmo a não concretização, desses legados no século XIX e sim apenas no início do século XX. Para tal, não notabilizamos a legislação imperial, apenas levantamos alguns pontos, quando necessários para entendermos o processo

de (des)continuidade gerados no processo de escolarização parahybana a partir da análise dos documentos legais que tiveram participação dos professores estudados por nós.

Não nos detivemos a realizar outro exame dessas atividades legais oitocentistas nesta tese, pois os sujeitos selecionados não participaram da concepção dessas leis e por já existir material suficiente para nos guiar. Constatamos um grande número de pesquisa em história da educação sobre a legislação para a instrução pública⁸¹ que consideram o ano de 1835 como o marco legal para o início das atividades legislativas sobre a escolarização na província. As reformas legais para esse nível de instrução no período foram tratadas em diversos trabalhos, muitos frutos do GHENO-PB, sob diversos aspectos como a instituição de aulas de primeiras letras, os castigos previstos na legislação, os métodos de ensino adotados, as disciplinas ensinadas, a formação de professores e seus deveres e direitos, etc.

O primeiro legado educacional do século XIX foi o “processo gradual de organização da instrução pública” (SAVIANI, 2006a), o qual detinha como foco a legislação educacional e as reformas nos métodos de ensino (individual, mútuo, simultâneo e intuitivo). Sendo esse último método um legado do dezenove. Corroborando essa predominância Ananias e Ferronato (2009), ao investigarem dois regulamentos decretados pelo governo provincial no ano de 1849 no estado da Parahyba, mostram a consonância dessas legislações imperiais com o método de ensino intuitivo. “[...] Essa defesa de que o aprendizado das crianças deveria passar pelo conhecimento da realidade, ou da suposta realidade percebida pelos legisladores, incluíra as atividades comerciais nascentes na vida urbana.” (ANANIAS; FERRONATO, 2009, p. 13).

O método intuitivo foi adotado na Europa, nos EUA e no Brasil de forma massiva na segunda metade do século XIX. Faria Filho (2010) apresenta a existência, no século XIX e início do XX, de três métodos - parâmetros para a questão sobre a instrução - respectivamente:

⁸¹ São exemplos dessas obras: as dissertações de Adriano Soares da Silva (2013) - **O processo de escolarização na província da Parahyba do Norte: aulas de primeiras letras (1834-1849)** e Itacyara Viana Miranda (2012) - **Instrução, disciplina e civilização: uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889)**; os artigos de Antonio Carlos Ferreira Pinheiro - **O ensino de história na escola de primeiras letras na Paraíba: pátria nacional e pátria local (1837-1914)** (2015), Mauricéia Ananias e Adriana Maria Paula da Silva - **Educação e instrução nas províncias da Paraíba e Pernambuco** (2011), Mauricéia Ananias - **Província da Parahyba do Norte: a constituição do estado nacional e a organização da instrução pública primária (1834-1849)** (2012), Mauricéia Ananias e Janyne Paula Pereira Leite Barbosa - **Província da Parahyba do Norte: as aulas públicas de primeiras letras 1822-1849** (2014), Rosângela dos Santos Silva e Rose Mary de Souza Araújo - **Os concursos públicos prescritos na legislação: forma de ingresso nas escolas primárias** (2014), entre outras.

o mútuo, o misto e o intuitivo. O método intuitivo começou a ser difundido no Brasil a partir da segunda metade do século XIX e se esteve presente nos debates sobre a urgência de instrução para o povo.

A partir de um intenso trabalho de produção e divulgação de variados impressos pedagógicos (livros, revistas, jornais) e de um crescente refinamento teórico, sobretudo com uma maior aproximação entre os campos da psicologia e da pedagogia, a discussão sobre a pertinência e a forma de se trabalhar com o método intuitivo na escola primária perdurará, no Brasil, até a década de 30 do século XX. De uma forma definitiva para a educação escolar a consideração da atividade do aluno, como sujeito no processo de aprendizagem e do lugar do professor e dos métodos, como sujeito e instrumento, respectivamente, mediadores desse processo. (FARIA FILHO, 2010, p. 143-145).

O entendimento sobre esse método era bastante ambíguo no Brasil. Principalmente por causa das críticas: aos manuais de escolares para o ensino das lições de coisas - os quais reduziam o método à pura observação; e pela forma de se instituir o método - se era uma disciplina para ser inserida nos cursos normais ou um método para pautar todo o sistema de ensino (SCHELBAUER, 2006). Essa foi uma das maiores críticas de Rui Barbosa: a forma que o método era difundido no Brasil. Para o intelectual:

A lição de coisas não é um assunto especial no plano de estudos: é um método de estudo; não se circunscreve a uma secção do programa: abrange o programa inteiro; não ocupa, na classe, um lugar separado, como a leitura, a geografia, o cálculo, ou as ciências naturais: é o processo geral, a que se devem subordinar todas as disciplinas professadas na instrução elementar. No pensamento do substitutivo, pois, a lição de coisas não se inscreve no programa; porque constitui o espírito dele; não tem lugar exclusivo no horário: preceitua-se para o ensino de todas as matérias, como o método comum, adaptável e necessário [...]. (BARBOSA, 1946 [1883], p. 214).

A escola em geral e esse método em particular teriam uma função essencial para o progresso da nação. Ananias e Ferronato (2009) evidenciam a importância de se pensar a instituição da escola moderna fundando-se na constituição do Estado nacional moderno. Na busca desse ideário de modernidade era central uma proposta legislativa para os projetos para a instrução pública primária (ROCHA, 2004). Nesse sentido, as reformas educacionais

implementadas tentaram concretizar mudanças no contexto escolar para sintetizar as ideias circulantes na sociedade brasileira e com base nas suas demandas modificaram essas políticas. Conforme Veiga (2008, p. 45): “A escola, lugar de produção de gerações, é, por isso, o lugar onde se articulam o social e a sua representação - um lugar do político e da política.” Esse é um entendimento circular, na qual as diversas práticas - sociais, culturais e políticas - se articulam, a escola assim pensada é um campo de lutas em que ocorrem sujeições, mas também existe uma produção cultural⁸².

Faria Filho (2008, p. 81) elucida que a “[...] escola é tanto produtora quanto produto da sociedade como um todo [...]”. Por tudo isso, tanto no Império quanto na Primeira República, a escola era um *locus* privilegiado⁸³ de transformação em direção ao *progresso* e, de modo consequente, à modernidade. A escola, com os métodos modernos, seria a promotora de uma nacionalidade, por meio da educação para a autonomia do ser humano que deveria ser fomentada desde a instrução primária.

O método intuitivo direcionou a criança para a observação que seria a geradora do raciocínio, por meio da simulação do trabalho haveria a preparação dessa para um futuro produtor. Essa imposição de se preparar para o trabalho e de capacitar para uma atividade produtiva foi uma resposta às exigências históricas concretas da sociedade capitalista brasileira. O método centrou-se nos professores e, por isso, havia a indispensabilidade de produção e de divulgação de manuais de ensino⁸⁴. Embasado nesse método, Francisco Xavier Junior escreveu o livro **Lições da Língua Materna** em 1906.

Hansen (2007) salienta que a produção de livros destinados a escola por intelectuais - como Olavo Bilac e Manoel Bomfim - reforçam a importância que eles atribuíram ao ensino no processo de formação nacional. Dos personagens estudados, José Coelho escreveu um livro em 1919, a saber: **Escorço de Corografia da Parahiba** que foi adotado nas escolas de

⁸² Dessa ótica, a escolarização abrange a prática política. A escolarização não é percebida apenas como uma atuação do Estado moderno, mas também como um momento, ou forma, de produção desse Estado (FARIA FILHO, 2008). Ou seja, “[...] A referência à escola como espaço político de produção/reprodução das sociedades (Petitat, 1994) inclui os processos de escolarização e suas relações com as culturas escolares ali produzidas.” (MUNIZ, 2004, p. 85).

⁸³ Sabemos que a escola não é o único lugar para a difusão da ideia de nação, podemos citar: o teatro, o jornal, o livro, as bibliotecas etc. Para Faria Filho (2010, p. 140): “[...] todos os meios deveriam ser usados para instruir e educar as ‘classes inferiores’, aproximando-as das elites cultas dirigentes.”

⁸⁴ Um relevante manual traduzido para o português no século XIX por Rui Barbosa foi o **Primeira lições de coisas** de Calkins, destinado aos pais e aos professores (SAVIANI, 2006a).

primeiras letras (MELLO, 1996). Porém não localizamos o livro disponível para a pesquisa. E Eudesia Vieira publicou **Pontos de História do Brasil** em 1922. No último capítulo desta tese, realizamos uma apreciação das obras de Xavier Junior e Vieira.

Interessante notar que os livros para a escola produzidos por esses intelectuais abrangiam a ligação com a ideia de formação nacional. Tanto a língua portuguesa, quanto a geografia e a história eram pensadas como disciplinas centrais na formação intelectual, estética e moral dos indivíduos no período. José Veríssimo, no livro **A educação nacional** (1890), dedicou um capítulo para o ensino da geografia da pátria⁸⁵ e outro para a história da pátria⁸⁶, ele ainda enfatizou a primordialidade de materiais adequados para o ensino dessas matérias como mapas, globos, *livros mais eficientes para as escolas*, etc.

Essa ligação entre escola e nação foi bastante disseminada no Império e na Primeira República. A escola tornou-se um projeto nacionalista, polemizado nesse período de forma bastante entusiasmada e marcado por contradições, por lutas e por ideais conflitantes. Ainda, frisamos a importância da escolarização mesmo para as pessoas que não participaram diretamente desse movimento, pois com essa os processos de socialização iam se modificando em direção aos métodos de aprendizagem escriturários. Esses foram experimentados na escola, no entanto divulgados para a sociedade por meio dos sujeitos que participam dela (FARIA FILHO, 2008). Os intelectuais colocaram-se como promotores da difusão da educação nacional, seja com a produção dos impressos - livros, jornais e revistas -, seja com as recomendações de reformas para a educação nacional.

Outra questão importante para a adoção desse método foi a emergência de materiais didáticos como caixas para o ensino das cores, gravuras, papéis, etc. A escola no século XIX foi *invadida* por um arsenal de materiais didático-pedagógicos (VIDAL; FARIA FILHO, 2005). Xavier Junior (1908, p. 41) denunciou a falta de materiais nas escolas parahybanas desde móveis a objetos e aparelhos necessários para a aplicação do método intuitivo:

Junte-se a isso a ausência completa de material escolar, desde as carteiras apropriadas á commoda instalação das creanças durante as horas d'aula, até

⁸⁵ “No ensino primario brasileiro o da geographia é lamentável e, quando feito, o é por uma decoração bestial e a recitação inintelligente da lição decorada.” (VERISSIMO, 1890, p. 96)

⁸⁶ “No Brazil, esse estudo não sómente é descurado, mas não existe, nunca existio, e a consequencia é a profunda ignorancia em que vivemos nossa historia.” (VERISSIMO, 1890, p. 123).

os aparelhos que tem por fim tornar o ensino de certas disciplinas mais intuitivo e fácil: eis a educação de nossas escolas, que estão a exigir do poder publico urgentíssima remodelação.

O pedido de material por Xavier Junior repetiu-se no relatório de 1910. Nesse o professor citou o que era necessário para as escolas tanto as de primeiras letras, quanto a Escola Normal:

Quanto a material escolar de outra espécie, alguns tem continuado V.Ex^{cia} a fornecer, como sejam: cartas muraes para o estudo de geographia e elementos de cosmographia, quadros do systema métrico decimal e de figuras geométricas, um magnífico atlas do Brasil pelo barão Homem de Mello, pequenos globos geographicos e de diversas obras didacticas. (XAVIER JUNIOR, 1910, p. 03).

E ainda justificou a utilidade dos materiais em concordância com o método intuitivo:

Si o conhecimento dessas sciencias é necessário aos que se destinam á profissão do magistério primário, segundo opinam os mais eminentes pedagogos, elle não pode ser adquirido simplesmente nos livros. Sua verdadeira ponte está na observação e na experiência praticado nos aparelhos e no laboratório. (XAVIER JUNIOR, 1910, p. 09).

A questão do método reaparece no relatório de José Coelho como inspetor do ensino em 1921, entretanto aqui o professor não se referiu a um método específico e sim a métodos de ensino que coexistiam no período⁸⁷. Nessa época, já existiam na Parahyba quatro grupos escolares no estado (PINHEIRO, 2001), o que nos faz pensar que José Coelho realizou uma comparação com os métodos utilizados nesses locais e os métodos utilizados nas escolas isoladas e/ou reunidas.

⁸⁷ O número total de escolas no período do estado era de 208 com 9.694 alunos matriculados (MELLO, 1996).

O ensino nas escolas publicas dessa cidade restringe-se a um termo entre o ensino classico, livresco, mnemonico, e o moderno das nações anglo-germanicas. Não é es-sencialmente bom, nem pode ser taxado de mau: é o melhor possivel na situação actual das escolas, resultante das condições materiaes das aulas, da capacidade pedagogica dos mestres, e da reacção do meio social naturalmente conservador, desconfiado, com razão ás vezes, de inovações. (COELHO, 1921, p. 01).

Aqui percebemos um período de transição entre as cadeiras isoladas e os grupos escolares ao qual Pinheiro (2001) refere-se. As mudanças passam a ser sentidas pela população, José Coelho acentuou a reação *conservadora* da sociedade para as propostas. Nesse relatório ainda percebemos o foco da atenção voltada aos professores, à vista disso, a adoção de métodos que serviriam como guias para a prática da docência. Pinheiro (2001) ainda enfatiza a predileção dos métodos em relação aos conteúdos ensinados.

O terceiro e o quarto legados foram a institucionalização da escola normal como o local de formação de professores e o início da feminização do magistério primário (SAVIANI, 2006a). Almeida (2006a) procura desconstruir o mito da feminização do magistério como um espaço “dado” para as mulheres, o recolocando dentro de um lugar de lutas e reivindicação, no qual a mulher passou a ter um trabalho intelectual e assalariado. A autora levanta várias causas para o processo de feminização do magistério, entre elas: a reivindicação feminina (ainda que pequena no Brasil) para a ocupação do espaço público; a crença que ao se educar as meninas elas seriam melhores mães, esposas e donas de casa por isso um currículo específico para elas (com disciplinas como prendas domesticas); havia a questão moral da educação das meninas, pois no século XIX não era considerado adequado nem a coeducação nem a educação das meninas por um professor do sexo masculino; e a consolidação do sistema capitalista, urbano e industrial que trouxe novos olhares sobre o feminino e a abertura de novas profissões para os homens e as mulheres. A identidade da mulher foi construída no século XIX como sendo *amável, humilde e maternal*, sua imagem esteve ligada a figura da Virgem Maria, seguindo os preceitos da Igreja Católica. Logo, o magistério para crianças seria o local ideal para a atuação dessas mulheres na esfera pública, por meio dele elas poderiam cuidar das crianças, assumindo para si a *missão*⁸⁸ de guardiãs moral da infância e da família.

⁸⁸ A percepção do magistério como uma missão é anterior a entrada das mulheres nesse e mostra a forte ligação com os preceitos católicos da época.

Na Parahyba, a Escola Normal foi oficializada e instalada no dia sete de abril de 1885. O curso normal de primeiro grau continha as características de ser gratuito e para ambos os sexos. Porém, no Relatório da Directoria Geral da Instrucção Pública da Parahyba de 14 de março de 1885, Eugênio Toscano de Brito (diretor da instrução) revelou que até então só havia se matriculado três mulheres e nenhum homem. A primeira turma de normalistas se formou em 1888 e era composta por quatro mulheres: Amália Garcez Alves Lima, Aquilina Amélia de Oliveira, Anna Higia Bitencourt Pessoa e Felismina Etelvina de Vasconcelos (MELLO, 1996, p. 69). No relatório de 1910, Xavier Junior (1910, p. 44-45) relatou a descrição da Escola Normal Parahybana, da mesma maneira, citou as leis que foram criadas sobre o instituto:

Escola Normal – Instituto mantido pelo Estado, destinado ao preparo de professores de ambos os sexos para o ensino primário. O ensino é ministrado ainda em duas secções: a do sexo feminino funciona em próprio estadoal, na rua General Ozório; a do sexo masculino também funciona em edifício do Estado, na rua Duque de Caxias. Foi creada pelo regulamento nº 30 de 20 de julho de 1884 e inaugurada em 7 de Abril de 1885. O regulamento nº 33 de 14 de Janeiro de 1886 converteu a Escola Normal do 1º grau em Externato Normal para o sexo feminino. O de nº 36 de 4 de Fevereiro de 1893 restabeleceu a denominação de Escola Normal e destinou-a a ambos os sexos.

Ainda no período da instalação da Escola Normal na Parahyba, na década de 1880, foi reforçada a falta de autonomia pedagógica (ensino clássico-humanista) e financeira da Escola Normal em relação ao Liceu (o mesmo corpo docente) (ARAÚJO, 2010). Essa crítica foi retomada por Xavier Junior nos relatórios sobre a instrução pública da Parahyba nos anos de 1908, 1910 e 1913.

A Escola Normal foi entendida por nós como uma *comunidade de experiência* (ALONSO, 2002) tanto no período de formação dos intelectuais que estudamos, quanto no período de trabalho como professores dessa instituição. Consequentemente, existiu entre esses sujeitos uma partilha de experiências, ideias e ações proporcionada por estarem no mesmo espaço de formação/atuação.

Francisca Moura, já viúva em 1894, concluiu a Escola Normal - na quinta turma (PINTO, 1910). Sua filha, Catharina Moura, recebeu seu diploma em 26 de abril de 1902 (MACHADO; NUNES; MENDES, 2013). Olivina Olívia formou-se em 1904 e quatro anos depois, em 1908, foi José Coelho que se graduou, juntamente com mais sete homens (PINTO,

1910). Eudesia Vieira concluiu o curso normal em 1911 e foi oradora da turma (BARBOSA, 2009).

Em relação à experiência docente, as datas são muito próximas ou coincidiram. Francisca Moura, em 1897, foi nomeada professora da cadeira de desenho e caligrafia para o sexo feminino dessa escola. Identificamos seu nome como professora dessa cadeira no **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro** nos anos de 1905 a 1914 e no ano de 1921.⁸⁹ Xavier Junior foi professor da Escola Normal (OLIVEIRA, 1997) e foi diretor dessa instituição entre os anos de 1911 a 1914 (ALMANAK LAEMMERT, 1911, 1913, 1914).

Francisco Coutinho Moura lecionou na Escola Normal, a cadeira de aritmética para o primeiro ano (GUIMARÃES, 2002). Em 1917, Catharina Moura foi nomeada professora efetiva da cadeira de português do primeiro e do segundo ano da escola, cargo que exerceu até pelo menos 1921 (ALMANAK LAEMMERT, 1921). Olivina Oliva, no ano de 1921, ensinou a cadeira de trabalhos manuais.

Por fim, o último legado do século XIX foi “a construção de espaços próprios para a instrução” (SAVIANI, 2006a). A educação escolar, ao longo do século XIX, foi progressivamente assumindo características de uma luta do *governo do Estado* contra o *governo da casa*, ou seja, o Estado foi gradativamente afastando a escola do domínio doméstico para inseri-la no espaço público (VASCONCELOS, 2005). Essa ideia esteve embasada em proposições higienistas e na indispensabilidade de espaço e de materiais adequados para o método intuitivo. Essa imposição de prédios escolares foi sendo cada vez mais promulgada no Brasil, principalmente pela difusão do modelo de escolas seriadas (SAVIANI, 2006a).

As escolas seriadas - ou grupos escolares como ficaram mais conhecidas no Brasil - tiveram sua divulgação no século XIX nos EUA e na Europa. Como consequência, a disseminação dos grupos escolares, inicialmente em São Paulo e depois para todo o país, almejou modernizar a educação e elevar o país ao patamar das *nações desenvolvidas*. A partir da difusão de um modelo racionalizado e padronizado de educação que buscou abarcar um grande número de crianças, possibilitando, pelo menos em tese, a escolarização da massa e a universalização da educação popular. Saviani (2006a, 2006b) mostra como os primeiros

⁸⁹ Entre os anos de 1915 a 1920 não há informações sobre o corpo docente da Escola Normal Oficial da Parahyba. Não pesquisamos além da data de 1921 por fugir ao nosso recorte histórico.

republicanos difundiram o ideal de uma escola única e seriada para a solução dos problemas de analfabetismo brasileiro. Há aqui uma questão que esclarecemos: Saviani (2006b), ao inscrever o início do século XX em 1890, concebe “[...] os grupos escolares como o principal legado educacional da fase inicial do “longo século XX” (SAVIANI, 2006b, p. 29). Apesar de ter suas bases na circulação de um modelo do dezenove, sua efetivação e disseminação pelo país o coloca como o primeiro legado do vinte. Dessa maneira, o *longo século XX* foi inaugurado na educação brasileira pelos fenômenos do método intuitivo, do surgimento dos grupos escolares e da feminização do magistério.

Dos sujeitos estudados nesta tese, apenas uma pessoa exerceu sua profissão em uma escola reunida (Olivina Carneiro da Cunha), as outras nove exerceram o magistério em cadeiras de primeiras letras. Esse é um fato relevante, pois houve uma mudança na execução do trabalho docente de primeiras letras com a alteração das *formas escolares*. Se nas cadeiras isoladas, os professores eram responsáveis por todo o processo educativo, desde a admissão dos alunos à permanência dos mesmos na escola, com as escolas seriadas surgem novos personagens educacionais e as tarefas passam a ser divididas entre diretores, inspetores, professores, etc.

Em conformidade com a estatística escolar do primeiro semestre de 1919, a capital da Parahyba dispunha de: dois grupos escolares com 379 matrículas; uma Escola Modelo com 272 matrículas; 11 cadeiras diurnas com 877 matrículas; e 12 cadeiras noturnas com 736 matrículas. (BOLETIM..., 1919, p. 32). Ou seja, a maioria dos alunos ainda estariam matriculados nas cadeiras isoladas. Em relação aos professores percebemos que ainda em 1922 a maioria exercia à docência nessas cadeiras isoladas no estado da Parahyba, vejamos o quadro abaixo retirado do Almanach do Estado da Parahyba:

Figura 11 - Quadro da distribuição dos professores no estado

Estabelecimentos escolares	Capital	Interior	Professores	Adjuntos
Grupos Escolares	6	8	52	69
Grupos Elementares Isolados	5	123	128	52
Escolas Elementares Nocturnas	20	-	20	-
Escolas Rudimentares Urbanas	19	212	231	-
Escolas Rudimentares Nocturnas	2	47	49	-
Escolas Rudimentares Rurais	3	143	146	-

Totais	55	533	626	121
---------------	----	-----	-----	-----

Fonte: Almanach do Estado da Parahyba (ALMANACH, 1922, p. 13)

Fora a centralidade das cadeiras isoladas, outras características indicam essa nossa periodização e foram abordadas ao longo destes últimos capítulos entre elas sublinhamos a falta de um espaço designado e construído especialmente para a escola. As escolas de primeiras letras funcionaram em casas alugadas até a substituição efetiva das cadeiras isoladas pelos grupos escolares (PINHEIRO, 2001).

Na Parahyba, o problema da falta de um espaço adequado para o funcionamento dessas escolas nos oitocentos já foi indicado por Miranda (2012), que mostra como os professores foram obrigados a pararem de dar aula em suas próprias casas e começarem a criar um espaço destinado exclusivamente para a docência em casas alugadas. Recurso previsto nos Regulamentos de 1884 e 1886.

Nos anos de 1890 e 1891, selecionamos os pedidos de Francisco Coutinho Lima e Moura para que o governo ressarcisse o aluguel da casa que funcionou uma escola de ensino de primeiras letras para o sexo masculino na povoação de Cabedello. O pedido de 1890 foi indeferido, o que fez com que o professor entrasse com recurso e explicasse que: “O predio acha-se contractado com o Senhor George Scott pela quantia de dez mil reis mensaes.” (MOURA, 1890, p. 01). No ano seguinte, encontramos mais um pedido de deferimento do aluguel que não teria sido restituído desde maio de 1890.

Em 1908, Xavier Junior (1908, p. 40) relatou: “As nossas escolas publicas primarias são ainda, em sua grande maioria, institutos rudimentares, rotineiros. Em algumas déllas há falta de professores (ilegível) todas ellas há absoluta carência de material escolar e de prédios apropriados.” E ainda: “Como já fiz sentir, todas ellas, desde a Capital até as localidades do interior estão installadas em edificios inadequados, **na sua parte tomados por aluguel**, falhos de boas condições hygienicas.” (XAVIER JUNIOR, 1908, p. 40, grifo nosso).

Citando o relatório anterior⁹⁰, Xavier Junior (1913, p. 07), em 1913, denunciou a situação das escolas de primeiras letras do estado, “Todas ellas, desde a capital até o interior,

⁹⁰ Presumimos que seja o de relatório de 1912. Porém, apenas o relatório referente ao ano de 1913 foi localizado por nós nos arquivos públicos do estado.

acham-se instaladas em prédios inadequados, na sua maior parte tomados por aluguel, falhos commodos e de condições hygienicas.” Castro Pinto⁹¹ (1913, p. 10), presidente do estado, relatou em mensagem posterior a esse relatório: “Não temos prédios escolares”. Portanto, era uma constância a denúncia da falta de estrutura física para as escolas na Parahyba. Em 1914, o único prédio escolar da Parahyba, segundo Castro Pinto, era localizado em Cruz das Almas e teria sido construído em 1898 - “o que demonstra o nosso atrazo nesse departamento administrativo” (PINTO, 1914, p. 04). Em sua grande maioria, as escolas de primeiras letras do estado funcionaram em locais alugados ou na casa dos próprios professores até o final do *longo século XIX*.

Os legados educacionais do século XIX, constatados por Saviani (2006a), não foram apenas positivos. Em relação aos negativos, evidenciamos o segundo: o ideal liberal de liberdade do ensino associada à difusão (e incentivo dos governos) da iniciativa privada. Essa questão está contemplada no artigo de Pinheiro (2012), no qual são analisadas as ações normativas da província da Parahyba do Norte sobre o ensino público e o privado na Parahyba oitocentista. Concluindo que as ações do período levaram à consolidação da iniciativa privada na instrução secundária e à uma atuação mais permanente do poder público no processo de escolarização das primeiras letras, o que não “[...] impedia que o setor particular também criasse escola desse nível de ensino.” (PINHEIRO, 2012, p. 62).

Na Parahyba republicana, foi fundado por Francisca Moura um curso particular de primeiras letras e de instrução secundária. Apesar das poucas informações que obtivemos, sabemos que esse teve importância na formação de uma classe mais alta da sociedade. Francisca Moura teria estabelecido “[...] em 1902 o curso ‘Francisca Moura’ que manteve por muitos anos, no qual afirmou seu pendor pelo magistério paraibano. Antes, já exercera o magistério particular com grande proveito para os que receberam seus ensinamentos.” (SILVA; VILAR; NUNES, 2011, p. 04). Porém, achamos informações que nos levam a pensar que o Curso Francisca Moura foi iniciado anteriormente. No **Anuario Estatístico da Parahyba do Norte** de 1916, o ano da instalação desse curso foi datado como 1892 (ANNUARIO..., 1918). Ou seja, pelas fontes catalogadas Francisca Moura teria aberto o curso dois anos antes da sua conclusão do curso na Escola Normal em 1894 (PINTO, 1910).

⁹¹ Para mais informações consultar Espindola (2012).

Em 1910, o Curso Francisca Moura era localizado na Rua São José na capital parahybana e era dirigido por Catharina Moura e Manuel Paiva (XAVIER JUNIOR, 1910). Em 1913, era situado na Rua Duque de Caxias, número 78 (ALMANAK..., 1913b). A mudança de localidade pode indicar que esse curso também não disporia, pelo menos na década de 1910, uma instalação própria e sim era realizado em casas alugadas.

No Relatório da Inspectoria Geral da Instrução Publica do Estado da Parahyba de 27 de junho de 1913, confeccionado pelo professor José Fructuoso Dantas Junior (1913, p. 27-28), existia uma descrição do Curso Francisca Moura:

Sob a competente direção da inteligente dra. Catarina Moura está esse curso, destinado a ministrar instrucção primaria e secundaria.

Eleva-se a matricula a 96 alumnos dos quaes 70 recebem a instrucção primaria. O predio em que funciona esse curso está regulamente instalado e os professores têm com methodo de ensino.

Catharina Moura, além de diretora dessa instituição, foi professora de primeiras letras. Essa referência⁹² está no livro **Minha terra**: memórias e confissões de Antonio Botto Menezes (1944, p. 58):

Fiz os meus estudos primários, sob a direção desta mestra imortal, de Manuel Simplício Paiva, Dra. Catarina de Moura, D. Zinha Holanda, D. Maria Isabel Dantas, os meus professores, saudosos professores da minha adolescência no curso Francisca Moura.

A importância dessa informação reside no fato de podemos ter incluído Catharina Moura, que já era conhecida em pesquisas anteriores na história da educação, na nossa tese. Em 1916, o Curso Francisca Moura contaria com 117 alunos no curso de primeiras letras e 33 no curso secundário, tendo um total de 150 alunos. Desses 86 eram do sexo masculino e 64 do feminino. Esses alunos cursaram em regime interno (12 alunos), semi-interno (três) e externato (135) (ANNUARIO..., 1918, p. 32-33). Nesse anuário ainda havia os dados das escolas

⁹² Fomos informadas desse livro pelo professor Charliton Machado e seu grupo de pesquisa.

particulares da capital parahybana no período. Existiam 15 instituições, das quais quatro eram destinadas ao ensino primário e secundário; nove apenas ao primário, uma apenas para o secundário e uma sem informações. O número total de alunos no nível primário era de 719. Há mais uma informação expressiva: dessas instituições duas recebiam subsídios do governo estadual a Escola de Santa Inez (diurna) que recebia 600\$000 e o Curso D. Ulrico (noturno gratuito) que recebia 200\$000 (ANNUARIO..., 1918, p. 32-33). Passamos agora a tratar desse segundo curso.

O curso D. Ulrico foi fundado por Francisca Moura, Francisco Coutinho Lima e Moura, José Coelho e Gaspar Lefebvre (ASSINTENCIA..., 1913, p. 01), era uma “[...] aula noturna para adultos pobres que fundou e manteve gratuitamente, foi durante muitos anos, o precursor do ensino noturno na capital paraibana.” (NUNES; SILVA; VILAR, 2011, p. 04). Discordamos dos autores quando eles argumentam que esse curso teria sido o primeiro de ensino noturno, a lei imperial n. 400 de 19 de dezembro de 1870 decretou no seu primeiro artigo que: “Fica o presidente da província autorizado a designar um professor de instrução primária do sexo masculino dos existentes nesta capital para lecionar das seis as dez horas da noite.” (PINHEIRO; CURY, 2004). Na exposição final do presidente de província em 1871, Francisco de Almeida e Albuquerque relatou o estabelecimento de uma aula noturna na capital ministrada pelo professor José Pereira da Silva Dourado, a qual funcionou em uma sala do Liceu e era frequentada por 58 alunos na maioria adultos (ALBURQUEQUE, 1871). Logo, o curso mantido pela professora Francisca Moura não foi o pioneiro para o ensino noturno da capital.

Outro ponto que divergimos com os autores foi a destinação desse curso para os adultos. Conforme a fala do José Coelho o curso era proposto à maiores de 15 anos. “Ainda hontem, o ilustre professor José Coelho assignou uma commumicação ao ‘Estado da Parahyba’, noticiando uma escola nocturna gratuita para pessoas pobres (de ambos os sexos) e maiores de 15 annos.” (ASSINTENCIA..., 1913, p. 01). Essa informação era condizente com as leis para o ensino noturno do período como o decreto n. 665 de 29 de agosto de 1913, o qual “organiza o ensino nocturno primario da capital” (PARAHYBA, 1913, p. 130). Esse possuiu a participação na sua elaboração de Lima e Moura. Os três artigos iniciais explanaram sobre a quantidade de escolas noturnas de ensino primário. Haveria no estado cinco escolas primárias noturnas (maiores de 14 anos), sendo duas do sexo masculino e uma do sexo feminino e as outras duas destinadas aos meninos (de sete a 14 anos).

O ensino noturno tinha um cunho assistencialista e foi discorrido como uma forma de combate ao analfabetismo no país. Pensamento compartilhado com os intelectuais do período republicano (ESPINDOLA, 2012).

Multiplicar, o mais que for possível, esses centros humildes do ABC; abrir-lhes as portas largas para todos os que necessitam da aprendizagem inicial, tornando-os alegres no ensino e reaes no cunho da moralidade, eis um serviço de puro amôr ao proximo e ao futuro da patria, cada vez mais carente de homens aptos e dignos. (ASSINTENCIA..., 1913, p. 01).

Essa seria uma maneira de abranger as classes menos abastadas, porque os adultos trabalhariam pela manhã e à tarde - o que impossibilitaria sua ida a escola - e as crianças mais pobres não poderiam fazer parte do ensino diurno por sua falta de condições financeiras. “Outro aspecto da Assistencia, e esse altamente efficaz e noblilissimo, é a diffusão do ensino primário gratuito, á noite, accessivel á infancia palperrima, sem roupas dignas para as escolas diárias.” (ASSINTENCIA..., 1913, p. 01). Castro Pinto (1913, p. 08) falou na sua mensagem sobre o Curso D. Ulrico:

Não deve passar despercebido nesta mensagem um dos factos que mais favoravelmente senzibilizam a quem se interessa pelo ensino entre nós: o curso D. Ulrico, exclusivamente consagrado aos proletarios do serviço domestico, sob os auspícios da distinctissima educadora D. Francisca Moura, que incontestavelmente é, no magisterio, o typo mais completo de abnegação feminina.

Cento e trinta e seis alumnos de ambos os sexos frequentam esse curso, abençoado pelo nome do obscuro apostolo que se assignalou na Parahyba pelo mais acendrado amor ao proximo.

Peço-vos para esse estabelecimento subvenção modesta em verba orçamentaria [...].

Frisamos a forma como o intelectual referiu-se ao magistério feminino. Esse seria o local ideal para a profissionalização feminina. Aqui abrangemos o que Almeida (2006a) trata no século XIX, essa configuração do magistério como um local para as mulheres trabalharem. As mulheres foram descritas com características (físicas e morais) que as conformaram com o

nível de ensino primário. Castro Pinto mencionou a *abnegação*, mas havia outras características descritas ligadas ao *maternal* e ao *feminino*.

Interessante notar que a iniciativa partiu de dois homens também, contudo na mensagem o presidente de estado referiu-se apenas a Francisca Moura. No jornal **A União**, não havia menção ao gênero dos professores: “[...] é confiado a **professores** de reconhecida competencia e versa sobre um programma excellente de disciplinas, que vae do ensino primario ao de chimica e musica.” (ASSINTENCIA..., 1913, p. 01, grifo nosso). E aqui percebemos um claro embate na sociedade sobre quem deveria ser os(as) professores(as) do ensino primário. O magistério primário no período ainda não era exclusividade das mulheres, no entanto já existiam pessoas, como o Castro Pinto, tentando mostrar que esse seria o local adequado de trabalho para elas. No mesmo ano, Dantas Junior (1913, p. 27-28) teceu comentários sobre o curso:

No mesmo estabelecimento [Curso Francisca Moura] funciona o “CURSO D. ULRICO” exclusivamente sob os auspícios da respeitavel educadora D. Francisca Moura.

Com uma elevada matricula de 136 alumnos, esse curso, destinado a ministrar, gratuitamente, alguns conhecimentos ás classes desprotegidas, e de modo especial a criadagem, tem incontestavelmente presado relevantes serviços á causa da instrução popular.

A distincia diretora do “Curso D. Eurico” além dos esforços que emprega para comparecer a todas as aulas, dispense somma considerável para o pagamento de seus auxiliares.

Em 1913, o curso D. Ulrico dispôs de 136 alunos, interessante notar o pedido de subvenção realizado pelo Presidente do estãõ Castro Pinto. Em 1916, esse curso contou com 80 alunos, 45 do sexo masculino e 35 do feminino. Ele já recebia do governo subsidio de 200\$000 (ANNUARIO..., 1918, p. 32-33). O subsidio para as escolas particulares foi um legado negativo do século XIX que permaneceu até os dias de hoje (SAVIANI, 2006a).

Assim sendo, não concebemos uma ruptura na história da educação paraibana anterior à década de 1920. Pelo contrário, houve uma continuidade de esforços advindos do período imperial em sistematizar o processo de escolarização no estado em concretizar alguns legados do século XIX, como por exemplo: produção de normativas; a instituição de locais próprios para a escola; o embate sobre quem deveria ministrar as aulas de primeiras letras (homens ou

mulheres), entre outras questões. A seguir, discutimos essa questão embasadas nos relatórios para a instrução na Parahyba no longo século XIX, que tiveram participação de Xavier Junior.

5.2 Os relatórios sobre a instrução pública de “um ilustre pedagogo”: Xavier Junior

Neste tópico, interpretamos os relatórios para a instrução pública redigidos por Xavier Junior. Neles averiguamos o posicionamento desse intelectual frente a algumas questões do período como a instrução pública, a Escola Normal e a necessidade de implementação dos grupos escolares no estado. Xavier Junior foi diretor da instrução pública durante os governos de João Machado (1908-1912) e Castro Pinto (1912-1915).

Da mesma maneira que em outros estados do Brasil, como Minas Gerais (CHAMON; FARIA FILHO, 2010), o estado da Parahyba apresentou, nas primeiras décadas do século XX, intervenções do poder público para sua urbanização. Tratando da capital parahybana, Parahyba do Norte, Cardoso e Kulesza (2004, p. 02) colocam que:

Os impulsos para o progresso, principiados no início do século XX no governo João Machado (1908-1912), estenderam-se até os anos trinta, passando pelos governos de tradições liberais e oligárquicas: Castro Pinto (1912-1916), Camilo de Holanda (1916-1920) e Solón de Lucena (1920-1924), sustentáculos da política de Epitácio Pessoa. Nesse período destacam-se as primeiras implementações de porte no que diz respeito à equipamentos urbanos e à modernização: abastecimento d'água (1911), iluminação elétrica (1914) e sistema de bondes elétricos (1914).

Havia uma preocupação com a urbanização das cidades, como por exemplo: a abertura e/ou alargamento de ruas e avenidas, a construção de calçadas e a arborização de praças (CARDOSO, KULESZA, 2004; GUEDES, 2006; ADVÍNCULA, 2009; ESPINDOLA, 2012). Acrescentamos a essas propostas a formação do ideário dos grupos escolares que eram concebidos como a forma ideal para a instrução pública no período.

A ideia da criação dos grupos escolares na Parahyba pode ser datada em 1908, quando o presidente do estado Walfredo Leal indicou ao seu sucessor a criação dessas instituições como

autônomas (PINHEIRO, 2001). Xavier Junior deteve um protagonismo em relação ao início dessas demandas no estado, em todos os seus relatórios aparecem a primordialidade de implantar-se os grupos escolares como signos de uma pedagogia moderna.

Em 1909, João Machado sugeria: “[...] Nutro o proposito de substituir as escolas communs estaduaes pelos grupos escolares que são instituições mais perfeitas e efficazes para a educação primaria”. (MACHADO, 1908, p. 23).

Depois de descrever a situação das escolas na Parahyba no período - sem prédios adequados, nem materiais - Xavier Junior (1908, p. 41, grifo do autor) indicou uma modificação no ensino público: “A nossa escola (ilegível) (ilegível) desaparecer para ceder logar á escola moderna, á escola civilizada, centro de attracção e de prazeres para as creanças, onde ellas tão bem se sintam como entre os carinhos da casa materna”. E aqui ele iniciou a argumentação do dever de se substituir as escolas isoladas por grupos escolares no estado a partir de um acordo entre o estado e os municípios, no qual os últimos ficariam responsáveis pela construção de espaços para esses grupos.

O primeiro argumento foi que: “Cada grupo escolar será constituído de duas a quatro de nossas escolas, reunidas em um só estabelecimento, conforme a população escolar da localidade, e devendo ter uma nomeação especial o meio nomeando pessoal docente.” (Xavier Junior, 1908, p. 41). Estabelecer várias escolas isoladas em um único local foi uma ideia que começou a ser difundida na Parahyba do período e mantinha diversas diferenças, inclusive pedagógicas, dos grupos escolares. A ideia de escolas reunidas ou agrupadas acabou por gerar uma outra forma de instituição escolar, diferente das escolas isoladas e dos grupos escolares (PINHEIRO, 2001).

No Relatório de 1910, Xavier Junior iniciou tratando da lei n. 313 de 18 de outubro de 1909, a qual autorizou a reformar o ensino público primário e a instituir os grupos escolares nos municípios. Para ele:

Como fiz sentir com meu relatorio anterior, a instituição dos grupos escolares, embora com organização modesta, conformadas ás condições financeiras do Estado, será de maior utilidade para o ensino popular do que as escolas isoladas. Nesses institutos em que terão de funcionar três ou mais escolas com um só prédio, conforme a população escolar da localidade, os respectivos professores serão mais estimulados no desempenho de seus deveres, pelo contacto interino em que se acham. A direcção e fiscalização serão mais fáceis

Parahyba e relata que apesar de algumas diferenças (principalmente no Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello), esses seguiam um padrão pré-estabelecido:

[...] é possível notar que estas são edificações térreas, cujo desenho tem o formato de “U”, e, possuem uma única entrada composta de escadaria central, sendo que ambas adotam em sua configuração física o modelo “panóptico”, composto por um ambiente demarcado de 4 a 6 salas amplas para aulas, banheiros, área de recepção e Diretoria, dentre outros espaços que estão rigorosamente voltados para um pátio interno.

Essa primeira orientação feita por Xavier Junior em 1910 não seria de um grupo escolar e sim de uma escola reunida. Em setembro de 1911, foi encaminhado por ele um projeto de reforma da instrução de primeiras letras para o presidente de estado, João Machado. Infelizmente, não localizamos esse projeto, entretanto na mensagem de João Machado à Assembleia Legislativa do Estado constava uma parte:

Os pontos capitaes dessa reforma são:

- a) Divisão do ensino em elementar e complementar.
- b) O ensino será ministrado em escolas isoladas e grupos escolares;
- c) As disciplinas professadas nas escolas serão distribuídas por quatro annos, sendo o curso complementar praticado no último anno e somente nos grupos escolares. (XAVIER JUNIOR apud MACHADO, 1911, p. 20).

No ano seguinte, foi promulgada a lei n. 360 de 14 de outubro de 1912, a qual determinou que o ensino primário deveria ser ministrado em escolas isoladas e grupos escolares (ESPINDOLA, 2012). Em 1913, Castro Pinto sancionou a lei 388 de sete de outubro⁹³ para a reformulação da instrução pública (PARAHYBA, 1913). No artigo quinto estava disposto à forma que o ensino primário poderia ser ministrado no estado, a saber: em escolas isoladas, diurnas ou noturnas, escolas reunidas e grupos escolares (PARAHYBA, 1913). Entre os anos de 1913 e 1914 no estado, havia 91 escolas isoladas - 87 de ensino diurno e três cadeiras

⁹³ Mello (1996, p. 82) disse que Castro Pinto “reformulou por Lei de 7 de outubro de 1913 a Instrução Publica, sob moldes elevados, mas que não foi regulamentada”.

noturnas das quais duas eram de ensino primário e uma secundária para operários (PINHEIRO, 2001).

Em 1913, Xavier Junior fez uma viagem pedagógica para conhecer o modelo escolar de alguns estados do Brasil⁹⁴, a saber: São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo (XAVIER JUNIOR, 1913). A viagem foi recomendada pelo presidente do estado Castro Pinto. Essa foi uma prática comum entre os presidentes de estado⁹⁵, o modelo paulista de grupo escolar criado em 1894 foi adotado em diversos estados como Minas Gerais (1906) e Espírito Santo (1908) (PINHEIRO, 2001). Chamon e Faria Filho (2010) relatam a viagem do inspetor do ensino de Minas Gerais - Estevam de Oliveira - para conhecer os grupos escolares de São Paulo em 1902, implantando o modelo paulista em 1906 no estado.

Foi nesse movimento de ideias que Xavier Junior remodelou o seu projeto para os grupos escolares, passando a embasá-la no modelo paulista. Havia, portanto, uma estratégia política para a educação que incluía uma circulação de ideias e de pessoas pelos estados brasileiros. Xavier Junior participou desse movimento e a partir dele realizou um processo de *ordenação e seleção* de ideias (ALONSO, 2002). O que gerou novas interpretações e novas configurações dos seus planejamentos, as quais dependiam de vários fatores como o cultural e o político de cada localidade (PINHEIRO, 2001). Na Parahyba em 1913, o diretor da instrução pública, citando o relatório anterior, colocou que:

A Parahyba a esse respeito não há de ficar estacionaria, anquilozada em suas faculdades de *evolução*. A nossa escola ramer-raneira deve desaparecer, para ceder lugar á *escola civilizada*, centro de atracção e de prazeres para as crianças, onde ellas tão bem se sintam como entre os carinhos da casa materna. (XAVIER JUNIOR, 1913, p. 07, grifo nosso).

Ressaltamos a escolha de vocabulário utilizada por Xavier Junior: os grupos escolares seriam uma *evolução* natural das formas escolares vigentes, signos de uma *escola civilizada*,

⁹⁴ Essa viagem foi realizada em conjunto com uma comissão, outro membro que identificamos nela foi José Fructuoso Dantas Junior, Inspector Geral do Ensino do período (ESPINDOLA, 2012).

⁹⁵ Detivemo-nos no período republicano, mas o envio de diversas pessoas para o conhecimento de práticas em outras localidades, já havia iniciado nos oitocentos. Viana (2009) percebe esse movimento na província mineira, onde foram mandados intelectuais para a França para inspecionar o modelo escolar do país.

ao contrário das escolas do período que seriam *ramer-raneira*. Ramer-raneira significava rotineira, comum e ainda inimiga do progresso. Xavier Junior ao utilizar essa palavra realizou uma clara oposição entre o que se pensava como progresso - os grupos escolares - e o que deveria ser substituído pelo novo - as cadeiras isoladas. Lima (2010) recupera as notícias nos jornais da Parahyba sobre o primeiro grupo escolar e constata que a representação dessa forma escolar vinha sempre ligada a palavras referentes ao *progresso*, à *modernidade*, à *civilização*, entre outras.

Importando o modelo paulista - *moldes oficiais* - pretendia-se realizar a implementação dos grupos escolares. Compreendemos a importância das falas anteriores para a efetivação do primeiro grupo escolar (1917). Xavier Junior defendeu a indispensabilidade de implantação de grupos escolares no estado com a intenção de tornar a instrução do estado *mais moderna*.

Apenas em 1916, o primeiro grupo escolar foi criado no estado no governo de Camillo de Hollanda pelo decreto n. 778 de 19 de julho de 1916. O Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello foi inaugurado no dia nove de setembro de 1916 (LIMA, 2010). Porém a fundação desse grupo escolar não representou a extinção das cadeiras isoladas, pelo contrário, os números de instalação dessa *nova* forma escolar no estado só subiram até 1922.

Em 1916, por exemplo, foram criadas dezessete novas cadeiras isoladas em diversas localidades do interior.²⁰¹ No ano seguinte (1917), o “presidente do Estado, [continuando] o seu programma de desenvolvimento da (...) Instrução Publica, creou (...) mais duas cadeiras mistas no interior, localizadas em Boqueirão e Pilões, respectivamente nos municipios de Cabaceiras e Bananeiras”, e entre 1917 e 1920, surgiram outras 95, com uma média de 7.427 alunos matriculados. Em 1921, o Estado paraibano contava com 229 cadeiras isoladas, com aproximadamente 9.228 alunos matriculados. (PINHEIRO, 2001, p. 117).

Apesar do alerta de Pinheiro (2001) que esses números possam não ser fidedignos aos reais, já que embasados em relatórios oficiais, percebemos um certo incentivo dos governos do estado na continuidade da forma escolar antiga - cadeiras isoladas – até meados da década de 1920. Em 1917, ocorreu uma reforma da instrução primária no governo Camillo de Hollanda, ela foi instaurada pelo decreto n. 873 de 21 de dezembro de 1917 e substituiu o regulamento de número 241 de 26 de agosto de 1904 (MELLO, 1996).

A reforma foi elaborada por uma comissão da qual José Coelho era partícipe. Constituíram membros da comissão, além do professor supracitado: José Francisco Moura; Manuel Tavares Cavalcanti; Odilon Coutinho; Alcides Bezerra Cavalcanti; Sizenando Costa; Celso Affonso Pereira e José Fructuoso Dantas Junior. Hollanda (1917, p. 08-09) em mensagem explicou o porquê de ter nomeado essa comissão:

Para tornar effectivo o meu pensamento de govêrno, neste particular, nomeei ultimamente uma comissão dos nossos pedagogos mais competentes para me formularem uma reforma do ensino publico em geral, e estou certo de prestar o melhor serviço á nossa terra se conseguirmos a introdução dos methodos didacticos e pedagogicos tão proficuamente experimentados no Estado de S. Paulo, que é o paradigma nacional nessa relevante matéria de instrução publica.

A participação de José Coelho e de Sizenando Costa foi realçada no capítulo sobre a inspeção. Consoante jornal d'**A União** de 19 de agosto de 1917:

Outro assunto que mereceu a maxima attenção foi a inspecção em seu duplo aspecto administrativo e technico. Nesta parte collaboram efficaçmente os dois dignos professores primarios que fazem parte da commissão, os quaes trouxeram ao assumpto e contingente precioso das suas luzes e experiência. (REFORMA..., 1917, p. 01).

Lima (2010) ressalta que a instituição dos grupos escolares na Parahyba, trouxe novos personagens para a educação. Logo, os grupos escolares possuíram uma exigência político-pedagógica diferente das cadeiras isoladas. Por isso, na reforma de 1917 foram regulamentados novos agentes educacionais: o diretor, o inspetor (voltado para um conhecimento técnico da educação), o porteiro e o servente. Nos grupos escolares havia uma divisão de trabalho pedagógico, o professor deixou de ser o único agente educacional e passou a ter centralidade no trabalho de sala de aula, enquanto o entorno da escola era monitorado por outros que dispunham suas tarefas regulamentadas de acordo com a lei.

Outra orientação de Xavier Junior como diretor da instrução pública no estado foi o estabelecimento de jardins de infância, para tal ele se embasou nos argumentos de Augusto

Froubel. Seu plano era que um jardim de infância fosse anexado à Escola Modelo. E citou as experiências europeias e norte americanas para a construção desse espaço destinado às crianças menores de cinco anos. Os jardins de infância foram percebidos como uma maneira dos governos poderem incentivar o *seu desenvolvimento futuro* (XAVIER JUNIOR, 1908, p. 43) e em conformidade com o diretor já havia sido provado resultados nos outros países:

_ Desenvolvem-se as faculdades inventivas, adquire a exactidão e paciencia no trabalho; obtem-se o mais apurado cultivo nos sentidos.

_ Desenvolve as qualidades physicas, moraes e intellectuaes, a saúde e a belleza, formando a base de uma sólida educação. È maravilhoso o melhoramento de todos os sentidos.

_ Verdadeira cultura physica e mental, as creanças entram, em conseqüência deste bem melhor preparados para as escolas.

_ Appella para toda a natureza da creança, actuando-se por igual no entendimento, na sensibilidade, na actividade physica, e contribui para produzir no seu desenvolvimento um equilíbrio inacessível por outro qualquer systema.

_ Anima e robustece os latentes e faculdades; inspira o amor do trabalho, da regularidade, de ordem dos mais finos sentimentos.

_ Inspira boas maneiras, urbanidade, obediência, domínio sobre si mesmo; cultiva as faculdades imaginativas inventivas.

_ Desenvolvimento natural, reprimindo as mas interações, constituindo comprehender o sentimento que dita a uma autoridade escolar americana esta senha de propaganda: — Ao pé de cada escola um Hindesgaten. (XAVIER JUNIOR, 1908, p. 43, grifo do autor).

Ele indicou a aplicação da pedagogia froubeliana, mas também apontou a primordialidade de se formar professores aptos à aplicarem essa pedagogia. Os planejamentos para o estabelecimento de espaços para a prática educativa de crianças pequenas já vinham sendo colocados por diversos intelectuais desde os oitocentos. Citamos os **Pareceres de educação** de Rui Barbosa de 1883, em que o autor defendeu um projeto de modernidade para o país, via criação de um sistema nacional de ensino, obrigatório, laico e gratuito, desde o *jardim de crianças* até o ensino superior (VALLE, 1997). No projeto apresentado por Barbosa (1947 [1883], p. 85, grifo nosso) “O jardim de crianças tem por finalidade desenvolver harmonicamente as faculdades físicas, mentais e intelectuais das crianças na primeira idade, mediante o emprego do *método Froebel*.”

Os jardins de infância apesar de terem sido defendidos em diversas leis das primeiras décadas da Parahyba republicana - como a lei n. 388 de sete de outubro de 1913 e a reforma de 1917 - só foram criados em 1934. Os primeiros jardins foram instalados no Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello e no Grupo Escolar Izabel Maria das Neves (LIMA, 2010).

A escola e a família foram duas instituições importantes para a concepção da regeneração da nação. Essas duas instituições foram reorganizadas durante o *longo século XIX* com vista a propagação da ideia de nacionalismo do Estado (HOBSBAWM, 2015). Para cada uma delas foram definidos papéis do como deveriam atuar na educação das crianças. Em consequência, a questão educacional perpassou por diversos signos e sujeitos educativos, o estado da Parahyba almejou uma modernização que perpassou não só por modificações espaciais como também foi repensada a própria ideia de infância, por meio de criação de ambientes para seu desenvolvimento na escola e na família.

Verificamos, agora, as partes dos relatórios de Xavier Junior destinadas à Escola Normal⁹⁶. Em 1908, o professor ressaltou a importância da relação entre a formação profissional nas escolas normais e a melhoria da instrução primária.

Essa aliança da administração de ensino primário com a de instituto normal corresponde melhor aos estreitos laços de relações em que elles se devem manter. Com efeito a boa organização das escolas primarias está na dependência da instituição destinada no preparo do pessoal que se vai incumbir de as dirigir. (XAVIER JUNIOR, 1908, p. 31).

Justificando, em seguida, a ampliação em um ano do curso normal, devido às exigências de organização de ensino da escola primária. Destarte, Xavier Junior citou as experiências ocorridas nos EUA para a composição de um programa da Escola Normal. Para tal, ele embasou seu relatório em algumas pessoas que escreveram sobre a pedagogia no período como: o pedagogo inglês M. Wilson; o educador norte-americano J. M. Gregory e o brasileiro Rui Barbosa. Sua perspectiva era de evidenciar a formação de professores como basilar para a instrução do povo. Dessa maneira, a Escola Normal foi percebida como um “[...] laboratorio

⁹⁶ Francisco Coutinho Moura era professor de história dessa instituição em 1908.

donde pode sair o mestre-escola apto para o exercicio completo de suas delicadas funcções. [...]” (XAVIER JUNIOR, 1908, p. 38).

Sobre Rui Barbosa, Xavier Junior (1908) informou a indispensabilidade de se construir uma legislação que organizasse e reformulasse o sistema de ensino brasileiro, a partir da profissionalização dos professores que deveriam ter sua formação nas escolas normais. Os projetos de reestruturação do ensino apoiados por Barbosa no século XIX traduziam uma concepção de modernidade do país que traziam propostas para todos os níveis de ensino, a saber: jardins das crianças, escolas primárias, cursos profissionais, escolas normais, liceus e, por fim, escolas superiores. Rocha (2004, p. 68) salienta que “[...] A educação em Rui possuía um papel absolutamente construtor da realidade. Ela não é um aspecto do desenvolvimento de uma nação, mas a verdadeira raiz que fundamenta toda a possibilidade de progresso.” Nesse sentido, a educação detinha um papel central, pois seria com ela que o Brasil se transformaria e seria capaz de superar seus atrasos e sua ignorância.

No relatório para a instrução pública de 1910, Xavier Junior iniciou a seção destinada à escola normal com um alerta: o prédio escolar da parte feminina estaria sendo reformado, fato esse que exigiria que a escola feminina, a masculina e a Escola Modelo funcionassem de forma improvisada e precária no mesmo prédio. E mais uma vez, sublinhou a urgência de aquisição de mobiliários *modernos* para a escola, indicando um fabricante e o quanto custaria para o governo.

Xavier Junior (1908, p. 32) realizou críticas a divisão da escola normal em dois edifícios diferentes, um destinado ao sexo masculino e outro ao sexo feminino: “Esta separação que mais tarde terá de desaparecer, traz serias dificuldades a fiscalização immediata (não legível) directoria em ambos os cursos, alem de exigir dos professores, que são commus a elles, extraordinária actividade no desempenho de seus deveres.” As condições dos dois prédios foram relatadas como impróprias para o funcionamento dos cursos, tanto no aspecto de tamanho, quanto nas condições de higiene. (XAVIER JUNIOR, 1908).

Ao problema da divisão da Escola Normal em dois cursos, Xavier Junior acrescentou a carga horária dos professores que dariam aula em *três instituições diferentes* (as duas escolas normais e o Liceu). “Esse excessivo de trabalho e é exaustivo, fatigante, e forçosamente redundante em detrimento da boa regularidade do ensino em qualquer dos alludidos institutos.” (XAVIER JUNIOR, 1908, p. 39).

No relatório de 1910, Xavier Junior voltou a tecer críticas a separação do curso normal em uma seção masculina e outra feminina. Igualmente, pediu para que os lentes do Liceu não fossem também contratados como professores da Escola Normal, já que essa contratação não seria legal pelo decreto n. 304 de 21 de novembro de 1906. O motivo do pedido seria por causa da remodelação ocorrida nesses dois institutos (o aumento das disciplinas e da carga horária), o que teria deixado incompatível à docência concomitante.

Ele julgou que para esse processo de separação dos professores fosse concretizado, deveriam haver melhorias salariais e relatou os problemas dos baixos salários tanto dos professores da Escola Normal quanto da Escola Modelo. Xavier Junior (1910, p. 10) argumentou que os professores da Escola Normal e os professores da Escola Modelo recebiam ordenados mais baixos que os normalistas contratados para dar aula nas cadeiras isoladas. Para a Escola Normal, ele sugeriu um ordenado de 2:000\$000 base com uma gratificação proporcional ao número de horas de cada cadeira. Essa gratificação iria de 400\$000 a 3:600\$000 (para o professor de pedagogia que exercia o cargo de diretor da Escola Modelo). Sobre o salário dos professores da Escola Modelo, Xavier Junior (1910, p. 11) reclamou:

Não vejo razão em que se estribe essa desigualdade de vantagens pecuniárias, a qual colloca os professores do grupo modelo em plano inferior, tratando-se de funcionarios nas mesmas condições, quer relativos á categoria, quer com relação a tempo de trabalho. Uns e outros são diplomados e exercem suas funcções quotidianas durante o mesmo espaço de tempo.

Pedindo a renumeração de 2:400\$000 anuais, igual ao dos outros professores diplomados na capital do estado. Ele ainda acrescentou que devido ao fato de ser uma Escola Modelo, os professores dessa instituição teriam uma maior responsabilidade pedagógica, já que os alunos-mestres da Escola Normal fariam a sua capacitação profissional, sua formação pedagógica e sua formação na *arte e ciência* de ensinar nesse local.

Entre os anos de 1912 a 1915, Xavier Junior continuaria a exercer o cargo de diretor da instrução pública e no seu relatório de 1913, ele voltou a cobrar do governo a obrigação de uma instalação adequada para a Escola Normal. No período, essa instituição tinha 142 alunos (134 do sexo feminino e oito do masculino) e contou com 19 professores (16 efetivos, um interino, um comissionado e um adjunto), desses dez professores exerciam o magistério no Liceu.

Francisca Moura era professora efetiva de caligrafia e desenho (nomeada em 20 de outubro de 1896) e Francisco Coutinho de Lima Moura constou como professor interino de aritmética (nomeado no dia 10 de março de 1911).

Outro assunto constante nas mensagens de Xavier Junior era a questão da Escola Modelo anexa à Escola Normal. “Funciona este instituto primário em um dêz compartimento do edifício em que esta instalado o curso normal do sexo feminino. É freqüentado por creanças de amos os sexos, e está dividido em três classes, cada uma das quais é dirigida por uma professora.” (XAVIER JUNIOR, 1908, p. 34). Porém, Xavier Junior argumentou que eram necessárias mudanças no prédio para que fosse possível que a Escola Modelo se tornasse um lugar de aplicação da Escola Normal. Desse modo, recomendou a João Machado - presidente do estado - que ao construir um prédio para a Escola Normal fosse observado um local, pavilhão para a instalação dessa escola. Essa escola no período contaria com 117 crianças matriculadas (101 do sexo feminino e 16 do sexo masculino), Olivina Olivia Carneiro da Cunha era a professora da primeira classe.

Xavier Junior declarou que: “Essa escola modelo poderá ter a *organização de um grupo escolar*, servindo de typo para os que mais tarde se tiverem de instituir em substituição às escolas communs ou isoladas, como está no plano de reforma de V. Excia.” (XAVIER JUNIOR, 1908, p. 34, grifo nosso). No relatório de 1910, Xavier Junior deixou mais clara a organização da Escola Modelo que passou a se chamar Grupo Escolar Modelo.

Professores do Grupo Escolar Modêlo – Tem este instituto, por ora, duas professoras e uma adjuncta. Mais tarde, quando tiver de ser installado em commodos com adaptações conveniente, funcionarâ, em virtude da organização dada pelo regulamento vigente, com três cadeiras do ensino elementar, tendo cada uma um professor e sendo dirigido pelo professor de pedagogia. (XAVIER JUNIOR, 1910, p. 24).

Ou seja, em 1910, essa instituição funcionaria como uma escola reunida e não uma escola seriada. As escolas-modelos foram criadas como uma complementação das escolas normais que eram “[...] destinadas à prática pedagógica, e que desencadearam o processo de profissionalização do nosso magistério.” (KULESZA, 1998b, p. 63). Na historiografia da educação parahybana, inicialmente se argumentou que essa Escola Modelo era um grupo escolar nos moldes de São Paulo, apesar disso Pinheiro (2001) adverte, a partir da diferenciação

da estrutura do projeto paulista e da instituição parahybana, que o Grupo Escolar Modelo da Parahyba não poderia ser entendido como um grupo escolar propriamente dito.

Essa organização de cadeiras reunidas manteve-se em 1913. Xavier Junior relatou que a escola funcionaria com três cadeiras, sendo uma delas mista, estariam matriculados 174 alunos e eram regidas por três professoras efetivas e três adjuntas. Olivina Carneiro da Cunha ainda era a professora efetiva da primeira cadeira. Ele recomendou que fosse realizada uma modificação nessa escola para a criação de um curso complementar, um intermediário entre o ensino primário e a Escola Modelo, para tal citou a organização da Escola Modelo da capital do Espírito Santo.

As três conclusões dos relatórios de 1908, 1910 e 1914 de Xavier Junior são interessantes para absorvemos algumas permanências e/ou transformações na instrução pública no período. Assim sendo, ele terminou seu primeiro relatório com os seguintes desejos para a reforma do ensino público:

- a) Construcção de um edifício para a Escola Normal;
- b) Construcção de edifício apropriado ás escolas publicas primarias;
- c) Mobiliario e material escolar para estes institutos e para a Escola Normal;
- d) Estabelecimento de grupos escolares;
- e) Creação de um jardim da infância ao lado da Escola Modelo, para servir de typo a outros que ultimamente se venham a instituir;
- f) Cooperação dos municípios no plano de organização da instrucção primaria, que mais tarde poderá abranger aulas profissionaes;
- g) Constituição de um fundo escolar, destinado a facultar maior desenvolvimento ao ensino popular. (XAVIER JUNIOR, 1908, p. 50).

Para 1910, Xavier Junior (1910, p. 53) reclamou principalmente dos salários dos professores da Escola Normal e da Escola Modelo:

Se á VEx^{cia} parecem conveniente e opportuno realizarem-se as alterações e melhoramentos que indiquem neste relatório, comprehendendo accrescimos de vencimentos dos professores da Escola Normal e do grupo escolar modelo, creação dos cargos de inspectores technicos, mobiliário, e, seria necessário

solicitar do poder legislativo, em sua próxima reunião, o aumento da verba destinada á instrucção publica, no orçamento que tiver de votar para o anno vindouro.

No relatório de 1913, o professor citou as considerações feitas no anterior e ratificou a primordialidade de se conseguir alcança-las para que a educação primária no estado fosse convertida em uma *instituição de real vantagem*:

- a) Nova regulamentação do ensino, que contenha o que ha de mais moderno e de adaptavel às nossas condições;
- b) Instituição de grupos escolares, pelo menos nas sédes dos municipios;
- c) Construção de edifícios com architettura modesta, mas especifica;
- d) Mobiliário conveniente e aparelhos que tornem o ensino mais facil e proveitoso.
- e) Fiscalização das escolas exercidas por pessoal de competencia technica. (XAVIER JUNIOR, 1913, p. 07).

Algumas questões repetiam-se nessas conclusões (aquisição de prédios escolares por exemplo) e outras foram aparecendo de acordo com as exigências do período (instituição dos grupos escolares). Essas conclusões mostram-nos que o processo de escolarização na Parahyba era dinâmico e que estaria sujeito aos condicionantes tanto políticos quanto econômicos. A falta de prédios escolares adequados foi sentida no estado durante longo período e a efetivação do primeiro grupo escolar só ocorreu quase cinco anos após a última mensagem de Xavier Junior como diretor da instrução pública.

Em conformidade com Hobsbawm (2015), o período entre 1870 e 1914 foi na Europa a *era das escolas primárias*. Seria por meio delas que o Estado poderia ensinar ao seu povo como ser bons súditos e bons cidadãos. A educação em massa, ou melhor a alfabetização em massa, era necessária para a divulgação do nacionalismo. Essas iniciativas foram tomadas como exemplo para se tornar uma *nação civilizada*, diversos intelectuais no período citaram as experiências exitosas desses países. Esse foi o caminho seguido por Xavier Junior em seus relatórios, a educação moderna precisaria ser difundida a partir de símbolos como o de nação, o de *progresso* e o de *desenvolvimento*. Os modelos europeus e norte-americanos foram

inicialmente largamente explorados. Após a visita a outros estados que já dispunham de instalações de grupos escolares, o professor passou a citá-los como exemplo de *progresso* também.

A educação apareceu no discurso de Xavier Junior como uma fonte de progresso da nação, os níveis de ensino deveriam estar articulados (com exceção do ensino superior do qual não havia referências). Ao tratar da questão da Escola Normal, ele trouxe o problema da instrução primária, da formação de professores e dos jardins da infância. A proposta de Xavier Junior era de uma pedagogia aplicada, na qual os alunos cursariam o terceiro e o quarto ano organizando-se diariamente para auxiliar os professores da escola anexa.

Percebemos, neste capítulo, como os debates sobre a instrução de primeiras letras foram travados na Parahyba do início do século XX. O estabelecimento de alguns legados educacionais citados por Saviani (2006a, 2006b) só foram iniciados nessas décadas, o que nos levou a pensar em um *longo século XIX* para a escolarização parahybana. A acepção de um ideário moderno para a instrução foi realizada em diversas falas do período e desenvolvida por diversos indivíduos. A escola moderna seria uma das principais promotoras da nacionalidade, no capítulo seguinte interpretamos um outro local de fundação dessa nacionalidade: o IHGP.

Ainda ressaltamos a importância de se trabalhar com os documentos oficiais sobre as escolas. Neles encontramos as concepções de uma organização política-administrativa, nos deparamos com um embate de ideias sobre a melhor forma de instruir o povo, além do que acompanhamos as oscilações e/ou permanências das exposições de diversas personalidades no estado.

6 INSTITUIÇÕES, ASSOCIAÇÕES E LIVROS PARA A ESCOLA NO LONGO SÉCULO XIX

Neste capítulo, compomos uma apreciação de alguns locais que foram *comunidade de experiência* (ALONSO, 2002) dos sujeitos estudados, além de apresentarmos os dois últimos professores: Coriolano de Medeiros - professor, músico, comerciante, poeta, funcionário público, jornalista, historiador e romancista - e Eudesia Vieira - professora, poetisa, escritora e médica.

Dos dez sujeitos que selecionamos, seis participaram do IHGP. Descrevemos agora de forma concisa as funções exercidas por eles. Algumas dessas participações foram posteriores ao nosso recorte histórico, por isso optamos por não as reproduzir aqui⁹⁷.

Xavier Junior foi membro fundador do instituto, participante da comissão da redação da **RIHGP** e presidente entre os anos de 1908 a 1909. Além de um relatório sobre o ano que foi presidente dessa instituição, identificamos um artigo em 1910 intitulado “Uma reivindicação - 3 de Maio de 1888” (XAVIER JUNIOR, 1910).

Francisco Coutinho de Lima Moura fez parte da fundação do IHGP, sendo um dos signatários da ata. Integrou a comissão de elaboração do estatuto. Exerceu diversos cargos na diretoria, a saber: de tesoureiro entre 1905 e 1915, membro da comissão de pesquisa e trabalhos históricos, 1907-1908 e membro da comissão de sindicância e contas, 1915 a 1925. Em 1922, quando o IHGP promoveu o VII Congresso Brasileiro de Geographia, Coutinho Moura participou da comissão técnica.

Coriolano de Medeiros foi um dos sócios fundadores do IHGP e integrou a primeira diretoria. Fez parte da comissão colaboradora da revista, possuindo 13 artigos publicados, entre eles: “Entradas” (1910); “O voador parahybano” (1910); “Superstições parahybana” (1910); “Parahybanos ilustres: Dr. Feliciano Dourado”. “Algumas paginas: subsidio para a historia da hygiene publica na Parahyba” (1911); entre outros.

Em 1914, José Coelho entrou no IHGP e foi saudado por Alcides Bezerra (BARBOSA, 2009). Participou de diversas funções nesse instituto, a saber: bibliotecário (1915); membro da

⁹⁷ Ver no Apêndice H para a presença de Olivina Carneiro da Cunha depois de agosto de 1937.

comissão de Revista (1916) e segundo secretário da diretoria do VII Congresso Brasileiro de Geografia (1922).

A ausência da participação feminina foi sentida nas primeiras décadas de funcionamento desse instituto. Apenas em 1922, Eudésia Vieira ingressou no IHGP, sendo ela a primeira mulher partícipe desse instituto (PALMEIRA, 1995). Babosa (2009) e Joselito R. Silva (2012) datam sua entrada no dia 3 de junho, porém Palmeira (1995) coloca que Eudesia Vieira ingressou no dia três de maio, acreditamos que essa última data seria a mais próxima, pois constatamos uma notícia do seu ingresso no instituto n' **O Jornal** de cinco de maio de 1922 (ULTIMOS..., 1922, p. 10).

Outro ponto estudado neste capítulo foi relativo a Universidade Popular, apesar de ter sido uma experiência efêmera na capital parahybana (ESPINDOLA, 2012), foi significativo o envolvimento dos intelectuais na sua construção, logo a selecionamos para compor nossa tese. Nessa instituição houve a participação de Catharina Moura, Xavier Junior e Coriolano de Medeiros. Ainda apontamos para Sociedade dos Professores Primarios da Paraiba, por ser a primeira associação que temos notícia dessa natureza no estado. Da qual foram partícipes: José Coelho, Eudesia Vieira e Olivina O. Carneiro da Cunha.

Para fechar o capítulo, apreendemos as análises de dois livros para as escolas de primeiras letras que foram adotados na Parahyba: o primeiro de Coriolano de Medeiros e o segundo de Eudesia Vieira.

A compreensão das fontes foi uma grande questão a ser trabalhada por nós, (re)construí-las e interpretá-las tornou-se um processo contínuo, no qual fomos diversas vezes aos arquivos e construímos diversos questionamentos. Esse procedimento não poderia ser feito externo ao nosso conhecimento dos contextos históricos dos personagens que as produziram, entender o contexto histórico sobre tal momento foi um condicionante fundamental para a construção desta tese.

Neste capítulo, trabalhamos como fontes os impressos, principalmente a **RIHGP** e o jornal **A União**. Luca (2010) relata que um aspecto que devemos nos reportar quando pensamos na imprensa é a materialidade. Sobre a **RIHGP**, as revistas estão arquivadas digitalmente em série e disponíveis no *site* do IHGP. Inicialmente, pesquisamos em todos os números de 1909 a 2015 e selecionamos todas as matérias que detinham ligação com os indivíduos estudados.

Para o jornal **A União** tivemos alguns desafios: o primeiro foi que em grande parte do início da nossa pesquisa doutoral o arquivo da FUNESC foi fechado para reforma; o segundo foi que no momento da nossa catalogação, apesar do jornal encontrar-se arquivado em série - questão importante para Luca (2010) -, muitos dos exemplares faltam ou estão sem condições de manuseio pelas pesquisadoras; por causa disso conseguimos catalogar e fotografar apenas alguns exemplares do jornal dos anos de 1913 a 1922. Sobre a Universidade Popular selecionamos um total de 25 artigos e chamadas relacionados à instituição, contudo esse número não deve corresponder à real quantidade de notícias, pois diversos exemplares estavam sem condições de manuseio e leitura.

Outro aspecto relevante para Luca (2010) trata do esclarecimento da posição do jornal na sociedade. O jornal **A União** foi fundado em dois de fevereiro de 1893 pelo presidente de estado Álvaro Machado e “[...] já nasceu sob a marca da oficialidade.” (NUNES, 2006, p. 116). Essa é uma observação pertinente, pois como verificamos a seguir a proposta da Universidade Popular na Parahyba foi engendrada pelo governo do estado, portanto a profícua produção de notícias e chamadas nesse jornal sobre a instituição pode ser justificada pelo fato de sua oficialidade.

Por fim, investigamos os prefácios, os posfácios, os decretos e os pareceres contidos em dois livros produzidos para a escola pelos sujeitos estudados nesta tese: Xavier Junior e Eudesia Vieira. Pensar esses livros é interessante para a história da educação, pois neles existem indícios do ensino no período. Esses livros foram produtos de uma ação pedagógica e educacional tanto das pessoas que os escreveram quanto do estado que produzia uma legislação específica para a sua produção e distribuição nas escolas.

Realizamos uma interpretação desses documentos, na qual nos defrontamos com as realidades, experiências e teorias dessas fontes e com os nossos pré-conceitos construídos no decorrer da nossa formação e da nossa pesquisa por meio da leitura das bibliografias. Simões Junior, Rapucci e Cairo (2009) enfatizam o papel da imprensa para os grupos de intelectuais do século XIX e início do século XX, os periódicos eram um espaço de divulgação de ideias e de embates políticos e sociais. Corroborando essa ideia, Campos (2012) ressalta que a utilização das revistas, dos jornais e dos livros para a escola como fontes de pesquisas pode contribuir para que a pesquisadora perceba a movimentação de ideias do período, além do cotidiano dos projetos políticos e educacionais que eram alvo de disputa na sociedade. A seguir apresentamos as três instituições supracitadas.

6.1 “A PARAHYBA INSTRUÍ-SE”⁹⁸: O IHGP, A UNIVERSIDADE POPULAR E A SOCIEDADE DOS PROFESSORES PRIMARIOS DA PARAHIBA

Ao nos depararmos com a literatura sobre a Parahyba na Primeira República temos uma consonância de opiniões sobre o grande desenvolvimento ocorrido no estado nas áreas de urbanização, educação e direito civil que aconteceu a partir de 1907 (PINHEIRO, 2001). Muitos intelectuais do período destacaram a necessidade de investimento tanto na cultura quanto na educação para que o Brasil se transformasse em um país moderno (VIEIRA, 2011). A educação, por conseguinte, passou a ter um papel central para o desenvolvimento da sociedade e para o seu melhoramento. Destarte, a construção e a difusão de práticas educativas eram pontos fulcrais para o desenvolvimento de um país.

A modernidade aparecia vinculada a instrução para o povo, pois seria embasado nesse processo que haveria a possibilidade de se enfrentar os *problemas* do Brasil, como a raça, o clima, etc. Por isso, a educação seria uma forma de regeneração da raça, o modelo a ser seguido era a dos países “ditos desenvolvidos”, nos quais havia um sistema de educação abrangente e uma massificação da instrução do povo. Seguindo na esteira de outros estudos, percebemos que houve na Primeira República parahybana uma preocupação com a instrução pública e essa foi colocada como indispensável para inserir o estado em um contexto de modernidade (ESPINDOLA, 2012).

O processo de modernidade no estado não foi apenas centrado na gestão de obras e urbanização das cidades. Mas também na instalação de diversos institutos, os quais tinham como objetivos criar/difundir um ideário educacional no estado. Por esse motivo, uma das facetas dessa modernidade estaria ligada ao educacional. O primeiro que trabalhamos nesta tese foi o IHGP.

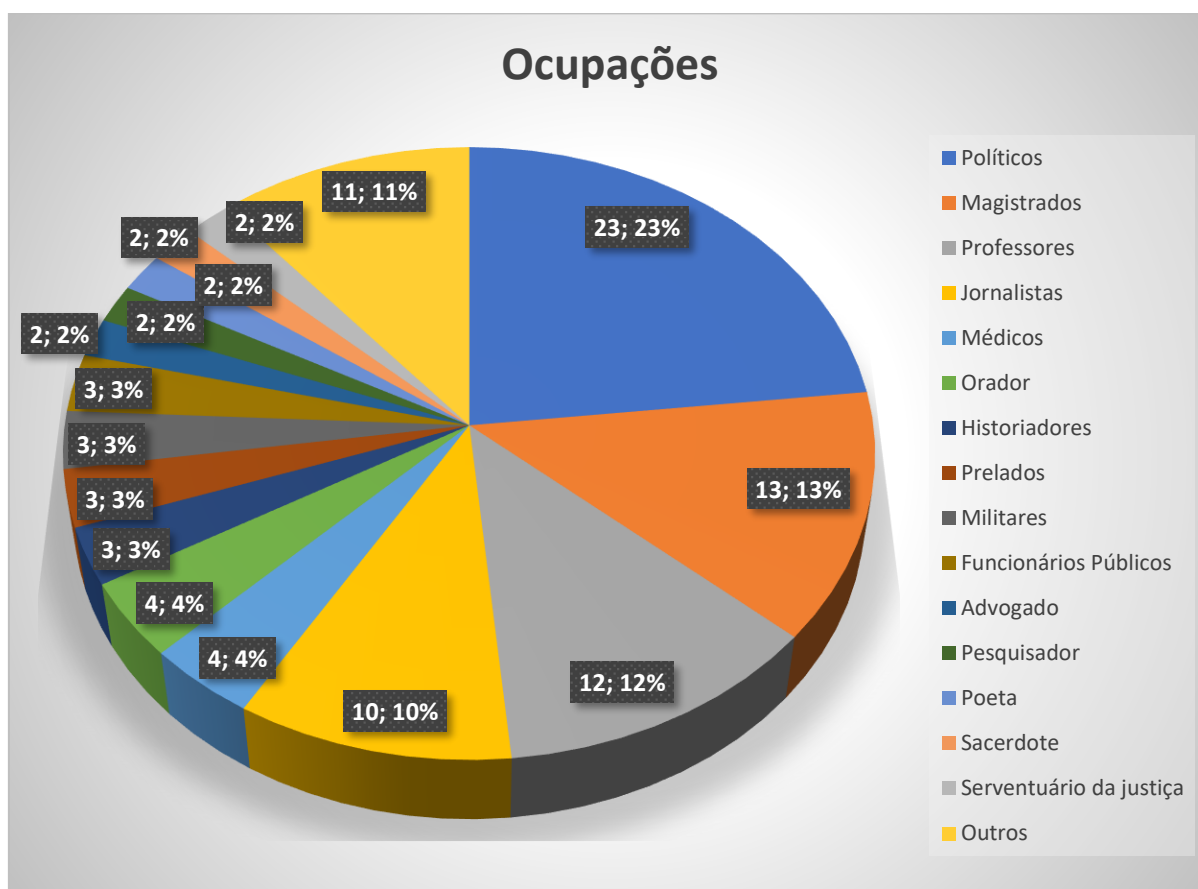
No dia sete de setembro de 1905, ocorreu uma sessão comemorativa sobre o aniversário da independência do Brasil no Liceu, nessa foi colocada a ideia de fundação de um instituto histórico geográfico na Parahyba. Com o apoio do presidente de estado Álvaro Machado e do prefeito da capital Francisco Xavier Junior, foram escolhidos os sócios fundadores. Nessa

⁹⁸ Subtítulo de uma notícia do jornal **A União** sobre a fundação da Universidade Popular na Parahyba (UMA IDEIA QUE..., 1913).

sessão foi lavrado o Termo de Fundação do IHGP, com 51 assinaturas⁹⁹, entre elas a de: Francisco Coutinho de Lima e Moura, Xavier Junior e Coriolano de Medeiros. No *site* do IHGP, existe a atribuição de duas ocupações para cada um dos signatários desse documento. Por exemplo: Lima e Moura - militar e político; Xavier Junior - pedagogo e escritor; e Coriolano de Medeiros - educador e polígrafo. No gráfico a seguir sintetizamos essas ocupações:

⁹⁹ Manoel Tavares Cavalcanti, Álvaro Lopes Machado, Francisco Seraphico da Nóbrega, Antônio Ferreira Balthar, Francisco Xavier Júnior, Eutiquio de Albuquerque Autran, João Américo de Carvalho, João Pereira de Castro Pinto, José de Borba e Vasconcellos, João Machado da Silva, Francisco Coutinho de Lima e Moura, Francisco Lins Bandeira de Mello, José Peregrino de Araújo, Belino Hermillo Cavalcante Souto, Candido Soares de Pinho, Francisco de Gouvea Nobrega, José Julio Lins da Nobrega, Flávio Maroja, João de Lyra Tavares, Carlos Coelho de Alverga, Miguel de Santa Cruz Oliveira, Pedro Bandeira Cavalcanti, Francisco Pinto Pessoa Junior, Thomé Lino Arco Verde, Joaquim Hardman, Manoel Hypolito de Oliveira, Manoel Ferreira Mulatinho, José Dias de Menezes, Antônio de Brito Lyra, Pedro da Cunha Pedrosa, Venancio Neiva, Antônio Hortencio Cabral de Vasconcellos, Eduardo Pinto Pessoa, Matheus Augusto de Oliveira, João de Pessôa, Manoel Deodato H. de Almeida, Conego Sabino Coelho, Maximiano A. Monteiro da Franca, Eutychiano Barreto, João Ferreira de Novaes Júnior, Narciso Evaristo Monteiro, Francisco Ignacio Correia, João Ferreira Dias Júnior, Augusto Espinola, Antônio Henrique de Almeida Monteiro, Jonathas Edmundo de Sá Leitão, Francisco Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Antonio Odorico de Gouvêa Useda, Hermogenes Cavalcanti de Albuquerque, Amancio Ferreira Nobrega, Justo Emigdio Gouvea, Felisardo Toscano de Brito, João Pinto Pessoa, Alberto Regis da Silva Neves, Arthur Moreira Barros, Pharmaceutico André Pessôa de Oliveira, João C. Carneiro Monteir, Pedro da Veiga Torres, Diogo Flores de Oliveira, Irineu Ferreira Pinto, Raphael Hermenegildo da Silveira, Febronio Archimedes, Alvaro Neves, José Candido de Oliveira e Mello, Pelopidas Gouvea, Carlos Lopes Machado, Genebaldo do Nascimento, Enos Ranulpho Monteiro da Franca, Fernão de Aragão e Mello, Hermenegildo Ferreira Dias, João da Silva Porto, Adolpho Moreira Gomes, João Fernandes da Silva e Theodoro José de Souza.

Figura 13 - Ocupações dos membros fundadores do IHGP



Fonte: Elaborado pela autora.

Dos 51 signatários, 12 foram descritos como professores (ou educadores ou pedagogo), sabemos que havia mais sujeitos que não foram designados como tal - por exemplo Lima e Moura e Castro Pinto - mas cabe a nós sublinharmos que a profissão foi a terceira mais atribuída aos membros. Na sessão magna de instalação do IHGP no dia 12 de outubro de 1905, foi disposta a primeira diretoria (1905-1906):

Presidente – Dr. Francisco Seraphico da Nobrega.

1º. Vice-Presidente – Dr. Flavio Maroja.

2º. Vice-Presidente – Conego Dr. Santino Maria da Silva Coutinho.

1.º Secretario – Manoel Tavares Cavalcanti.

2.º Secretario – Coriolano de Medeiros.

[...]

Thesoureiro – Tenente-coronel Francisco Coutinho de Lima e Moura.

Bibliothecario – Irineu Ferreira Pinto.

Orador – Dr. João Pereira de Castro Pinto.

[...]

Comissão de Redação da Revista – Dr. Francisco Xavier Junior,
Coronéis José Francisco de Moura e João Lyrea Tavares. (DIRECTORIA...,
1909, p. 07, grifo nosso).

Na *Apresentação* da primeira **RIHGP**, havia o relato desse dia, realçamos algumas questões. A fundação do IHGP foi descrita como uma ideia que surgiu no momento, fruto de um “[...] entusiasmo patriótico de uma numerosa pleidade, despertado pela recordação dos feitos benemeritos antepassados [...]” (APRESENTAÇÃO, 1909, p. 03). Apesar dessa exposição, Manoel Tavares Cavalcanti relatou em 1906 que a ideia da criação do Instituto vinha sendo formulada por diversos propositores. José Rodrigues de Carvalho e Irineu Pinto utilizaram os jornais da época para pedir a criação de um instituto responsável pela guarda de fontes de conhecimentos históricos do estado (CAVALCANTI, 1909).

No discurso inaugural, o orador, Castro Pinto, “[...] demonstrou a necessidade da fundação de um instituto que se consagrasse ao estudo e ao amor do passado [...]”. (RESUMO..., 1909, p. 21). Essa foi a premissa dos institutos históricos e geográficos no Brasil. Gomes (2009, p. 12) evidencia o papel do IHGB “[...] na construção de uma escrita da história e de uma cultura cívica republicana [...]”. Função que foi especificada nos estatutos do IHGP. O primeiro capítulo - denominado de “Objecto e fins da associação” - decretou:

Art. 1º Fica fundado o Instituto Historico e Geographico Parahybano, com a sua sede nesta capital, tendo por *objecto reunir, conservar e publicar todos os documentos relativos á historia, geographia, archeologia e ethnographia do Estado*, e bem assim proceder a estatutos e indagações sobre as mesmas materias. (RESUMO..., 1909, p. 11, grifo nosso).

Os institutos históricos geográficos foram instituições pensadas como *locus* da guarda de documentos e produção da ciência. Consequentemente, esses procuraram formular -

utilizando-se de suas escritas e suas falas - um modelo e uma concepção de nação, realçando as suas produções para a construção de uma história nacional. Schwarcz (2010, p. 137) ao analisar três Institutos¹⁰⁰ conclui, a despeito de algumas diferenças¹⁰¹, que: “[...] Os institutos corporificam, pois, o local para a criação oficial sobre o país, bem como um espaço reservado a um discurso enaltecido da nação.” A autora ainda salienta que: “‘Colletar para bem guardar. Guardar para servir bem’. Eram máximas desse tipo de estabelecimento que se manteve ativo até os anos 30 do presente século [XX].” (SCHWARCZ, 2010, p. 137).

Apesar da euforia inicial pela fundação do IHGP, o instituo teve alguns problemas nos anos seguintes. No relatório de sete de setembro de 1909, Xavier Junior - presidente - elencou algumas dificuldades passadas. Ele iniciou falando que estava ciente das atribuições do presidente, todavia justificou que não foi possível alcançá-las. Depois, passou a comentar sobre o período de fundação e o entusiasmo dos *homens de letras* presentes nesse momento:

Mas, com o transcorrer dos dias, as vibrações de entusiasmo que tão beneficentemente agitaram os primeiros momentos de existência deste syllogu, foram arrefecendo de tal sorte que a pequeno numero estão reduzidos hoje os que lhe consagram sua dedicação. (XAVIER JUNIOR, 1909, p. 125).

No ano que decorreu, consoante presidente, só havia ocorrido duas sessões solenes e algumas ordinárias. Entre as segundas, Xavier Junior falou do pedido do Instituto Histórico de São Paulo em remeter duas cartas geográficas do estado para o Congresso de Geographia. Esse pedido foi atendido com a remessa de uma carta feita pelo francês Julio Destord e outra por Maximiano Machado. “Essas duas cartas, na opinião de complementes, não são um trabalho perfeito no gênero; mas na ausência de melhor que ainda não possuímos, entendi remettel-as para a exposição [...]” (XAVIER JUNIOR, 1909, p. 127).

O professor ressaltou a indispensabilidade do IHGP realizar um levantamento profissional para uma carta geográfica da Parahyba. Esse encaminhamento foi concretizado

¹⁰⁰ Schwarcz (2010) estuda três institutos, a saber: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro) fundado em 1839; O Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (Recife) constituído em 1862; e, por fim, o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo (São Paulo) estabelecido em 1894.

¹⁰¹ Particularidades centradas nas localidades de suas instalações e na variedade temporal de suas fundações.

anos mais tarde, em 1915. José Coelho¹⁰² participou da comissão para tratar dos limites da Parahyba e Pernambuco. E em conformidade com Barbosa (2009, p. 49): “[...] Na oportunidade, foi apresentado por José Coelho um esboço topográfico por ele elaborado sobre 50 posições daqueles limites. [...]”. Essa informação é importante, pois três anos depois, 1919, Coelho lançou o livro **Escorço de Corografia da Parahiba**, o qual foi adaptado para as escolas primárias da Parahyba, mediante parecer do IHGP que teve como relator foi o João Alcides Bezerra Cavalcanti (BARBOSA, 2009).

Outro ponto abordado por Xavier Junior foi o esvaziamento das comissões de pesquisas e estudos históricos e geográficos, por esse motivo no período não ocorreram produções significativas. Ele citou apenas os trabalhos de Irineu Pinto e de Ulrico Sonntag publicados no jornal d’**A União**. E em um tom crítico repreendeu: “Quero crer que os dignos membros dessas comissões não tivessem tido o tempo necessário, deixado por suas ocupações ordinárias, para entregarem a investigações que exigem paciência e perseverante actividade.” (XAVIER JUNIOR, 1909, p. 128).

Foi durante o seu período na presidência do IHGP, que a primeira revista do instituto foi mandada para a impressão. Segundo Xavier Junior, a falta de dinheiro e o acúmulo de impressões da imprensa oficial atrasaram por quatro anos a publicação da **RIHGP**. Contudo a lei n. 137 de 22 de outubro de 1909, sancionada por João Lopes Machado, que “Considera estabelecimento de utilidade publica o Instituto Historico e Geographico Parahybano” (LEI..., 1909, p. 319), possibilitou a publicação da revista a partir da abertura de crédito para o instituto. A primeira revista contava com 321 páginas e estava dividida em 31 capítulos: relatórios dos presidentes do instituto, conferências, artigos dos membros, documentos, bibliografias, atas das sessões, entre outros.

Pinheiro (1997) realiza uma historiografia da escrita da história na **RIHGP** de 1909 a 1997 para identificar a concepção de história e de educação na construção textual, as periodizações utilizadas e os aspectos ideológicos contidos nessa revista.

Em síntese, para que fosse construída a identidade do Homem e da Cultura paraibana (paraibanidade) era necessário, acima de tudo, resgatar os seus heróis, as datas e fatos que marcaram a sua história, além das especificidades

¹⁰² Juntamente com Carneiro Monteiro, Irineu Pinto, Irineu Joffily, Castro Pinto e Francisco Barroso.

culturais (musicais, folclórica, etc.), **os grandes educadores** e os feitos do povo paraibano. (PINHEIRO, 1997, p. 210, grifo do autor).

O autor aponta as biografias construídas na revista sobre *os grandes educadores*. Ao consultarmos essas fontes listamos as notas bibliográficas ou os artigos sobre a sua atuação de seis sujeitos, a saber:

✚ Borges da Fonseca: “Estabelecimento da arte tipográfica na Paraíba” (MARTINS, 1971) e “Estabelecimento da arte tipográfica na Paraíba II – Ty. Nacional da Paraíba” (MARTINS, 1974);

✚ Joaquim da Silva: “Professor Joaquim da Silva” (ESDRAS, 1922) e “Professor Joaquim da Silva: como o conheci um pequeno trecho da historia” (MARÓJA, 1922);

✚ Xavier Junior: uma nota biográfica publicada na sessão “Necrologia” (NECROLOGIA, 1935);

✚ Coriolano de Medeiros: foi homenageado pelo IHGP, a **RIHGP** do ano de 1979 possui sete artigos sobre ele, como por exemplo, “O educador Coriolano de Medeiros” (TARGINO, 1979);

✚ Eudesia Vieira e Olivina Olivia Carneiro da Cunha: “A presença feminina no Instituto Histórico e Geográfico paraibano” (PALMEIRA, 1995).

No período estudado por nós, o intelectual que mais escreveu na **RIHGP** foi Coriolano de Medeiros. Apreendemos algumas passagens dos seus escritos até 1922. Foram três artigos na revista do ano de 1910 e um artigo na de 1911.

O primeiro escrito de Coriolano de Medeiros era sobre as entradas na Parahyba do período colonial. Rebatendo as críticas realizadas ao livro **Atravéz do Sertão** de Celso Mariz, do qual escreveu o prefácio, iniciou questionando o fazer histórico: “[...] mas sempre queria saber o que é *novo*, em que parte seja no mundo moral ou physico, deixa de existir *lacuna*, e, sobretudo, quizerá aprender o que significa *falta de unidade?!...*” (MEDEIROS, 1910a, p. 10, grifo do autor). Dessa maneira, o autor criticou o mito da historiografia criado em torno do paulistano Domingos Diogo Velho como o primeiro homem que adentrou o sertão parahybano.

Para combater esse mito, Coriolano de Medeiros escreveu sobre o período, marcando as missões dos bandeirantes paulistas, mostrou como esses não obtiveram sucesso no interior parahybano devido as condições adversas como a seca e o ataque dos indígenas. Essas missões

teriam se restringindo à captura e escravidão dos índios. Para o autor, foram famílias locais como a Oliveira Ledo que conseguiram povoar o sertão, não escravizando os índios, entretanto estabelecendo uma relação de proximidade. “Resumindo, posso dizer que a conquista e povoação do sertão parahybano se deve a família Oliveira, a Manoel de Araujo, a alguns bandeirantes de Pernambuco e a casa da Torre.” (MEDEIROS, 1910a, p. 30).

Finalizando, o autor voltou a questão da historiografia parahybana: “[...] A história da Parahyba precisa ser revista pois está muito cheia de inverdades. A escolha de documentos deve merecer especial atenção, afim de bem avaliar-mos o nosso passado. [...]” (MEDEIROS, 1910a, p. 31).

Nesse primeiro escrito, Coriolano de Medeiros deixou claro o embate em relação ao que era história e a construção de uma *nova* narrativa para um acontecimento local. Em primeiro lugar, ele revelou a sua concepção de história, a qual portaria lacunas derivadas da própria realidade em que o historiador estava imerso. No final, ele aconselhou uma revisão da historiografia local, embasada em documentos que deveriam ser selecionados de forma *correta* pelos historiadores. Ao inspecionar a historiografia escrita pelo IHGB, Gomes (2009, p. 11) relata que o instituto funcionou como uma espécie de: “[...] palco de debates sobre o que era e o que deveria ser a história, como um ponto de agenda claramente associado ao traçado de projetos de futuros possíveis para a modernidade do país.”

A segunda questão foi a construção de uma identidade local para a história, ao secundarizar o papel das missões paulistas e priorizar a participação de famílias parahybanas e pernambucanas na *conquista* do sertão. Referenciando famílias locais e fazendo uma diferença entre a forma de agir com os indígenas, o escritor procurou desenvolver uma história local positiva. Sabemos que os índios foram escravizados pelos moradores locais, porém Medeiros tentou forjar uma relação de proximidade entre eles para contrapor à imagem dos bandeirantes paulistas. O foco voltado para a participação na história foi reescrito, havia uma busca de uma identidade local, de uma construção da história local a partir do próprio povo parahybano, o que Pinheiro (2001) chamou de *construção de uma paraibanidade* do IHGP.

No próximo artigo intitulado “O voador parahybano”, Coriolano de Medeiros escreveu sobre Marcos Barboza, um autodidata que viveu em Mamanguape. Esse apesar de ter sido *esquecido* pela história, conseguiu construir uma máquina voadora que teria impressionado a todos da região.

Pesem a afirmativa do historiador que foi quase contemporâneo do genial mamanguapense, e respondam se o seu nome não deve também ocupar uma página na história dos homens celebres e se na Parahyba não devia também alguma coisa existir que lembrasse aos pósteros, ou que apontasse ao visitante, esta, sobre todos os pontos digna, glória de nossa terra! (MEDEIROS, 1910b, p. 115).

E aqui mais uma vez entendemos que o historiador buscou em exemplos de homens locais a escrita da história. Reclamando a falta de uma narrativa sobre esse parahybano, Coriolano de Medeiros procurou exaltar a figura do autodidata que mesmo com as condições adversas teria conseguido realizar um grande feito que era voar. A construção de uma identidade local, a partir da exaltação de homens que tiveram participação na história, foi comum na historiografia escrita por esses institutos históricos e geográficos no país.

A escrita dos institutos históricos e geográficos fora embasada em acontecimentos históricos e antropológicos, ponto explorado por Coriolano de Medeiros no terceiro artigo intitulado “Superstições parahybana”. “[...] Inspirado pelos desejos do insigne paulista [Eduardo Krun] á quem me refiro e a quem peço vênica para dedicar-lhe estas linhas, venho despretensiosamente enumerar algumas superstições das muitas que existem na Parahyba.” (MEDEIROS, 1910c, p. 213). Para tal, ele numerou e explicou diversas superstições que existiam no estado para realizar uma colaboração antropológica sobre a região.

No último artigo de 1910, Coriolano de Medeiros (1910d, p. 293) escreveu sobre Feliciano Dourado, o qual: “[...] punha a servir a pátria acima de qualquer honra e elle o fez com desinteresse, coragem e intelligencia e a Parahyba deve orgulhar-se por ter, ainda no periodo de sua formação, visto nascer um dos mais hábeis diplomatas do seculo XVI! [...]”. A história no período republicano apresentaria o papel de construtora/regeneradora da nação, dessa forma era na relação entre a constituição de uma memória e de uma identidade comum que se embasaram esses escritos, para tal havia o *culto* aos antepassados e aos *vultos* ou *heróis* da pátria.

No ano seguinte Coriolano de Medeiros publicou o artigo “Algumas paginas: subsidio para a historia da hygiene publica na Parahyba” na **RIHGP**. O autor tratou do período oitocentista. A escrita do artigo baseou-se quase toda em leis promulgadas no Império sobre a higiene pública. Ele mostrou como as medidas de higiene não foram efetivadas no período, o

que fazia com que a Parahyba ainda enfrentasse sérios problemas de higiene no início do século XX. No final do artigo, apontou para um *futuro promissor*, no qual “[...] Pelo menos a capital Parahybana, está muito esperançada de ter dentro de um pouco tempo, um verdadeiro serviço de saúde pública.” (MEDEIROS, 1911, p. 123).

Gomes (2009) ressalta que a produção historiográfica do IHGB no período republicano procurou articular as demandas do novo regime (a República) com a história da Colônia e do Império. Era um equilíbrio instável construído por esses historiadores que possuíram a missão de *inventar* uma tradição republicana para um *futuro promissor*, para tal eles deveriam retomar o passado colonial e ainda considerar o passado imperial. Foi nesse jogo de construção simbólica que percebemos a escrita de Coriolano de Medeiros, ao minutar sobre o passado colonial, acentuou a participação parahybana e ainda escreveu sobre os *grandes homens do período*. Para os oitocentos, a abordagem foi diferente, a história construída mostrou as lacunas deixadas para o regime sucessor e apontou para um *novo futuro*, no qual esses problemas seriam resolvidos.

Para Gomes (2009) e Schwarcz (2010), o IHGB e os seus correspondentes regionais eram formas de aglomeração dos intelectuais brasileiros e produziram argumentos sobre a história do país. Essa foi a função que percebemos no IHGP. A participação dos sujeitos desta tese na fundação e na **RIHGP**, nos mostram a construção de um *local de sociabilidade* que foi permeado por embates de ideias e por formulações de uma identidade nacional e de uma história local. Passamos agora para a Universidade Popular.

A Universidade Popular na Parahyba foi fundada em janeiro de 1913, contudo essa experiência não foi pioneira no país, Aguiar (1999) relata a existência de uma Universidade Popular instalada no Rio de Janeiro em 20 de março de 1904, no Centro Operário das Classes Operárias. A proposta carioca partiu do alagoano Elysio de Carvalho e teve o apoio de vários intelectuais como Manoel Bomfim, José Verissimo, Rocha Pombo, Pedro do Couto, Evaristo de Moraes entre outros. Ligada ao partido operário e com forte cunho anarquista, a instituição carioca esteve embasada no exemplo europeu de universidades populares que foram retratadas como uma etapa para a luta da emancipação do proletariado (AGUIAR, 1999). A Universidade funcionaria por cursos para as classes populares, Aguiar (1999, p. 282) coloca que:

Os primeiros cursos anunciados foram os seguintes: biologia (a ser dado por Tacito Cardoso), história da literatura brasileira (José Verissimo), sociologia (Elysio de Carvalho), filosofia (Pedro Couto) e matemática superior (Sinésio de Faria). Manoel Bomfim ficou encarregado de organizar e ministrar dois cursos: um de psicologia, outro de pedagogia.

Porém, a experiência não durou muito tempo e em outubro do mesmo ano foi anunciada a sua extinção. Aguiar (1999) observa a curta duração desse experimento, no entanto, ressalta a “importância não pelo que fez, que foi muito pouco. Mas por tudo o que a Universidade Popular poderia ter sido e feito” (AGUIAR, 1999, p. 286). É justamente aqui que começamos nossa compreensão sobre a instituição parahybana.

Durante o governo de Castro Pinto na Parahyba, ocorreu a proposição de instalação de uma Universidade Popular, a qual funcionou no Theatro Santa Roza e teve sua primeira reunião para a organização das comissões no dia 15 de janeiro de 1913.

A’ hora marcada os promotores da idéia Dr. Symphronio Magalhães, Ex.^{mo}. Dr. Castro Pinto e Dr. Matheus de Oliveira tomaram um lugar á parte e começou S. Exc.^a o Dr. Castro Pinto que ocupou o posto de presidente, expôs os motivos da reunião, dando, em seguida, a palavra ao Dr. Symphronio Magalhães. O illustre homem de letras dissertou sobre a organização das sociedades congeneres, na Italia, pelas quaes pretendia modelar a nossa. Disse que o título parecia muito pomposo, mas que outro não poderia traduzir tão bem ao fim a que ella propõe. (UMA IDEIA QUE..., 1913, p. 01).

A notícia da criação da Universidade Popular parahybana foi divulgada tanto no estado do Rio de Janeiro quanto no do Paraná. No Rio de Janeiro, os jornais **A Epoca**, **O Paiz** e **Correio da Manhã**, de 17 de janeiro de 1913, vincularam o telegrama sobre a inauguração da instituição e sobre a ideia de Symphronio Oliveira de se fazer a universidade nos moldes italianos [...]”onde são conferencias feitas ao alcance do povo sobre assumptos indispensaveis ao conhecimento de todos. Inscreveram-se diversos oradores para esse fim [...]” (TELEGRAMMAS..., 1913, p. 02; PARAHYBA, 1913, p. 06; NOTICIAS..., 1913, p. 04). No jornal **O imparcial** de 19 de janeiro de 1913 foi divulgada a notícia da criação da Universidade Popular e da primeira conferência a ser realizada pelo pintor Aurelio de Figueiredo. (TELEGRAMMAS - INTERIOR, 1913, p. 10). No Paraná, encontramos no jornal **A Republica** de 20 de janeiro de 1913 a seguinte informação: na Parahyba “[...] foi creada uma Universidade

popular moldada pelas da Italia, afim de propagar a instrucção por meio de prelecções nas camadas proletárias.” (A PARAHYBA..., 1913, p. 03).

Essas notícias mostram a divulgação pelo país da criação da Universidade Popular no estado, fato esse que deve ter ocorrido com o incentivo do governo local e da imprensa oficial. Essa troca de notícias e telegramas foi muito comum nos jornais do período. O jornal local, **A União**, que era dirigido por Carlos Dias Fernandes¹⁰³, abriu uma seção intitulada “Universidade Popular” que divulgou as conferências e notícias dessa instituição semanalmente. Evento esse que nos revelou a importância atribuída à Universidade Popular pelos intelectuais e pelo estado, já que o jornal era um órgão do partido republicano. Entendemos, por conseguinte, o primeiro afastamento em comparação ao plano carioca, a Universidade Popular parahybana foi um projeto do governo e não retinha um cunho anarquista/socialista¹⁰⁴.

Consideramos um fato mais expressivo nessas notícias: a proliferação dessas universidades pelo país. Achamos notícias de Universidades Populares fundadas no Rio de Janeiro em 1904, no Maranhão em 1905 e em Piracicaba no estado de São Paulo em 1908. Apesar do desapontamento de Aguiar (1999) em relação à instituição carioca, percebemos indicativos de uma movimentação de ideias dessa proposta no Brasil¹⁰⁵. Essas instituições foram criadas com vistas à disseminação da educação para o povo.

No jornal **O Paiz** do dia 20 de janeiro de 1913, na primeira página foi publicada uma matéria com o título “As Universidades Populares no Brasil”¹⁰⁶. Essa iniciou com o questionamento: “Será o Brazil um terreno preparado para essas instituições, que assignalam tão curiosamente a intensidade da cultura nas democracias modernas?” (AS UNIVERSIDADES..., 1913, p. 01). Em seguida, a matéria comentou a experiência ocorrida no

¹⁰³ Dentro das medidas do projeto de modernidade para o estado, Castro Pinto trouxe de volta para a Parahyba o intelectual, seu conterrâneo de Mamanguape, Carlos Dias Fernandes para dirigir o jornal **A União** e a imprensa oficial (ESPINDOLA, 2012). Sobre a atuação desse intelectual no jornal ver: GALVÍNCIO, 2013.

¹⁰⁴ Ao fazer um debate em 1907, Castro Pinto entendeu que as universidades populares poderiam ser uma forma de afastar o povo de teorias que considerou perigosas para a nação como o anarquismo (ESPINDOLA, 2012).

¹⁰⁵ Na nossa pesquisa dissertativa examinamos os anais da lei n. 242 de 1907 e analisamos a proposta de Castro Pinto sobre as Universidades Populares. Esse projeto 242 foi discutido com duas composições da Câmara, na primeira sublinhamos Castro Pinto como o deputado eleito pela Parahyba e na segunda - a partir de 17 de agosto de 1907 - Manoel Bomfim era o representante do estado de Sergipe, ambos discorreram sobre ele, sendo a redação final feita pelo sergipano (ver ESPINDOLA, 2012).

¹⁰⁶ Essa notícia foi vinculada no jornal **A União** do dia primeiro de fevereiro.

Rio de Janeiro que teria sido *brilhante, rápida e precária*, pois: “[...] nella repercutiram as dissensões entre a teoria socialista e anarchistas.” (AS UNIVERSIDADES..., 1913, p. 01). O jornal atribuiu a curta duração da instituição carioca ao fato dela ter se aproximado dessas teorias que eram consideradas na época perigosas. Aguiar (1999) mostra que a própria ideia de universidades populares na Europa era fruto das teorias anarquistas e socialistas, portanto, no Rio de Janeiro não ocorreu uma ligação entre a universidade e essas teorias pós a fundação da mesma, elas eram parte integrante desde o início.

Seguindo, **O Paiz** escreveu sobre a notícia da fundação da Universidade Popular na Parahyba. Ressaltando o fato de ser uma iniciativa que partiu do governo Castro Pinto e que teria como modelo as existentes na Itália que funcionariam também com conferências “[...] sobre assumptos indispensaveis ao conhecimento de todos.” (AS UNIVERSIDADES..., 1913, p. 01). Havia um destaque dado à instituição parahybana ser idealizada pelo governo, diferentemente da carioca que estava ligada ao Partido Operário Independente de cunho anarquista. O jornal concluiu que:

A experiencia só pode ser util. E o facto de aqui não teve êxito a universidade popular creada para operários trabalhados por idéias anarchistas dos paizes estrangeiros, não deve desanimar os parahybanos, como seu meio pacifico constituido de um proletario nacional, ainda livre daquelas dissensões. (AS UNIVERSIDADES..., 1913, p. 01).

Apesar da saudação à iniciativa parahybana, o jornal deixou claro a imposição de se afastar a nova instituição da teoria anarquista. Ressaltando a importância das universidades, principalmente em locais onde a instrução primária era *pouco desenvolvida*. Em resposta a essa matéria do dia 20 de janeiro, no jornal **O Paiz** do dia 25 de janeiro de 1913, foi publicada uma carta intitulada “As Universidades Populares no Brazil” de J. da Fonseca Ferreira.

Nela o autor inicia parabenizando o jornal pela iniciativa de vincular notícias sobre as universidades populares no Brasil. Aclamando a experiencia parahybana, Ferreira sugeriu que fosse seguida por todos os estados, pois “[...] O povo tambem precisa se instruir, o systema de conferencias e aulas de carecter inteiramente pratico é o melhor meio de se chegar a esse fim.” (FERREIRA, 1913, p. 03). E continuou: “O insucesso daquella que foi creada no Rio, absolutamente não prova a inefficacia das universidades populares no Brazil, porquanto, sei de

uma, fundada há dois anos, que tem dado os melhores resultados. Quero me referir-me á universidade popular de Piracicaba [...]” (FERREIRA, 1913, p. 03). Ainda constatamos nesse documento que a Universidade Popular de Piracicaba contou com uma subvenção do estado de São Paulo, o qual doou o prédio que ela funcionou.

A educação assumia um papel amplo dentro da sociedade, não apenas vinculada à escola, mas sim a todos os espaços da sociedade. Educar o povo seria encaminhá-lo para um processo de cidadania, “[...] pois expressava a construção de uma nova cultura cívica, centrada na educação (mais ampla e duradoura) e não apenas na instrução da população.” (GOMES, 2009, p. 98). E foi para esse fim que foram criadas as universidades populares, a educação do povo em um sentido amplo, não só a formação de ler e escrever.

Similarmente ao que ocorreu no Rio de Janeiro, diversos intelectuais parahybanos aliaram-se a ideia: Xavier Junior, Coriolano de Medeiros, Catharina Moura, João Tavares Lira, Álvaro de Carvalho, Thomaz Mindello, entre outros. Na primeira sessão da Universidade Popular foram formadas as comissões e eleita a diretoria:

Director fundador e socio correspondente, dr. Symphronio Magalhães; presidente honorario, o exmo. dr. João Pereira de Castro Pinto; Presidente effectivo. dr. José Ferreira de Novaes; [...] Oradores: drs. Alcides Balthar, Alpheu Rosas, Alvaro de Carvalho, Oscar Soares, Romulo Pachêco, Ascendino Cunha e Octacilio de Albuquerque. 1.º Secretario major Arthur Achilles dos Santos; 2.º secretario dr. Clemente Rosas. [...]. Thesoureiro cel. Antonio de Brito Lyra. A comissão organizadora das conferencias ficou composta dos seguintes membros: dr. Thomaz de A. Mindello, Irineu Ferreira Pinto, dr. Izaac Pinto, dr. Walfredo Guedes, Francisco de Assis Vidal, Neves Filho, **João Coriolano de Medeiros**, José Joaquim de Abreu, dr. Diogenes Penna, conego Odilon Coutinho, padre Mathias Feire, Edmundo Alverga, Alberto de Brito, Genesio de Andrade, tenente cel. Achilles Coutinho, d. Gaspar Lefebvre, tenente Camillo Ribeiro, dr. **Xavier Junior**, cel. José Francisco de Moura, dr^a. **Catharina Moura** e d. Angela Moreira Lima. (CONSTITUIÇÃO..., 1913, p. 01, grifo nosso).

Nessa reunião decidiram as conferências que seriam ministradas. A Universidade parahybana funcionaria mediante conferências e não em forma de cursos como a carioca¹⁰⁷. A

¹⁰⁷ Aguiar (1999) não faz menção à duração dos cursos da Universidade carioca, portanto não há como fazermos comparações com a parahybana.

União enumerou uma lista de 38 palestras para 1913, muitas dessas foram publicadas no dia seguinte a sua apresentação na Universidade Popular.

Assentou-se que serão convidados para celebrar conferencias no decorrer do anno 1913, os seguintes srs: dr. Symphronio de Magalhães que falará sobre o Jornal Moderno, com projecções cinematographicas; o dr. João Marques sobre o thema – A cultura da borracha; Irineu Pinto, sobre Vidal de Negreiros; dr. Matheus d'Oliveira, sobre a cidade moderna; dr. Isacc Pinto sobre os tres poderes politicos na União e no Estado; cel. José Moura, sobre physica e echimica; dr. Thomaz Mindello, sobre chorographia do Brazil: dr. Alcides Balthar, sobre syndicatos agrícolas; dr. Romulo Pachêco, sobre agronomia; dr. Octacilio, sobre Hygiene publica; dr. Ascendino Cunha, sobre o norte do Brazil; dr. Lima Filho, sobre Hygiene domestica; dr. Flavio Maroja, sobre Hygiene escolar; drs. João Carneiro Monteiro, **Frederico Cavalcante e Xavier Junior, sobre instrucção publica**; Dr.^a **Catharina Moura, sobre os direitos politicos da mulher**; Dr José Rodrigues, sobre os poetas do norte; **João Coriolano de Medeiros, sobre o sertão Parahybano**; dr. Clemente Rosas, sobre o commercio da Parahyba; dr. José Novaes, sobre o mutualismo; Dr. Antonio Hortencio, sobre habitações populares; Tenente cel. Achilles Coutinho, sobre o exercito brasileiro; cel João Lyra, sobre literatura commercial, Dr. Leonardo Smith, sobre organização municipal; Francisco Barrôso, sobre teatro arte dramática; Major Arthur Achilles, sobre instrucção de credito; Dr. Oscar Soares, sobre a vida de imprensa; dr. M. Tavares, sobre sciencias naturaes; Dr. Affonso Campos, sobre direito eleitoral; Dr. João Suassuna, sobre ensino secundário; Dr. Heraclito Cavalcante, sobre habeas-corpus; Dr. Caldas Brandão, sobre o jury; desembargador Botto de Meneses, sobre a democracia ingleza; Dr. Walfredo Guedes, sobre prophylaxia das molestias endêmicas, na Parahyba; Pe. Odilon Coitinho, sobre instrucção primaria; Dr. Joaquim Silva, sobre assistencia publica; Dr. Irineu Joffly, sobre identificação criminal; Anezio Mathias, sobre as artes liberaes na Parahyba e Alvaro de Carvalho, sobre Literatura Italiana. Como se vê, a Universidade Popular compõe-se dos melhores elementos e parece que em dar a nota lacre no concerto de nossa vida espiritual. (CONSTITUIÇÃO..., 1913, p. 01, grifo nosso).

Os temas das conferências eram relativos às questões travadas na sociedade da época - higiene, instrucção pública, voto feminino, imprensa etc. Não catalogamos todas as conferências listadas no jornal, temos, para tal, duas explicações: a primeira é que nem todas foram realizadas e a segunda é relativa ao estado dos arquivos da FUNESC, muitos jornais não estão mais em condição de pesquisa e tem vários números faltantes. O jornal publicou uma nota sobre a distribuição de convites para a classe operária realizada no dia 15 de janeiro:

À CLASSE OPERARIA

O generoso movimento de civismo iniciado no sentido de fundar e manter na Parahyba a UNIVERSIDADE POPULAR, interessa principalmente aos dignos concidadãos que constituem as classes laboriosas, ás famílias dos artistas e dos operarios.

É a educação do povo pelo povo e para o povo.

Os interessados devem concorrer pressurosos á reunião que amanhã, ás 7 horas e meia da noite, se realizará no Theatro Santa Rosa.

Não deixemos morrer na indiferença a mais bella das tentativas de instrucção popular no Estado.

Ao THEATRO SANTA ROSA, Operarios da Parahyba!
(UNIVERSIDADE..., 1913, p. 02, grifo do autor).

Não havia referências no jornal sobre a localidade em que essas chamadas foram distribuídas, no entanto o convite deixou claro o público que se esperaria para essa Universidade: os operários e suas famílias. No jornal de 19 de janeiro de 1913, conquanto houve algumas mudanças sobre o convite, após a moção de Álvaro de Carvalho, as conferências passaram a ser destinadas para os alunos da instrução pública (principalmente do Liceu). A chamada do jornal evidenciou essa mudança: “Aos moços e operarios, especialmente, cabe um esforço em prol da idéa que toma corpo e que agita marcha” (UMA IDEIA EM..., 1913, p. 01). Em 24 de janeiro, **A União** publicou: “Para a festa de sabbado não haverá convites especiaes; reservam-se, porem, os camarotes para as famílias que desejarem abrilhanta-la”. (DUAS CONFERÊNCIAS..., 1913, p. 01).

Consideramos, em razão disso, que existiu uma modificação do público das conferências, se inicialmente o planejamento era destinado apenas a formar os operários, ao incluir os alunos da capital e as famílias abria-se essa proposta para outro público, pertencente a outras camadas da sociedade. Fato esse relatado no jornal do dia 25 de janeiro: “A *Universidade Popular*, como bem o diz o seu titulo, não faz distincção de classes, destina-se ao povo em geral, tendo entrada em o Santa Rosa tanto o cidadão graduado como o mais humilde operario” (O GRANDE..., 1913, p. 01, grifo do autor). Encontramos em outras matérias sobre a realização das conferências, a referência ao público ser composto também pelas “famílias mais ilustres do nosso meio” (8.^a CONFERÊNCIA..., 1913, p. 01).

Sob o título “Instrução primaria gratuita”, **A União** anunciou um acordo ocorrido entre os sócios fundadores da Universidade Popular e as instituições de aulas noturnas gratuitas na capital. Convocando os envolvidos nesse tipo de ensino, conclamou o jornal:

As escolas nocturnas são especialmente destinadas ás classes proletárias que não dispõem de tempo durante o dia para frequentar.

É uma lacuna muito sensível a preencher na difusão das primeiras letras aqui em nosso meio, a qual, graças á prestimosidade de algumas pessoas, já vai sendo sanada.

Temos o prazer de declinar o nome da distincta professora d. Francisca Moura, que naturalmente ha de associar os seus hemeritos esforços a esse tentamen de concentração em serviço de tanta relevancia. (INSTRUCÇÃO..., 1913, p. 01).

A indicação do nome de Francisca Moura deveu-se ao fato dela ser uma das responsáveis pelo Curso D. Ulrico, entretanto não ficou claro se a professora aceitou ou não o convite para a participação na universidade.

A inauguração da Universidade Popular ocorreu no sábado dia 25 de janeiro de 1913. A conferência de abertura, apesar disso não estava presente na lista divulgada anteriormente nos jornais. Essa foi proferida pelo pintor parahybano Aurélio de Figueiredo, sob o título de “O desenho como elemento de educação popular: influencia da pintura nas civilizações antigas e modernas”. A realização da conferência foi noticiada nos jornais do Rio de Janeiro: **A Epoca**, **Correio da Manhã**, **O Paiz** e **O Imparcial**.

A conferência de Coriolano de Medeiros sobre o sertão parahybano foi realizada no dia dez de fevereiro de 1913 e noticiada **O Paiz** do Rio de Janeiro¹⁰⁸. Catharina Moura realizou a oitava conferência intitulada “Os direitos da Mulher” no dia 30 de março de 1913. A conferência foi divulgada e comentada no jornal local, todavia não identificamos nos periódicos

¹⁰⁸ Não localizamos nem essa conferência nem a de Xavier Junior publicadas no jornal **A União**. A fala de Coriolano de Medeiros era prevista para ser a segunda conferência, não obstante os jornais do mês de fevereiro do arquivo da FUNESC não estavam disponíveis para a consulta durante a realização da nossa tese. Quanto o pronunciamento de Xavier Junior sobre a instrução primária não temos ciência se foi realizada, pois houve uma conferência com o título “Instrução pública”, pronunciada por João Carneiro Monteiro em abril de 1913.

de outros estados notas sobre ela. No jornal **A União**, a fala foi transcrita nos dias primeiro e dois de abril. Há uma introdução à conferência:

A dr.^a Catharina Moura, jovem recentemente formada pela faculdade de direito de Recife, onde fez um dos cursos mais brilhantes, sahindo com aprovações distintas em todas as dezesesseis cadeiras, produziu um peça scintillante, de forma e unidade scientifica, que deixou a mais duradoura e grata impressão no auditório. (8.^a CONFERÊNCIA..., 1913, p. 01).

Como explicamos antes, esse jornal era dirigido no período por Carlos Dias Fernandes, colega de faculdade de Catharina Moura. Ambos ingressaram na Faculdade de Direito de Recife em 1908. Moura terminou o curso em 1912 (laureada) e recebeu como prêmio uma viagem à Europa¹⁰⁹. Machado, Nunes e Mendes (2013) sublinham que nesse ano formaram-se 48 bacharéis, sendo ela a única mulher. Entre os parahybanos da turma estavam Carlos Dias Fernandes e Álvaro Pereira de Carvalho. Foi de acordo com os autores, a primeira mulher parahybana a conseguir concluir uma escola superior e a primeira mulher formada na Faculdade de Direito do Recife na Primeira República. Ao se formar sua turma, incluindo Carlos Dias Fernandes, organizou uma comissão para a acompanhá-la de volta a capital parahybana:

D'entre as manifestações promovidas pela turma actual de bacharelados neguma mais significativa e mais affectuosa do que a que será feita a distinctissima alumna d. Catharina de Moura que termina agora o seu curso depois de um tirocinio brilhante em que conquistou as mais lisongeiras aprovações e o elevado conceito em que é tida por todos os seus illustrados mestres e pelos seus dignos collegas, a par do affeto que aos mesmos soube inspirara pela maneira digna e correcta de seu procedimento e pelo seu trato ameno e fidalgo. (MOVIMENTO..., 1912b, p. 02)

Havia uma relação de proximidade entre Catharina Moura e Dias Fernandes. Essa afinidade foi além de uma *rede de sociabilidade* e de uma *comunidade de experiência* partilhada

¹⁰⁹ O prêmio da viagem para Europa foi instituído em 1901 por meio de um concurso com os melhores alunos da turma (CHRONICA..., 1912).

por ambos, mas também existiam no âmbito discursivo. Os dois intelectuais trataram de temas referentes às mulheres apesar de guardarem ideias divergentes (GALVÍNCIO, 2013).

Moura iniciou sua conferência falando que seria por *obediência* as *ordens* do seu *antigo mestre* Castro Pinto¹¹⁰ que iria proferir essa palestra, pois ela se interessou em “[...] desenvolver o nosso proletariado, subir, **evoluir** o nosso povo [...]” (8.^a CONFERÊNCIA..., 1913, p. 01, grifo nosso). Aqui Catharina Moura deixou claro a sua pretensão de ser uma das promotoras da *evolução do povo* por meio da *difusão da educação* para as camadas de proletariados. Essa foi uma postura comum dos intelectuais do período, Vieira (2011) - ao definir o conceito de intelectual para as suas pesquisas - argumenta que esses sujeitos possuíram um sentimento de missão ou de dever social, o qual os levaram a um engajamento político. E essa nos parece ser a postura da palestrante.

Em seguida ela comunicou que: “[...] foi, muito penoso á minha vaidade feminina, apresentar-me a vós todos tal qual sou, sem nenhum **dotes intellectuaes** que alguns me têm presado [...]” (8.^a CONFERÊNCIA..., 1913, p. 01, grifo nosso). Ainda que essa forma discursiva tenha sido utilizada no período pelos intelectuais - como Coriolano de Medeiros que em seus textos referiu-se a si mesmo como “humilde signatário dessas linhas” (MEDEIROS, 1913a, p. 10) e ainda “despertadas, talvez, pela vida que sem lustre nem gloria vou acabando de trilhar” (MEDEIROS, 1922, p. XII) - Catharina Moura detinha ainda outra intensão, tornar sua conferência aceita pelo público. Vejamos a continuação:

Quero apenas prevenir-vos, para que não esperei muito de mim na defeza da causa que aqui me traz. Dizer-vos que não sou infelizmente uma feminista; que, apesar de não ter tido eu em nenhuma epocha da existência o apoio de um braço masculino e ter, portanto, conhecido por experiência o quanto é útil, o quanto é necessária a elevação feminina pelo trabalho de qualquer natureza, não sou uma dessas mulheres sublimes que denodadamente se batem pela elevação, pela emancipação do seu sexo. (8.^a CONFERÊNCIA..., 1913, p. 01).

Corroboramos o olhar de Galvínio (2013) sobre essa passagem. Essa foi a maneira que Catharina Moura encontrou para proteger-se de futuras críticas, já que na sociedade parahybana era escassa a participação das mulheres nos espaços públicos. O local ocupado por Moura como

¹¹⁰ Catharina Moura deve ter sido aluna dele quando cursava o Liceu na Parahyba.

conferencista foi o primeiro que tivemos notícia na Parahyba, havia um desafio duplo da professora: o de passar a mensagem e o de ter sua mensagem aceita enquanto mulher.

Enfatizamos, ainda, nessa passagem uma ironia inclusa nas palavras de Catharina Moura. Havia um jogo de palavras dúbias: a autora afirmou que *não* era uma *feminista*, todavia colocou no meio a palavra *infelizmente*, traçando o mesmo caminho, assegurou que ela *não* contaria o apoio de um *braço masculino*, contudo que isso seria *útil* e que admirava as *mulheres sublimes* que lutavam *pela emancipação do seu sexo*. Nos parece que essas afirmações foram construídas para levar ao público justamente a mensagem contrária a falada, ou seja, Catharina Moura dizia-se uma feminista que lutava pela emancipação da mulher¹¹¹. O jornal do dia seguinte apoiou essa nossa visão:

O **movimento feminista** que nos grandes centros nacionais vai tendo accentuação brilhante, num esforço intellectual dos proprios elementos, pondo em evidencia o valor mental e a tempera de combatividade de muitas mulheres illustres, **teve domingo um verdadeiro sucesso nesta capital**. (8.^a CONFERÊNCIA..., 1913, p. 01, grifo nosso).

Então pelo jornal apreendemos que houve o entendimento, pelo menos para alguns dos partícipes, que Catharina Moura era uma pessoa ligada ao movimento feminista nacional do período¹¹². Machado, Nunes e Mendes (2013, p. 39) elucidam que: “A educadora expõe franca relação com o citado movimento em curso [...]”. Esse entendimento foi gerado pela mudança de abordagem da conferencista nos assuntos da conferência, Catharina Moura pronunciou sobre a primordialidade das mulheres terem assegurado seus direitos políticos no período e da *arcaica* teoria da inferioridade natural feminina¹¹³. Essa fala foi relevante por ser anterior em quase uma década a Federação do Progresso Feminino e suas afiliadas regionais¹¹⁴, que guardariam como

¹¹¹ Infelizmente não temos acesso ao gestual utilizado pela conferencista, mas sabemos que essa linguagem pode indicar e complementar o sentido da fala.

¹¹² Em nove de setembro de 1933, Catharina Moura realizou a saudação ao presidente Getúlio Vargas durante sua visita à capital parahybana e foi tratada pelos jornais com “leader feminista”, ver Apêndice G desta tese.

¹¹³ Para mais informações ver: Machado, Nunes e Mendes (2013).

¹¹⁴ Na Parahyba apenas em 1933 foi fundada a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, da qual faziam parte: Lylia Guedes (presidente), Olivina Olivia Carneiro da Cunha (vice-presidente) e Catharina Moura (primeira oradora) (MACHADO; NUNES; MENDES, 2013).

bandeira o sufrágio feminino, revogação da tese de inferioridade feminina e a educação feminina (MACHADO; NUNES; MENDES, 2013).

Passamos, por conseguinte, para os ponderamentos de Catharina Moura sobre a educação da mulher. Dizia a palestrante: “[...] Não há quem ignore que a instrução da mulher ainda hoje em dia em quase toda parte, acanhada, rudimentar, imperfeíssima, foi quase nulla até bem poucos annos.” (CONTINUAÇÃO..., 1913, p. 01). E concluiu que se as mulheres recebessem a mesma educação que os homens, a tese da inferioridade feminina seria negada em um futuro próximo.

A educação da mulher era diferenciada no período tanto no conteúdo programático quanto nos objetivos finais para a educação. Sobre o conteúdo programático o Regulamento da instrução pública de 26 de agosto de 1904 da Parahyba prescrevia no artigo primeiro parágrafo único: “Nas escolas do sexo feminino se ensinará também trabalhos de agulha e prendas domésticas.” (PARAHYBA, 1904, p. 45). Disciplina essa prevista no programa da Escola Normal em 1913 e destinada apenas ao sexo feminino¹¹⁵. A educação destinada às mulheres no final do século XIX e início do XX, mesmo quando se pretendia igual para os dois sexos, retinha objetivos diferentes. O trabalho intelectual não deveria ser destinado às mulheres, já que essas eram *frágeis* e *nervosas*, esse tipo de trabalho apenas as fatigariam. “[...] O fim último da educação era preparar a mulher para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e os filhos.” (ALMEIDA, 2004, p. 04).

A educação feminina, quando não era restrita apenas restrita ao universo doméstico, tinha como intenção formar as mulheres para a docência no magistério primário. O ensino primário seria o *destino natural* para as mulheres que quisessem ou precisassem trabalhar (ALMEIDA, 2004; ROSENBERG, 2012). Porém a reivindicação da educação feminina nos mesmos moldes da masculina já existia no país, Rosenberg (2012) cita a atuação de Nísia Floresta, Berta Lutz e Maria Lacerda de Moura. A educação era percebida por essas mulheres como uma maneira de avanço da nação, logo as mulheres deveriam ser sujeitos de direitos plenos, inclusive o direito a uma educação igualitária. Caminho esse seguido por Catharina Moura:

¹¹⁵ Em 1911, havia 84 escolas de primeiras letras no estado, 40 para o sexo masculino, 40 para o sexo feminino e 4 mistas.

Uma prudente educação desenvolverá em seu espírito o apego ao lar domestico, cujos encantos saberá partilhas, aumentando-os; gozar, fazendo-os mais apreciáveis e numerosos. Uma instrução variada permite-lhe á procurar no exercício de qualquer profissão honesta os meios de subsistência, quando não lhe houver sido possível construir um lar amigo ou quando tendo esse, faltarem-lhe no emtanto aquelles. (CONTINUAÇÃO..., 1913, p. 01).

As mulheres deveriam ser educadas igualmente aos homens para poderem ter acesso, *quando necessário*, a qualquer profissão. Por mais que pesemos o fato de Catharina Moura não possuir uma reflexão radical, ou seja, não romper com o ideário doméstico para mulheres e condicionar a profissão *ao quando necessário*, percebemos que esse foi um recurso discursivo, para que suas ideias pudessem ser pelo menos anunciadas na Parahyba do início do século XX.

No Brasil para as mulheres que compunham as classes mais abastadas, havia uma diferença nas proposições da ideia de mulheres educadas e da ideia de educação das mulheres (ROSENBERG, 2012). Mulheres educadas deveriam ser aptas a instruir as filhas (para serem boas mães) e os filhos (para serem cidadãos), quando precisassem poderiam exercer o magistério primário, já que esse estava sendo construído como um espaço *maternal*. A educação das mulheres possibilitaria as mesmas a exercer outras funções na sociedade, pois seria igualitária, possibilitando as mulheres a entrada no *mundo masculino público*.

Catharina Moura defendeu que seriam os próprios homens que apresentaram resistência à educação das mulheres, por isso elas possuíam empecilhos para desempenhar papéis fundamentais na sociedade. Desse modo, declarou: “[...] ella vencerá e a igualdade dos sexos será um dia, será num futuro, talvez não mui remoto, uma realidade palpável.” (CONTINUAÇÃO..., 1913, p. 01). E terminou essa parte afirmando que:

E amanhã quando esse movimento, vencendo as barreiras que procuram destruí-lo, alastra-se por todo o mundo civilizado, quando a igualdade legal dos sexos já não for phantasma que o homem procura esmagar e que amedronta a mulher, receosa de perder o amor e o respeito masculinos (se é que se pode chamar amor ao culto rendido ao bello e respeito ás atenções dispensadas á fraquesa) será então perfeita a harmonia nos lares [...] (CONTINUAÇÃO..., 1913, p. 01).

Da mesma forma que outros intelectuais do período, Catharina Moura indicou um *futuro civilizado* a partir da educação. Não o bastante, diferentemente de muitas concepções realizadas pelos homens, esse futuro para ela só seria possível com uma educação igualitária, a qual não diferenciaria homens e mulheres e principalmente garantisse as últimas os mesmos direitos, inclusive políticos.

Ao se encaminhar para o final, a professora voltou a se utilizar de um jogo de palavras que iniciou conformando sua realidade aos desígnios das mulheres no momento para em seguida proferir o contrário. Vejamos: “[...] agrada-me muito mais talhar e costurar um vestido, seduzir um par de meias que estar aqui a ler-vos estas insípidas tiras de papel.” (CONTINUAÇÃO..., 1913, p. 01). E “[...] acho nobre, acho mesmo elevadíssima e até sublime a idéia do levantamento moral, intellectual, social e político da mulher, mas debalde procuro encorajar-me para a defeza dessa causa [...]” (CONTINUAÇÃO..., 1913, p. 01). E para esse sentimento, Catharina Moura relatou que havia duas causas: a sua falta de coragem e ser resultado do meio em que vivia. Pois,

Há infelizmente em nosso meio, muito pouco estímulo, microscópica emulação. Encontram-se, ao contrario, e, boa dose a injusta critica, a emmeerecida censura, a offensiva ironia, procurando a todo transe supplantar aquelles sentimentos e até amesquinhar, aviltar as mais nobres, as mais magnânimas acções. (CONTINUAÇÃO..., 1913, p. 01).

Deixando claro os preconceitos do seu período, a intelectual revelou a forma com que a sociedade parahybana percebia a ela e as outras mulheres. Não deveria ter sido fácil para Catharina Moura chegar ao seu local de fala, as críticas e censuras foram denunciadas na passagem acima. E no parágrafo seguinte, ela deixou claro que se utilizara de um falseamento na sua fala como forma de tentar superar as críticas, censuras e ironias que ouvia em seu meio: “É grande o receio que me inspira a crítica, doe-me immenso a censura, ofende-me a ironia, **mas forçada a aqui vir não podia proceder de outro modo, contrafazendo, mentindo ás minhas idéias.**” (CONTINUAÇÃO..., 1913, p. 01, grifo nosso).

Soihet (2012) mostra como as mudanças ocorridas no final do século XIX e início do XX levaram as mulheres de várias classes a lutarem pelo pleno acesso à educação e à profissionalização e pelo direito de votar e de serem votadas. Essas reivindicações causaram

conflitos na sociedade, principalmente entre os homens que exerciam papéis de autoridade, para tal esses homens pautaram suas ideias nas teorias sobre a inferioridade feminina. Como resultado esses indivíduos realizaram *críticas ácidas* as demandas femininas por meio da imprensa, das caricaturas, das crônicas, etc. As militantes eram ridicularizadas e seus pedidos enfrentaram fortes entraves na sociedade.

Catharina Moura parecia estar ciente e incomodada com essas críticas desde de o início da sua conferência. Abordando os assuntos de direito ao voto, teoria da inferioridade, educação igualitária e acesso a carreiras profissionais, ela procurou apaziguar suas palavras com uma certa conformação à sociedade parahybana. Sua exposição repercutiu no período e o feminismo começou a tomar conta de algumas matérias dos jornais parahybano (GALVÍNCIO, 2013), mesmo que fosse para exemplificar a maneira correta dele agir ou para criticar ou, ainda, para ridicularizar o movimento.

Seguindo, listamos as referências a mais algumas falas que ocorreram na Universidade Popular. Álvaro Carvalho ministrou a conferência “A litteratura italiana” no dia 16 de abril, que foi noticiada no jornal **O século e O Imparcial** do Rio de Janeiro. João Carneiro Monteiro proferiu a conferência intitulada “Instrução pública”. Em 18 de maio, Boto de Menezes realizou a conferência “A democracia ingleza”, essa saiu nos jornais **Correio Paulistano** (São Paulo), **O Paiz** (Rio de Janeiro) e **O Imparcial** (também do Rio de Janeiro). O último periódico escreveu a seguinte observação: “Nota-se aqui um auspicioso movimento intellectual despertado por aquella instituição, que continua a fazer a propaganda no seio do povo, das idéias necessarias á instrucção deste.” (A “DEMOCRACIA..., 1913, p. 09).

A última conferência que tivemos notícia pelos jornais foi a de seis de junho, proferida por Castro Pinto sobre a “Organização jurídica da família” e noticiada no jornal **O Paiz** (Rio de Janeiro). Essa seria a última conferência da primeira série da Universidade Popular que retornaria suas atividades após o recesso. Castro Pinto (1913, p. 14) comentou a experiência em sua mensagem como presidente do estado:

Não é extranho a esse plano do Governo, de incentivar a instrucção por todos os meios consentaneos, o da fundação de uma Universidade Popular, sob os seus auspícios, o que se effectivou com um brilhantismo inesperado, encerrando-se a primeira época das coferencias que serão reatadas em tempo opportuno, e com os remodelamentos que a experiencia nos aconselha.

Pela fala do presidente de estado, havia a proposta de se continuar com os ciclos de palestras, porém tal qual como aconteceu com a instituição carioca, a Universidade Popular parahybana teve curta duração. E após essa data não detectamos mais referências do seu funcionamento, nem na mensagem seguinte de Castro Pinto nem no jornal **A União**. Porém, bem como ressalta Aguiar (1999) em relação à carioca, o curto período de funcionamento não pode encobrir a importância dessas instituições para a sociedade da época. Esses experimentos foram pensados para a instrução popular, mesmo que sobre óticas diferentes, mostram uma preocupação por parte dos intelectuais com a instrução do povo. Na Parahyba, apesar do desaparecimento dessa instituição, continuou ocorrendo ciclos de conferências ministrados em diversas localidades como o Liceu, a Escola Normal e no próprio Theatro Santa Roza (GALVÍNIO, 2013).

Apreendemos, por conseguinte, que a Universidade Popular procurou disseminar um processo de modernidade (o qual era também educacional e pedagógico) no estado, ligado a ideia de progresso (da sociedade, das instituições, das cidades, do povo, etc.) e à noção de civilização. Como pano de fundo, temos a educação, a qual atravessou todas essas questões. Civilizar o povo, nesse sentido, tinha uma acepção maior do que apenas lhe fornecer o acesso à instrução primária, perpassou outras esferas como a experiência das conferências na Universidade Popular.

A última instituição que damos relevância em nossa tese é a Sociedade dos Professores Primarios da Parahyba fundada em 1917. Essa associação pode ter sido fruto das assembleias de professores que ocorreram um ano antes e foram noticiadas no jornal **A União** (SILVA, 2008). Em uma delas realizada em abril de 1916 na Escola Normal, estavam presentes: Alcides Bezerra (Inspetor Geral do Ensino), *José Coelho*, Laura Lyra, Julita Machado, Emerentina Gouveia, Isabel Ramos, *Francisca Moura*, Rita Guedes, Maria das Neves Brayner, Maria Juventina Coelho, Abílio Dantas, Sizenando Costa e Eduardo de Medeiros.

Nessas assembleias eram decididas algumas questões para o ensino de primeiras letras na capital do estado. Havia a necessidade de se uniformizar o ensino em todas as escolas, públicas e particulares, e uma das monções foi a adoção dos mesmos livros, a saber:

1º Grau – Cartilha das Mães – Arnaldo Barreto – Cartilha Analítica – Arnaldo Barreto

2º Grau – Primeiro e Segundo livro de Puiggari Barreto – Terceiro livro de leitura de Puiggari Barreto – Através do Brasil – Manoel Bomfim/Olavo Bilac – **Língua Materna** – **Xavier Junior** – Aritmética Intuitiva – Geografia – Arthur Thiré

3º Grau – Por que me ufano do meu país - Affonso Celso – **Chorografia da Parahyba José Coelho** – Methodo de Música – Rodolfo (ATA..., 1916, p. 02, grifo nosso).

Outro planejamento importante seria o método que os professores utilizariam para o ensino de diversas matérias, ficou indicado o método intuitivo para as disciplinas de português, história e geografia. Silva (2008, p. 63, grifo nosso) frisa que: “**O ensino de Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais passaria a ser intuitivo**; Criação de um campo de demonstração das aulas práticas; Abolição da caligrafia vertical; [...]”. Essas duas ações das assembleias foram significativas.

A fundação da Sociedade de Professores Primarios foi em 16 de junho de 1917 no Grupo Escolar Thomas Mindello e estiveram presente 40 professores. Em conformidade com a notícia do jornal **A União** seria o objetivo principal dessa sociedade: “[...] tratar de tudo o que se referia ao desenvolvimento do ensino popular e dos interesses do professorado [...]”. (SOCIEDADE, 1917, p. 01). A diretoria provisória constituída nessa reunião foi composta por *José Coelho* (presidente), Elyseu Maul e *Eudesia Vieira* (secretários). A comissão para criação do estatuto foi composta por: Sizenando Costa, Eduardo Medeiros, Alice Pinto Seixas, Maria Juventina Coelho, *Olivina O. C. da Cunha* e Ninalia de Luna Freire (O “DIARIO”..., 1917). No mês seguinte foi eleita a primeira diretoria:

Presidente – José Coêlho;

Vice-presidente – Eduardo Medeiros;

Oradora – Eudesia Vieira;

1ª. secretaria – Isabel Cavalcanti Monteiro;

2º secretario – Lourival Lima;

Thesoureiro – Elyseu Maul;

Vice-thesoureira – Alice Pinto;

Bibliothecario-archivista – Sisenando Costa. (SOCIEDADE DOS..., 11/07/1917, p. 01, grifo nosso)

Em 1918, compunham o quadro dessa Sociedade como: presidente Elyseu Maul; *vice-presidente Olivina Carneiro da Cunha*; primeira secretária Maria Juventina Coelho; segunda secretária Nimalia de Luna Freire; *thesoureiro José Coelho*; orador Sizenando Costa; e bibliotecário Alexandrina Pinto (ASSOCIAÇÕES, 1918). Em 1919, José Coelho tornou-se o presidente dessa sociedade. O quadro diretivo era: *José Coelho, presidente; Olivina Carneiro da Cunha, vice-presidente*; Elyseu Maul, primeiro secretário; Alexandrina Pinto, segunda secretária; João Baptista L. de Araujo, thesoureiro; José de Mello, orador; e Jacintha Neves, bibliotecária-archivista. (BOLETIM..., 1919). Pelo jornal **A União**, entendemos que a Sociedade se reunia pelo menos uma vez ao ano, colocando as chamadas nesse periódico. Listamos as reuniões dos dias: nove de agosto de 1919; sete de agosto de 1920; sete e oito de outubro de 1921; julho de 1922.

Uma ação relevante dessa Sociedade foi a criação do primeiro caixa escolar na Parahyba no dia três de maio de 1919. **A União** noticiou: “Essa obra de beneficiamento escolar foi levada a efeito pela Sociedade dos Professores Primarios, que muito e bons serviços está prestando ao ensino de primeiras lettras desta capital.” (FUNDAÇÃO..., 1919, p. 01). Para tal, foi composta uma comissão que tinha como membros: José Coelho, Sizenando Costa, José Mello, Juventina Coêlho e Luiza Dhalia. O caixa escolar havia sido previsto pelo Regulamento de 1917 e ajudou financeiramente com roupas, materiais e mesmo alimentação as crianças oriundas das camadas mais baixas da sociedade que não possuiriam condições para frequentar o ensino regular sem essa ajuda.

Era de responsabilidade da Sociedade a promoção de conferências e festas cívicas. Um exemplo foi a comemoração da independência nacional. “Uma grande passeata promovida pela Sociedade dos Professores Primários. Conferencia do sr. dr. Carlos D. Fernandes no Theatro Santa Rosa. A peroração dessa pessa illustraria.” (A COMEMORAÇÃO..., 1920, p. 01). A passeata foi realizada às 16 horas e saiu da praça Venancio Neiva na capital parahybana.

Tivemos acesso à apenas um boletim dessa Sociedade, apesar de não haver escritos dos intelectuais que estudamos e que foram partícipes dela, fizemos uma breve apresentação desse documento para entendermos a atuação da Sociedade na Parahyba. Em 15 de setembro de 1919, foi lançado o segundo número do **Boletim da Sociedade dos Professores Primarios da**

Parahiba. Esse era composto por 32 páginas divididas da seguinte forma: *Educação Moral*, artigo assinado por Alcides Bezerra; *A instrução primaria em confronto com os outros problemas nacionais* de Celso Affonso Pereira; *O ensino de Chorographia e Historia da Parahyba* por J. de Mello; *Excerpto pedagógico* sem assinatura; *A fortaleza de Cabedello* de Elyseu Maul; *Municipio de Ittabaiana* por José Mendonça; *Municipio de Teixeira* sem assinatura; *Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba*; *Biographias* sem assinatura; *Municipio de Taperoá* sem assinatura; *Dr. Eptacio Pessoa* sem assinatura; *Ensino de Historia* sem assinatura; *Correspondencia*; *Relatorio* por Elyseu Maul; *Conselho superior de Instrução*. No artigo sobre a fortaleza de Cabedello existem seis fotografias do local e na matéria sobre Epitácio Pessoa há uma foto do personagem.

Interessante notar que o boletim apresentou tanto artigos para a pesquisa dos professores com matérias informativas tanto matérias formativas, nas quais eram debatidos métodos didáticos e formas de ensino de uma determinada disciplina. A Sociedade dos Professores Primarios na Parahyba durou várias décadas. A instituição dessa Associação foi significativa na Parahyba e, juntamente com outras ações governamentais, representou o início da profissionalização dos professores no estado. Nóvoa (1987), pensando no processo de profissionalização docente de Portugal, cita quatro etapas para a sua concretização, a saber:

- 1a. Etapa: a atividade docente ser exercida como principal ocupação dos que nela trabalham;
- 2a. Etapa: estabelecimento de suportes legais para o exercício do magistério;
- 3a. Etapa: criação de instituições específicas para a formação dos professores;
- 4a. Etapa: constituição de associações para os profissionais docente.

Destarte, Nóvoa (1987) enfatiza que esse processo esteve intimamente ligado ao processo de formação dos Estados nacionais modernos e dos seus sistemas escolares e que, por isso, retinham semelhanças no Ocidente. Consequentemente, percebemos a importância dessa Sociedade no período para os professores. Sua duração foi longa e a participação dos intelectuais revelam o posicionamento estratégico que essa sociedade tinha na Parahyba. Juntamente com a Escola Normal, a Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba desempenhou uma função importante no processo de formação e de auxílio à docência. No próximo tópico, abrangemos dois livros destinados a escola de primeiras letras.

6.2 A LÍNGUA MATERNA E A HISTÓRIA DA PÁTRIA NA PARAHYBA: OS LIVROS DIDÁTICOS DE XAVIER JUNIOR E DE EUDESIA VIEIRA

Neste tópico buscamos uma compreensão de dois livros adotados nas escolas da Parahyba na Primeira República, a saber: **Lições da língua materna** de Xavier Junior e **Pontos de historia do Brazil** de Eudesia Vieira. A escrita de livros realizada por intelectuais no período nos traz indícios da importância que eles atribuíram ao ensino como partícipe do processo de formação nacional (HANSEN, 2007). Schueler e Magaldi (2009, p. 55) apontam a indispensabilidade de pesquisas que incluam a participação de professores nesse processo de produção de saberes (escrita de livros e confecção de materiais escolares) e “[...] nos processos políticos de constituição de formas associativas como lugares de sociabilidades profissionais [...]” como, por exemplo, a Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba.

O ensino da língua materna e da história da pátria foram duas questões fundamentais para a escolarização no período imperial e no republicano (SENA; RAMOS, 2015; PINHEIRO, 2001). Por um lado, tanto a língua nacional quanto a história da pátria constituíram elementos fundantes para o estabelecimento dos Estados-nações. E por outro, esses próprios Estados se responsabilizaram pela *criação* das nações para as quais a escolarização, no geral, e a língua nacional, no particular, notabilizando-se como a condição principal da nacionalidade (HOBBSAWM, 2015).

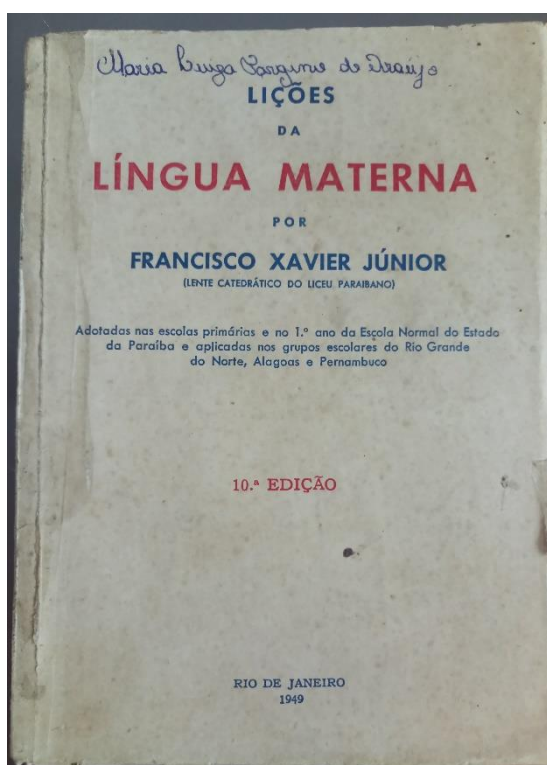
Dessa forma, a partir do final do século XIX e início do XX, a exigência do ensino da língua materna no Brasil visou o fortalecimento da ideia de nação, pois a língua, o território e a história faziam parte do sentimento de nacionalismo (SENA; RAMOS, 2015). E foi no bojo dessas ações que Xavier Junior escreveu e publicou o livro **Lições da língua materna** em 1906. Tivemos acesso à décima edição, composta por 186 páginas e distribuídas por: *Nota explicativa* por Aluíso Xavier; *A razão dêste livro* escritor pelo próprio Xavier Junior; *Decreto n. 315 – de sete de janeiro de 1907*; *Parecer do conselho superior de instrução pública da Paraíba*; 40 lições¹¹⁶; e *Índice alfabético das matérias* de Lauro P. Xavier¹¹⁷.

¹¹⁶ Nas primeiras edições possuíam apenas 35 lições (SENA; RAMOS, 2015).

¹¹⁷ A nota explicativa e o índice alfabético foram acrescentados nessa edição.

A décima edição foi impressa no Rio de Janeiro pelo Serviço Gráfico do IBGE em 1949. E vem com a informação que o livro foi adotado nas escolas primárias, no primeiro ano da Escola Normal da Parahyba e aplicado nos grupos escolares do Rio Grande do Norte, Alagoas e Pernambuco. Essas informações são interessantes, pois revelam a duração do livro e a reedição no Distrito Federal, além da circulação por outros estados.

Figura 14 - **Lições da língua materna** (XAVIER JÚNIOR, 1946)



Fonte: Arquivo da autora e foto da autora.

Tivemos acesso à capa de umas das primeiras edições, impressa pela imprensa oficial da Parahyba (SENA; RAMOS, 2015). Nas duas capas, seguido o nome de Francisco Xavier vinha sua vinculação: “Lente catedrático do Liceu Paraibano”. Esse tipo de informação era comum nos livros para as escolas e traziam o *status* do escritor.

O livro de Xavier Junior foi adotado nas escolas de acordo com o decreto n. 315 de sete de janeiro de 1907 que estabeleceu no primeiro artigo: “Para o ensino da língua pátria nas Escolas Públicas de instrução primária, é adota com exclusão de qualquer outro compêndio, a obra *Lições da Língua Materna* do professor Francisco Xavier Junior.” (PARAHYBA, 1907

apud XAVIER JUNIOR, 1949, p. 07, grifo do autor). Em conformidade com o que vimos no tópico acima, esse livro foi recomendado em 1916 para ser adotado no segundo ano do ensino primário pela assembleia dos professores (ATA..., 1916, p.02).

O parecer do conselho superior de instrução pública ¹¹⁸ descrevia que “[...] é mais que um trabalho útil, é um livro necessário ao atual momento da evolução intelectual e pedagógica”. (PARECER..., 1907 apud XAVIER JUNIOR, 1946, p. 07). Pois, a despeito desse conhecimento e da emergência de se instaurar um *novo método de ensinar as primeiras letras*, não havia livros didáticos com embasamento nele no estado.

Assim, vemos com pesar nas nossas escolas primárias colocarem-se nas mãos das crianças compêndios para o estudo da língua materna, calcados nos moldes do método dedutivo, recheados de regras e de exceções cuja a compreensão supõe um desenvolvimento intelectual que o aluno não pode ter ainda. E, na impossibilidade de fazer compreender o professor decora.

Assim, o espírito da criança se fatiga e só a memória se enche – não de princípios, mas de palavras que aliás não retêm senão o tempo necessário para dar a lição e responder ao argumento. (PARECER..., 1907 apud XAVIER JUNIOR, 1946, p. 08).

Isso posto, o conselho afirmou que o método dedutivo era o utilizado nos livros das escolas parahybana e que esse método englobaria a memorização como base. Ele não seria mais adequado, pois os conhecimentos em psicologia e pedagogia teriam mostrado que as crianças não conseguiriam internalizar as regras da língua materna, apenas decorariam e esqueceriam. E continuou:

Outro é método a que obedece o livro que examinamos. Seguindo os salutareos ditames do método indutivo, êle não apresenta regra ou a definição, que são sempre generalizações, senão após ter feito no espírito do escolar a compreensão da matéria por uma série de exercícios práticos, tendo-o assim habilitado a conceber o alcance e a extensão da generalização. (PARECER..., 1907 apud XAVIER JUNIOR, 1946, p. 08).

¹¹⁸ O Conselho Superior de Instrução Publica no período era formado por: Seráfico Nobrega (presidente); Tavares Cavalcanti (Relator); Santino Coutinho e Cândido Soares Pinho.

A imposição de mudança do método partiria da realidade educacional, ou seja, o *velho* método dedutivo não era mais possível de ser aplicado na *nova* escola moderna. Para tal, era necessário a instituição de um método igualmente *novo*, o indutivo. Essa foi uma retórica do período, selecionar e apresentar o que seria mais adequado para o escritor como *novo, moderno, civilizado*, entre outros adjetivos. À vista disso, o livro seria melhor que os antigos, pois apresentaria poucas regras e definições, exibidas com palavras simples e com clareza e, ainda, dispôs uma “excelente disposição das matérias, e a divisão do livro em partes nada deixa a desejar” (PARECER..., 1907 apud XAVIER JUNIOR, 1946, p. 08).

Além das qualidades atribuídas ao método escolhido, o conselho destacou a atuação de Xavier Junior no magistério parahybano. O livro foi impresso um ano antes dele ser diretor da instrução pública. “Outra cousa não era de se esperar da proficiência científica e longa prática do magistério que possui o ilustre educador.” (PARECER..., 1907 apud XAVIER JUNIOR, 1946, p. 08). A adoção dos livros nas escolas dependia de um parecer positivo do conselho superior de instrução pública e os livros didáticos na maioria das traziam esse parecer anexado ao seu início (SENA; RAMOS, 2015). Esses conselhos garantiam uma qualidade didática e uma adequação científica dos livros no período.

O prefácio foi escrito pelo autor para os professores que iriam adotar esse livro. Xavier Junior iniciou relatando que sentia a falta, a partir da sua *longa prática de ensino*, de um livro para a língua materna prática que estivesse em “[...] harmonia com os modernos processos da psicologia pedagógica”. (XAVIER JUNIOR, 1946, p. 05). Logo, ele vinculou a sua escrita aos seus conhecimentos práticos e teóricos em relação à docência.

Xavier Junior (1946, p. 05, grifo do autor) frisou o seu conhecimento das obras “**Lições de Coisas** de Calkins, traduzido do dr. Rui Barbosa, **Gramática da infância** de Hilário Ribeiro e **Exercícios preparatórios de composição** de C. Claudino Dias”. Seria inspirado nesses livros e no método intuitivo que teria composto o seu. O método intuitivo começou a ser difundido no Brasil a partir da segunda metade do século XIX e era presente nos debates sobre a obrigação de instrução para o povo.

Sua vulgarização deu-se por meio de impressos pedagógicos (livros, revistas e jornais) e de um debate teórico que aproximou a psicologia da pedagogia no Brasil até a década de 1930. “De uma forma definitiva para a educação escolar a consideração da atividade do aluno, como

sujeito no processo de aprendizagem e do lugar do professor e dos métodos, como sujeito e instrumento, respectivamente, mediadores desse processo.” (FARIA FILHO, 2010, p. 143-144).

O entendimento sobre esse método era bastante ambíguo no Brasil¹¹⁹. Principalmente por causa das críticas: aos livros escolares para o ensino - os quais reduziam o método a lições ou a pontos a serem ensinados pelos professores; e pela forma de se instituir o método - se era uma disciplina para ser inserida nos cursos normais ou um método para pautar todo o sistema de ensino (SCHELBAUER, 2006). Essa foi uma das maiores críticas de Rui Barbosa (1946 [1883], p. 214):

A lição de coisas não é um assunto especial no plano de estudos: é um método de estudo; não se circunscreve a uma secção do programa: abrange o programa inteiro; não ocupa, na classe, um lugar separado, como a leitura, a geografia, o cálculo, ou as ciências naturais: é o processo geral, a que se devem subordinar todas as disciplinas professadas na instrução elementar. No pensamento do substitutivo, pois, a lição de coisas não se inscreve no programa; porque constitui o espírito dele; não tem lugar exclusivo no horário: preceitua-se para o ensino de todas as matérias, como o método comum, adaptável e necessário [...].

Por conseguinte, o método intuitivo seria uma proposta para a formação dos próprios professores, deveria estar integrado ao plano metodológico e não apenas ligado à questão da imposição de material escolar como mapas, gravuras, objetos de madeira, etc. Xavier Junior ao citar o livro de Calkins procurou ressignificar o que foi produzido no país como *moderno e pedagogicamente avançado*. Essa questão serviria para mostrar a adequação do seu livro ao conhecimento divulgado período. Ressaltamos que o professor conhecia e já havia trabalhado com esse livro em 1892 quando era diretor e professor do Collegio Parahybano conforme mostramos no capítulo quatro. O livro e o método foram apresentados como *os modernos processos de ensino* que eram adotados nessa instituição.

¹¹⁹ Ambiguidade também identificada na Europa. No Brasil, o debate foi ampliado com o decreto n. 7247 de 1879 - conhecido como reforma Leôncio de Carvalho - o qual instaurou uma disciplina no Curso Normal chamada Lição de Coisas e que foi amplamente combatida por Rui Barbosa nos Pareceres de educação. (ESPINDOLA, 2012).

Igualmente ao parecer do conselho, o professor escreveu sobre a *velha* prática do ensino da língua materna adotada no estado. Afirmando que se sentia *constrangido* com o processo de obrigar as crianças a decorarem regras e definições gramaticais. Pois, esse *violaria* os cânones da *pedagogia moderna* e tornaria as crianças apenas *passivas* no processo de ensino e de aprendizagem.

Passando a tratar dos professores, Xavier Junior indicou que o método intuitivo traria “[...] maior trabalho para o mestre e pequeno esforço intelectual por parte do alunozinho [...]” (XAVIER JUNIOR, 1946, p. 05). Por essa razão, ressaltou a reforma do ensino ocorrida em 1904 e a utilidade de adoção do livro para que as escolas atingissem a *verdadeira educação técnica*. Dirigindo-se diretamente aos professores, ele proferiu: “Convençam-se os srs. professôres de que não é por meio de gramáticas que compendiam regras e definições para serem decoradas, que se conseguirá ensinar a crianças a língua pátria.” (XAVIER JUNIOR, 1946, p. 06). De tal modo, era necessário combater essa forma de ensinar que fosse baseada no exercício exclusivo da memorização. A precisão do livro seria devido a:

Os seus exercícios e as lições em que se divide, obedecem à ordem natural do desenvolvimento que vae adquirindo a inteligência do menino. Convém, portanto, que essa ordem não seja alterada, e que o aluno só passe para outra lição quando se achar bem familiarizado com os exercícios da precedente. (XAVIER JUNIOR, 1946, p. 06).

O autor apresentou o conteúdo como um encadeamento *natural* da aprendizagem infantil que deveria ser respeitado pelo professor. Os livros dentro dessa perspectiva possuíram uma função diferenciada, não seriam mais para a memorização dos alunos (como os manuais didáticos mais antigos) e sim como norte para a orientação dos professores sobre as aulas, os conteúdos didáticos e a ordenação das atividades e das tarefas.

No livro **Lições da língua materna**, destacamos ainda a transcrição de duas matérias dos jornais parahybano feitas no período de seu lançamento, a saber: do jornal **O Commercio** intitulada “Instrução Pública: um livro necessário”; e “Livro Escolar” do jornal **A União**. A primeira matéria iniciou traçando um percurso de Xavier Junior do período de estudante ao de professor e gestor público. Exaltando o fato de ser a primeira gramática produzida na Parahyba, o jornal proferiu que diante da “[...] situação precária da instrução publica da Parahyba [...]”

(D'O COMMERCIO apud XAVIER JUNIOR, 1949, p. II). O professor teria apresentado um trabalho de referência sobre o ensino da língua materna, haja vista a urgência no período em se remodelar os métodos de ensino, desse modo:

Um método de ensino para mocidade de nossa terra! Um escrínio de alimentos espirituais, recalcados nos mais **modernos processos do magistério**, remodelado pela pratica, adaptado pela experiência à assimilação do espirito infantil! (D'O COMMERCIO, apud XAVIER JUNIOR, 1949, p. II, grifo nosso).

A matéria do jornal **A União** considerou o livro de Xavier Junior como uma obra *primorosa* que deveria ser adotada nas escolas primárias do estado. Pois, esse livro estaria organizado “[...] de uma maneira clara e metódica, atestando que presidio à sua confecção a alta competência de um mestre, um senhor da matéria [...]” (A UNIÃO apud XAVIER JUNIOR, 1949, p. IV). Essas duas matérias foram selecionadas pelo autor do livro para constarem em sua obra. Localizamos ainda uma matéria do jornal **Diario de Natal** do estado do Rio Grande do Norte do dia

Bem como as outras, essa notícia iniciou qualificando Xavier Junior “[...] com sua longa pratica do ensino e conhecedor dos modernos processos da Pedagogia [...]” (PUBLICAÇÕES, 1907, p. 02). Percebemos que tanto o intelectual, quanto as matérias sobre o livro evidenciaram o fato dele ter tido uma longa carreira no magistério e dos seus conhecimentos teóricos sobre a pedagogia.

Seguindo a mesma escrita dos outros textos, o jornal apontou que diferentemente das gramáticas utilizadas nas escolas permeadas por definições e regras, o livro de Francisco Xavier Junior seguia o método intuitivo, gradual e concreto, o que tornara fácil e atrativo o trabalho escolar. Por fim, frisou o fato do livro ter sido adotado nas escolas de primeiras letras parahybanas e agradeceu ao autor o envio de um exemplar. Interessante notar que anos mais tarde esse livro foi adotado em um grupo escolar do estado.

A circulação tanto do lançamento do livro quanto do próprio livro por outros estados brasileiros, além das várias reedições nos mostram a importância desse escrito no período. A ênfase dada ao fato de Xavier Junior ter sido professor com uma longa carreira no magistério

também nos indica a importância atribuída no período a sua prática docente aliada aos seus conhecimentos teóricos tanto sobre a psicologia infantil tanto sobre a pedagogia.

Hobsbawm (2015, p. 230) expõe que as línguas nacionais detiveram um caráter essencial na constituição da nação e, em razão disso, era notório que fossem “[...] compiladas, homogeneizadas e modernizadas para uso contemporâneo e literário [...]”. A normatização, a partir dos livros didáticos, da língua materna foi fundante para a construção de uma identidade nacional e de um nacionalismo no país.

Além da língua materna, a história foi percebida como um conhecimento instaurador para a constituição dos Estados-nações. Seria a partir do conhecimento histórico que se poderia construir uma memória e uma identidade comum entre os diferentes habitantes de um determinado território. Passamos, então, para as nossas análises do outro livro produzido por uma professora que estudamos.

Eudesia Vieira deve ter publicado o livro **Pontos de História do Brasil** (VIEIRA, 1930) provavelmente em 1921. Não sabemos a data exata, pois não constava na sexta e na sétima edição do livro que tivemos acesso. Porém nessas edições, havia a transcrição do parecer do conselho da instrução pública do estado datado do dia três de maio de 1921. Listamos uma notícia no **Jornal de Recife** do dia nove de fevereiro de 1922, que enunciou:

A primeira edição foi tirada o anno atrasado nas oficinas da Imprensa Official, sendo exgottada em pouco tempo. O Collegio das Neves, que é um dos mais importantes do Norte, adoptou tambem o livro da professora Eudesia Vieira, parecendo que outros estabelecimentos particulares farão posteriormente. (O “JORNAL”..., 1922, p. 01).

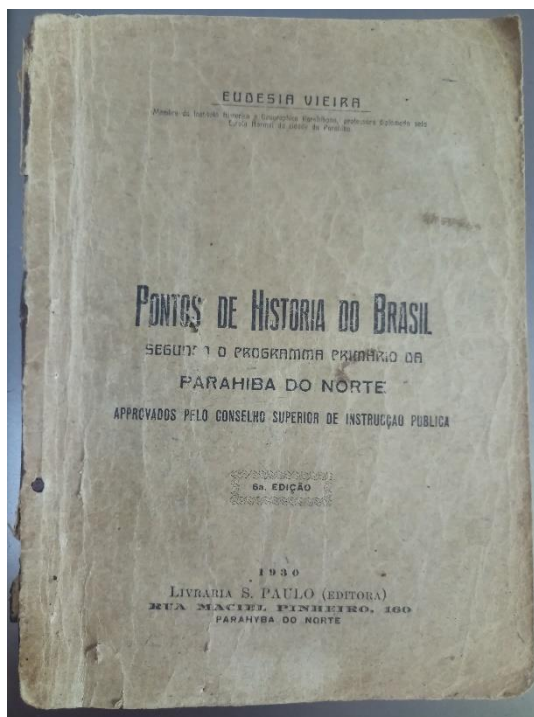
Pelo jornal percebemos que o livro foi publicado em 1921, ou seja, um ano antes dela ingressar no IHGP. Esclarecemos que possivelmente foi essa obra que deu visibilidade a Eudesia Vieira na Parahyba, esgotada a sua primeira edição em um ano e já com a segunda sendo lançada em 1922, ela teve sua obra reconhecida. A sua publicação foi possibilitada pelo Regulamento de 1917 de dezembro de 1917 que no artigo 90 regeu:

O professor que houver produzido alguma obra ou inventado aparelho ou método de ensino que seja considerado de real valor didático, a juízo do Conselho Superior de Instrução, terá o direito à publicação gratuita na Imprensa Oficial ou divulgação deles, e o govêrno os fará adotar nas escolas públicas. (VIEIRA, 1950, Art. 90...).

Como a sétima edição do livro foi corrigida e aumentada, nos baseamos na sexta edição cujo o conteúdo deve ser mais próximo das primeiras. O livro contava com 191 páginas divididas em: *Diretoria de instrução publica* de João Alcides Bezerra Cavalcante; *Dedicatória* a Coriolano de Medeiros; *Duas Palavras* escrito por Coriolano de Medeiros; *Assim “A União”, orgam official deste Estado, noticia o apparecimento da primeira edição dos “Pontos de história do Brazil”*; *Parecer do conselho da instrução publica do estado da Parahiba do Norte, sobre a primeira edição dos ‘Pontos de Historia do Brasil’* de José Eugenio Lins de Albuquerque; 30 pontos¹²⁰; *Creanças* de Eudesia Vieira; e *Indice*. Vejamos as capas das duas edições:

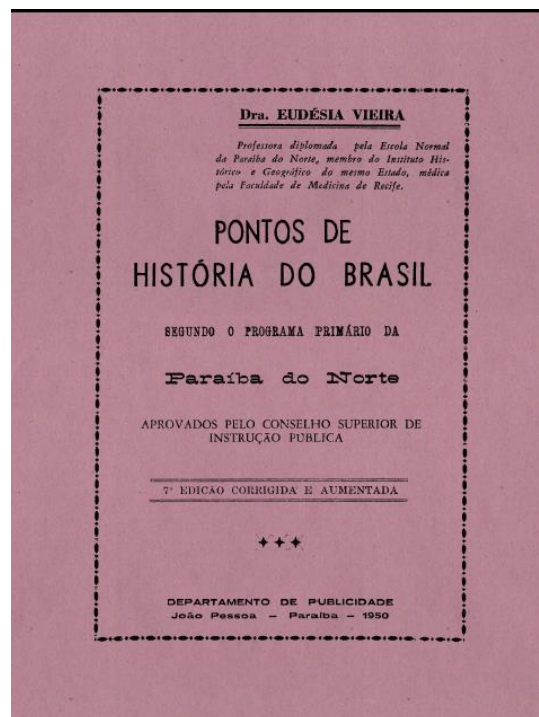
¹²⁰ Pelo parecer sabemos que a primeira edição detinha apenas 22 pontos (ALBUQUERQUE apud VIEIRA, 1930, p. XV).

Figura 15 - **Pontos de historia do Brasil**
(VIEIRA, 1930)



Fonte: Arquivo da autora e foto da autora.

Figura 16 - **Pontos de história do Brasil**
(VIEIRA, 1950)



Fonte:
<<http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

Percebemos algumas mudanças nas capas, na de 1930 abaixo do seu nome estava escrito que ela era membro do IHGP e professora diplomada pela Escola Normal da cidade da Parahyba. Na capa de 1950, antes do nome vinha o título de doutora e depois do seu nome além das informações da capa anterior vinha descrita a formação pela Faculdade de Medicina de Recife¹²¹. As duas edições foram impressas na capital do estado.

A primeira informação que constava no livro era da Directoria de Instrução Publica, a qual recomendou a adoção do livro para o ensino da história da pátria, pois esse relacionou “[...] os fatos da história nacional com os da história local [...]” (CAVALCANTI, 1922 apud VIEIRA, 1930, Directoria...). O livro de história de Eudesia Vieira não era o primeiro livro

¹²¹ Apesar dos seus biógrafos colocarem Eudesia Vieira como a primeira mulher parahybana e única da turma a se formar em medicina, apontamos informações que havia outra mulher em sua turma, ver Apêndice J.

publicado na Parahyba sobre a história local¹²², mas conforme Pinheiro (2001) foi o primeiro a relacionar os fatos nacionais aos locais.

Eudesia Vieira (1930, Ao Coriolano...) dedicou seu livro à Coriolano de Medeiros: “[...] infatigável pioneiro da civilização da Parahyba e amigo da mocidade que estuda, estas paginas.” Essa informação e o fato de Medeiros ter escrito o prefácio da obra mostra-nos que apesar de ainda não ser partícipe do IHGP, Vieira esteve inserida nos ciclos intelectuais do período. Os dois conservaram uma diferença de idade de quase duas décadas, Coriolano de Medeiros na década de 1920 detinha uma grande quantidade de escritos como relatamos no tópico anterior e seu nome já era reconhecido na Parahyba. A escrita desse prefácio foi importante tanto para a aprovação do livro quanto para a sua divulgação. Albuquerque (apud VIEIRA, 1930, p. XV) no parecer do Conselho de Instrução Pública iniciou:

Este Conselho poderia julgar-se dispensado de emitir parecer sobre os “Pontos de Historia do Brasil”, publicado em folhetos pela professora d. Eudesia Vieira, se lhe bastasse o que a seu respeito disse o professor Coriolano de Medeiros nas “Duas Palavras”, abrindo esse resumido trabalho de Historia da Patria.

Era de fundamental importância o estabelecimento de *redes de sociabilidades* entre os intelectuais das gerações mais novas e os das gerações mais velhas. Coriolano de Medeiros (apud VIEIRA, 1930) reconheceu a diferença de gerações entre os dois, ao se referir a sua vida disse no prefácio: *vou acabando de trilhar* e sobre a vida de Eudesia Vieira: *ora começa*. Isso ocorreu também com Xavier Junior que era duas décadas mais jovem que Joaquim da Silva e tiveram uma relação tanto de trocas intelectuais (o primeiro dirigiu e ministrou aulas no colégio do segundo) quanto pessoais (já que Xavier Junior era casado com a filha de Silva). Essas redes se formaram em lugares de sociabilidade que podiam ser institucionalizados - como a Escola Normal e o IHGP - ou não - como os cafés e as livrarias. Nesses espaços ocorriam as apresentações de novos sujeitos, os debates de ideias e os enfrentamentos entre os intelectuais.

No parecer, Albuquerque (apud VIEIRA, 1930, p. XV) teceu elogios à obra e à sua escritora. Salientando a sua importância, proferiu: “Tanto a geographia quanto a historia da

¹²² O livro **Epitome da Historia da Parahyba** de Manoel Tavares Cavalcanti (membro do IHGP) foi escrito em 1913 e adotado nas escolas da Parahyba em 1914. Sobre esse livro ver: Espindola, 2012.

pátria importa conhecer desde o início escolar como o maior dos estímulos, pois são os exemplos que aquelas ciências oferecem e inoculam.” Em conformidade com o que afirmamos no início deste capítulo, a assunção da geografia e da história como conhecimentos basilares para a educação foi proposta por diversos intelectuais como Veríssimo. Esses conhecimentos fizeram parte da constituição da nação e eram basilares para o Estado.

Diferentemente do parecer do livro de Xavier Junior, no da professora Eudesia Vieira havia uma crítica ao desenvolvimento do seu livro. Albuquerque (apud VIEIRA, 1930, p. XV) reclamou do segundo ponto intitulado “Descobrimento do Brasil”, “[...] Esse trecho da História é muito nosso, evocando sempre os nossos melhores sentimentos. Sou dos que não se conformam, ouvindo dizer pouco daquilo que nos pertence, lembrando uma página soberba e emocionante do nosso passado [...]”. O parecer finalizou indicando o livro para ser utilizado nas escolas de primeiras letras do estado.

O prefácio foi intitulado de “Duas palavras” e foi redigido por Coriolano de Medeiros. Ele iniciou declarando que a história da pátria seria um dos pontos mais difíceis a ser ensinado nas escolas primárias, apesar de já existir diversos livros sobre o assunto. O problema desses livros seria a metodologia que obrigava as crianças “[...] ao esforço de repetir nomes e factos que lhes desinteressam pelas explicações pelas explicações pesadas, pelos trechos longos trabalhados, que visam efeito.” (MEDEIROS apud VIEIRA, 1930, p. XI).

Tal como no livro de Xavier Junior, percebemos a crítica à forma que o ensino vinha sendo ministrado ainda baseado na memorização. Se no ensino da língua materna a crítica dirigia-se a criança ser obrigada a decorar regras gramaticais, no ensino da história da pátria essa passou ser relacionada à memorização de nomes e fatos. E da mesma forma que a linguagem do livro de Xavier Junior foi elogiada por ser concisa e simples, a de Vieira foi descrita com quase as mesmas qualidades: *uma linguagem carinhosa, simples e concisa* (MEDEIROS apud VIEIRA, 1930, p. XI). Interessante a menção ao adjetivo carinhoso pelo intelectual, pois a sua utilização lembra-nos que essa foi uma das características atribuídas à condição feminina da docência no magistério primário.

Medeiros (apud VIEIRA, 1930, p. XI) considerou Eudesia Vieira como sendo uma pessoa relevante para o magistério público e ainda como *um dos mais belos talentos* do estado: “[...] dos que possuem vocação de ensinar, dos que pela dedicação e experiência conhecem a circumscrição mental das crianças.” E aqui sublinhamos que assim como para Xavier Junior,

a carreira no magistério de primeiras letras foi relatada como expressiva para a escrita dos livros didáticos. No reconhecimento da experiência da prática de ensino teria um conhecimento necessário da criança para a produção desse tipo de livro.

Havia uma crítica ao livro de Vieira realizada por Coriolano de Medeiros (apud VIEIRA, 1930, p. XII) que guarda importância para a historiografia dos livros didáticos, a saber: “[...] faltou-lhe a gravura, ilustrando, esclarecendo, suavizando o texto; e se observará a ausência de questionários que tanto diminuem o esforço dos mestres.”. Ou seja, na primeira edição do livro **Pontos da historia do Brasil** não existiam as imagens nem os questionários no final de cada capítulo que foram acrescentados nas edições posteriores. Assim sendo, apesar de possuir a interligação entre a história nacional e local, o livro de Eudesia Vieira ainda era composto de textos corridos divididos em pontos.

Constatamos na sexta edição desse livro uma diferença notória do livro de Xavier Junior: no posfácio Eudesia Vieira escreveu para as crianças. Não conseguimos identificar se essa parte do livro já estava contido nas primeiras edições, contudo entendemos que essa informação traz questões consideráveis para a forma que o livro foi pensado. Se no livro de Xavier Junior o foco foi os professores, ou seja, o livro era destinado a eles, no de Eudesia Vieira foram as crianças. Essa informação sugere para nós uma mudança metodológica para os livros didáticos, porém como não sabemos quando o posfácio foi escrito, não podemos afirmar que essa mudança ocorreu na década de 1920.

A organização do livro era cronológica - iniciando com o ponto “Descobrimento da America” - e centrada na escrita dos grandes heróis. Pinheiro (2001, p. 150) aponta que a construção histórica realizada por Eudesia Vieira reportou uma “[...] a permanente associação dos fatos ocorridos na Paraíba ao contexto brasileiro.” E exemplifica essas associações nos capítulos destinados ao bandeirantismo e a instalação da república. Nesse tipo de texto didático, as crianças não eram o centro do enredo do livro. Os adultos - *homens vultuosos* - serviriam de exemplos à infância, “unindo o conhecimento histórico ao objetivo da formação do futuro homem e cidadão por meio dos exemplos” (HANSEN, 2007 p. 139).

Localizamos referências a algumas mulheres: d. Maria I e Carlota Joaquina no ponto “Transmigração da família real para o Brasil” e a princesa Isabel no “Abolição da escravatura”. E aqui cabe a nós distinguir a forma como Eudesia Vieira escreveu sobre os movimentos negros

que ocorreram nos oitocentos: Palmares e abolição da escravatura. No início do capítulo XII, colocou Vieira (1930, p. 78):

Cançados de suportar os maus tratos com que eram compensados pelos inúmeros benefícios feitos aos portugueses, os escravos se resolveram a fugir, furtando-se à soberania dos senhores. Das diversas capitanias evadiam-se africanos para o interior das matas, onde se formavam poderosos agrupamentos.

O protagonismo negro na construção da nação foi notabilizado por Vieira (1930, p. 157): “Foram elles que derrubaram mattas, construíram cidades, engenhos, desenvolveram a agricultura, plantaram cannavias, facilitando a fortuna dos senhores que se iam congregando para constituir a primitiva sociedade brasileira.”. A forma como escreveu a história dos negros, revelou uma disposição da autora em colocá-los como personagens relevantes da história e não apenas servos dos senhores de escravizados. Seria por causa do trabalho do povo negro escravizado que tínhamos o desenvolvimento do país da forma que ocorreu.

Na sua descrição dos movimentos abolicionistas, Vieira sublinhou a participação de um personagem afrodescendente (apesar de não fazer menção a essa descendência), a saber: Cardoso Vieira. Ainda marcamos o fato da professora ter citado a participação da princesa Isabel, das sociedades abolicionistas na Parahyba (inclusive o nome de Xavier Junior¹²³) e da igreja católica. Entendemos que Eudesia Vieira enquanto uma intelectual parahybana, que além de mulher era negra, utilizou os espaços que retinha para referenciar sua condição.

No livro de Eudesia Vieira, constava uma matéria do jornal **A União**. A matéria iniciou afirmando que a professora já apresentaria um reconhecimento *nas letras* do estado e ressaltou o prefácio escrito por Coriolano de Medeiros. Para o jornal:

Pontos de Historia do Brasil revelam uma sobriedade admirável de palavras, attestando solennemente os predicados pedagogicos de d. Eudesia Vieira, que comprehende ser pela linguagem simples e syntetica que as crianças poderão

¹²³ “Entre os vultos parahibanos que se notabilizaram nessa heroica campanha, merecem ser mencionados: Manuel da Silva, Rodolfo Pires, Mathias da Gama, Coêlho Lisboa, Xavier Junior, Castro Pinto, Cardoso Vieira, Maciel Pinheiro e outros.” (VIEIRA, 1930, p. 159).

apprender os factos da historia patria. (ASSIM... apud VIEIRA, 1930, p. XIII, grifo do autor).

Havia uma crítica a forma como a educação vinha sendo desenvolvida no estado de maneira *insuficiente*. As escolas públicas do estado utilizariam o livro **Breves Lições De História do Brasil** de Creso Braga, o qual, em conformidade com **A União**, não era adequado para as crianças parahybanas, pois seria “[...] um pouco inacessível aos espíritos juvenis. [...]” (ASSIM... apud VIEIRA, 1930, p. XIII).

Listamos duas notícias sobre o livro de Eudesia Vieira nos jornais de fora do estado da Parahyba. A primeira no dia nove de fevereiro de 1922 no **Jornal do Recife** que ressaltou: “O contexto é completo no relato de todos os factos e episodios da nossa vida historica, tudo feito com uma synthese admirável e em linguagem accessivel ás intelligencias pueris.” (O “JORNAL”..., 1922, p. 01). A segunda notícia foi vinculada no jornal **O Paiz** do Rio de Janeiro no dia dez de março de 1922, essa anunciou que o diretor da instrução pública da Parahyba, havia mandado adotar o livro de Eudesia Vieira nas escolas da capital (O QUE..., 1922, p. 02). Concluímos dessa maneira que da mesma forma que ocorreu com o livro de Xavier Junior, houve a circulação das notícias sobre o livro e sobre a sua adoção na Parahyba. Tal como percebemos um destaque das notícias em relação à carreira docente de Eudesia Vieira.

Tratando da contribuição da história nacional do Brasil e de Portugal, Gomes (2009, p. 85) coloca que com a mudança do regime, a república precisou construir “[...] um novo discurso político, carregado de valores e simbologias cívico-morais, no qual a história, ao lado da geografia e da língua pátria, tinha um lugar estratégico”. E é aqui que articulamos a importância desses dois livros para a história da educação. Por meio das investigações que compomos desses, podemos perceber a importância atribuída a educação no estado.

Foi dentro desse ideário republicano que a Parahyba construiu uma memória para o estado a partir da instalação de institutos como o IHGP e da produção/adoção de um livro sobre a língua nacional e história da pátria. A abrangência das ações dos intelectuais estudados nesta tese mostra uma participação desses personagens no processo de escolarização do estado. Com formas de apropriações diferenciadas, esse grupo relatou a importância da (re)construção da instrução pública parahybana.

Neste capítulo, fechamos nossa interpretação sobre a experiência dos intelectuais que foram professores de primeiras letras no *longo século XIX*. Conforme evidenciamos as associações eram significativas para a experiência desse grupo. O IHGP, a Universidade Popular e a Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba eram locais de sociabilidade no estado que diversos sujeitos desta tese ajudaram a fundar e frequentaram.

Ao acompanharmos apenas os intelectuais que atuaram como professores, formamos uma compreensão sobre as mudanças implementadas tanto na província/no estado quanto na instrução pública. Porém, tivemos que deixar de fora diversos indivíduos que também compuseram a história da Parahyba e da educação. Esperamos, contudo, que outras (re)interpretações sobre o processo de escolarização *no longo século XIX* sejam realizadas para podermos ter outros olhares sobre esse período na Parahyba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos o processo de escrita das nossas considerações finais a partir da nossa prática enquanto aluna/pesquisadora na história da educação e professora. Como profissionais formadas em pedagogia deparamo-nos com questões relativas à pesquisa em história da educação apenas no mestrado. Tivemos que - a partir das disciplinas, dos textos bibliográficos e das próprias fontes - formular nossas ações para resolvê-las e sempre procurando nossas formações para trabalharmos na área. No doutorado fomos representante dos discentes, ao participamos da comissão de reformulação da resolução do PPGE/UFPB, passamos a questionar nossas fontes da tese. Momento de debate e de avaliação, as reuniões da comissão nos ajudaram a perceber os embates, as perspectivas silenciadas e as ideias selecionadas como parte integrante do documento final redigido. Compomos dessa forma, por meio da nossa pesquisa, a nossa formação na área de história da educação como pedagoga e também pesquisadora. Um movimento duplo e inseparável que estamos terminando com este trabalho e precisamos solidificá-lo ao longo do nosso processo profissionalização docente.

A primeira questão que nos colocamos nesta tese foi: como selecionar os sujeitos? Delimitamos, então, uma forma de ação para a pesquisa, ou melhor, um método a seguir: a prosopografia. Com ela selecionamos os intelectuais, que foram professores de primeiras letras e atuaram na instrução da Parahyba, a saber: Borges da Fonseca; Joaquim da Silva; Francisco Xavier Junior; Francisca Moura; Francisco Coutinho de Lima e Moura; Coriolano de Medeiros; Catharina Moura; Olivina Olívia Carneiro da Cunha; José Gomes Coelho; e Eudesia Vieira.

No segundo capítulo, identificarmos as características em comum ou divergentes do grupo estudado. Portanto, indicamos que a maior parte dos indivíduos selecionados tiveram sua formação secundária no Liceu e na Escola Normal da Parahyba e em relação ao curso superior, seis ingressaram na Faculdade de Direito de Recife. As profissões e os cargos públicos exercidos foram variados, por exemplo: inspetor do tesouro provincial, secretário do gabinete oficial da presidência do estado, secretário da fazenda, juiz do tribunal regional eleitoral, promotor público, assistente social da penitenciária modelo, entre outros. A Escola Normal e o Liceu foram *locus* de ação do grupo e essas duas instituições podem ser pensadas como *comunidades de experiência* na Parahyba dos séculos XIX e XX. Outro ponto relevante foi a grande produção escrita: mais de 100 periódicos e a diversos livros, entre eles sete livros

didáticos. A participação em academias, institutos, sociedades e associações revela a importância dessas para esses sujeitos. Com esses dados podemos comprovar a hipótese que alguns professores de primeiras letras poderiam ser considerados partícipes de um grupo de intelectuais do período na Parahyba.

O primeiro que estudamos foi Borges da Fonseca. Ele defendeu a imprensa e a instrução como indispensáveis para a formação do cidadão. E comparou a sua escrita no jornal com a sua atividade docente de primeiras letras, por isso, tanto a imprensa e a instrução seriam as responsáveis pela *difusão das luzes* na sociedade brasileira e a única forma de *regeneração do povo*. Essas instituições (a imprensa e a escola) procurariam disseminar um ideal de cidadão e de nação, ligado à noção de civilização.

Joaquim da Silva participou na fundação de duas das três associações abolicionistas na província da Parahyba. O desempenho dele ficou impresso na história local da cidade de Areia, tanto nas suas ações abolicionistas quanto na instrução, pois além da cadeira de latim, abriu uma escola de primeiras letras para a população pobre.

Francisco Xavier Junior possuiu uma longa atuação na sociedade parahybana. Ainda nos oitocentos participou do movimento da abolição da escravatura. Na Primeira República, foi diretor geral da instrução pública e com esse cargo reivindicou diversas alterações para a instrução como: a instalação adequada das escolas, a necessidade de materiais, a adequação dos métodos e as melhorias para a Escola Normal. Foi dele o livro didático **Lições da língua materna** com o qual defendeu o método intuitivo e a importância da língua portuguesa para a nação.

Francisca Moura esteve presente na educação particular e pública da capital da Parahyba. Tanto seu Curso Francisca Moura quanto o D. Ulrico foram reconhecidos como necessários para a difusão das primeiras letras na Parahyba. Seu desempenho fez-se sentir na cidade, inclusive com propostas para participar da Universidade Popular.

Francisco Coutinho de Lima e Moura foi por muitos anos professor de primeiras letras no estado. Foi sócio fundador do IHGP. Participou de diversas discursões sobre a educação e foi membro da comissão para a elaboração de uma reforma para o ensino noturno na capital.

Coriolano de Medeiros, juntamente com Borges da Fonseca, foi o indivíduo estudado por nós que mais produziu para imprensa. No IHGP, verificamos o seu comportamento como

produtor de uma história parahybana, permeada por um embate de ideias com a história nacional e a formulação de uma identidade local.

Catharina Moura utilizou sua condição de mulher e de formada na Faculdade de Direito de Recife para a disseminação do seu conhecimento no estado. Como conferencista da Universidade Popular, proferiu uma fala sobre os direitos das mulheres. Relacionou entre esses direitos a indispensabilidade de se ter uma educação com as mesmas bases para mulheres e homens.

Olivina Olívia Carneiro da Cunha foi professora durante muitos anos da Escola Modelo e participou da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba, marco para o início da profissionalização docente no estado. Essa sociedade deteve uma importância no processo de formação dos professores e no auxílio à docência.

José Gomes Coelho esteve presente em vários episódios do processo de escolarização na Parahyba. Foi membro da comissão da reforma de 1917 e inspetor de ensino na capital parahybana. Participou da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba e do IHGP.

Eudesia Vieira, primeira mulher a ingressar no IHGP, valeu-se de seu repertório enquanto nordestina e negra para imprimir na história local a participação da Parahyba e dos negros com o seu livro **Pontos de historia do Brasil**. Livro esse considerado por alguns historiadores como um ponto de ruptura na história do livro didático da Parahyba.

Nesta tese, ainda levantamos a hipótese que na Parahyba deveríamos pensar em um *longo século XIX* para a educação. A partir da atuação dos personagens selecionados, mostramos que a mudança do regime monárquico para o republicano trouxe mais permanências que rupturas no processo de escolarização no estado. Algumas das características atribuídas apenas ao século XIX só foram concretizadas nas primeiras décadas do século XX. Corroboramos Pinheiro (2001) e inspiradas pela sua datação da *era das cadeiras isoladas*, indicamos um *longo século XIX* que só findou na Parahyba quando os grupos escolares tiveram a maioria das matrículas, ou seja, no final da década de 1920.

Sobre nossa segunda hipótese, do afastamento dos intelectuais do exercício docente de primeiras letras, após a transição para a *era dos grupos escolares* não conseguimos chegar a uma conclusão definitiva. Sabemos que esse grupo, após findar o *longo século XIX*, se distanciou do magistério de primeiras letras, assumindo outros cargos nas instituições de ensino

e o magistério no ensino secundário. Porém, nossas fontes não nos permitiram saber quais questões estariam implícitas nessa mudança. Indicamos a precisão de uma pesquisa mais longa no século XX para a apreensão dessas mudanças a partir da instituição dos grupos escolares e dos diversos sujeitos que dele participaram como diretores, professores, inspetores, etc.

Ao realizarmos uma revisão bibliográfica do conceito de intelectual nos estudos de história e história da educação, sentimos a imprescindibilidade de pensarmos uma caracterização para o grupo na Parahyba no *longo século XX*. Com base na nossa pesquisa, elencamos seis características dessa atuação e podemos afirmar que esses intelectuais:

- ✚ Trataram de temas relevantes no período que viveram tanto em relação à instrução, quanto à abolição da escravatura, à escrita de uma história nacional, à reformulação de processos educativos;

- ✚ Utilizaram suas condições - sejam elas como professores, mulheres ou negros - para fundamentar os seus argumentos e agirem na sociedade, ou seja, aplicaram um *repertório* construído como forma de *ação política*;

- ✚ Empregaram a escrita e a imprensa para divulgarem suas ideias, fossem elas voltadas para a educação, como a produção de livros para as escolas, ou para outras questões sociais, como os direitos das mulheres ao voto e à educação;

- ✚ Se agruparam em torno de associações e instituições, as quais se tornaram *comunidades de experiência* com a partilha de ideais e de objetivos em comum;

- ✚ Construíram ligações entre si, mesmo quando partícipes de gerações diferentes, formaram *redes de sociabilidade* que encaminhariam os integrantes mais novos para a ação na sociedade;

- ✚ Acreditaram que as suas falas detinham vínculos educadores e civilizadores para a construção da nação brasileira.

Desse modo, concluímos que os intelectuais que exerceram a docência no *longo século XIX* na Parahyba guardaram características em comum mesmo com as transformações estruturais que ocorreram na sociedade. A educação foi defendida como um processo central para a formação da nação, juntou-se a ela as questões pertinentes ao momento histórico vivido por eles, ou seja, a liberdade de imprensa, a educação/instrução da mulher, a abolição da escravatura, a exigência de reformulação das práticas pedagógicas para as escolas, a preocupação com a formação dos professores, a (re)escrita de uma história tanto local quanto nacional, entre outras.

A vivência diferenciada de cada indivíduo, fez com que emergissem essas questões de forma mais ou menos intensas. Essa foi permeada de *comunidades de experiência* e aqui citamos a centralidade assumida na Parahyba de instituições como a Escola Normal, o Liceu, o IHGP e a Universidade Popular. Todavia não foi apenas dentro dessas instituições que eles desempenharam papéis importantes, as sociedades portaram centralidade nessas associações. Essas sociedades eram criadas para a resolução de problemas sociais e buscariam agir de forma direta na sociedade. Esse foi o caso da Sociedade Emancipadora Areiense nos oitocentos que lutou contra a escravidão dos negros e a Sociedade dos Professores Primarios na Parahiba que agiu como homogeneizadora da prática docente e formadora dos professores.

Por fim, enfatizamos que revisitar as reflexões sobre a educação travadas pelos dez intelectuais estudados, constituiu-se em um movimento de (re)interpretação e de (re)elaboração sobre o processo de escolarização no *longo século XIX* na Parahyba. Para tal, entramos em diversas outras questões como as ligadas a nação, a história, o método de ensino, a legislação educacional, etc. E foi nesse movimento que percebemos a nossa própria identidade docente e de pesquisadora de história da educação. Parte integrante do nosso processo de formação, esta tese foi apenas o início de uma jornada profissional que por hora trilhamos.

Diante disso, não indicamos um fechamento de ciclo e sim a abertura para novos horizontes, sejam eles nossos particulares ao continuarmos nosso processo de formação, sejam eles para os futuros leitores deste trabalho. Esperamos que existam novos diálogos sobre esse tema que está aberto para novas interpretações, novos embates e novas representações de ideias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. O fim último da educação era preparar a mulher para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e os filhos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Educação escolar em perspectiva histórica, 3, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, p. 245-260, 2004.

_____. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: SAVIANI, Dermeval et al. (Org.). **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006a. p. 133-215.

_____. Apresentação - O legado educacional do século XX. In: SAVIANI, Dermeval et al. (Org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006b. p. 01-08.

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. O abolicionismo como movimento social. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 100, p. 115-127, nov. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000300115&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 set. 2015.

AMORIM, Eliane Dutra. Arquivos, pesquisa e as novas tecnologias. In: Faria Filho, Luciano Mendes de. (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a História da Educação. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 89-100.

ANANIAS, Mauricéia; FERRONATO, Cristiano. A instrução pública primária e secundária na província da Parahyba do Norte: a constituição do Estado nacional e da nação. 1840-1849. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”: História, educação e transformação: tendências e perspectivas, 8, 2009, Campinas. **Anais...** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, p. 01-23, 2009.

ANANIAS, Mauricéia; SILVA, Adriana Maria Paulo da. Educação e instrução nas províncias da Paraíba e Pernambuco. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHENEIDER, Omar. (Org.). **Educação e instrução nas províncias e na Corte imperial (Brasil, 1822-1889)**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 113-154.

ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**. João Pessoa: Edição ilustrada, 1983.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte**: movimento e constituição da formação de professores no século XIX. 320p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: UNESP, 1995.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. (Org.). **Pequeno dicionário dos escritores / jornalistas da Paraíba do século XIX**: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa, 2009.

_____. Leitores e Livros nos jornais Paraibanos: uma história de leituras. In: MIZUTA, Celina Midori Murasse; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PERIOTO, Marcília Rosa. (Org.). **Império em debate**: imprensa e educação oitocentista. Maringá: Eduem, 2010. p. 201-221.

BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e Interpretes**: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais. Tradução por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes; OLIVEIRA, Marcus Aurelio T. de. **Edward P. Thompson**: história e formação. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BORGES, Angélica. **A urdidura do magistério primário na Corte imperial**: um professor na trama de relações e agências. 415 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil**: a nação em busca dos seus portadores sociais. Campinas: UNICAMP, 2002.

_____. **O Brasil e os dias**: estado-nação, modernismo e rotina intelectual. Bauru: EDUSC, 2005.

BOTO, Carlota. A escola primária como tema político às vésperas da República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 253-281, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2009.

_____. O professor primário português como intelectual: “Eu ensino, logo existo”. **Revista da História das Idéias**, Faculdade de Letras de Coimbra, v. 24, p. 85-134, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão bibliográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Tradução Luiz Alberto Monjardim et al. 8. ed. Rio de Janeiro: FGC, 2006. p. 167-182.

BREVE Histórico da Academia Paraibana de Letras. Disponível em: <http://www.aplpb.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=290>. Acesso em: 05 maio 2015.

BURKE, Peter. **História social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 12, n. 01, p. 45-70, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/320/306>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

CANDEIA, Luciano. **Mente amore pro patria docere**: a Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba e a formação de cidadãos úteis à nação (1909-1942). 318 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

CARDOSO, Carlos Augusto; KULESZA, Wojciech Andrzej. Escola e modernidade na Paraíba (1910-193). III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - A EDUCAÇÃO ESCOLAR EM PERSPECTIVA HISTÓRICA. Curitiba, Sociedade Brasileira de História da Educação/Pontifícia Universidade Católica do Paraná, p. 01-21, 2004.

Disponível em:

<<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo4/490.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2010.

CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: _____. (Org.). **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes: Civilização Brasileira, 2007. p. 21-37.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Escola, memória, historiografia: a produção do vazio. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 10-15, 1993. Disponível em:

<http://intranet.seade.gov.br/produtos/spp/v07n01/v07n01_03.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2010.

Cavalcante, Eduardo de Queiroz. **Tecendo redes, construindo laços de solidariedade**: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano (São João do Cariri/1850-1872). 183 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

CAVALCANTE, Simone Joaquim. **Entre a história e a memória**: Adélia de França uma professora negra na Paraíba do século XX (1926 - 1976). 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

CHAMON, Carla Simone; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O olhar comparativo: Estevão de Oliveira e os grupos escolares em Minas, no Rio e em São Paulo. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 22, p. 17-41, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/48/47>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

CHARLE, Cristophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flavio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 19-40.

COSTA, Jean Carlo Carvalho. **Nação, raça e miscigenação**: uma análise hermenêutica da formação da nacionalidade brasileira, 1888-1928. 333 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em:

<<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20041125112932.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2009.

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. **Primeira república, intelectuais e educação**: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1886-1915). 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: _____. (Org.). **Educação, modernidade e civilidade**: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.p. 24-52.

____. **Dos pardieiros aos palácios:** cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

____. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectiva de análise. In: FONSECA, T.; VEIGA, C. (Org.). **História e historiografia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 80-103.

____. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cyntia. (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 140-165.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla Simone; INÁCIO, Marcilaine Soares (Org.). **Políticos, literatos, professoras, intelectuais:** o debate público sobre educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquiria Miranda. **Educação elementar:** Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial:** as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884). 279 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FONSECA, Silva Carla Pereira de Brito. O ideário republicano de Antonio Borges da Fonseca. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 01- 16. Disponível em: < http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=775>. Acesso em: 20 jun. 2014.

FRAGOSO, Verônica. **Associação paraibana pelo progresso feminino:** contribuições educacionais para a mulher paraibana (1933 a 1939). 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés. Apresentação. In: _____. (Org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 01-15.

GALVÍNCIO, Amanda Souza. **Atuação educacional de Carlos Dias Fernandes na Parahyba do Norte (1913-1925):** jornalismo, literatura e conferências. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

GASPARELLO, Arlette Medeiros; VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Intelectuais e professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 21, p. 39-60, set./dez. 2009.

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. Os lugares de circulação dos livros em Campina Grande - Paraíba: livrarias, gabinetes e bibliotecas (1913-1953). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Conhecimento histórico e diálogo social, 27., 2013, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, p. 1-17, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1361023164_ARQUIVO_ArtigoCompleto-ANPUHBrunoGaudencio.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2015.

GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. **Joaquim da Silva: um empresário ilustrado do Império**. Bauru: EDUCS, 2007.

GALIZZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba: 1872-1888**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). Apresentação. In: _____. **Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza, 2012. p. 01-19.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GONÇALVES, Roberta Ferreira. A escola em brincadeiras: intelectuais e nação na criação da revista *O Tico-Tico*. In: CARULA; Karoline; ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Letícia. (Org.). **Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013. p. 113-140.

GONÇALVES NETO, Wenseslau. Cultura escolar e legislação em Minas Gerais: o município de Uberabinha no início da República. In: YAZBECK, D.; ROCHA, M. (Org.). **Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cotez, 2008.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Francisco Coutinho de Lima e Moura**. João Pessoa: IHGP, 2002. 13 v. (Coleção Historiadores Paraibanos).

GUIMARÃES, Mário V. As pioneiras da medicina no Brasil e Pernambuco. 22 jun. 2011. Disponível em: <<http://sbhm.webnode.com.br/news/as-pioneiras-da-medicina-no-brasil-e-pernambuco/>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

_____. As pioneiras da Medicina no Brasil e Pernambuco. **Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)**. Bimestral, Recife, n. 21, maio/jun. 2013. Disponível em: <http://amb.org.br/_arquivos/_downloads/585392001372704229_jculturaMAIOJUNHO11-06-13_baixafinal.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2015.

GUEDES, Kaline Abrantes. **O ouro branco abre caminhos: o algodão e a modernização do espaço urbano da Cidade da Parahyba (1850-1924)**. 165 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. 253 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HEINZ, Flavio M. O historiador e as elites - à guisa de introdução. In: _____. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 07-16.

HISTÓRICO do Tribunal. s/d. Disponível em: <<http://www.tjpb.jus.br/institucional/historico-do-tribunal/>>. Acesso em: 05 maio 2015.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**. Tradução por Siene Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: do Império à República**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.7 v. (Tomo II).

INÁCIO FILHO, Geraldo; SILVA, Maria Aparecida. Reformas educacionais durante a Primeira República no Brasil. In. SAVIANI, Dermeval. (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010. p. 219-252.

KULESZA, Wonjciech Andrei. Augusto dos Anjos e a educação do seu tempo. **História da Educação**, Pelotas, v. 4, n. 5, 14 set. 1998a.

_____. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 193, set. 1998b. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/196/1971>>. Acesso em: 20 maio 2012.

_____. Formação histórica da Escola Normal da Paraíba. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **As escolas normais do Brasil: do império à república**. Campinas: Alínea, 2008. p. 279-298.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

LEITÃO, Deusdedit de Vasconcelos. **Coriolano de Medeiros**. João Pessoa: IHGP, 2001. (Coleção Historiadores Paraibanos II).

LEITE, Juçara Luzia; ALVES, Cláudia. (Org.). Prefácio. In: _____. **Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 01-15.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Tradução Luiz Alberto Monjardim et al. 8. ed. Rio de Janeiro: FGC, 2006. p. 167-182.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. **Grupo Escolar “Dr. Thomás Mindello” e a Cidade: espaços de difusão dos ideários da modernidade (1916-1935)**. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

LUCA, Tania Regina. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111 - 153.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; MENDES, Márcia Cristiane Ferreira. **Catharina Moura e o feminismo na Parahyba do Norte**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa e escravidão: a abolição nos impressos do Rio de Janeiro. In: CURY, Cláudia Engler; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena

Martins (Org.). **O Império do Brasil: Educação, Impressos e Confronto Sociopolíticos**. São Luiz: Café & Lápis/ Editora UEMA, 2015. p. 453-473.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Gente opulenta e de boa linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba**. 284 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MARIZ, Celso. **Memória da Assembleia Legislativa**. 2 ed. João Pessoa: A União, 1987.

MAXIMO, Antonio Carlos. **Os intelectuais e a educação das massas: o retrato de uma tormenta**. Campinas: Autores Associados, 2000.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura/Conselho Estadual de Educação, 1996.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 fev. 2016.

MEMORIAL do Centenário de Fundação do IHGP 1905/2005. João Pessoa: IHGP, 2005. Disponível em: <<http://www.ihgp.net/memorial8.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. **Parnaíba: educação e sociedade na Primeira República**. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/Fco%20Iweltman%20Mendes%281%29.pdf>> Acesso em 20 maio 2015.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha; DABAT, Christine P. Y. Rufino (Org.). **Memórias da Medicina: Catálogo de teses de Medicina do Brasil (1841-1948)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

MIRANDA, Itacyara Viana. **Instrução, disciplina e civilização: uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História), - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MORAIS, Maday de Souza; CURY, Cláudia Engler. As obras dos memorialistas paraibanos e a instrução pública e Particular na província da Parahyba do Norte (1822-1864). In: II ENCONTRO DE HISTÓRIA DO IMPÉRIO BRASILEIRO Culturas e Sociabilidades: Políticas, Diversidades, Identidades e Práticas Educativas/ I Simpósio PROCAD-NF PPGH-UFPB/ PPGH-UFGM Patrimônios - Conexões Históricas. **Anais...** João Pessoa: UFPB, p. 125-133, 2010.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MUNIZ, Diva do C. Gontijo. Sobre experiências, cultura escolar e identidades... In: SERPA, Élio C. (org.). **Escritas da história: intelectuais e poder**. Goiana: UCG, 2004. p. 80-102.

NÓVOA, António. **Les temps des professeurs**. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

NUNES, Maria Lúcia da Silva. A imprensa paraibana e os direitos da mulher: textos publicados no Jornal A União da década de 1920. SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José dos Santos. **Pesquisa e Historiografia da Educação Brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 115-132. (Coleção Memórias da Educação).

NUNES, Maria Lúcia da Silva; SILVA, Viviana Soares da; VILAR, Adriana Marcineiro. Francisca Rodrigues Moura (1860-1942): uma educadora entre dois séculos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Invenções, Tradições e Escritas da História da Educação no Brasil, 6, 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, p. 1-10, 2011. (CD-ROOM).

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Barreto de. Escola como ícone de modernidade: leitura de crônicas dos meados do noventa na Paraíba. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL", 4, 1997, Campinas. **Anais...** Campinas: HISTEDBR/UNICAMP, 1997, p. 656-671.

PALMEIRA, Balila. A presença feminina no Instituto Histórico e Geográfico paraibano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, p. 293-306, 1995. (Edição comemorativa do nonagésimo aniversário de fundação (1905-1995)). Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm> >. Acesso em: 26 jun. 2014.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidades e saberes da docência. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a história da educação da Paraíba: apontamentos para um estudo historiográfico. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL", 4, 1997, Campinas. **Anais...** Campinas, p. 206-217, 1997.

_____. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

_____. A institucionalização da instrução pública e particular na província da Parahyba do Norte (1821-840). In: PINHEIRO, Antonio Carlos; FERRONATO, Cristiano. (Org.). **Temas sobre a Instrução no Brasil Imperial (1822-1889)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008, p. 13-37.

_____. A instrução particular sob a égide do poder público na Província da Parahyba do Norte (1860 a 1873). In: PINHEIRO, A. C.; Cury, C. E. (Org.). **História da educação na Paraíba: rememorar e comemorar**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2012. p. 51-64.

VEIGA, C. G. História política e história da educação. In: FONSECA, T.; VEIGA, C. (Org.). **História e historiografia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 40-58.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

RABAY, Gloria Freire; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano. **Org & Demo**, Marília, v.12, n.1, p. 81-94, jan./jun., 2011.

ROCHA, Marlos B. M. **Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil**. Brasília: Plano; Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. Escolaridade pública em Juiz de Fora e o projeto educacional mineiro na transição Império/República. In: YAZBECK, D.; ROCHA, Marlos. (Org.). **Cultura e História da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa**. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

ROSENBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012. v. 1, p. 334-359.

SALES, Ana Maria Coutinho; SILVA, Evanice dos Santos. **Eudésia Vieira: rompendo o silêncio**. João Pessoa: Universitária da UFPB, 2008.

SANTOS, José Ozildo dos; MARACAJÁ, Patrícia Borges. Coriolano de Medeiros: Um historiador na Maçonaria. **O Pedreiro Livre**. v. 1, n. 1, p. 08-15, jan./jun. 2013.

SANTOS, Mário Márcio de A. **Um homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca**. João Pessoa: A União, 1994.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. **O pensamento social no Brasil: pequenos estudos**. Campinas: Edicamp, 2003.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006a.

_____. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado da educação do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006b.

SENA, Fabiana; RAMOS, Maria Daniela Ângelo. Lições da língua materna (1906): livro didático de gramática na Paraíba para o ensino primário. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 64, p. 21-33, set 2015.

SCHELBAUER, Analete Regina. Lições de coisas. In: Lombardi, J. C.; Saviani, D.; NASCIMENTO, M. I. (Org.). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas; São Paulo: HISTEDBR, 2006. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/>>. Acesso em: 30 dez. 2011.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Revista Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, p. 32-55. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 out. 2009.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; PINTO, Rebeca Natacha de Oliveira. Pensamento e projetos educacionais do professor André Pinto Rebouças (1838-1898). In: CARULA; Karoline; ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Letícia. (Org.). **Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013. p. 21-48.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. 9 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEGOVIA, Jesús Domingo. La teoría fundamentada del professorado desde um enfoque biográfico-narrativo. Fundamentación, procesos y herramientas. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; BOLÍVAR, Antonio (org.). **La investigación (auto)biográfica em educação: miradas cruzadas entre Brasil Y España**. Granada: EUG; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 120-145.

SENA, Fabiana; RAMOS, Maria Daniela Ângelo. Lições da língua materna (1906): livro didático de gramática na paraíba para o ensino primário. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 64, p. 21-33, set 2015.

SILVA, Carolina Paes Barreto da. **A trajetória d'o Repúblico no fim do primeiro reinado e início da regência: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832)**. Dissertação (Mestre em História) - Universidade Federal do Fluminense, Niterói, 2010.

SILVA, Eleonora Félix da. **Escravidão e resistência escrava na “cidade d’Arêa” oitocentista**. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

SILVA, Joseilto Ribeiro da. **A escrita que dá espaço: Eudésia Vieira e a imprensa em 1920**. Dissertação (Mestre em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2012.

SILVA, Lucian Souza da. Viva a liberdade! Viva o abolicionismo! Viva a Parahyba! Discursos e práticas abolicionistas na Paraíba (1880-1888). **Escrita da História**. Ano 01, v. 01, n. 01, p. 114-143, abr./set. 2014.

SILVA, Lucian Souza da; ROCHA, Solange Pereira da. Ideias e discursos abolicionistas na Parahyba do Norte. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH-BRASIL: Conhecimento histórico e diálogo social, 27, 2013, Natal. **Anais...** Natal: ANPUH-BR, p. 1-13, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364904266_ARQUIVO_RTFTEXTOA_NPUHLucianSouza.pdf>. Acesso em: 10 maio de 2015.

SILVA, Rosana Nogueira da. **O movimento educacional escolanovista e a geografia como disciplina escolar** - permanências e mudanças. 82 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SILVA, Tatiana Raquel Reis. A imprensa abolicionista no Maranhão do século XIX: novas abordagens. In: CURY, Cláudia Engler; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena Martins (Org.). **O Império do Brasil: Educação, Impressos e Confronto Sociopolíticos**. São Luiz: Café & Lápis/ Editora UEMA, 2015. p. 387-412.

SILVA, Viviane Freitas da. **Memórias da educadora Olivina Olívia Carneiro da Cunha: práticas educativas e envolvimento político e social na Paraíba (1886-1977)**. 102 f. Dissertação (Mestre em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A Paraíba durante o Império. In: SILVA, Nelson Coelho da. (Org.). **A Paraíba nos 500 Anos do Brasil**. João Pessoa: A União, s/d. p. 31-52. 1 v.

SIMÕES JUNIOR, A.S.; CAIRO, L. R.; RAPUCCI, C. A. (Org.). **Intelectuais e imprensa: aspectos de uma complexa relação**. São Paulo: Nankin, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

_____. As elites culturais. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-François. (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 97-117, dez./2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 mar. 2015.

_____. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012. v. 1, p. 218-237.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implementação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, Thiago Oliveira de. **A instrução Paraibana contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889)**. 128 f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 maio 2015.

TEIXEIRA, Josele; SCHUELER, Alessandra. Experiências profissionais e produção intelectual de professores primários na Corte imperial (1860 – 1889). In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. Anais... Uberlândia: Universidade, p. 6122-6133, 2006. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/553Alessandra%20Schueler_Josele%20Teixeira.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.

VALLE, Lílían do. **A escola e a nação: as origens do projeto pedagógico brasileiro**. São Paulo: Letras & Letras, 1997.

VEIGA, C. G. História política e história da educação. In: FONSECA, T.; VEIGA, C. (Org.). **História e historiografia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VIANA, Fabiana da Silva. “A passos lentos, com esforços redobrados”: a atuação de políticos e intelectuais no processo de escolarização da província mineira(1830-1840). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; INÁCIO, Marcilaine Soares (org.). **Políticos, literatos, professoras, intelectuais: o debate público sobre educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009. p. 37-54.

VIDAL, Gonçalves Diana; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosario Genta. Introdução. In: _____. (Org.). **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 11-26. (Biblioteca básica da história da educação brasileira). 4 v.

VIEIRA, Carlos Eduardo. *Intelligentsia* e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 16, p. 63-85, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE16.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: LEITE, Juçara Luzia; ALVES, Cláudia. (Org.). **Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 25-54.

VILAS-BOAS, Sergio. **Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2014.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história da teoria da forma escolar. Tradução de Diana Gonçalves Vidal, Vera Lúcia Gaspar da Silva, Valdeniza Maria da Barra. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p. 07-47, jan. 2001.

XAVIER, Libânia Nacif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN Patricia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. 2016. s/p. (edição Kindle).

FONTES

FONTES CATALOGADAS

CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (org.). **Fontes para a história da educação da Paraíba imperial** - documentos diversos (1821-1860). Vitória: SBHE/Virtual Livros, 2015. (Coleção documentos da Educação Brasileira; 11). (e-book).

FERRONATO, Cristiano. (Org.). **A Instrução pública na Parahyba do Norte: discursos, falas e relatórios de presidentes da província (1837-1889)**. Vitória: SBHE/EdUNIT/Virtual Livros, 2015. (e-book).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler. **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial**. Brasília: INEP, 2004. (e-book).

SOUZA, Rosa Fátima (Org.). **Fontes para o estudo da história da escola primária no Brasil (1889-1930)**. Araraquara: Unesp/CNPq, 2011. 1 DVD.

ALMANAQUES, BOLETINS E REVISTAS

ALMANAK ADMINISTRATIVO do Rio de Janeiro e indicador para 1905. Ano 62. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1905. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ALMANAK ADMINISTRATIVO do Rio de Janeiro e indicador para 1906. Ano 63. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1906. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ALMANAK ADMINISTRATIVO do Rio de Janeiro e indicador para 1907. Ano 62. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1907. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ALMANAK LAEMMERT: Annuario administrativo, agricula, profissional, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1908. Ano 65. Rio de Janeiro: Adriano Maury & C., 1908. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ALMANAK LAEMMERT: Annuario administrativo, agricula, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brazil e indicador para 1909. Ano 66. Rio de Janeiro: Manoel José da Silva & C., 1909. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ALMANAK LAEMMERT: Anuario administrativo, agricola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brasil e indicador para 1910. Ano 67. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1910. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ALMANAK LAEMMERT: Anuario administrativo, agricola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brasil e indicador para 1911-1912. Ano 68. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1911. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ALMANAK LAEMMERT: Anuario administrativo, agricola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brasil para 1913. Ano 69. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1913. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ALMANAK LAEMMERT: Anuario administrativo, agricola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brasil para 1914. Ano 70. v. 01. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1914. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ALMANAK LAEMMERT: Anuario administrativo, agricola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brasil para 1915. Ano 71. v. 02. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1915. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ALMANAK LAEMMERT: Anuario administrativo, agricola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brasil para 1918-1919. Ano 74. v. 04. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1918. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ALMANAK LAEMMERT: Anuario commercial, industrial, agricola, profissional e administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil para 1921. Ano 77. v. 02. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1921. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ALMANACH do Estado da Parayba. Parahyba: Imprensa Official, 1922.

ANNUARIO estatístico da Parahyba do Norte - 1916. Repartição de estatística e arquivo publico. Parahyba: Imprensa Official, 1918. Disponível em: < <https://archive.org/stream/anuario1916pb#page/32/mode/2up/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

BOLETIM DA SOCIEDADE DOS PROFESSORES PRIMARIOS DA PARAHIBA. Parahyba do Norte, anno 1, n. 2, 15 set. 1919.¹²⁴

BEZERRA, Alcides. A imprensa na Parahyba. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba, anno 14, v. 05, p. 51-64, 1922. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

CAVALCANTI, Manoel Tavares. Resenha dos trabalhos scientificos do Instituto durante o anno social de 1905 á 1906, lida em sessão magna de 7 de setembro de 1906 polo consocio 1º. secretario. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba, v. 01, p. 88-97, 1909. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

¹²⁴ Documento cedido pela colega de doutorado do PPGE/UFPB Itacyara Viana Miranda.

CUNHA, Olivina Olívia Carneiro da. Associações de outrora. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba, v. 10, p. 93-98, 1946. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

____. Curemas. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba, v. 11, p. 129-137, 1948. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

____. As nossas praias e a história. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba, v. 12, p. 179-180, 1953. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

____. Origem e evolução da Igreja do Bom Jesus. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba, v. 13, p. 101-104, 1958. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

____. A fundação do Liceu paraibano. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba, v. 14, p. 41-44, 1961. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

DIRECTORIA do instituto. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba, v. 01, p. 07, 1909. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

EMPOSSADOS cinco novos socios -- Eleita a nova directoria -- A sua posse a 7 de Setembro. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba, p. 109-115, 1937. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

ESDRAS, Joel. Professor Joaquim da Silva. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba, anno 14, v. 05, p. 123-130, 1922. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

LEI n. 317 de 22 de outubro de 1909. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba, v. 01, p. 319, 1909. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

MARIZ, Celso. Manoel Tavares Cavalcanti. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, v. 12, p. 137-140, 1953. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

MARÓJA, Flávio. Professor Joaquim da Silva: como o conheci um pequeno trecho da historia. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba, anno 14, v. 05, p. 163-168, 1922. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

MARTINS, Eduardo. Estabelecimento da arte tipográfica na Paraíba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, Paraíba, n. 19, p. 78-81, 1971. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

____. Estabelecimento da arte tipográfica na Paraíba II – Ty. Nacional da Paraíba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, Paraíba, n. 20, p. 59-63, 1974. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

MEDEIROS, Coriolano de. Entradas - Algumas considerações - Primeiras entradas. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba do Norte, n. 02, p. 09-32, 1910a.

____. O voador parahybano. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba do Norte, n. 02, p. 113-116, 1910b.

____. Superstições parahybana. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba do Norte, n. 02, p. 213-221, 1910c.

____. Uma reivindicação – 3 de maio de 1888. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba do Norte, n. 02, p. 249-251, 1910d.

____. Algumas paginas: subsidio para a historia da hygiene publica na Parahyba. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba do Norte, n. 03, p. 117-123, 1911.

NECROLOGIA. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, João Pessoa, v. 08, p. 195-196, 1935. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

OS SOBREVIVETES e os naufragos do “Afonso Pena”. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 62, n. 145, p. 1010-1014, jan./mar. 1943. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

PINTO, Irineu. A instrução pública na Parahyba: apontamentos para a sua história. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba, anno 02, v. 02, p. 307 - 370, 1910. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

RESUMO da 1.^a conferência do Instituto Historico e Geographico Pahybano, pelo orador oficial dr. João Pereira de Castro Pinto, a 12 de outubro de 1905. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba, v. 01, p. 21-38, 1909. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

RIBEIRO, Domingos de Azevedo. Uma professora na época colonial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n. 28, p. 319-321, out. 1995.

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. **Dicionário Literário da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1994. Disponível em: <<http://www2.aplpb.com.br/academicos/cadeira36.htm>>. Acesso em: 20 maio 2015.

TARGINO, Itapuan Botto. O educador Coriolano de Medeiros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, v. 22, p. 27-37, 1979.

XAVIER JUNIOR, Francisco. Uma reivindicação - 3 de Maio de 1888. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba, anno 02, v. 02, p. 249-251, 1910. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

DOCUMENTOS OFICIAIS: LEIS, REGULAMENTOS, ESTATUTOS, CARTAS, OFÍCIOS E ANAES

BRAZIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 01, p. 71, 1827. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm>. Acesso em: 15 jan. 2014.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura/Conselho Estadual de Educação, 1996.

MOURA, Francisco Coutinho Lima e. **Nº 489** - Carta para Venâncio Augusto de M. Neiva. FUNESC, caixa 004, p. 01.

NÓBREGA, Seráfico. Parecer do Conselho superior de instrução pública da Paraíba. In: XAVIER JUNIOR, Francisco. **Lições da língua materna**. 10 ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico IBGE, 1949.

PARAHYBA (Estado). **Collecção dos actos dos poderes Legislativo e Executivo do Estado da Parahyba**. Parahyba: Imprensa Official, 1889. Hemeroteca do Arquivo Judiciário.

____. **Decreto n. 241**, de 26 de agosto de 1904. Reforma a Instrucção Primaria do estado. In: **Collecção dos actos dos poderes Legislativo e Executivo do Estado da Parahyba**. Parahyba: Imprensa Official, 1905. Hemeroteca do Arquivo Judiciário.

____. **Collecção dos actos dos poderes Legislativo e Executivo do Estado da Parahyba em 1913**. Parahyba: Imprensa Official, 1913. Hemeroteca do Arquivo Judiciário.

____. **Collecção dos actos dos poderes Legislativo e Executivo do Estado da Parahyba em 1914**. Parahyba: Imprensa Official, 1914. Hemeroteca do Arquivo Judiciário.

____. Decreto n. 46 da Directoria Geral da Instrucção Publica e Escola Normal. 25 mar. 1915. In: SOUZA, Rosa Fátima (Org.). **Fontes para o estudo da história da escola primária no Brasil (1889-1930)**. Araraquara: Unesp/CNPq, 2011. 1 DVD.

____. Decreto nº 873 de 21 de dezembro de 1917. **Regulamento da Instrucção Primaria do Estado**. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1917.¹²⁵

____. Directoria de Instrucção Pulica. 07 mar. 1922. In: SOUZA, Rosa Fátima (Org.). **Fontes para o estudo da história da escola primária no Brasil (1889-1930)**. Araraquara: Unesp/CNPq, 2011. 1 DVD.

ESTATUTO da Associação Emancipadora da Cidade d'Areia. In: SILVA, Eleonora Félix da. **Escravidão e resistência escrava na “cidade d'Arêa” oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

¹²⁵ Documento cedido pela doutoranda do PPGE/UFPB Vivia de Melo Silva.

JORNAIS

8º CONFERÊNCIA. Os Direitos da Mulher. Pela Dra. Catharina Moura. **A União**, Parahyba, anno XXI, n. 71, 01 abr. 1913, p. 01.

____. Continua. Universidade Popular. 8º Conferência. Os Direitos da Mulher. **A União**, Parahyba, anno XXI, n. 72, 02 abr. 1913, p. 01.

ABELHA Pernambucana, Recife, n. 01, 24 abr. 1829a. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=xx0421&PagFis=1&Pesq=>>.
Acesso em: 24 jun. 2014.

____, Recife, n. 29, 31 jul. 1829b. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=xx0421&PagFis=1&Pesq=>>.
Acesso em: 24 jun. 2014.

____, Recife, n. 72, 29 dez. 1829c. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=xx0421&PagFis=1&Pesq=>>.
Acesso em: 24 jun. 2014.

A COMMEMORAÇÃO da Independencia nacional. **A União**, Parahyba, n. 197, 09 out. 1920, p. 01.

A CONSTITUIÇÃO da sua directoria. **Jornal da União**, Parahyba, 17 jan. 1913, p. 01. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. FUNESC.

A “DEMOCRACIA inglesa” na Parahyba. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, anno II, n. 166, 19 maio 1913, p. 09. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=xx0719>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

AMIGO do Povo, Recife, n. 01, 30 maio 1829. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=xx0719>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

A PARAHYBA crea uma Universidade popular. **A Republica: orgam do Partido Republicano Paranaense**, Curytiba, n. 16, 20 jan. 1913, p. 03. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=xx0719>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

“A PROVINCIA” na Parahyba. **A provincia**, Recife, anno 41, n. 45, sabbado, 16 fev. 1918. p. 02. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

ASSEMBLÉIA geral do Club Astréia. **A noite**, Rio de Janeiro, anno 29, n. 9914, sexta-feira, 15 set. 1939. p. 04. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

ASSINTENCIA á infância: polyclinica infantil, ensino gratuito. **A União**, Parahyba, 12 jan. 1913.

ASSOCIAÇÕES. **A União**, Parahyba, anno 26, 12 abr. 1913, p. 01. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. FUNESC.

AS UNIVERSIDADES Populares no Brasil. **O Paiz**, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 1033320, 20 jan. 1913. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

ATA da Sociedade dos professores primarios da Parahiba, **A União**, Parahyba, anno XXVI, n. 221, 12 abr. 1916, p. 02,

A UNIÃO. Livro Escolar. In: XAVIER JUNIOR, Francisco. **Lições da língua materna**. 10. ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1949.

A VIAGEM do chefe do governo provisório ao norte do paiz: as homenagens prestadas em João Pessoa. **Jornal do Recife**, Recife, anno 76, n. 203, sabbado, 9 set. 1933, p. 01. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

CASAMENTOS. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 3767, sábado, 08 maio 1943, p. 04. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

CAIXA economica. **A Província**, Recife, anno 24, n. 161, sexta-feira, 19 jul. 1901, p. 01. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

CARNEIRO, Ruy. Telegrama. In: Reforma do sistema educacional da Paraíba. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, ano 69, n. 106, domingo 09 maio 1943, p. 02. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

CHRONICA Social. **Jornal do Recife**, Recife, anno 55, n. 330, sexta-feira, 29 nov. 1912b, p. 02. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

CONFERENCIA abolicionista. **O Emancipador**, Parahyba do Norte, 07 jul. 1883, p. 02-03. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/PERIODICOS_PARAIBANOS/1821%20A%201959/O%20EMANCIPADOR_07-07-1883.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2015.

CONSTITUIÇÃO de sua diretoria. **A União**, Parahyba, anno XXI, n. 12, 17 jan. 1913, p. 01.

D'O COMMERCIO. Instrução Pública: um livro necessário. In: XAVIER JUNIOR, Francisco. **Lições da língua materna**. 10. ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1949.

DUAS conferências: fallarão Aurelio de Figueiredo e Coriolano de Medeiros. **A União**, Parahyba, anno XXI, n. 16, 23 jan. 1913, p. 01.

ESTATISTICA do elemento servil deste município, segundo os dados colhidos pela Sociedade Emancipadora Areiense. **Verdade**, Cidade d'Areia, anno 1, n. 01, sabado, 31 mar. 1888, p. 01. Disponível em:< http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/PERIODICOS_PARAIBANOS/1826%20A%201959/VERDADE_31-03-1888.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

EXPEDIENTE do Governo. **Liberal Parahybano**, Parahyba do Norte, anno 10, n. 31, 31 jul. 1889, p. 01. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/>>. Acesso em 12 ago. 2014.

FERREIRA, J. da Fonseca. As Universidades Populares no Brazil. **O Paiz**, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 10338, 25 jan. 1913, p. 03. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/>>. Acesso em 12 ago. 2014.

FUNDAÇÃO de uma caixa escolar na Parahyba. **A União**, Parahyba, n. 92, 25 abr. 1919, p. 01.

GAZETINHA. **O Emancipador**, Parahyba do Norte, 07 jul. 1883, p. 03. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/PERIODICOS_PARAIBANOS/1821%20A%201959/O%20EMANCIPADOR_07-07-1883.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2015.

GOVERNO do estado. **A União**, Parahyba, anno 7, n. 1523, 15 mar. 1899, p. 01. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/>>. Acesso em 12 ago. 2014.

INFORMAÇÕES dos estados. **O Jornal**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 4811, terça-feira, 18 jun. 1935, p. 27. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

INSTRUÇÃO primaria gratuita. **A União**, Parahyba, anno XXVI, n. 18, 25 jan. 1913, p. 01.

LIVROS paraibanos. **A cruz**, Rio de Janeiro, ano 48, n. 2016, Rio de Janeiro, 30 de out. 1955, p. 04-05. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

MASIMAS, e pensamentos. **Abelha Pernambucana**, Recife, n. 02, 28 abr. 1829. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=xx0719>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

MOVIMENTO escolar. **Jornal do Recife**, Recife, anno 53, n. 320, sabbado, 10 dez. 1910, p. 01. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

____. **Jornal do Recife**, Recife, anno 54, n. 338, sabbado, 09 dez. 1911, p. 02. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

____. **Jornal do Recife**, Recife, anno 55, n. 265, quarta-feira, 25 set. 1912a, p. 02. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

____. **Jornal do Recife**, Recife, anno 55, n. 324 quarta-feira, 25 set. 1912b, p. 02. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

____. **Jornal do Recife**, Recife, anno 65, n. 80, quinta-feira, 06 de abril de 1922, p. 02. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

____. **Jornal do Recife**, Recife, anno 72, n. 278, terça-feira, 03 dez. 1929, p. 05. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

NECROLOGIA. **Amigo do Povo**, Recife, n. 67, 04 set. 1830. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=xx0719>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

NÓBREGA, Apolônio. Outros livros. **A cruz**, Rio de Janeiro, ano 48, n. 2016, Rio de Janeiro, 30 de out. 1955, p. 04-05. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

NOTÍCIAS da Parahyba. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, anno XII, n. 5100, 17 jan. 1913, p. 04. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

NOTÍCIAS da Parahyba. **Jornal do Recife**, Recife, anno 72, n. 19, quarta-feira, 23 jan. 1929, p. 01. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

NOTÍCIAS da Parahyba do Norte. **Jornal do Recife**, Recife, anno 76, n. 40, sexta-feira, 17 fev. 1933, p. 04. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

O Cruzeiro, Recife, n. 02, 05 maio 1829. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=778440>>. Acesso em: 20 set. 2014.

O “DIÁRIO” na Parahyba, **Diário de Pernambuco**, Recife, anno 93, n. 171, 24 jun. 1917, p. 03. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=778440>>. Acesso em: 20 set. 2014.

O HOMEM e a America. **Jornal da Sociedade Defensora da Liberdade e Independencia Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 06, sexta-feira, 18 nov. 1831a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=701955>>. Acesso em: 17 set. 2014.

O HOMEM e a America. **Jornal da Sociedade Defensora da Liberdade e Independencia Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 07, sexta-feira, 18 nov. 1831b. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=701955>>. Acesso em: 17 set. 2014.

O “JORNAL” na Parahyba. **Jornal de Recife**, Recife, anno LXV, n. 34, 09 fev. 1922, p. 01. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=xx0719>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

O PATRIOTISMO é incompatível com o despotismo. **Abelha Pernambucana**, Recife, n. 2, 28 abr. 1829. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=xx0719>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

O QUE se passa nos estados. **O paiz**, Rio de Janeiro, anno XXXVIII, n. 13655, 10 mar. 1922, p. 02. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=xx0719>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

PARAHYBA. **O Paiz**, Rio de Janeiro, n. 10330, anno XXVIII, 17 jan. 1913, p. 06. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=xx0719>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

PINTO, Luiz Alberto X. Albuquerque. Francisco Xavier Junior, o educador. **Brejo de Areia - Informativo da Academia de Letras de Areia**, Areia-PB, ano III, n. 04, maio 2013. p. 14-15. Disponível em: < <http://www.youblisher.com/p/636588-Jornal-Brejo-de-Areia-04/>>. Acesso em: 20 set. 2014.

PROSPECTO. **O Cruzeiro**, Recife, n. 1, 04 maio 1829. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=778440>>. Acesso em: 20 set. 2014.

PUBLICAÇÕES. **Diário de Natal: orgam do partido republicano**. Natal, anno XVI, n. 3183, 25 abr. 1907, p. 02. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=xx0719>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

PUBLICOLA em Pernambuco. **Abelha Pernambucana**, Recife, n. 04, 05 maio 1829. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=xx0421&PagFis=1&Pesq=>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

REFORMA da instrução. **A União**, Parahyba, anno XXV, n. 160, 19 ago. 1917, p. 01.

SANTOS, José Ozildo dos Santos. Coriolano de Medeiros: O imortal. **A Voz do Povo**, Patos-PB, ano 9, n. 145, ago. 2004.

SOCIEDADE dos professores primarios da Parahiba, **A União**, Parahyba, anno XXV, n. 143, 11 jul. 1917, p. 01.

TELEGRAMMAS - INTERIOR, **O imparcial: diário ilustrado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, anno II, n. 47, 19 jan. 1913, p. 10. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

TELEGRAMMAS - Parahyba. **A Epoca**, Rio de Janeiro, anno II, n. 171, 17 jan. 1913, p. 02. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

UNIVERSIDADE popular. **A União**, Parahyba, p. 02, 16 jan. 1913, p. 01.

VARGAS, Getúlio apud A VIAGEM do chefe do governo provisorio ao norte do paiz: a partida de Recife e chegada a João Pessoa. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, anno 04, n. 2066, sabbado, 09 set. 1933, p. 03. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

VERDADE. **Verdade**, Cidade d'Areia, anno 1, n. 01, sabado, 31 mar. 1888, p. 01. Disponível em: < http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/PERIODICOS_PARAIBANOS/1826%20A%201959/VERDADE_31-03-1888.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

ULTIMOS telegramas dos Estados. **O Jornal**, Rio de Janeiro, anno 4, n. 1001, sexta-feira, 05 maio 1922. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

UMA IDEIA QUE toma vulto - A Parahyba instruí-se. **A União**, Parahyba, p. 01, 16 jan. 1913. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. FUNESC.

UMA FESTA comovente. **A União**, Rio de Janeiro, anno 5, n. 04, 25 jan. 1914, p. 02. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

UMA MULHER de valor. **Jornal o Paiz**, Rio de Janeiro, anno 34, n. 12061, quarta-feira, 17 out. 1917, p. 02. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

UM INSTITUTO inaugurado em João Pessoa. **Jornal Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 32, n. 11752, terça-feira, 28 mar. 1933, p. 02. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

LIVROS, OPÚSCULOS, CONFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elpidio de. **Areia e a abolição da escravatura**: o apostolado de Manoel da Silva. Conferência pronunciada no Teatro Minerva, em Areia, a 18 de maio de 1946, dia comemorativo do 1. centenário de sua elevação à cidade. Recife: Jornal do Commercio, 1946. (Arquivo do IHGP).

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**: memórias de um município. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1958.

_____. **História da Paraíba**. v. 2. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978. (Arquivo do IHGP).

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**: Obras completas. Vol. X, tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946 [1883]. Disponível em: < <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

_____. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**: Obras completas. Vol. X, tomo IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947 [1883]. Disponível em: < <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

CAVALCATI, Manuel Tavares. **Epitome da História da Parahyba**. Parahyba: IHGP, 1913.

CRUZ, Maria Helena. **Memorial do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. Edição comemorativa dos 90 anos de fundação do IHGP. João Pessoa: IHGP, 1995.

FONSECA, Antonio Borges da. **Manifesto político**: apontamentos de minha vida política e da vida política do Sr. Urbano Sabino Pessoa de Melo. Recife: Typographia Commercial de G. H. de Mira, 1867. Divisão de Obras raras da Biblioteca Nacional (39,3,4 A).

LEITÃO, Deusdedit. **O ensino público na Paraíba**: síntese histórica da secretaria da educação. João Pessoa: A união, 1987.

MARTINS, Eduardo. **Coriolano de Medeiros**: notícia bibliográfica. João Pessoa: A União, 1975.

MEDEIROS, Coriolano de. **Manaíra ou nas trilhas da conquista do sertão**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1936.

____. **O Tambiá da minha infância/Sampaio**. João Pessoa: A União, 1994.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura/ Conselho Estadual de Educação, 1996.

MENEZES, Antonio Botto. **Minha terra**: memórias e confissões. Rio de Janeiro: EPASA, 1944.

MENEZES, José Rafael. **História do Lyceu Parahybano**. João Pessoa: UFPB, 1983.

MOURA, Francisco Coutinho de Lima e Moura. **Reminiscências**: figuras e factos da Parahyba. Vol. 1. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1938. Arquivo do IHGP.

PESSOA, Epitácio. **Na política da Paraíba** - Obras Completas de Epitácio Pessoa. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1962. Arquivo do IHGP.

SOUSA, Octavio Tarquinio de. **História dos Fundadores do Império do Brasil - volume I - José Bonifácio**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957a.

____. **História dos Fundadores do Império do Brasil - volume III - A vida de D. Pedro I**. Tomo II 3a. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957b.

____. **História dos Fundadores do Império do Brasil - volume IV - A vida de D. Pedro I**. Tomo III 3a. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957c.

____. **História dos Fundadores do Império do Brasil - volume V - Bernardo Pereira de Vasconcelos**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957d.

____. **História dos Fundadores do Império do Brasil - volume VI - Evaristo da Veiga**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957e.

____. **História dos Fundadores do Império do Brasil - volume IX - Fatos e personagens em torno de um regime**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957f.

VERISSIMO, José. **A educação nacional**. Pará: Editores Taveres Cardoso & C^a/ Livraria Universal, 1890. Disponível em:
<<http://www.archive.org/stream/aeducacaonacion00vergoog#page/n170/mode/2up/search/artes>>. Acesso em: 21 jun. 2011.

VIEIRA, Eudesia. **Cerne contorcido**. s/l: s/e, s/d.

____. **Pontos de historia do Brasil**. 6. ed. Parahyba do Norte: Livraria São Paulo, 1930.

____. **Pontos de história do Brasil**. 7. ed. João Pessoa: Departamento de publicidade, 1950. Disponível em: < <http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/> >. Acesso em: 26 jun. 2014.

____. **Terras dos tabajaras**. João Pessoa: Teone S. A., 1955.

XAVIER JUNIOR, Francisco. **Lições da língua materna**. 10. ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1949.

RELATÓRIOS, FALLAS E EXPOSIÇÕES DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA/ESTADO E DOS DIRETORES/INSPETORES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

ARAÚJO, José Peregrino de. **Mensagem apresentada á Assembléia Legislativa da Parahyba**. 1 out. 1901. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1901. Disponível em:< <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

COELHO, José. **Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Solon Bardosa de Lucena**. 1921. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1921.

DANTAS JUNIOR, José Fructuoso. **Relatorio da inspeccoria geral da instrucção publica do estado da Parahyba**. Parahyba do Norte, 1913.

HOLLANDA, Francisco Camillo de. **Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do estado da Parahyba**. 1 mar. 1917. Parahyba: Imprensa Oficial, 1917. Disponível em:< <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

____. **Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do estado da Parahyba**. 1 mar. 1920. Parahyba: Imprensa Oficial, 1920. Disponível em:< <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

MACHADO, João Lopes. **Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do estado da Parahyba**. 1 set. 1911. Parahyba: Imprensa Oficial, 1911. Disponível em:< <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

PINTO, João Pereira de Castro. **Mensagem apresentada á Assembléia Legislativa da Parahyba**. 1 set. 1913. Parahyba: Imprensa Oficial, 1913. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

SILVA, Antônio da Costa Pinto. **Relatório expondo detalhamento a situação da província da Parahyba**, 28 fev. 1857. (manuscrito). Biblioteca nacional (II-32, 32, 001 n. 002).

XAVIER JUNIOR, Francisco. **Relatório sobre a Escola Normal e a instrucção primaria apresentado pelo Diretor Geral do Ensino**. 21 jun. 1908. Parahyba do Norte, 1908.

____. **Relatório sobre a Escola Normal e a instrucção primaria apresentado pelo Diretor Geral do Ensino**. 18 jul. 1910. Parahyba do Norte, 1910.

____. Relatório apresentado na sessão magna de 7 de setembro de 1909, do Instituto Historico e Geographico Parahybano, pelo presidente do mesmo Instituto Francisco Xavier Junior. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba, anno 01, v. 01, p. 125-132, 1909. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

____. **Relatório sobre a Escola Normal e a instrucção primaria apresentado pelo Diretor Geral do Ensino**. Parahyba do Norte, 1913.

APÊNDICES

APÊNDICE A: BORGES DA FONSECA (1808-1872)

Antônio Borges da Fonseca nasceu na capital da Parahyba no dia sete de abril de 1808. Era filho do Tenente Coronel Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca¹²⁶ e de uma índia¹²⁷. Viveu em um período turbulento durante a sua infância, morando ora com a mãe na Parahyba ora com o pai em Pernambuco (SANTOS, 1994). Borges da Fonseca era:

O mais conhecido jornalista paraibano do início do século XIX, era descendente de antigos militares portugueses, que governaram as províncias da Paraíba e do Ceará no século XVIII. Sua relação com os revolucionários de 1817, quando ouvia em sua casa as reuniões caracterizadas por segredos e conspirações (BARBOSA, 2009, p. 63).

Relatou no seu **Manifesto político** que ainda bem jovem foi ligado aos patriotas (FONSECA, 1867). “Na casa paterna, funcionários da administração provincial, padres do Seminário de Olinda e frades, reuniam-se à noite para discutir as reformas que a nação reclamava, denunciar violências, esmerilhar velhos rancores.” (SANTOS, 1994, p. 22).

Em 1826, Borges da Fonseca frequentou o Lyceo Pernambucano e não o Seminário Episcopal de Olinda, pois essa instituição não admitia *filhos ilegítimos* (SANTOS, 1994; FONSECA, 2011). Santos (1994) afirma que, ao pesquisar no livro de registro de matrícula do Seminário de Olinda entre 1822 e 1829, não achou o nome de Borges da Fonseca. Para os autores Santos (1994) e Fonseca (2011), o *mito*¹²⁸ de Borges da Fonseca ter estudado nessa instituição foi criado pelo próprio, pois ele “[...] recebeu muita influência dos padres e tomou contato com o pensamento ilustrado.” (SANTOS, 1994, p. 24). Ele não teria terminado o curso da Academia de Direito em Recife (SANTOS, 1994).

¹²⁶ O pai de Borges da Fonseca participou da revolta republicana em 1817 e foi membro do governo provisório criado em Pernambuco em 1821 (FONSECA, 2011).

¹²⁷ Infelizmente não identificamos o nome da mãe de Borges da Fonseca, sempre que há referências a ela é apenas a tratando como uma índia.

¹²⁸ Termo utilizado por Santos (1994) e Fonseca (2011).

Aos 20 anos em 1828, Borges da Fonseca vinculou-se à Sociedade Secreta Jardineira ou Carpinteiros de São José (SANTOS, 1994; SODRÉ, 1999; FONSECA, 2011) e fundou o segundo jornal parahybano¹²⁹, o **Gazeta Paraibana**. Alcides Bezerra (1922, p. 51), no final da Primeira República, escreveu um texto sobre a imprensa parahybana e registrou que em 1828 “[...] surgia a ‘Gazeta Parahybana’, cujo o redactor-chefe era o liberal de grande renome Antonio Borges da Fonsêca. ‘Gazeta’ deu logar ao primeiro processo contra o crime de abuso de liberdade de imprensa havido aqui.”

Ocupou, também no mesmo ano, o cargo de professor lente de primeiras letras na Cidade Alta, bairro da capital da Parahyba. Silveira (s/d, paginação irregular) frisa que “[...] Borges da Fonseca é demitido do cargo de professor de primeiras letras e muitas vezes mais processado e condenado por crime de imprensa.” Foi preso por *abusos de liberdade*, e encaminhado para a Fortaleza de Cinco Pontas em Recife, onde permaneceu por pouco tempo até ser julgado inocente (SANTOS, 1994).

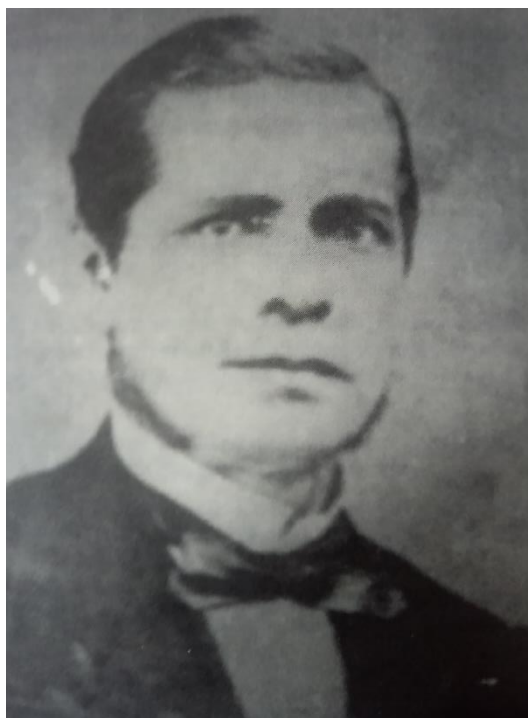
Ao ser liberto, em 1829, fundou o jornal **Abelha Pernambucana** em Recife. Ao fechar a tipografia pernambucana em 1830, Borges da Fonseca mudou-se para o Rio de Janeiro e fundou o jornal **O Republico**.

Em 1842 foi nomeado professor do Liceu na Parahyba pelo presidente Pedro Roiz (FERRONATO, 2012). Fez parte da Revolução Praieira, em Pernambuco em 1848. Em 1867, escreveu uma obra autobiográfica intitulada **Manifesto Político. Apontamentos de minha vida política e da vida política do Dr. Urbano Sabino Pessoa de Melo**. Borges da Fonseca faleceu em Nazaré da Mata em Pernambuco no ano de 1872.

¹²⁹ Bezerra (1922) explicou que dois anos antes do jornal de Borges da Fonseca, surgiu o primeiro jornal parahybano. Chamou-se **Gazeta do Govêrno da Parahyba do Norte**, o primeiro exemplar foi vinculado no dia 16 de fevereiro de 1826 e era impresso pela Typographia Nacional da Parahyba, a qual tinha a administração do inglês Walter S. Boarman.

APÊNDICE B: JOAQUIM DA SILVA (1820-1889)

Figura 17 - Joaquim da Silva



Fonte: Gaudêncio (2007, p. 264).

Joaquim Henriques da Silva nasceu em três de julho de 1820 na villa do Brejo d’Areia. Coursou as primeiras letras na mesma localidade que nasceu e por não ter condições de sair para os estudos secundários tornou-se autodidata em latim. Consoante Barbosa (2009, p. 133), era “[...] um latinista respeitável, capaz de concorrer com o famoso Tobias Barreto a uma vaga de professor de latim na Faculdade de Olinda [...]”. Foi casado duas vezes, a primeira com Joaquina Nunes Pinto e a segunda com Raquel Augusta Gouveia e teve 26 filhos.

Nas décadas de 1840 e 1850¹³⁰, foi professor de latim na cadeira pública do Brejo d’Areia, fundou um internato para o ensino secundário - o Collegio de Areia, onde lecionara francês e latim - e uma aula noturna de primeiras letras para operários. Para Esdras (1922, p.

¹³⁰ Catalogamos seu nome nos Mapas de Professores de Latim e Primeiras letras da província da Parahyba nos anos de 1842, 1843, 1845, 1846 e 1855.

126), Joaquim da Silva “[...] era um educador por indole e tinha um dos seus maiores idéaes a diffusão do ensino das classes pobres.”

Em 1855, foi editado na Bahia - na tipografia de Camillo Lellis Masson, Largo de Santa Barbara n. 2 - seu livro **Manual do estudante de Latim**. Carlos Dias Fernandes escreveu sobre o livro no centenário de nascimento de Joaquim da Silva no jornal d’**A União** em três de julho de 1920: “Não sei se os philologos, bibliophilos e eruditos do meu paiz conhecem um livro classico e veneravel da nossa litteratura escolar, livro que será em todos os tempos um indelevel padrão da nossa cultura e que é ainda hoje o maior compendio nacional de grammatica latina”. (FERNANDES apud ESDRAS, 1922, p. 127). Traduziu **Arte poética**, de Horácio e escreveu uma Gramática grega que nunca foi publicada (BARBOSA, 2009). Fundou o Teatro Recreio Dramático em 1859 na cidade de Areia.

Joaquim da Silva aposentou-se em 1864 de acordo com a lei provincial número 155, a qual nomeou José Francisco Alves Gama da Silva para substituí-lo na cadeira de latim da cidade de Areia (FERRONATO, 2012). Entre os anos de 1868 e 1869, participou da 17ª Legislatura da Assembleia da Paraíba juntamente com os professores de primeiras letras: Antônio da Costa Rego Moura (professor da Cidade da Parahyba nos anos de 1842, 1843, 1845 e 1846) e Joaquim Vitor Pereira (professor da Cidade da Parahyba no ano de 1855).

Em 1873, fundou a Sociedade Emancipadora Areiense juntamente com seu irmão - o líder abolicionista de Areia Manuel da Silva - com a participação de Rodolpho Pires, Coêlho Lisboa, Xavier Junior, entre outros. Joaquim da Silva com os seus filhos - Júlio e Tito Silva - fundaram o periódico **O Areiense** em 1877. E nesse mesmo ano abriu uma escola gratuita destinada às crianças flageladas da seca (BARBOSA, 2009).

Em 1882, mudou-se para a cidade da Parahyba, onde exerceu o cargo de inspetor do Thesouro Provincial. Constituiu o Collegio Parahybano, “[...] o qual após a sua morte, passou á direção dos seus filhos professores Horacio e Abel e do seu genro dr. Xavier Junior, havendo funcionado primeiramente na rua Direita e, por fim, no vasto predio que existia no local onde hoje se ergue o «Collegio das Neves».” (ESDRAS, 1922, p. 125). Joaquim da Silva faleceu no dia 18 de julho de 1889 na cidade de Recife, na qual estava para realizar uma operação.

Em três de julho de 1920, foi realizado na Parahyba o centenário de nascimento de Joaquim da Silva e o jornal d’**A União** publicou duas homenagens ao professor, uma feita por

Carlos Dias Fernandes e outra por Alcebiades Silva. Quando a APL aumentou o número de cadeiras de 11 para 30, Silva tornou-se o patrono da cadeira número 20.

APÊNDICE C: FRANCISCO XAVIER JUNIOR (1853-1935)

Francisco Xavier Junior nasceu no dia 31 de julho de 1853 em Pilar. Não conseguimos informações sobre os seus pais nem sobre onde cursou as primeiras letras. Estudou humanidades no Lyceo Provincial e não concluiu o curso na Faculdade de Direito de Recife.

Xavier Junior foi professor, jornalista, deputado estadual e prefeito da capital parahybana. Foi professor e diretor de uma escola particular de primeiras letras na década de 1880: o Collegio Parahybano (MELLO, 1996). Em 1906, publicou o livro **Lições da Língua Materna** - gramática da língua portuguesa para crianças nas escolas das primeiras letras - pela Imprensa Oficial na Parahyba.

Xavier Junior foi professor de latim e português do Liceu no período imperial (FERRONATO, 2012) e da Escola Normal (OLIVEIRA, 1997) e foi diretor dessas duas instituições¹³¹. Em 1888, foi um dos fundadores - juntamente com Manuel da Silva - do periódico abolicionista de Areia - **Verdade**. Foi eleito Deputado Estadual em 1891. Em 1892, foi nomeado secretário do Superior Tribunal de Justiça da Parahyba¹³² pelo Governador Venâncio Neiva (HISTÓRICO..., s/d, p. 01).

Xavier Junior foi prefeito da capital parahybana entre dezembro de 1904 a dezembro de 1908. Participou, como fundador, do IHGP em 1905 juntamente com Tavares Cavalcanti, Coriolano de Medeiros, Castro Pinto, entre outros. E foi membro da comissão de redação da **RIHGP**, localizamos um relatório de sua autoria publicado na revista de 1909 e um artigo em 1910 intitulado “Uma reivindicação - 3 de Maio de 1888” (XAVIER JUNIOR, 1910).

Entre os anos de 1908 a 1915 - governos de João Machado (1908-1912) e de Castro Pinto (1912-1915) - Xavier Junior foi diretor da Instrução Pública. Ele defendeu a ideia de fundação dos grupos escolares na Parahyba pelo “pelo menos nas sedes dos municípios” e foi grande propagador das *lições de coisas* (MELLO, 1996). Augusto dos Anjos procurou aproximação com ele para compor uma reforma dos métodos de ensino do Grupo Escolar de

¹³¹ Temos informações da direção da Escola Normal entre os anos de 1911 a 1914 (ALMANAK LAEMMERT, 1911, 1913, 1914).

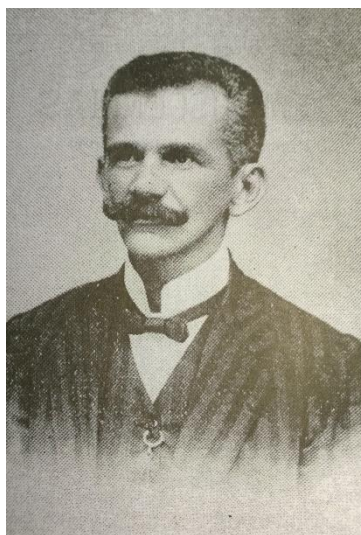
¹³² O Superior Tribunal de Justiça foi criado no dia 30 de setembro de 1891, pelo decreto n. 69 (HISTÓRICO..., s/d).

Leopoldina no Rio de Janeiro do qual era diretor. Xavier Junior foi testemunha do casamento de Anjos com a esposa - ex-normalista parahybana - Esther Fialho em 1910 (KULESZA, 1998a).

Em 1913, Xavier Junior foi membro da Universidade Popular. A partir da década de 1920 não constatamos mais informações sobre a sua atuação, apenas podemos afirmar que o professor faleceu no Rio de Janeiro no dia primeiro de maio de 1935.

APÊNDICE D: FRANCISCO COUTINHO DE LIMA MOURA (18??-1957)

Figura 18 - Francisco Coutinho de Lima e Moura



Fonte: Guimarães (2002, p. 34).

Francisco Coutinho de Lima Moura foi professor de primeiras letras, tenente-coronel, jornalista e historiador. A sua data de nascimento é incerta, há três registros (GUIMARÃES, 2002). O primeiro realizado por Monsenhor Eurivaldo Caldas Tavares, sócio do IHGP - e que para Guimarães (2002) seria fruto de pesquisa e, por isso, ele acredita ser a mais aproximada - datando o nascimento de Moura no dia oito de abril de 1867. A segunda em uma homenagem de Rocha Barreto, também sócio do IHGP em 1957, no qual ele registrou a data de 30 de março de 1857. E por último, a fala de Humberto Nóbrega em 1967 - presidente do IHGP - que coloca a data como oito de maio de 1867.

Nas suas memórias, Moura (1938) não anotou seu nascimento, no entanto registrou que durante a presidência de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (Barão do Abiaí) foi nomeado professor interino de primeiras letras da villa do Pilar. O Barão de Abiaí exerceu o cargo de presidente da província nos anos 1869 e de 1873 a 1876, logo não fazem sentido as referências de nascimento no ano de 1867. A localidade de seu nascimento não consta, apenas sabemos que foi no estado da Parahyba.

Era filho de Joaquim Ignacio de Lima e Moura que foi médico homeopata, professor de primeiras letras nas décadas de 1860 de 1870 (na villa do Pilar e na capital, Varadouro e Tambaú), lente do Lyceo Provincial - primeiro professor de *lingua nacional* (MOURA, 1938)¹³³, deputado da Assembleia Provincial pela Parahyba e capitão da guarda nacional. Francisco Coutinho de Lima Moura registrou que sua família era numerosa que possuía 18 membros, três dos seus irmãos formaram-se em medicina, direito e farmácia (MOURA, 1938).

Moura realizou sua instrução primária com o professor João Hamilton na Rua da Areia na capital parahybana, depois estudou com o professor particular João Licínio Vellozo que o incentivou a realizar o exame de português no Liceu (GUIMARÃES, 2002). Continuou nessa instituição até matricular-se na Faculdade de Direito do Recife em 1904. Por problemas financeiros na família, trancou o curso no terceiro ano. De volta a Parahyba conseguiu a patente de tenente coronel da Guarda Nacional (MOURA, 1938; GUIMARÃES, 2002).

Foi professor de primeiras letras na villa do Pillar, na povoação de Bélem, na povoação de Caiçara - nessas duas povoações à docência foi exercida na década de 1880 (EXPEDIENTE..., 1889) - e em Cabedelo em 1890 (GUIMARÃES, 2002). Nesse mesmo ano, por estar com nove meses de salários atrasados e ter uma proposta de trabalho na comissão de estudos do porto de Cabedelo, pediu para o diretor da Instrução Pública, Gama e Mello, a exoneração do cargo. Porém Gama e Mello o orientou a pedir uma licença sem vencimento, pois dessa forma poderia voltar ao cargo vitalício caso a comissão do porto ficasse sem verbas, fato que ocorreu poucos meses depois e fez Moura voltar ao magistério (MOURA, 1938).

O professor tornou-se amigo de Gama e Mello e isso lhe rendeu a nomeação no Liceu anos mais tarde. Conforme afirmou durante o governo de Gama e Mello (1896-1900): “Eu entro na vida pública, e junto de um governo muito perseguido pelo governo Federal, tomo parte em todas as campanhas políticas, como oficial de gabinete, deputado do Estado e responsável político da A UNIÃO.” (MOURA, 1938, p. 22). Oito dias antes do término do governo, ele foi chamado por Gama e Mello que o orientou a ir procurar Maximiliano José de Inojosa Varejão - lente de portuguez do Liceu - para requerer uma vaga na instituição já que Coutinho Moura possuía muitos filhos e sua renda na época como professor de primeiras letras era muito baixa.

¹³³ Ferronato (2012) registra Joaquim Ignacio de Lima e Moura como professor cadeira do ensino normal do Lyceo Provincial em 1877.

Ao fazer o pedido ao Inojosa, esse respondeu que teria que consultar Venâncio Neiva - primeiro governador do estado da Parahyba na República (1889-1891) e chefe político influente. Venâncio Neiva prometeu em troca do cargo uma aposentadoria com todos os vencimentos para o Inojosa além da possibilidade de indicar outro professor para a cadeira de história da filosofia, recém-criada no Liceu (MOURA, 1938). Inojosa aceitou e Francisco Coutinho Moura assumiu a cadeira de português, João Fernandes da Silva foi indicado para a cadeira de história da filosofia.

Porém, percebemos um problema nas datas citadas por Francisco Coutinho Moura (1938). De acordo com o professor sua nomeação para lente do Liceu teria saído no final do mandato de Gama e Mello, ou seja, pelo mês de outubro de 1900. Ao recorrermos ao jornal **A União** localizamos uma notícia em 15 de março de 1899:

Ao Cidadão Director do Lyceu Parahybano.

Comunico-vos para os fins convenientes, que o cidadão Francisco Coutinho de Lima e Moura, lente de Portuguez d'esse Estabelecimento acha-se em comissão como Official de Gabinete desta Presidencia, desde o dia 23 de Janeiro ultimo, data que foi nomeado para aquelle logar. (GOVERNO..., 1899, p. 01).

Em vista disso, percebemos que Francisco Coutinho Moura, ao escrever sobre as suas memórias acabou por reorganizar alguns fatos e datá-los de forma imprópria. Isso é bastante comum nas autobiografias, ao tentar organizar uma identidade linear, una e coerente, o autor acaba por inverter, omitir ou criar fatos (BOURDIEU, 2006). Portanto, Moura já havia sido nomeado lente do Liceu a mais de um ano quando Gama e Mello deixou o governo.

Nessa instituição assumiu as cadeiras de: matemática em 1901 (ARAÚJO, 1901); literatura nacional nos anos de 1905 e 1906 (ALMANAK ADMINISTRATIVO..., 1905, 1906); e história natural entre 1908-1914 (ALMANAK LAEMMERT..., 1908, 1909, 1910, 1911, 1913, 1914). Francisco Coutinho Moura lecionou na Escola Normal, a cadeira de aritmética para o primeiro ano e deu aulas de geometria no Clube Benjamin Constant (GUIMARÃES, 2002).

No governo Castro Pinto, Coutinho Moura fez parte da comissão do decreto n. 665 de 29 de agosto de 1913, o qual “organiza o ensino nocturno primario da capital” (PARAHYBA,

1913, p. 130). Quando foi jubilado do magistério na Parahyba, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou com advocacia e com o jornalismo (GUIMARÃES, 2002).

Em 1905, Moura fez parte da fundação do IHGP, sendo um dos signatários da ata. Integrou a comissão de elaboração do estatuto do instituto. E exerceu diversos cargos na diretoria, a saber: de tesoureiro entre 1905 e 1915, membro da comissão de pesquisa e trabalhos históricos, 1907 a 1908 e membro da comissão de sindicância e contas, 1915 a 1925. Em 1922, quando o IHGP promoveu o VII Congresso Brasileiro de Geographia, Coutinho Moura participou da comissão técnica. Em 1937/1938, quando houve a eleição para a direção do IHGP, Moura era presidente do processo eleitoral. O resultado da eleição deu empate entre Coriolano de Medeiros e Maurício Furtado, então o professor decidiu a favor de Medeiros que renunciou ao cargo cinco meses depois (GUIMARÃES, 2002).

Coutinho Moura teve uma participação intensa na imprensa parahybana, escreveu nos jornais **A União** e **O Jornal**, no último foi diretor, e na revista **Manaíra**. Foi diretor da Imprensa Oficial durante o governo de Gama e Mello (1896-1900) e de José Peregrino de Araújo (1900-1904). Publicou três livros de suas memórias: **Reminiscências**: figuras e factos da Parahyba - volume 1 em 1938; **Reminiscências**: figuras e factos da Parahyba - volume 2 em 1939; e **Reminiscências**: figuras e factos da Parahyba de 1940-1946 - volume 3 em 1946. Em conformidade com Guimarães (2002, p. 26):

Dir-se-á que apenas escreveu suas memórias no estilo de crônicas. Não somente suas memórias, são a memória da Província. São os acontecimentos que passaram ao seu redor, dos quais foi participe ou espectador. Nesses três volumes de REMINISCÊNCIAS estão fixados episódios da nossa vida política, ocorrências da vida social, registros do cotidiano. É a história que se renova, quando reapreciada.

Por essa razão, Guimarães (2002) justifica a escolha de Moura para a **Coleção dos Historiadores Paraibanos**, ressaltando a importância dos livros como fontes para a história e Moura como historiador. Francisco Coutinho de Lima e Moura faleceu em 1957, não temos informações sobre a localidade.

APÊNDICE E: FRANCISCA MOURA (1860-1942)

Figura 19 - Francisca Moura



Fonte: Site do HISTEDBR¹³⁴

Francisca Rodrigues Chaves Moura nasceu em dois de agosto de 1860 na capital parahybana, filha de Francisco José Rodrigues Chaves e Catharina Umbelina de Almeida e Albuquerque. Fez seus estudos de primeiras letras e os secundários com professores particulares (NUNES; SILVA; VILAR, 2011). Em 1878, casou-se com Misael Augusto do Rêgo Moura e em 1882 nasceu sua única filha Catharina Moura.

Em 1894, Francisca Moura, já viúva, concluiu a Escola Normal - na quinta turma (PINTO, 1910) - e três anos depois foi nomeada professora da cadeira de Desenho e Calligraphia para o sexo feminino dessa escola. Listamos seu nome como professora dessa cadeira no **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro** nos anos de 1905 a 1914 e no ano de 1921.¹³⁵ Francisca Moura exerceu a profissão de professora por 60 anos (NUNES; SILVA; VILAR, 2011).

¹³⁴

Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/biografias.html>. Acesso em: 10 ago. 2014.

¹³⁵ Entre os anos de 1915 a 1920 não há informações sobre o corpo docente da Escola Normal Official da Parahyba.

Fundou na capital parahybana o curso particular Francisca Moura no qual exerceu magistério por muito anos. Fundou o curso D. Ulrico destinado às classes populares. Em 1906, Francisca Moura publicou **Pontos de Português** que era composto pelo programa de ensino de português elaborado pelo professor Maximiano José Inojosa Varejão da Escola Normal. Escreveu um compendio para o ensino primário de geografia, Nunes, Silva e Vilar (2011) destacam que em 1919 ele já estaria em sua segunda edição, contudo não possuem mais dados sobre a obra.

Em 1940, em homenagem ao seu aniversário e aos 60 anos de magistério, o jornal **A União** dedicou uma página as homenagens realizadas por ex-alunos da professora (NUNES; SILVA; VILAR, 2011). Francisca Moura faleceu em dois de fevereiro de 1942 na capital.

APÊNDECE F: CORIOLANO DE MEDEIROS (1875-1974)

Figura 20 - Coriolano de Medeiros



Fonte: Site Portal da Cidade de João Pessoa¹³⁶

João Rodrigues Coriolano de Medeiros foi professor, músico, comerciante, poeta, funcionário público, jornalista, historiador e romancista. Nasceu no dia 30 de novembro de 1875, em Patos¹³⁷, filho de Aquilino Coriolano de Medeiros e Joana Maria da Conceição¹³⁸. Aos dois anos, mudou-se para a capital parahybana por causa da seca de 1877, pouco tempo depois seu pai faleceu e sua mãe casou novamente com o Vitorino da Silva Coelho Maia.

Inicialmente estudou em uma aula particular ministrada pela professora Cecília Cordeiro, localizada na Praça de Nossa Senhora Mãe dos Homens e depois foi aluno dos professores Antônio Ribeiro Guimarães e Manoel Fortunato (MARTINS, 1975; MEDEIROS, 1994). Concluiu o curso preparatório do Liceu e em 1891 matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife. Porém, abandonou o curso no terceiro ano para trabalhar de comerciante e mais tarde, entre 1899 e 1900, se tornou funcionário público dos Correios. Em 1905, casou-se com

¹³⁶ Disponível em: < <http://paraibanos.com/joaopessoa/persona.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

¹³⁷ Patos é uma cidade localizada no centro do estado da Paraíba, na mesorregião do Sertão e fica distante 307 km de João Pessoa.

¹³⁸ O avô de Coriolano, Avelino Coriolano de Medeiros foi o primeiro “mestre-escola” da região (NÓBREGA, 1979).

a pianista Eulina de Medeiros Rolim com quem viveu durante 47 anos. Em 1920, Coriolano de Medeiros integrou a Maçonaria, pertenceu à Loja Padre Azevedo e foi Grão-mestre adjunto da Grande Loja Maçônica da Paraíba, ambas sediadas na capital paraibana.

João Rodrigues Coriolano de Medeiros também deu grande e importante contribuição à Maçonaria na Paraíba. Digno de registro é um discurso por ele proferido no final da década de 1920 e transcrito no Livro de Atas da Loja Regeneração do Norte, que, sem dúvida, constitui uma das mais importantes peças da história da Maçonaria na Paraíba. (SANTOS, 2003, p. 13).

Em 1898, seu padrasto morreu e Coriolano de Medeiros começou a dar aula como professor particular, abriu uma cadeira de primeiras letras, na Rua São José na capital paraibana (CRUZ, 1995). Em 1909 no Governo João Lopes Machado, foi nomeado escriturário e mais tarde, em 1922, diretor da Escola de Aprendizes Artífices. Segundo Targino (1979), a educação proposta por Coriolano de Medeiros nessa escola possuía um caráter híbrido, pois havia além de uma preocupação com o ensino profissionalizante, uma tendência cultural e intelectual que podia ser percebida nas festas, jornais, serões literários, entre outros. A letra do hino da escola era de sua autoria e foi musicada pelo maestro Severino Gomes, o hino foi apresentado pela primeira vez em 1925. Em 1917, Coriolano de Medeiros instituiu o curso de matemática para os sócios da Associação dos Empregadores do Comércio da Paraíba (MARTINS, 1975). Consoante Targino (1979, p. 26):

O Professor Coriolano de Medeiros foi um dos pioneiros, um dos inspiradores da modernização do ensino profissional entre nós, conferindo-lhe, dada a sua vasta cultura, um toque humanístico imprescindível a toda forma de educação, mesmo quando de natureza eminentemente profissional. Com a intuição de verdadeiro mestre, de homem que preocupado com a perspectiva futura do processo educativo, já preconizava a necessidade de reestruturação do ensino industrial (denominação da época) bem como da modernização dos equipamentos e instalações da antiga Escola de Aprendizes Artífices, inclusive do edifício que lhe servia de sede, na Rua João da Mata.

Como músico, integrou o corpo de instrumentista da Banda do Clube Astréa da capital. Em 1902, juntamente com Eduardo Fernandes, o maestro Elias Pompílio e o maestro Plácido

Cezar, fundou o Club Symphonico da Parahyba¹³⁹ e em 1912 participou da fundação do Club Musical Guarany. Santos e Maracajá (2013, p. 08) ressaltam que:

[...] tal era o prestígio que desfrutava no seio de seus colegas, que a 29 de setembro de 1901, em frente ao Clube Astréa, à Rua Direita, hoje Duque de Caxias, foi homenageado através de uma retreta programada pela própria banda e que figurava no programa a Schottisch denominada “Coriolano de Medeiros”, composição do mestre Manuel Maneleu a ele dedicada.

Coriolano de Medeiros desde muito jovem envolveu-se com o jornalismo, para Santos e Maracajá (2013, p. 08):

Adolescente, ingressou no mundo das letras, participando, ao lado de Neves Júnior e José Manoel dos Anjos, da redação do periódico “A União Tipográfica”, no qual publicou seu primeiro artigo, intitulado “Coesão da Classe”, pugnando pela solidariedade entre os tipógrafos. Foi nesse pequeno jornal que Coriolano de Medeiros também estreou como poeta.

Martins (1975) considera Coriolano de Medeiros um discípulo de Artur Aquiles. Colaborou com os impressos: **O Comércio, Almanak do Estado da Parahyba, Revista Era Nova, A Imprensa, A União**, entre outros. Em 1905, juntamente com Artur Aquiles, Neves Junior, Castro Pinto e Francisco Barroso fundou a revista **A Philipéia** - “literário, agrícola, político, religioso, científico, artístico, industrial e humanístico” (MARTINS, 1975). Em 1915, durante a campanha que gerou o rompimento entre Walfredo Leal e Epitácio Pessoa e o afastamento de João Pereira de Castro Pinto da presidência do estado, Coriolano de Medeiros gerenciou o jornal **Diário do Estado**, apoiando o movimento walfredista. Para Leitão (2001, p. 07), no jornal ele era “[...] acatado por todos não só pela autoridade de velho e experimentado lidador da imprensa como, sobretudo, pela excelente contribuição que emprestou ao jornal dos walfredistas, dando-lhe uma feição cuidadosa na variedade do noticiário e na seleção da matéria”. Teve diversos pseudônimos, como por exemplo: “[...] C.M., Heráclito, José Tambiá,

¹³⁹ A primeira orquestra sinfônica do estado (MARTINS, 1975).

Libório de Assumpção, Roco, Zé Foguete, Marimbão & Cia, Estrela Dalva [...]” (BARBOSA, 2009, p. 90).

Coriolano foi sócio fundador de diversas instituições como por exemplo: em 1893, o Centro Literário Paraibano; em 1905, o IHGP, onde integrou a primeira diretoria e fez parte da comissão colaboradora da revista, tendo diversos artigos publicados; o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (1912); em 1913, a Universidade Popular; em 1917, participou da Associação dos Homens de Letras que contaria com 30 membros efetivos (entre eles Pedro Baptista, Hortêncio de Souza Ribeiro, José Gomes Coelho e Mateus de Oliveira); em 27 de setembro de 1931, foi fundador do Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba, juntamente com José Gomes Coelho e ocupou a cadeira número seis. Lins (2012, p. 59, grifo nosso) revela que:

A este grupo original logo se agregou, dias depois (02 de outubro de 1931) **José Gomes Coelho** e Matheus Augusto de Oliveira. Estava assim criado o Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba (GEGHP), composto de um número limite de apenas sete Sócios Efetivos e destinado “exclusivamente a estudar e divulgar a geographia e a historia desta unidade nacional”. Seu estatuto era bastante sugestivo no que diz respeito à sua inspiração.

Em 14 de setembro de 1941, fundou a Academia Paraibana de Letras. Ocupou a cadeira número sete, Lins (2012) considera a APL como uma derivação do GEGHP. Segundo o site dessa instituição:

Em poucas palavras, Coriolano de Medeiros assumiu a direção dos trabalhos, disse da finalidade daquele encontro, declarou que estava fundada a Academia Paraibana de Letras, destinada a “perpetuar as tradições literárias da Paraíba”. Por sugestão do Côn. Mathias Freire, Coriolano passou a presidir a novel instituição, dessa data até 14 de setembro de 1946, quando renunciou, por motivo de saúde. (BREVE, s/d, p. 01).

Coriolano de Medeiros foi sócio correspondente dos Institutos Históricos e Geográficos de Sergipe e de São Paulo, do Centro Polimático de Natal, do Centro de Ciências e Letras de Campinas (SP) e membro do Instituto

Arqueológico e Geográfico Alagoano, além de ser detentor da Medalha Deodoro da Fonseca (BARBOSA, 2009).

A produção de livros e artigos de Coriolano de Medeiros foi bastante vasta e só pode ser comparada com a de outro intelectual parahybano Carlos Dias Fernandes (MARTINS, 1975). Na **RIHGP** constatamos 13 artigos de sua autoria, entre eles: “Entradas” (1910); “Algumas paginas: subsidio para a historia da hygiene publica na Parahyba” (1911); “De julho a dezembro de 1824” (1928); e “Fitogeografia do Brasil” (1946).

Entre os livros frisamos: **Diccionario chorográfico do estado da Parahyba** (1914); **Do litoral ao sertão** (1917); **Resenha histórica da Escola de Aprendizes Artífices do estado da Paraíba do Norte** (1922); o verbete “Estado da Paraíba” para o **Diccionario histórico, geográfico e ethonográfico do Brasil**, publicado pela Imprensa Nacional (Rio de Janeiro, 1922); **O tesouro da cega** (1922); **Mestres que se foram** (1925); **Folclore Paraibano** (1925); **O Barracão** (1930); **Manaíra ou nas trilhas da conquista do sertão** (1936); **A evolução social e histórica de Patos** (1938); **O Tambiá da minha infância** (1942); **Sampaio** (1958), livro que escreveu já durante a sua perda de visão.

Faleceu no dia 15 de abril de 1974 em sua casa na capital. Em 1975 no centenário do seu nascimento, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba editou o livro de Eduardo Martins (1975) - **Coriolano de Medeiros**: notícia bibliográfica. E em 1979, a **RIHGP** lançou a uma edição em que a primeira parte era intitulada “Homenagem a Coriolano de Medeiros”, essa apresentava seis artigos em tributo ao personagem.

APÊNDECE G: CATHARINA MOURA¹⁴⁰ (1882-19??)

Catharina Moura Amsteim foi professora e advogada. Nasceu na capital da Parahyba no dia 20 de dezembro de 1882, filha de Misael do Rêgo Moura e Francisca Rodrigues Chaves Moura. Estudou na Escola Normal da Parahyba, recebendo seu diploma em 26 de abril de 1902 (MACHADO; NUNES; MENDES, 2013).

Foi professora e diretora do Curso Francisca Moura. No livro **Minha terra:** memórias e confissões de Antonio Botto Menezes (1944, p. 58) rememora a sua atuação:

Fiz os meus estudos primários, sob a direção desta mestra imortal, de Manuel Simplício Paiva, Dra. Catarina de Moura, D. Zinha Holanda, D. Maria Isabel Dantas, os meus professores, saudosos professores da minha adolescência no curso Francisca Moura.

Fez o curso preparatório do Liceu da Parahyba e ingressou na Faculdade de Direito de Recife em 1908. Terminou o terceiro, o quarto e o quinto ano com distinção nos exames de todas as cadeiras (MOVIMENTO..., 1910; MOVIMENTO..., 1911; CHRONICA..., 1912). Em 1912, foi eleita por unanimidade como oradora da manifestação em homenagem ao Sophronio Portela - lente cathedratico da faculdade - realizada pela Faculdade de Direito em novembro do mesmo ano (MOVIMENTO..., 1912a).

Quando cursou o quarto ano, exerceu a advocacia nos júris criminais da cidade de Pau D'Alho em Pernambuco (BARBOSA, 2009). Terminou o curso em 1912 (laureada) e recebeu como prêmio uma viagem à Europa¹⁴¹. Machado, Nunes e Mendes (2013) afirmam que nesse ano, 1912, formaram-se 48 bacháreis, sendo ela a única mulher. Entre os parahybanos da turma estariam Carlos Dias Fernandes e Álvaro Pereira de Carvalho. Foi, segundo os autores, a primeira mulher parahybana a conseguir se formar em uma escola superior e a primeira mulher

¹⁴⁰ Machado, Nunes e Mendes (2013) identificaram duas maneiras de se escrever o nome dessa intelectual, a saber: Catharina de Moura e Catharina Moura, sendo o segundo mais utilizado. Outra observação realizada pelos autores é que o sobrenome Amsteim foi acrescido posteriormente ao seu nome quando Catharina Moura se casou.

¹⁴¹ O prêmio da viagem para Europa foi instituído em 1901, por meio de um concurso com os melhores alunos da turma (CHRONICA..., 1912).

formada na Faculdade de Direito do Recife na Primeira República. Ao se formar sua turma organizou uma comissão para a acompanhá-la de volta a capital paraibana:

D'entre as manifestações promovidas pela turma actual de bacharelados nenhuma mais significativa e mais affectuosa do que a que será feita a distinctissima alumna d. Catharina de Moura que termina agora o seu curso depois de um tirocinio brilhante em que conquistou as mais lisongeiras aprovações e o elevado conceito em que é tida por todos os seus illustrados mestres e pelos seus dignos collegas, a par do affeto que aos mesmos soube inspirar pela maneira digna e correcta de seu procedimento e pelo seu trato ameno e fidalgo. (MOVIMENTO..., 1912b, p. 02)

Em 1913, tal como outros intelectuais do período - João Tavares Lira, Álvaro de Carvalho, Thomaz Mindello, entre outros - participou da Universidade Popular (ESPINDOLA, 2012) e realizou a conferência “Sobre os direitos políticos da mulher” (A CONSTITUIÇÃO..., 1913, p. 01), essa conferência foi transcrita pelo jornal **A União**. Catharina Moura escreveu nesse jornal uma crônica assinada com o pseudônimo de Paraguaçu (BARBOSA, 2009).

Em 1917, o jornal **O Paiz** do Rio de Janeiro trouxe uma pequena matéria em homenagem a Catharina Moura intitulada “Uma mulher de valor” (UMA MULHER..., 1917). Nesse mesmo ano, foi nomeada professora efetiva da cadeira de português do primeiro e do segundo ano da Escola Normal, cargo que exerceu até pelo menos 1921 (ALMANAK LAEMMERT, 1921). Em conformidade com Machado, Nunes e Mendes (2013) foi professora das cadeiras de desenho, francês e história da civilização da mesma instituição. Acrescentamos a cadeira de desenho linear e caligrafia, pois encontramos um pedido de licença de Catharina Moura para tratamento de saúde, em 15 de janeiro de 1929 (NOTÍCIAS..., 1929).

Em 1922, pertencia a diretoria¹⁴² do Ofphanato D. Ulrico como primeira secretária (MOVIMENTO..., 1922). Em 1933, Catharina Moura era a primeira oradora da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, da qual faziam parte Lylia Guedes (presidente) e Olivina Carneiro da Cunha (vice-presidente) (MACHADO; NUNES; MENDES, 2013).

¹⁴² O presidente era Heraclito Cavalcanti e o vice-presidente era Camillo de Hollanda.

Em nove de setembro de 1933, Catharina Moura realizou a saudação ao presidente Getúlio Vargas durante sua visita à capital parahybana¹⁴³, interessante notar que o jornal a trata com o vocativo de “*leader*¹⁴⁴ feminista” (A VIAGEM..., 1933). De acordo com o jornal **Diário de Notícias** do Rio de Janeiro, Vargas proferiu um rápido discurso da janela do Palácio da Redenção, no qual se referiu a ela:

Esta saudação da representante do elemento feminino indica a preponderância da força moral sobre a material. Compreendo, agora, porque ao pisar a terra sagrada da Parahyba, pareceu-me ver painar no ambiente a figura imortal de João Pessoa, a quem todos reconhecemos com o nome tutelar da Nova República. Por isso, quem vem à Parahyba encontra nessa força de civismo uma fonte inexgotável para retemoer o carácter. Viva a Parahyba! (VARGAS apud A VIAGEM DO CHEFE..., 1933, p. 03).¹⁴⁵

No mesmo ano, Catharina Moura realizou uma saudação ao ministro da viação José Américo no Palácio da Redenção na inauguração do Instituto Serico (UM INSTITUTO..., 1933). Essa foi a última informação que localizamos dela, consoante Machado, Nunes e Mendes (2013, p. 33) não há como se ter uma “[...] trajetória substancial da sua vida [...]”, pois as informações sobre Catharina Moura tornam-se esparsas depois da década de 1920. Não tomamos conhecimento do ano e nem do local da sua morte.

Machado, Nunes e Mendes (2013, p. 61, grifo dos autores) realizam algumas questões no final do seu livro, a saber:

[...] Com quem Catharina Moura casou-se, já que o sobrenome Amstein não fazia parte de seu nome na época da conferência? Por que não se encontram textos seus publicados no jornal *A União*, posteriormente à conferência? Que motivos fizeram com que tivesse uma participação quase invisível na Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, fundada duas décadas após a sua conferência, quando essa associação contava com um espaço, “Página Feminina”, no qual suas associadas publicavam sobre os mais diversos temas, inclusive o feminismo? Essas são algumas, entre outras perguntas, para as quais ainda não foram encontradas respostas.

¹⁴³ Na época já denominada de João Pessoa.

¹⁴⁴ Palavra inglesa que significa líder, condutor ou chefe.

¹⁴⁵ Esse discurso foi reproduzido também pelo **Jornal do Recife**.

Sobre a primeira questão podemos respondê-la de forma parcial, sabemos por meio de uma notícia de 1943 no jornal **Diário da Noite** do Rio de Janeiro que Catharina Moura foi casada com Alfredo Eduardo Amstein e que os dois tiveram uma filha chamada Maria Idah de Moura Amstein, todavia não temos as datas do seu casamento nem do nascimento da sua filha (CASAMENTOS, 1943)¹⁴⁶. Interessante notar que o jornal se referiu ao *senhor* Alfredo e a *doutora* Catharina, como não identificamos informações sobre ele¹⁴⁷, apenas supomos que ele não era nem formado em direito nem em medicina por causa da forma de referência.

Quanto a sua escrita no jornal **A União** e na Associação ser praticamente inexistente, não conseguimos responder, contudo sabemos que Catharina Moura continuou atuando de forma incisiva na sociedade parahybana visto que existiam as referências as suas duas saudações a chefes do governo brasileiro em 1933 e a resposta dada por Vargas que se referiu a intelectual como o elemento feminino de preponderância moral. Essas falas foram noticiadas pela imprensa de Pernambuco, estado vizinho, e do Rio de Janeiro, capital do país. O esquecimento das suas ações pela imprensa local foi realmente intrigante¹⁴⁸, entretanto inferimos que Catharina Moura deixou poucos escritos - ao contrário da sua mãe, Francisca Moura, que escreveu dois livros - e que mesmo a conferência publicada posteriormente no Jornal **A União** em 1913 foi uma transcrição de sua fala na Universidade Popular.

¹⁴⁶ Essa notícia saiu também no **Jornal do Brasil** na mesma data, apesar disso o *site* da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional nos alerta que esse jornal tem direitos autorais e não pode ser reproduzido.

¹⁴⁷ Reconhecemos seu nome em uma dissertação intitulada “Parnaíba: educação e sociedade na primeira república” de Francisco Iweltman Vasconcelos Mendes, nessa havia uma pessoa com o nome de Alfredo Eduardo Amstein que fez parte dos “fundadores do Ginásio Parnaibano: Luiz Galhanoni, Monsenhor Roberto Lopes Ribeiro, *Alfredo Eduardo Amstein*, Henriette Sotter, Carlos Souza Lima, Antônio Godofredo de Miranda, Mirócles Campos Vêras, Francisco de Moraes Correia, Édson da Paz Cunha, José Euclides de Miranda, Constantino Correia e Tomaz Catunda.” (MENDES, 2007, p. 97, grifo nosso). Como não há mais informação, não podemos confirmar se realmente essa pessoa era o marido da Catharina Moura ou apenas um homônimo.

¹⁴⁸ Não tivemos acesso às essas fontes por não fazerem parte do nosso recorte histórico, estamos apenas reproduzindo as conclusões de Machado, Nunes e Mendes (2013).

APÊNDICE H: OLIVINA OLÍVIA CARNEIRO DA CUNHA (1892-1977)

Figura 21 - Olivina Olívia Carneiro da Cunha

Fonte: Site do HISTEDBR¹⁴⁹

Olivina Olívia Carneiro da Cunha nasceu no dia 26 de maio de 1892, filha de Silvino Carneiro da Cunha¹⁵⁰, Barão do Abihay, e de Maria Leonarda Merandolina Bezerra Cavalcanti, Baronesa do Abiahy. Sua descrição fenotípica era como sendo uma mulher de estatura baixa, magra, de olhos azuis e de pele clara (SILVA, 2012). Foi a mãe quem ensinou Cunha as primeiras letras e em seguida estudou na Escola Normal, formando-se em 1904.

Um ano depois ingressou no magistério como professora da Escola Modelo. Lecionou na primeira cadeira dessa escola durante os anos de 1907 a 1912. No ano de 1921, ensinou a cadeira de trabalhos manuais na Escola Normal e a de geografia nos anos de 1930 e 1931. Foi professora de português do Liceu entre os anos de 1937 a 1961. Em 1956, tornou-se professora

¹⁴⁹ Disponível em:

< http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/biografias.html>. Acesso em: 10 ago. 2014.

¹⁵⁰ Silvino Elvídio Carneiro da Cunha foi presidente das províncias de Sergipe (1866 a 1867), do Rio Grande do Norte (1868 a 1870), de Alagoas (1871 a 1872), do Maranhão (1873 a 1875) e da Parahyba (exerceu os mandatos entre os anos de 1869 a 1874).

catedrática da cadeira de português no curso noturno do Colégio Estadual de João Pessoa¹⁵¹.

Foi professora de português do Ginásio Nossa Senhora das Graças (BARBOSA, 2009). Em 1960, realizou um estágio de observação no Ministério da Educação e Cultura do Rio de Janeiro de três meses, nomeada pelo governador Pedro Gondim. Aposentou-se em 1961, aos 65 anos, por problemas de saúde.

Entre 1918 e 1919, Carneiro da Cunha integrou a diretoria, como vice-presidente, da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba. Foi uma das fundadoras da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, da qual Catharina Moura era oradora, exercendo o cargo de vice-presidente em 1933. Consoante **Jornal do Recife**, em 10 de fevereiro de 1933, foi realizada uma sessão preparatória para a fundação de uma sociedade feminina, no grupo escolar Thomas Mindello, “[...] mais ou menos nos moldes da ‘Federação Brasileira pelo progresso Feminino’.”¹⁵² (NOTÍCIAS..., 1933, p. 04). Essa sessão foi dirigida por Alice Monteiro, Ninita e Sá, Lygia Guedes, Olivina C. da Cunha e Omezina de Azevêdo. O jornal transcreveu os cinco principais fins da *nova associação*:

- 1º. - Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina;
- 2º. - Proteger as mães e a infância;
- 3º. - Obter garantias legislativas e praticas para o trabalho feminino;
- 4º. - Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientar-a na escolha de uma profissão;
- 5º. - Estimular o espirito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessar-as pelas questões sociais e de alcance publico. (NOTÍCIAS..., 1933, p. 04).

E ainda salientou que para atingir esses fins, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino pretendia criar em breve uma biblioteca para manter aulas de línguas e promover sessões de *littero-musicaes*, entre outras funções. Não tivemos informações sobre a

¹⁵¹ Nome atribuído ao Liceu Parahybano no período.

¹⁵² A Federação brasileira pelo progresso feminino possuía como primeiro objetivo a promoção da educação da mulher e a elevação da instrução feminina (NUNES, 2006).

concretização dessa biblioteca. Fragoso (2011) ressalta que Olivina Carneiro da Cunha publicou mais de 50 artigos nessa associação.

Em 23 de agosto de 1937, Olivina da Cunha tornou-se membro do IHGP, empossada no mesmo dia de Beatriz Ribeiro, elas são a quarta e a quinta mulheres a ingressar nesse instituto. No seu discurso inicial agradeceu a entrada e discorreu sobre a geografia e a história, identificadas como *irmãs gêmeas*, na qual a geografia vinha “[...] estudando elementos diversos, a investigar as relações entre o homem e a terra. O caldeamento das raças, a civilização dos povos e conseqüentemente a sua importancia economica, tudo revela a comunhão dessas duas sciencias positivas” (EMPOSSADOS..., 1937, p. 114).

Cunha participou da diretoria do IHGP, exercendo o cargo de tesoureira durante os anos de 1945 a 1959 e depois nos anos de 1968 a 1971. Foi suplente da Comissão de Contas entre 1974 e 1977.

Além da fala inaugural, listamos mais cinco artigos de Olivina Olívia Carneiro da Cunha na **RIHGP**, a saber: “Associações de outrora” (CUNHA, 1946); “Curemas” (CUNHA, 1948); “As nossas praias e a história” (CUNHA, 1953); “Origem e evolução da Igreja do Bom Jesus” (CUNHA, 1958); e “A fundação do Liceu paraibano” (CUNHA, 1961).

Bem como Coriolano de Medeiros, Olivina da Cunha participou do circuito musical da Parahyba, foi sócia da Escola de Música da Paraíba e uma das fundadoras da Orquestra Sinfônica (SILVA, V. F., 2012). No início da década de 1950, Olivina da Cunha candidatou-se para o cargo de vereadora, no entanto não foi eleita.

Na imprensa, Cunha escreveu nos jornais **A União** - na coluna Página Feminina - e **A Imprensa** e nas revistas **Era Nova**, **Manaíra**, entre outros (BARBOSA, 2009). Publicou três livros, a saber: **Pérolas esparsas, migalhas de inspiração** (s/d), prefaciado pelo intelectual Álvaro de Carvalho (SILVA, V. F., 2012); **Paisagem de minha terra**; e **Barão do Abiaí** (1940), que trata das memórias do seu pai.

Olivina Olívia Carneiro da Cunha faleceu no dia 12 de março de 1977, na capital do estado. Em 2004, a recém fundada Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba tornou Olivina da Cunha patrona da cadeira de número três.

APÊNDICE I: JOSÉ COELHO (1898-1954)

José Gomes Coelho nasceu no dia 13 de abril de 1898 no interior da Parahyba, em Esperança¹⁵³, filho de Eusébio Joaquim da Silva Coelho e de Débora Clotilde Gomes Coelho. Não temos informações sobre onde cursou seus estudos primários.

Em 1908, formou-se na Escola Normal juntamente com mais sete homens (PINTO, 1910). Coelho era professor público de Campina Grande em 1913 e nessa cidade, fundou - com Lino Fernandes - o Gabinete de Leitura 7 de Setembro na rua da Independência. “Assim, às 20 horas daquele memorável 28 de julho, já contava 30 sócios e tinha aclamada a sua primeira diretoria, o centro literário que mais tarde havia de tomar o nome de ‘Gabinete de Leitura 7 de Setembro!’” (O GABINETE, 1916 apud GAUDÊNCIO, 2013, p. 09). Esse instituto possuía um jornal com o mesmo nome, uma biblioteca e uma escola pública gratuita. Em 1918, na reforma do estatuto do Gabinete ele foi definido como “[...] uma sociedade que tem por fim promover a instrução e concorrer por todos os moços, para o desenvolvimento intelectual dos seus associados” (REFORMA..., 1918 apud GAUDÊNCIO, 2013, p. 09).

Em 1914, José Coelho ingressou no IHGP na capital da Parahyba e foi saudado por Alcides Bezerra (BARBOSA, 2009). Participou de diversas funções, a saber: bibliotecário (1915); membro da comissão de Revista (1916) e segundo secretário da diretoria do VII Congresso Brasileiro de Geografia (1920). Se tornou patrono da cadeira 14.

Em 25 de março de 1915, durante o governo de Castro Pinto, José Coelho foi designado para reger a terceira cadeira do sexo masculino da capital parahybana pelo director geral da instrução publica e escola normal Tavares Cavalcante (PARAHYBA, 1915).

Em 1915, José Coelho - com Carneiro Monteiro, Irineu Pinto, Irineu Joffily, Castro Pinto e Francisco Barroso - participou da comissão para tratar dos limites da Parahyba e Pernambuco. E segundo Barbosa (2009, p. 49): “[...] Na oportunidade, foi apresentado por José Coelho um esboço topográfico por ele elaborado sobre a 50 posição daqueles limites. [...]”. Essa informação é importante, pois três anos depois, 1919, Coelho lançou o livro **Escorço de**

¹⁵³ Na época era denominada de freguesia de Alagoa Nova.

Corografia da Parahiba, o qual foi adaptado nas escolas primárias da Parahyba, mediante parecer do IHGP e teve como relator João Alcides Bezerra Cavalcanti (BARBOSA, 2009).

José Coelho - juntamente com José Francisco Coutinho de Moura, Tavares Cavalcanti, Odilon Coutinho, Alcides Bezerra, Celso Affonso Pereira e José Frutuoso Dantas - fez parte da comissão que elaborou a reforma n. 873 de 21 de dezembro de 1917, a qual instituiu os grupos escolares na Parahyba (PARAHYBA DO NORTE, 1917).

Em 1918, José Coelho era tesoureiro da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba e em 1919 tornou-se o presidente dessa sociedade. O quadro diretivo era: José Coelho, presidente; Olivina Carneiro da Cunha, vice-presidente; Elyseu Maul, primeiro secretário; Alexandrina Pinto, segunda secretária; João Baptista L. de Araujo, thesoureiro; José de Mello, orador; e Jacintha Neves, bibliotecária-archivista. (BOLETIM..., 1919).

Coelho foi nomeado para o cargo de inspetor geral do ensino e de inspetor thecnico regional de ensino pelo presidente de estado Camillo de Hollanda em 1918 (“A PROVINCIA...”, 1918). Pediu exoneração do cargo de inspetor em 1920, provavelmente para cursar a Faculdade de Direito de Recife, na qual se formou em 1924. Em 1920, quando fazia parte da Inspectoria geral do ensino da Parahyba, concorreu a vaga de professor da cadeira de *physica e chimica* do Liceu, porém não foi aprovado nesse concurso (HOLLANDA, 1920).

Entre os anos de 1927 a 1935, Coelho exerceu o cargo de diretor da Escola Normal¹⁵⁴. E de 1926 a 1927, foi diretor da Escola Modelo. Na década de 1930, foi membro da Associação dos Homens de Letras e do Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba (GEGHP) juntamente com Coriolano de Medeiros. Em 1935, José Gomes Coelho fez parte do Conselho Florestal do Estado, tentou se eleger para o cargo de vice-presidente, apesar disso não obteve êxito (INFORMAÇÕES..., 1935). Foi diretor dos Serviços Elétricos, secretário da Fazenda no governo Argemiro de Figueiredo (1937) e Juiz do Tribunal Regional Eleitoral.

Em 1939, Coelho participou da comissão fiscal da diretoria do Club Astréia (ASSEMBLÉIA..., 1939, p. 04). Em 1942, foi nomeado pelo interventor do estado da Paraíba, Ruy Carneiro, para o cargo recém-criado de diretor do Instituto de Educação, nesse período já

¹⁵⁴ Coelho foi professor da Escola Normal, no entanto não encontramos outra referência a essa atuação do intelectual (BARBOSA, 2009).

era professor catedrático do Colégio Estadual da Paraíba, antigo Liceu. (CARNEIRO apud REFORMA..., 1942).

Como agrimensor, Coelho fez a planta da Sociedade São Vicente de Paula em 1924 e foi solicitado para realizar uma planta de uma Escola Modelo para o interior do estado em 1926 pelo presidente de estado João Suassuna.

José Coelho colaborou com os jornais **Correio de Campina Grande, O Norte, A União, A Notícia e Diário da Paraíba** (BARBOSA, 2009). E faleceu na capital do estado em 18 de dezembro de 1954.

Em 1998, o IHGP realizou uma homenagem à José Gomes Coelho por causa do centenário do nascimento, foi elaborada uma sessão especial que teve como orador Wellington Aguiar, ocupante da cadeira 14 da qual Coelho é patrono.

APÊNDICE J: EUDESIA VIEIRA (1894-1981)

Figura 22 - Eudesia Vieira



Fonte: VIEIRA (s/d, p. 01).

Eudesia de Carvalho Vieira nasceu em oito de abril de 1894 no povoado de Livramento¹⁵⁵, filha de Pedro Celestino Vieira e Rita Filomena de Carvalho Vieira. Era negra (CAVALCANTE, 2012) e estudou na escola particular primária de D. Isabel Cavalcanti Monteiro na capital da Parahyba. Concluiu o curso normal em 1911 e foi oradora da turma. Iniciou sua carreira no magistério particular nessa mesma data (BARBOSA, 2009)..

Em todas as biografias de Eudesia Vieira que selecionamos, marcam o ano do seu casamento com José Taciano da Fonseca Jardim como sendo 1915 (SALES; SILVA, 2008; BARBOSA, 2009; SILVA, J. R., 2012). Porém, encontramos no jornal **A União**¹⁵⁶, do Rio de Janeiro de 25 de janeiro de 1914, a notícia do seu casamento em março de 1913 em Livramento, interior da Parahyba. A notícia referia-se ao fato dela ter se convertido ao catolicismo, já que

¹⁵⁵ Atualmente é um município da Paraíba com o mesmo nome, distante 243 km da capital na mesorregião da Borborema.

¹⁵⁶ Jornal homônimo do jornal da Parahyba, **A União** carioca era do Órgão do centro católico do Brasil.

veio de uma família protestante (UMA FESTA..., 1914). Vieira teve 14 gestações, todavia apenas cinco filhos nasceram (SALES; SILVA, 2008).

Em 1915, tornou-se professora pública da cadeira de sexo masculino da Villa de Serraria, depois foi transferida para Santa Rita e posteriormente para a capital do estado (BARBOSA, 2009). Em 1921, Vieira ministrou aulas na 11ª cadeira mista da capital parahybana. (PARAHYBA, 1922).

Provavelmente em 1921, publicou o livro **Pontos de História do Brasil** (VIEIRA, 1930). Não sabemos a data exata, pois não consta na sexta edição do livro, a qual tivemos acesso. Porém nessa edição, relatamos a transcrição do “Parecer do conselho da instrução publica do estado da Parahiba do Norte, sobre a primeira edição dos ‘Pontos de Historia do Brasil’”, datado do dia três de maio de 1921. Nesse parecer, José Eugenio Lins de Albuquerque recomendou a utilização do livro para as escolas primárias da Parahyba. O prefácio desse livro foi escrito por Coriolano de Medeiros. Consoante Pinheiro (2001, p. 149): “Sua obra, Pontos de História do Brasil, pode ser considerada um marco na história do livro didático na Paraíba, por apresentar características do que hoje denominamos ‘livro didático’ e por fugir dos padrões dos compêndios clássicos.”.

Em 1922, foi a primeira mulher a ingressar no IHGP (PALMEIRA, 1995). Babosa (2009) e Joselito R. Silva (2012) datam sua entrada no dia 3 de junho, entretanto Palmeira (1995) coloca que Eudesia Vieira ingressou no IHGP no dia três de maio, acreditamos que essa última data seria a mais próxima, pois catalogamos uma notícia do seu ingresso no instituto no **O Jornal** de cinco de maio de 1922 (ULTIMOS..., 1922, p. 10). Foi suplente de primeiro secretário nos anos 1924 até 1926. Em 1925, foi eleita para a comissão de sindicância de contas do instituto, cargo que exerceu por dois anos. Na década de 1930, Vieira integrou a diretoria da Associação Parahibana pelo Progresso Feminino.

Apesar dos seus biógrafos colocarem Eudesia Vieira como a primeira mulher parahybana e única da turma a se formar em medicina. Localizamos no **Jornal do Recife** de 1929 informações que havia outra mulher em sua turma. Na lista dos alunos aprovados no primeiro ano da Faculdade de Medicina de Recife¹⁵⁷ estavam os nomes de Vieira e de Neusa

¹⁵⁷ A Faculdade de Medicina de Recife foi fundada no dia cinco de abril de 1915 e foi a primeira instituição formadora de médicos daquele estado. Foi equiparada às outras faculdades do Brasil em 1928 e em 1946 foi incorporada à Universidade do Recife. (Informações do *site* da Universidade Federal de Pernambuco, disponível em:

Vinagre de Andrade¹⁵⁸ (MOVIMENTO..., 1929); no site da Sociedade Brasileira de História da Medicina também consta o nome das duas mulheres como as pioneiras do curso (GUIMARÃES, 2011); e no **Jornal da Associação Médica Brasileira** (GUIMARÃES, 2013) há a mesma informação. Logo, Eudesia Vieira e Neusa de Andrade foram as primeiras mulheres a se formarem na Faculdade de Medicina de Recife em 21 de dezembro de 1934. Vieira defendeu a tese de doutoramento em obstetrícia **Síndrome de Schickelé**, em novembro de 1934, a qual possuía 40 páginas (MIRANDA; DARAT, 2000).

No final da década de 1930 e na década de 1940, Vieira dispôs de um consultório médico em sua residência, na rua Duque de Caxias número 516 na capital do estado. Em conformidade com Barbosa (2009, p. 143): “[...] Como médica, dedicou-se com extremado desvelo às clientes, orientando-as, principalmente na questão do pré-natal, numa época que este exame era totalmente desconhecido pela maioria das mulheres.” Ela foi assistente social da Penitenciária Modelo concursada.

Em 1943, Eudesia Vieira esteve no navio a vapor **Afonso Pena** que foi atingido por um torpedo de um submarino italiano durante a segunda guerra. Esse navio partiu de Manaus e fez escalas Belém, São Luís, Fortaleza e Recife - local no qual Eudesia Vieira deve ter embarcado - e iria para o Rio de Janeiro. Foi interceptado acerca de 250 quilômetros de Porto Seguro no dia dois de março de 1943, uma terça-feira. Transportou 242 tripulantes e passageiros, dos quais 124 ficaram desaparecidos, os feridos, entre eles Vieira, foram levados para Salvador (OS SOBREVIVENTES..., 1943, p. 1010).

Em 1955, suas poesias foram publicadas na **Colêânea de poetas paraibanos** de Luis Pinto. A ideia inicial era publicar uma obra com 150 escritores parahybanos, entre eles: Carlos Dias Fernandes; Celso Mariz; Flávio Maroja; Irineu Ferreira Pinto; Coriolano de Medeiros; Cardoso Vieira; Olivina Carneiro da Cunha. Porém a editora limitou-o a 14 nomes, dos quais Vieira foi partícipe. (LIVROS..., 1955).

Eudesia Vieira colaborou nos jornais **O Norte, A União, A Imprensa, A Gazeta do Recife, jornal da Festa das Neves** e na revista **Era Nova**. Segunda Barbosa, teve seu primeiro

<

https://www.ufpe.br/medicinacaruaru/index.php?option=com_content&view=article&id=309&Itemid=175, acesso em: 10 jan. 2015).

¹⁵⁸ Neusa Vinagre de Andrade nasceu na capital da Parahyba e concorreu as eleições para a Constituinte de 1946 pelo Partido Democrático Cristão (PDC). (RABAY; CARVALHO, 2011).

poema publicado quando tinha 14 anos e Nóbrega (1955) evidencia a divulgação das suas obras poéticas em 1913. Eudesia Vieira escreveu: **Cirus e Nimbos** (versos); **A Minha Conversão**; **Dom Ulrico Sonntag**; **Conferência**, 1948; **Terra dos Tabajaras** (didático) em 1955¹⁵⁹; **Mistério de Fátima**, 1952; **Dois Episódios de uma Vida**; **Poema do Sentenciado**; **O Torpedeamento do Afonso Pena** em 1951; e outros que não foram publicados.

Em 1974, foi convidada para a cadeira de número 20¹⁶⁰ da Academia Fluminense de Letras, contudo não pode aceitar o convite por problemas de saúde (BARBOSA, 2009). Eudesia Vieira faleceu no dia 16 de julho de 1981 na capital parahybana.

¹⁵⁹ A obra foi prefaciada por Celso Mariz. Na sua introdução Eudesia Vieira relatou que escreveu o livro pois “[...] a leitura da história da Paraíba, [está] esquecida nos livros didáticos que importamos.” (VIEIRA, 1955, s/p[Presente de aniversário]).

¹⁶⁰ Alberto Torres era patrono.